UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARIA JOSÉ DA SILVA

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CAMPUS AVANÇADO DE CATALÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS – 1983-2002

GOIANIA (GO)

2005

MARIA JOSÉ DA SILVA

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CAMPUS AVANÇADO DE CATALÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - 1983-2002

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás para obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira.

Orientadora: Professora Drª Maurides Batista Macêdo.

GOIANIA (GO)
2005

MARIA JOSÉ DA SILVA

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO CAMPUS AVANÇADO DE CATALÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – 1983-2002

Dissertação defendida e aprovada em 28 de outubro de 2005, pela Banca Examinadora constituída pelas professoras.

Profª Drª Maurides Batista Macêdo
Presidente da Banca

Profª Drª Heliane Prudente Nunes

Profª Drª Isabel Cabrera Ibarra

Ao *meu pai* José Alves da Silva (in memória) que sempre confiou em mim e me apoiou em meus estudos, com muito afeto e saudades eu ofereço esse momento especial de conclusão de Mestrado.
A *minha mãe* Conceição Gomes da Silva que sempre quis o melhor para mim e por sempre ter me lançado a querer mais, o meu carinho e respeito por sua história de vida.

AGRADECIMENTOS

Em especial quero agradecer a Deus que pela sua graça e amor me amparou, me encheu de força e de esperança nessa jornada.

Nesse percurso muitos compartilharam comigo os momentos de euforia e de angustias e de alguma forma demonstraram carinho e dispensaram atenção. A todos que estiveram comigo meus agradecimentos e carinho, e nesse momento tão singular para mim eu não poderia deixar de mencionar alguns:

A minha orientadora professora Drª Maurides Batista Macêdo que em mim confiou e com muita garra e alegria me acompanhou criteriosamente na produção dessa pesquisa.

Ao meu amado que com determinação me incentivou e com carinho me aconchegou nos momentos difíceis.

Aos meus irmãos e irmãs que com carinho e firmeza me motivaram nessa jornada e, em especial a minha mana Gleide Gomes da Silva Camargo que, nesses dias decisivos, juntamente com seu esposo e filhos acolheu a mim e minha cachorrinha duquesa em sua casa.

A Coordenação e professores do Curso de Pedagogia do CAC pelo apoio e incentivo.

A direção, professores, funcionários e alunos do CAC, em especial ao bolsista Marcelo Venâncio, e a direção e funcionária da ADCAC, pelo companheirismo.

A Coordenação e professores da Pós-Graduação FE/UFG, em especial Luiz Fernandes Dourado, Ely G. S. Evangelista, João Ferreira de Oliveira, Marcos Loureiro e Walderês Nunes Loureiro, pela confiança, incentivo e carinho durante essa jornada.

As Professoras Dra. Heliane Prudente Nunes e Dra. Izabel Cabrera Ibarra pelas valiosas sugestões no exame de qualificação.

Aos funcionários da FE/UFG que com paciência atenderam minhas solicitações.

A toda equipe do NEDESC, especialmente ao bolsista do PIBIC, Davillas Newton.

A todos entrevistados nessa pesquisa...

RESUMO

Esta pesquisa objetiva reconstruir a história do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás no sentido de estar analisando a trajetória institucional do CAC no âmbito de sua relação com a UFG e PMC e, assim, compreender o processo de implantação e estruturação de cursos nesse Campus Avançado da UFG no município de Catalão. Com efeito, partimos da história social e política que deu origem ao CAC - movimento de criação do CAC e nessa mesma perspectiva investigamos sobre o movimento social e político que redundou na implantação dos cursos. Posteriormente, focamos sobre o movimento nas instâncias institucional e sindical do CAC então forjador da reconfiguração acadêmico-científica e sindical do CAC.

Palavras Chave: Universidade, interiorização, história, política

ABSTRACT

This objective research to rebuild the history of the Advanced Campus of Catalan of the Federal University of Goiás in the sense of being analyzing the institutional path of CAC in the extent of his/her relationship with UFG and PMC and, like this, to understand the implantation process of courses in that Advanced Campus of UFG in the municipal district of Catalan. With effect, we left of the social and political history that created CAC - movement of creation of CAC and in that same perspective we investigated on the social and political movement that was redundant in the implantation of the courses. Later, we focused then on the movement in the instances institutional and syndical of CAC forger of the academic-scientific and syndical of CAC.

Key Words: University, history, political

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa dos municípios que são atendidos pelo Campus de Catalão/UFG 26

Figura 02 - Mapa localização do município de Catalão – Goiás 27

Figura 03 - Placa simbólica da assinatura dos convênios de implantação dos dois primeiros cursos no CAC 54

Figura 04 - Assinatura do termo de convênio entre a UFG e PMC de criação do CAC/UFG 73

Figura 05 - Placa de inauguração do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás – CAC/UFG 74

Figura 06 - Visita do então Ministro da Educação e Cultura Marco Maciel ao Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás – UFG/CAC 84

Figura 07 - O Ministro da Educação e Cultura, Marco Maciel, Conhecendo as instalações do CAC/UFG 85

Figura 08 - Solenidade de entrega da reforma feita nas instalações do CAC/UFG em novembro de 1995 155

Figura 09 - Solenidade de entrega da livraria da UFG/CAC e da reforma das instalações do CAC/UFG em novembro de 1995 155

Figura 10 - Passeata da greve dos professores no ano de 1997 177

Figura 11 - Faixa do Movimento Estudantil do CAC – Diretório Acadêmico dos Cursos de Catalão (DACC) 202

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Demanda pelos cursos oferecidos pelo CAC/UFG 1986 – 1989 103

Quadro 02 - Rotatividde dos professores do CAC/UFG 1992-1995..... 152

Quadro 03 - Quadro funcional do CAC/UFG – 1998 – 2001..... 188

Quadro 04 - Comunidade Universitária do CAC/UFG 2002 189

Quadro 05 - Titulação dos docentes do CAC/UFG em 1995 190

Quadro 06 - Titulação dos docentes do CAC/UFG em 1997 191

Quadro 07 - Projetos de pesquisas do CAC 1995-1997..... 192

Quadro 08 - Distribuição de bolsas de iniciação cientifica nas áreas de humanas e exatas da CAC/UFG 1995-1997..... 192

Quadro 09 - Projetos de extensão do CAC/UFG 1995-1997 193

Quadro 10 - Titulação dos docentes do CAC/UFG em 2002..... 195

Quadro 11 - Docentes do CAC/UFG em qualificação 2002 196

Quadro 12 - Projetos de extensão do CAC/UFG – 1998-2002 197

Quadro 13 - Numero de alunos matriculados no CAC/UFG de 1995 – 2002..... 198

Quadro 14 - Profissionais formados pelo CAC/UFG 1989 - 2001 199

Quadro 15 - Professores por curso ex-alunos do CAC/UFG 2002 200

Quadro 16 - Cidades de origem dos alunos do CAC/UFG 1997 201

SIGLAS

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UFG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CAC – CAMPUS AVANÇADO DE CATALÃO
CAJ – CAMPUS AVANÇADO DE JATAÍ
DEI – DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E INFORMÁTICA

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.

(Maurice Halbwachs)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **11**

1 **O MOVIMENTO DE CRIAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO DE CATALÃO** **15**

1.1 Um Pouco da história de Catalão 16

1.2 Catalão e a educação 20

1.3 A UFG: Um olhar contextualizado entre os anos 60 e 80 30

1.4 Nasce a extensão na UFG 35

1.5 Catalanos "De Mangas Arregaçadas" pelo Ensino Superior 37

1.6 O Movimento entre Extensão e Interiorização 43

1.7 Programa de Interiorização - Projeto que deu origem ao CAC/UFG 51

1.8 A Inauguração do Campus avançado de Catalão 72

2 **MOVIMENTOS POLÍTICOS: IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS CURSOS NO CAC** **79**

2.1 A Experiência de Extensão no CAC 80

2.2 Implantação dos cursos 86

2.3 O Corpo Docente 91

2.4 Outros Cursos de licenciaturas: Outros Termos de Convênio 98

2.5 Nasce a ADCAC 115

2.6 Criação do Regimento Interno do CAC – 1992 117

3 **A RECONFIGURAÇÃO DO CAC** **137**

3.1 A Reconfiguração da ADCAC 138

3.2 A ADCAC frente à "delicadeza" indelicada de uma política universitária Paradoxal 140

3.3 A conta gotas a história continua 158

3.4 A Greve de 1997 – um marco na luta institucional 175

3.5 Um *Mix*: Poderes público: municipal, federal e estadual?.....202
3.6 O que chamamos de consolidação?.....210

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....214

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....219

INTRODUÇÃO

O nosso interesse em pesquisar o Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás (CAC/UFG) se deve ao desejo de escrever a história de uma instituição cuja criação e estruturação tem uma trajetória institucional peculiar, e da qual participamos ativamente. Durante o desenvolvimento dessa pesquisa, seja lidando com as fontes escritas ou orais, estivemos numa luta subjetiva contínua com o nosso objeto, haja vista nosso vínculo profissional e engajamento político na construção institucional do CAC.

O CAC é um Campus Avançado da UFG com sete cursos de graduação: Geografia, Letras, Pedagogia, Matemática, Educação Física, História e Ciência da Computação, e com sete cursos de pós-graduação Lato senso. A sua relação estatutária e regimental com a Universidade ao longo de sua história de criação e implantação de cursos tem sido construída em bases jurídicas, acadêmicas e políticas paradoxais.

Procuramos ao longo dessa investigação problematizar tais paradoxos que se apresentam explícitos no âmbito da infraestrutura, visto que as instalações físicas do Campus não são equivalentes as de Goiânia tanto em termos de salas de aula, estruturação de laboratórios, gabinetes para professores, salas de reuniões, salas de coordenações e outros espaços físicos que na totalidade contribuem na organização da instituição universitária. Questões como estas foram discutidas nesse trabalho no âmbito das políticas de interiorização de cursos da UFG, então implementadas a partir da década de 1980, Nesse sentido, a luz das análises de Gómez, Chaul e Borges fizemos o resgate da história de Catalão e compreendemos sua inserção como Município pólo de desenvolvimento econômico e também sua a relação com a educação superior. Ao tratarmos da educação superior nosso recorte foi a UFG, destarde, a partir de Baldino, Almeida, Ribeiro e Dourado retomamos história do ensino superior em Goiás em sua perspectiva de expansão e interiorização.

Outro problema dessa investigação é sobre a situação ambígua do professor, pois, ele é professor efetivo dos cursos do CAC, mas, seu vínculo empregatício é com a Prefeitura Municipal de Catalão. Juridicamente tal fato se explica devido a Seleção Pública ser realizada pela Prefeitura, portanto, não foi o MEC a editar concurso público.

Nosso trabalho é original, haja vista, que outro dessa natureza ainda não foi realizado, sua história ainda não foi escrita, daí o presente trabalho. Acreditamos na relevância do mesmo, pois no ano em o CAC/UFG completa 20 anos de assinatura de Convênios na implantação de cursos e que a UFG completa 45 anos, procuramos resgatar uma parte de suas histórias.

Quanto à metodologia realizamos uma pesquisa histórica na qual trabalhamos com a investigação de natureza teórica e de campo, com efeito, trata-se de uma pesquisa qualitativa que segundo Ludke e André: [...] a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo" (1986: 11). O objeto estudado foi o Campus de Catalão da Universidade Federal de Goiás, então apreendido como constitutivo de uma trama social e política complexa e dinâmica. Frigotto (1991), discutindo o método dialético em Marx (materialismo histórico), traz á luz algumas perguntas: como, objetivamente é gerado um fenômeno social? Em dada realidade histórica, quais as leis sociais que o constituem? Nessa mesma perspectiva teórica, Ianni explicita uma outra característica fundamental, o fato de o pesquisador não apreender a realidade em sua aparência imediata, mas de toma-la "como misteriosa, e questiona esta realidade até descobrir os seus nexos internos constitutivos, ou seja, a essência do real. Ao mesmo tempo, toma criticamente as explicações prévias existentes sobre essa realidade" (1986: 98).

Trabalhamos com fontes documentais escritas e orais. As fontes escritas são: livros de atas, estatutos regimentos, convênios, ofícios, requerimentos, portarias, decretos, leis, editais de concursos, resoluções,

relatórios, boletins informativos, consulta de periódicos (jornais, revistas), dentre outros.

Quanto às fontes orais, realizamos entrevistas que propiciaram a compreensão das políticas da UFG e do Poder Público Municipal de Catalão no processo de criação do CAC, e o desdobramento político no sentido de se interiorizar a UFG mediante a implantação de cursos, e posteriormente, o movimento da comunidade acadêmica do CAC no escopo da implementação dessa política de interiorização da UFG.

Trabalhamos com a memória, através das entrevistas, percebendo-a como uma construção do passado, portanto carregada de emoções e vivências. Por isso, procuramos ir além da simples indagação de como o CAC foi criado, para perquirir sobre o porquê de sua criação, o que era esperado disso e como, pelos seus construtores, é avaliada hoje - as suas atuações ao longo destes anos de existência do CAC.

Trabalhando com história oral, procuramos explorar a riqueza do depoimento, entendendo como os sujeitos interpretam estes fatos e explorando também a diversidade das interpretações, diferenças e contradições contidas nas narrativas e entre documento oral e escrito.

Trabalhamos com memória fundamentalmente sem nos preocuparmos em indagar se ela é ou não confiável, uma vez que buscamos os seus significados. Sabemos que a memória se transforma com o tempo, através das experiências vividas pelo sujeito e das circunstâncias presentes. Esses fatores norteiam o processo de sua reconstrução do passado de modo a dar sentido à vida dos sujeitos que a retêm, tanto no passado como no presente é o que Alistair Thomson chama de composição.

Recolhemos palavras e com elas os sentimentos daqueles sujeitos que partilharam uma história comum na nossa universidade. Assim tentamos explorar as memórias dos depoentes, fazendo um confronto entre o que as várias memórias justapostas têm em comum e o que as memórias pessoais detêm para si, para, a partir daí, entender os significados do nosso objeto de estudo para aqueles que o construíram.

Numa tentativa de organizar essas reflexões, nosso trabalho é composto de três capítulos, assim divididos:

No primeiro capítulo discorremos sobre a relação entre a história de Catalão, sua constituição como pólo de desenvolvimento econômico na região sudeste do Estado e sua relação com a educação superior.Trabalhamos nesse cenário o movimento político que deu origem ao Campus Avançado de Catalão. Ao tratarmos sobre a educação superior nosso recorte foi a UFG, sobretudo, analisamos a política de interiorização que deu origem ao CAC.

No segundo capítulo, discutimos sobre o processo de implantação de cursos no CAC e as políticas indutoras da carreira docente municipal, assim como, da estruturação dos cursos no Campus mediado por duas instituições públicas, porém de natureza diferente – UFG e Poder Público Municipal.

No terceiro, exploramos o processo desencadeado no CAC no afã de se organizar uma estrutura acadêmico-científica e política sob as bases de um Regimento Interno, e simultaneamente, as ações políticas do movimento docente do CAC no sentido de consolidar a ADCAC (Associação dos docentes do CAC) como interlocutora dos interesses da categoria em sua relação com a Direção do CAC, a UFG, o Poder Público Municipal de Catalão, bem como, com o ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior).

CAPÍTULO 1

O MOVIMENTO DE CRIAÇÃO DO CAMPUS AVANÇADO DE CATALÃO

"A ciência descreve as coisas como são; a arte, como são sentidas, como se sente que são.

(Fernando Pessoa)

1.1. Um Pouco da história de Catalão

A pesquisa que aqui apresentamos é sobre o Campus da Universidade Federal de Goiás (UFG), então denominado Campus Avançado de Catalão (CAC), localizado no município de Catalão, na região sudeste de Goiás à 260 Km de Goiânia (capital). Antes de iniciarmos a história do CAC/UFG vamos situar a história de Catalão o qual remonta ao século XVIII período em que os Bandeirantes, vindos da província de São Paulo, partiam pelos sertões na busca de riquezas minerais (metais e pedras preciosas).

A historia[1] nos conta que em fins de julho de 1722 a bandeira do Anhangüera Bartolomeu Bueno da Silva Filho ao passar pelo Porto Velho, fundado no rio Paranaíba, a fim de penetrar o interior goiano, ali deixou fincada uma cruz de aroeira com a inscrição 1722. Costume este dos bandeirantes e religiosos quando realizavam as suas expedições. Os catalanos (Gomez, 1994: 20) relatam que um padre espanhol natural de Catalunha, então apelidado por Catalão, acompanhava uma das expedições dos bandeirantes resolveu com mais três companheiros se instalar às margens do Córrego do almoço o que deu origem ao arraial. Segundo Cornélio Ramos, o Arraial que deu origem ao município de Catalão foi uma doação de Antonio Manuel a Nossa Senhora Mãe de Deus. Supõe Gomez que a origem do Arraial é confirmada por levantamentos estatísticos então realizados por Cunha Mattos com fins militares, nesse sentido, "Entre 1810, data da doação das terras à capela, deve ter-se formado o núcleo embrionário de igreja-venda-moradores, que já permitiu falar em nascimento de um novo arraial" (1994: 21-22).

---

[1] Ver: GOMEZ, Luis Palacin. História Política de Catalão/ Luiz Palacin Gomez, Nasr Fayad Chaud, Juarez Costa Barbosa. Goiânia: UFG, 1994.
CAMPOS, M. ª das Dores. Catalão: estudo histórico e geográfico. Goiânia: Bandeirantes, 1979.
CAMPOS, M. ª das Dores. Gente Nossa. Goiânia: CERNE,1985.
RAMOS, Cornélio. Curiosos Fragmentos históricos de Catalão. In: Revista do Instituto Histórico-Geográfico de Goiás, nº 11, 1986.
CAMPOS, M. ª das Dores. História e Confissões. Goiânia, O Popular, 1987.

Essa forma de povoamento é denominada de "o patrimônio" e esse modelo deu origem à quase todas as cidades de Goiás, ou seja, a partir de uma doação de terra se levantam uma igreja, a venda/comércio se formando assim o povoado. A estalagem onde começou toda história foi o "ponto de referência aos exploradores" que faziam o percurso São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Com efeito, o arraial foi elevado a vila em 1833 e, da vila de Catalão à cidade de Catalão em 20 de agosto de 1859. Mendonça (1998: 48) supõe que "*o povoado inicial de Catalão tem uma função estratégica, tendo servido como referencial para várias bandeiras que penetraram pelo sertão goiano*", visto que se tornou em passagem obrigatória para os viajantes que transitavam pela região.

A localização geográfica de Catalão exerceu singular influência na estruturação urbana da cidade, bem como, no âmbito da produção agropecuária, pois devido ser ponto de passagem para Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, houve um maior intercâmbio comercial com as cidades desses Estados do que mesmo as de Goiás. No início do século XX, em 1902, Catalão exportava cereais para Araguari e São Pedro da Uberabinha – Minas Gerais. Também exportava produtos como banha, toucinho, charque e manteiga para o Porto de Santos - São Paulo (CHAUL, 1994).

Nos primeiros anos de 1900 era praticamente unânime entre os grupos hegemônicos do poder a idéia de se construir em Goiás a estrada de ferro. Borges explica que a proposta era de os trilhos da Estrada de Ferro Mojiana que iam de Uberaba a Araguari serem prolongados até Catalão. Tal prolongamento iria beneficiar "os oito municípios mais importantes e populosos do Sul goiano (Entre-Rios, Santa Cruz, Morrinhos, Piracanjuba, Bella Vista, Bonfim, Antas e Santa Luzia) e não somente Catalão[2]. Segundo Borges (1990) desde 1880, por meio de um decreto, que se envidavam esforços para se construir em Goiás a estrada de ferro, outrossim, "Este projeto

---

[2] Sabre tal assertiva ver: 1. BORGES, Barsanufo Gomides. O despertar dos dormentes. Goiânia: Cegraf, 1990.
2. Gomez, Luiz Palacin. História Política de Catalão/ Luiz Palacin Gomes, Nasr, Fayad Chaul, Juarez Costa Barbosa. Goiânia: UFG, 1994.

ferroviário colocaria Goiás em contato direto com o Rio de Janeiro e São Paulo, e a cidade de Catalão seria um importante centro de entroncamento ferroviário do Estado" (BORGES, 1990).

Sobre os impasses acerca do prolongamento da estrada de ferro Mojiana até Catalão revelam Borges e Chaul que os grupos econômicos do Triângulo Mineiro, sobretudo os comerciantes de Araguari, fizeram pressão política para retardar ou impedir a construção do ramal em Goiás, pois pretendiam manter sob sua dependência econômica a micro-região do sudeste goiano.

Com efeito, a construção da estrada de ferro foi autorizada em dezembro de 1909 e entre 1912 e 1914 se concluiu o trecho entre Araguari e Roncador sob o qual se liga o ramal de Goiandira a Catalão. Entretanto, o trecho que ligaria Formiga a Catalão enfrentou obstáculos de ordem econômica e, por parte da política mineira houve interesse em retardar a obra, nesse sentido, a ligação Estrada de ferro de Goiás e a Estrada de Ferro de Minas, só veio a ser concretizada na década de 1940. A estrada de ferro foi fundamental para a economia goiana visto ter facilitado a comunicação comercial com os Estados das regiões sul e sudeste do País, pois:

> O quadro econômico começa a demonstrar uma alteração a partir da instalação da via férrea. A região Sul do Estado, mais próxima de Minas e São Paulo, servia de ligação de Goiás com o mercado nacional. Os municípios de Catalão e Corumbaíba, que eram os dois maiores produtores agrícolas por volta de 1916, se encontram em tal divisa. Portanto, as relações comerciais de Catalão com Minas e São Paulo eram naturalmente bem maiores do que com Goiás (CHAUL, 1994, p.124).

Analisa Chaul que no decorrer dos anos 20 Catalão teve um expressivo crescimento econômico numa perspectiva modernizadora com uma vanguarda que aderiu a mecanização da lavoura. Não obstante, as lideranças políticas do município terem uma participação menor no cenário político goiano, ou seja:

> No que tange a chegada dos trilhos a Catalão, é incontestável sua realização e a ascensão produtiva, comercial e financeira que ela gerou. Apesar desse progresso, contudo, sua participação política nas raias do Estado continuou diminuta (idem: 124).

As razões da insignificante participação de políticos catalanos no Poder do Estado foram questionadas por Chaul considerando que assim como em todo o Estado a história de organização institucional dos partidos em Catalão esteve associada aos coronéis locais. Digamos que há controvérsias sobre como explicar tal fato, pois:

> No jogo político coordenado pelos dirigentes da política goiana, naquilo que Itami Campos chama de manutenção da hegemonia através do atraso, Catalão e seu surto desenvolvimentista seriam a antítese do que os grupos dominantes locais gostariam que fosse o desenvolvimento de Goiás? Seria por essa razão que estes grupos políticos dominantes alijam o sul em grande parte e o sudoeste de qualquer participação mais efetiva no controle político do Estado? Acreditamos que não. As oligarquias não poderiam deixar de apoiar um projeto de modernização que reforçasse sua hegemonia de elite, pois seria o mesmo que abdicar de tal situação. Além disso, as relações econômicas eram bem maiores com Minas do que com o próprio Estado. Aí sim, reside a questão básica, pois os vínculos econômicos, sociais e até culturais eram mais intensos com Minas do que propriamente com Goiás. Dessa forma, o surto de desenvolvimento econômico de Catalão não ameaçaria a hegemonia dos grupos dominantes. Pelo contrário.
> Por outro lado, o que também notamos é que os grupos dominantes em nível estadual não tinham nos políticos catalanos parceiros de seus interesses, uma vez que, principalmente para eles o mundo girava em torno de suas famílias, de seus domínios, de seus interesses. Catalão não parecia fazer parte desse universo (CHAUL, 1994, p. 128).

A partir das indagações acima podemos considerar dois fatores que distanciaram as forças políticas catalanas do cenário político Estadual,

quais sejam: um aspecto refere-se a dificuldade de comunicação entre Catalão e Goiás (capital) devido a distancia entre as duas cidades e, portanto, de difícil acesso; outro aspecto é no âmbito das relações sócio-econômicas e culturais, pois, Catalão manteve uma proximidade maior com as cidades de Minas e, até mesmo com São Paulo e Rio de Janeiro.

1.2. Catalão e a Educação

Desde o início do século XX, adentrando a Primeira República, que os educadores brasileiros discutiam e lutavam pela democratização da educação. Em 1907 Carneiro Leão lança o Livro A Educação. Essa discussão se fundamentou na Educação Nova/Escola Nova/Escolanovismo sob a influência de educadores norte-americanos como John Dewey e Willian Kilpatrick. Em 1913, 1919 e 1923 Carneiro Leão publicou O Brasil e a Educação Popular, Problemas de Educação e, Os Deveres das Novas Gerações Brasileiras. Outros se juntaram a ele como José Augusto com Eduquemo-nos (1922) e Afrânio Peixoto com Ensinar a Ensinar (1923). Raul Bitencourt definiu Carneiro Leão como o pioneiro do Movimento Renovador[3].

Na década de 20, os intelectuais que discutiam os problemas da educação escolar do Brasil organizaram o Movimento Renovador e, a partir desse movimento, em 1924 criaram a ABE – Associação Brasileira de Educação. O Movimento Renovador teve na ABE a sua representação acadêmica, política e institucional que objetivou lutar pela estruturação oficial do sistema nacional de educação. Intelectuais como: Heitor Lira, José Augusto, Antonio Carneiro Leão, Venâncio Filho, Everaldo Backeuser, Edgar Sussekind de Mendonça e Delgado de Carvalho, foram fundamentais nas lutas pela democratização da educação escolar brasileira.

---

[3] Ver em: FREITAS, Marcos Cezar de Freitas. Memória intelectual da educação brasileira (Org). et al. Gragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 1999.
Jr, Paulo Guiraldelli. História da Educação. História da Educação. São Paulo: Cortez, 1990.
ROMANELLI, Otaíza de oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis: vozes, 1985.

Com efeito, em 1922 iniciaram as reformas estaduais de ensino. A primeira foi em São Paulo no ano de 1920 – Sampaio Dória; em 1922/23 no Ceará por Lourenço Filho; Segue no Rio Grande do Norte em 1925/28 por José Augusto; Em Pernambuco no ano de 1928 por Carneiro Leão; No Paraná em 1927/28 por Lysímaco da Costa; Em Minas Gerais no ano de 1927/28 por Francisco Campos; em 1928, no Distrito Federal por Fernando de Azevedo; em 1928 na Bahia por Anísio Teixeira. Tais reformas lançaram as bases pedagógicas e políticas das reformas educacionais da década de 30, bem como o futuro processo de discussão para a elaboração de nossa primeira LDBN – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 4024/61. O anteprojeto fora encaminhado a Câmara Federal em novembro de 1948, mas somente em dezembro de 1961 foi votado.

A ABE realizou várias Conferências Nacionais de Educação. A primeira foi em 1927 em Curitiba. No ano de 1931 o Governo Provisório (Getúlio Vargas) criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) com Francisco Campos como ministro. Nesse mesmo ano foi realizada IV Conferência de Educação e lá estiveram a presentes Francisco Campos e Getúlio Vargas. O tema dessa Conferência foi As Grandes Diretrizes da Educação Popular. Nesse cenário havia uma disputa declarada entre os liberais e representantes da igreja católica quanto aos rumos pedagógicos e políticos da educação no Brasil. Os liberais, então protagonistas das lutas pela democratização, gratuidade, obrigatoriedade e laicidade da educação, em 1932 elaboraram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Alguns dos professores que assinaram o Manifesto: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Anísio Spínola Teixeira, M Bergstron Lourenço Filho, Cecília Meirelles, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Roldão de Barros etc.

A efervescência do movimento intelectual não redundou na década de 30 na elaboração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém, em tal contexto, o Governo Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) e o seu ministro Francisco Campos promoveu a reforma do ensino em âmbito nacional, então denominada de Reforma Francisco Campos. Com a Reforma Francisco Campos por meio do Decreto nº 19.850/31 criou o Conselho Nacional de Educação; Decreto nº 19.851/31 - Dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário; Decreto nº 19.852/31 - Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto nº 19.890/31 - Dispõe sobre a organização do ensino secundário; Decreto nº 20.158/31 - Organiza

o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providencias; Decreto nº 21.251/32 - Organiza as disposições sobre a organização do ensino secundário.

De acordo com Luiz Antônio Cunha no início do governo de Getúlio Vargas, em 1930, havia no Brasil três universidades: a do Rio de Janeiro (1920), a de Minas Gerais (1927); e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, criada em 1896 – ainda sem o nome de universidade. Ao fim da era Vargas (1930 – 1945), eram um total de cinco universidades, sendo que a universidade do Rio de Janeiro, desde de 1937, passou a se chamar Universidade do Brasil. A escola de Engenharia de Porto Alegre foi denominada Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, em 1932, e, a partir de 1934, de Universidade de Porto Alegre. Em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo e, em 1940, no Rio de Janeiro, as Faculdades Católicas – que deu origem a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. A Universidade do Distrito federal, criada em 1935 foi, em 1939, absorvida pela então Universidade do Brasil. Quanto aos estabelecimentos isolados eram 293.

Embora a Universidade do Rio de Janeiro e de Minas Gerais tenham sido criadas na década de 1920, o Estatuto das Universidades Brasileiras só foi decretado em 1931 com a Reforma Francisco Campos mediante o Decreto – Lei 19.851/31, no qual se definiu pelo modelo único de organização didático-administrativa do ensino superior, contudo, flexível a certas variações regionais. Duas formas de organização do ensino superior foram então admitidas: a universidade e o instituto isolado. A universidade poderia ser oficial (mantidas pelo governo federal ou estadual) ou livre (mantidas por fundações ou associações particulares).

Sobre a Educação em Catalão, Chaul (1994, p. 126) explica que, desde as primeiras décadas do século XX, "Foram intensos os vínculos educacionais com o Triângulo Mineiro e Rio de Janeiro, para onde se deslocavam vários estudantes em busca de sua formação". Não obstante, considerando que, em âmbito nacional, Goiás se situava numa posição periférica tal característica tendeu a predominar em todo Estado, embora, aos 24 de fevereiro de 1903, tenha sido funda da a Academia de Direito de Goyas e, segundo Baldino (1991):

> Embora a Academia esteja inserida num Estado de pouca relevância nacional, num momento de tímidas condições de

> infraestrutura e desenvolvimento regional, trata-se de uma das primeiras do país, sendo precedida pelas de Recife, São Paulo, Salvador, Rio de Janeiro e Belo Horizonte que no momento representavam pólos mais dinâmicos da economia nacional (BALDINO, 1991, p. 54).

A criação da Academia de Direito de Goyas[4] decorreu da Lei nº 186 de 13 de agosto de 1898 e depois de instalada em 1903 veio a funcionar por sete anos, pois, em 1907 foi provisoriamente fechada por motivos econômicos, qual seja: carência de recursos financeiros. Em 1916 foi criada a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais sendo também fechada em 1920 em decorrência de divergências entre a direção e os docentes. Em 1921 foi criada a Faculdade de Direito de Goiás e funcionou por uns cinco anos. Também nesse mesmo ano ressurge a antiga Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, a Escola de Direito de Goiás, à qual o Estado reconhece por meio da Lei nº 103, de 19 de março de 1937.

No ano de 1924 o 2º Vice-Presidente do Estado, em exercício, Miguel da Rocha Lima, por meio da Lei nº 745 de 13 de junho de 1924, validou os diplomas expedidos pela Escola de Farmácia e Odontologia (BALDINO, 1991, p. 57). Dessa feita, em Goiás, nos anos 20, além da criação de instituições de ensino superior na área jurídica também foram criados dois cursos das áreas biológicas e tais cursos evidenciam um interesse dos grupos hegemônicos em se oferecer cursos superiores das denominadas profissões liberais. Esta tendência no Brasil existe desde a criação das primeiras instituições de ensino superior e, segundo Fernando Azevedo *apud* Baldino (1991, p. 57) tal predisposição advém de o ideal de homem culto que, por sua vez, deu suporte as famílias abastadas, seja a elite rural ou a elite urbana, que buscavam formar seus filhos em profissões tidas como nobres e que também os preparavam para a assunção de cargos administrativos no poder político,

---

[4] Sobre esse assunto ver: BALDINO, José Maria. Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia – Da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80. Goiânia/Go. 1991. Faculdade de Educação – UFG. Mestrado em Educação Brasileira (Dissertação – Mimeo).

enfim, eram cursos voltados para uma formação profissional e com uma perspectiva de contínua ascensão social.

Nesse sentido as famílias abastadas de Catalão, assim como as demais de nosso Estado, também buscaram proporcionar aos seus filhos uma formação que os qualificassem para assumir determinados cargos políticos e, conseqüentemente, projetavam com isso sua ascensão social.

Embora o município tenha tido um crescimento econômico até os anos de 1920 tal tendência sofreu alterações a partir da década de 30, assim explica Chaul (1994):

> Ao mesmo tempo, pela abertura de modernas vias de comunicação, Goiânia tornou-se o meio de integração com o exterior e também da integração das diversas regiões do Estado de Goiás, servindo assim aos interesses do Sul e do Sudoeste goiano.
> Dessa Forma o Sudeste que, com seu centro maior em Catalão, protagonizara o crescimento demográfico, comercial e mesmo agrícola nas três primeiras décadas do século, a partir de 30 vai ficando num desvio da corrente de modernização, que em ritmo acelerado vai transformando Goiás. Nas quatro décadas que se estendem entre 1930 e 70 – data inicial do novo período de expansão em virtude da mineração -, Catalão continua seu crescimento, mas sempre ao passo moderado das áreas periféricas (CHAUL, 1994, p. 179).

Chaul (1994) aponta alguns pontos para se entender a queda do crescimento de Catalão em relação aos demais municípios. Embora haja controvérsias a respeito do real índice populacional do município entre os anos de 1920 e 1940 indica-se que houve uma redução no crescimento demográfico do município desde os anos de 1930. Explica o autor que tal redução populacional não se explica pelo fato de Goiandira e Cumari terem se desmembrado em 1931 ao se emanciparem.

Explicita que nos anos 40 a região sudeste apresentou uma queda no "valor da propriedade, as inversões de capital, a atividade comercial e, inclusive, a produção agrícola e pecuária" (idem: 181). Com efeito, com

uma produção econômica em baixa tendeu a uma inexpressiva participação política no Estado o que "deve ter influído numa retração da vida política à participação e interesses puramente locais. O político de Catalão é o político do município e para o município, quase sem vinculação com o mundo exterior. E sempre são as mesmas famílias e os mesmos grupos que participam deste jogo privativo" (ibdem: 181).

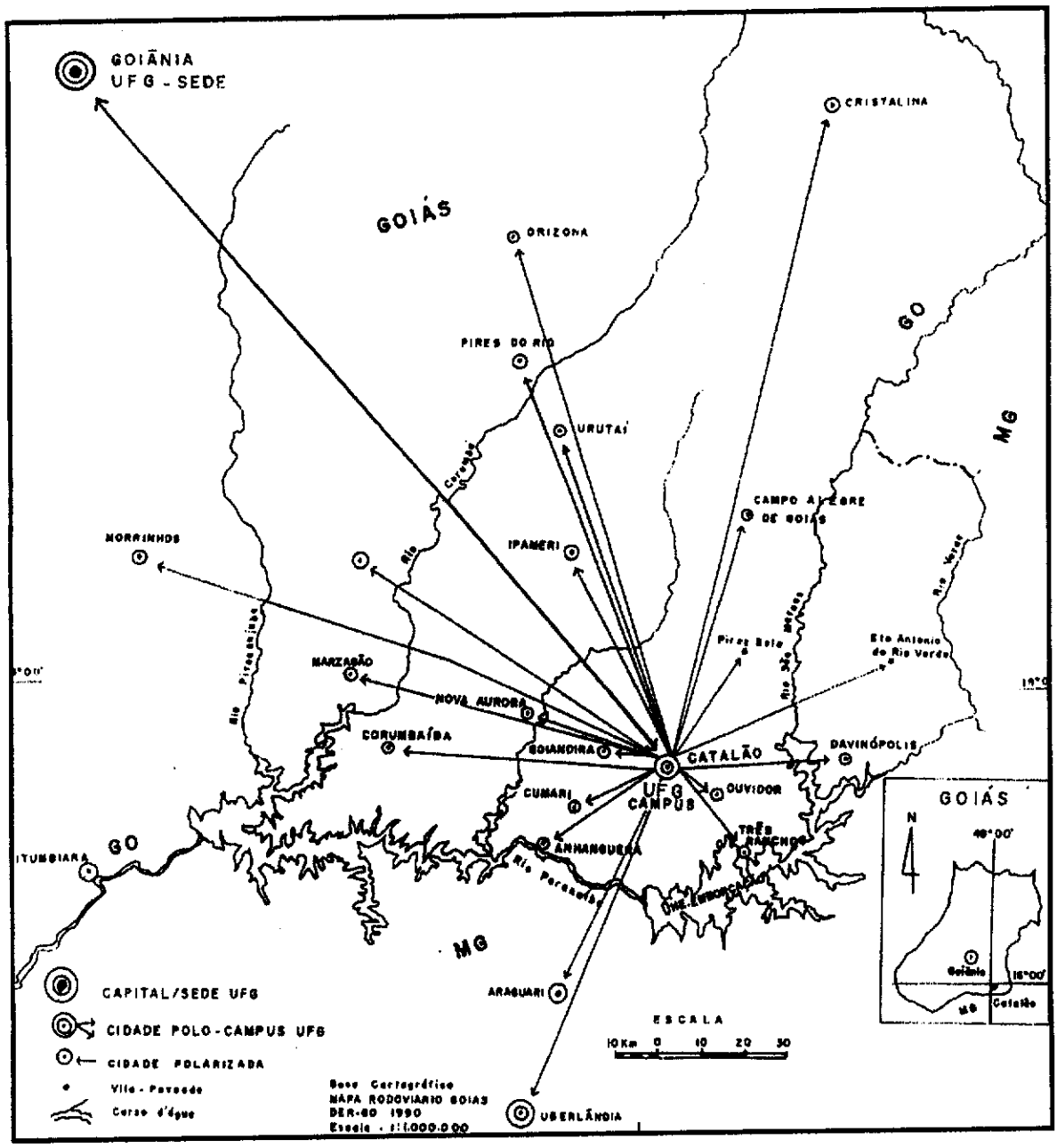
Referente aos anos 30, Goiás sob o Governo do interventor Pedro Ludovico Teixeira[5] viveu-se o período de construção da nova capital do Estado, qual seja, Goiânia[6]. No contexto nacional Getúlio Vargas havia assumido o Governo do Palácio do Catete depois de consolidada a denominada Revolução de 30. Foram quinze anos de mandato sendo que entre 1937 e 1945 Getúlio instaurou o Estado Novo.

De acordo com Mendonça foi ao segundo meados da década de 50, a partir das políticas de interiorização implementadas pelo Governo Juscelino Kubsticheck, que teve como marco a construção da nova capital do Brasil – Brasília – na região Centro-Oeste, estando a 298Km de Catalão, que mudanças significativas passaram a ocorrer no município. Concomitante a construção de Brasília se construiu a BR-050 que, por sua vez, possibilitou a Catalão e demais cidades da microrregião sudeste (Goiás) uma proximidade maior com Brasília e os grandes centros econômicos e culturais do País (São Paulo e Rio de Janeiro). Conformexplicamos anteriormente, Catalão por se localizar na divisa entre Goiás e Minas Gerais, a poucos quilômetros das cidades do Triângulo Mineiro (Araguari, Uberlândia e Uberaba), construiu uma história de maior proximidade econômica e sócio-cultural com tais cidades. Apresentamos dois mapas, quais sejam: o mapa 1 é o do Estado de Goiás onde destacamos a denominada Microrregião sudeste. Quanto ao 2 é o do município de Catalão tendo como destaque a sua relação fronteiriça com os outros Estados.

---

[5] No ano de 1932 Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor do Estado substituindo assim a Junta Revolucionária.

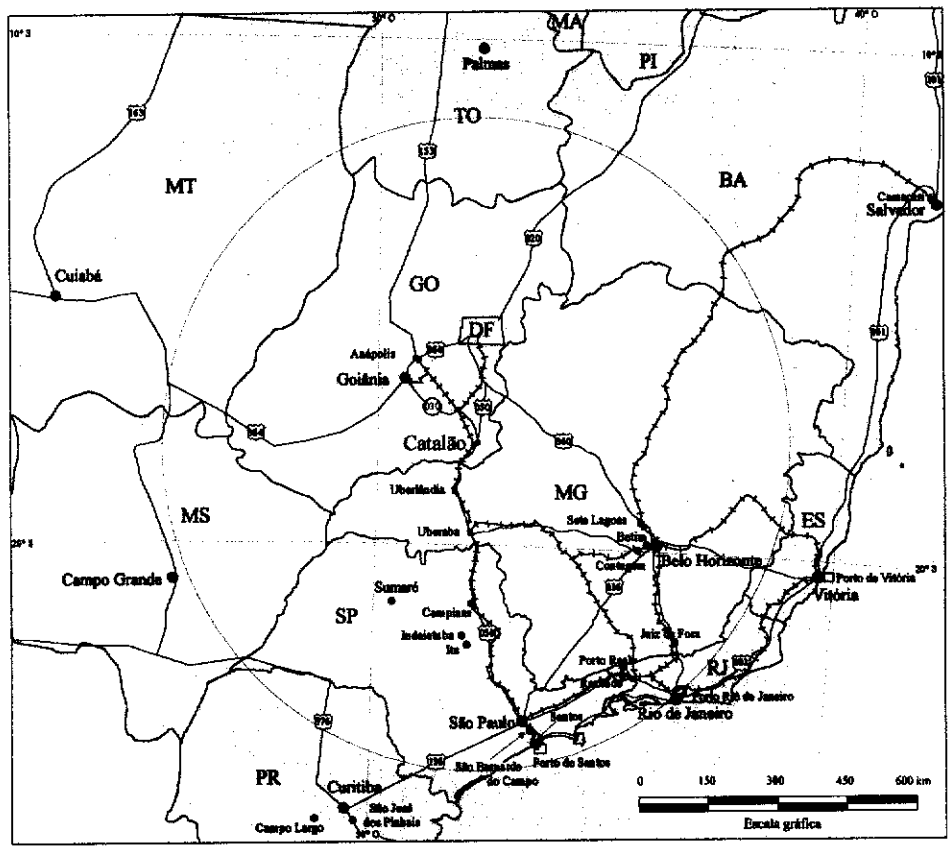
[6] Segundo Palacin, em 1932 foi lançada a idéia e aos 20 de dezembro com o decreto 2737 foi nomeada a comissão que escolheria o local onde seria construída a capital. Em 1933 foi iniciada a construção. Em 1934 Pedro Ludovico Teixeira então candidato do Partido Social Republicano (PSR) – o partido da revolução – foi eleito pela Assembléia Legislativa a Governador do Estado de Goiás. A vitória de Pedro Ludovico sobre o candidato da oposição (Coligação Libertadora Goiana – LCG) "significava a ratificação da vontade popular da mudança da capital" [...] (Palacin, 1976: 65). Em 1935 houve a chamada mudança provisória e, em 1937, pelo decreto nº 1816, então publicado no Correio Oficial no dia 25 de março determinou-se a transferência definitiva da capital para Goiânia. Ver: PALACIN, Luiz. Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás. Goiânia: Oriente, 1976.



Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus de Catalão – Relatório de Gestão 1998/2003

FIGURA 01: Mapa dos Municípios que são atendidos pelo Campus de Catalão/UFG. Org. Idelvone Mendes Ferreira.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO - GOIÁS



Catalão: Distâncias dos principais centros consumidores (por rodovias)

Cidades	Rio de Janeiro	São Paulo	Belo Horizonte	Uberlândia	Anápolis	Goiânia	Brasília
Distância (km)	1.171	738	560	110	287	259	298

LEGENDA
- Raio de 1.000 km a partir da cidade de Catalão-GO
- Rodovias federais
- Rodovia estadual
- Ferrovias
- Portos
- Capitais de estado
- Cidades onde se localizam montadoras de automóveis
- Outras cidades

FONTE:
Adaptado de Simielli, Maria E. Geoatlas básico, 1999. p. 51.

ORGANIZAÇÃO:
Ronaldo da Silva

Cartografia digital:
Elias Ferreira de Barros
Loqandra Borges de Moraes

FIGURA 02: Mapa localização do Município de Catalão – Goiás. Org. Profº Ronaldo da Silva

A construção de Brasília e, simultaneamente, a construção das rodovias Belém – Brasília BR-156 e BR-50, contemplava o projeto de interiorização do Governo JK visando a expansão e desenvolvimento do País em regiões ainda pouco exploradas pelo capital como as regiões norte e centro-oeste. Dessa feita via BR – 50, o município de Catalão passou a integra a Região Geo-econômica de Brasília. Nesse sentido, o intercâmbio comercial entre Goiás e as regiões econômica e politicamente hegemônicas (Sul e Sudeste) tenderam a se intensificar. Mediante as perspectivas de desenvolvimento e crescimento de Goiás houve um maior impulso no processo de criação de uma Universidade em nosso Estado, não obstante, no final da década de 50, duas frentes institucionais disputavam no MEC a aprovação de tal projeto, quais sejam: de um lado a igreja católica e, de outro, a maçonaria, representantes do movimento estudantil e de intelectuais que defendiam a criação de uma instituição pública e federal de ensino.

Dessa disputa resultou que em 1959 a partir da junção de faculdades isoladas (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Belas Artes e Arquitetura, Faculdade de Ciências Econômicas, de Serviço Social, de Enfermagem e Faculdade de Direito) foi criada a Universidade de Goiás (Católica).

Quanto a Universidade Federal de Goiás (UFG) foi criada no ano seguinte em dezembro de 1960 com a justaposição de cinco escolas superiores, como ocorreu com várias outras no Brasil: Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, a Escola de Engenharia, o Conservatório de Música e a Faculdade de Medicina. Em 1962 a UFG cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, no ano seguinte funda a Escola de Agronomia e Veterinária. Em 1964 o Instituto de Matemática e Física iniciou suas atividades.

O período de estruturação das duas Universidades de Goiás culminou com o Regime Militar que se instaurou em nosso país desde o Golpe Militar de 1964. Anterior aos anos de regime militar a década de 60 iniciou sob a influência do espírito desenvolvimentista, da modernização, do

nacionalismo e, também da redemocratização e lutas sociais. Os anos de 1946 a 1963, depois de desencadeado o processo de redemocratização com a eleição do General Eurico Gaspar Dutra a tendência ideológica foi de se governar sob égide do populismo numa tentativa em articular os interesses do capital internacional e nacional aos interesses das classes populares. Entretanto, no âmbito da relação capital e trabalho, as contradições se intensificaram e, com efeito, a fim de conter o avanço dos movimentos sociais a burguesia nacional e internacional, juntamente com as forças armadas, deu o Golpe Militar em março de 1964.

Quanto ao crescimento econômico do município de Catalão digamos que este veio ter uma nova arrancada a partir da década de 70 e, segundo Mendonça (1998):

> A modernização brasileira – compreendida como processo de integração do território nacional, a partir da construção de infra-estrutura, políticas e creditícias e incentivos aos capitais externos – promoveu transformações bruscas na paisagem urbana e rural. Após 1970, quando são implantadas industrias de extração mineral, Catalão começa a apresentar um novo quadro, quantitativamente marcado pela incorporação capitalista, tanto no campo quanto na cidade (MENDONÇA, 1998, p. 45-46).

Nesse sentido, foi a partir da década de 70 com a instalação das empresas mineradoras em Catalão que houve um novo surto de crescimento urbano da cidade e, conseqüentemente, o município veio a se tornar em pólo de desenvolvimento econômico da micro região. Empresas como Goiasfértil Fertilizantes S/A - hoje denominada de Fósfertil[7], como a Copebrás e a Mineração Catalão têm realizado a exploração das reservas de jazidas de Fosfato, de Nióbio, de Titânio, Vermiculita, e Terras Raras. A entrada de sulistas e paulistas moderniza a agricultura "objetivando aproveitar os extensos chapadões para o cultivo de soja". Mendonça (1998, p. 47) explica

[7] Tal empresa foi criada em 1977 como empresa estatal (Fertilizantes Fosfatados S/A Fósfertil), porém, com o Programa Nacional de Desestatização a empresa foi em agosto de 1992 privatizada.

que tal processo resultou na concentração fundiária no município e, por outro lado, possibilitou a minifundialização – "responsável pela produção de subsistência e pela produção de cultivos especializados ao mercado".

Historicamente a década de 1970 foi significativa para Catalão, pois com a instalação das mineradoras o município retoma seu crescimento econômico, bem como, um novo impulso para a urbanização da cidade. Nesse período os políticos da cidade têm a iniciativa de buscarem junto às entidades de ensino superior públicas e privadas e junto às autoridades governamentais apoio no intento de se criar na cidade cursos superiores.

1.3 A UFG: Um olhar contextualizado entre os anos 60 e 80

Como vimos consolidação do ensino superior em Goiás ocorreu no final dos anos 50 quando em 1959 foi criada a Universidade Católica e no ano seguinte, 1960 – a Universidade Federal de Goiás. A criação simultânea de duas Universidades em Goiás resultou de uma disputa acirrada entre os defensores do ensino público – representado pela Maçonaria - e os do ensino confessional – representado pela Igreja Católica. Baldino (1991) analisa que o conflito entre a Maçonaria e a Arquidiocese de Goiânia não tinha apenas um tom local pela disputa do espaço institucional do ensino superior, mas se configurava na briga nacional do ensino público versus o privado - que naquela ocasião era majoritariamente católico.

Até o final da década de 60 foram criadas e efetivadas as seguintes instituições de ensino superior: Universidade Católica de Goiás (1959), Universidade Federal de Goiás (1960), Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão (Anápolis – 1961), Faculdades de Ciências Econômicas de Anápolis (1962), Escola Superior de Educação Física de Goiás e Faculdade de Direito de Anápolis (1969). A partir de um levantamento feito na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (ALEG) Baldino identificou inúmeros atos que autorizavam o Governo a criar instituições de ensino superior, assim como leis de criação de faculdades em várias cidades, com efeito: É interessante observar que os atos legais acima identificados expressam dois canais através dos quais perpassam os projetos políticos que criam instituições

educacionais de nível superior em Goiás, na esfera pública estatal:iniciativas do Governo,iniciativas da Assembléia Legislativa.

Embora os atos do Executivo e do Legislativo tivessem criado inúmeras faculdades em municípios com o status de pólo de desenvolvimento, como: Em 1948 – Universidade do Brasil Central, em Ceres e Goiânia; em 1959 – Faculdade de Filosofia do Estado de Goiás; em 1961 – Faculdade de Filosofia de Rio Verde; em 1963 – Faculdade de Filosofia do Norte Goiano, em Ceres; em 1963 – Faculdade Filosofia do Vale de São Patrício, em Ceres; Em 1964 – Faculdade de Filosofia de Jataí; em 1967 – Faculdade de Direito, Farmácia, Odontologia e Medicina em Anápolis; em 1967, Universidade Estadual de Anápolis e, em 1968 – Faculdade de Filosofia da cidade de Goiás, em Goiás, tais faculdades não se efetivaram até o ano de 1969 (BALDINO, 1991, p. 92), indicando assim, que "Aquelas integrantes da política de interiorização não foram, praticamente todas, implantadas, em especial, a tendência expressa pela criação das Faculdades de Filosofia na década de 60". Também constata que o ensino de natureza pública predominou sobre o de natureza privada e/ou confessional (evangélica e católica).

Os anos 60 foram para Goiás o divisor de águas no cenário educacional, considerando a criação da UCG (1959) e da UFG (1960), complementado ainda pela criação da Universidade de Brasília em 1961. Segundo eles a criação de três universidades no centro oeste, em três anos consecutivos, não foi um acaso e sim resultado de uma política de interiorização iniciada por Vargas e concluída por Juscelino Kubtisckh, com "a construção de Brasília e a transferência da capital federal que significou o coroamento da Marcha para o Oeste" (MACÊDO e VAZ, 2004, p. 51).

A UNB exerceu grande influência no campo acadêmico-universitário pela sua proposta de modernização, de racionalização e de culturas tecnológicas, então defendidos por alunos e intelectuais em âmbito nacional. Brasília foi também planejada e construída sob o paradigma da modernização, da racionalização e do desenvolvimento o que, por sua vez, requereria uma Universidade assentada nos princípios de tal modernização,

nesse sentido, de acordo com Cunha (1989), a criação da UNB atingiu dois objetivos conjunturais básicos:

> 1. em primeiro lugar, a necessidade de manter junto à burocracia governamental uma reserva de especialistas de alta qualificação [...]
> 2. [a necessidade de] criar um paradigma moderno para o ensino superior brasileiro [...] capaz de influir nos rumos das universidades e escolas. (CUNHA, 1989, p, 169-170).

Nos anos 60, no âmbito do movimento estudantil, as reivindicações eram no sentido de se realizar uma reforma universitária que permitisse a superação do modelo arcaico, atrasado e autoritário das universidades brasileiras, bem como, pela ampliação de vagas e criação de novos cursos, além do que, construir uma política acadêmica democrática e de maior proximidade com a realidade sócio-cultural do país. Dessa feita, a UNB tendeu a se configurar como o paradigma moderno, crítico e democrático de universidade frente ao modelo vigente.

Em tal contexto, a UFG foi criada (1960) e, segundo Ribeiro (1989):

> [...] no discurso de sua instalação, realizado pelo seu primeiro reitor, prometia-se empenho na construção de uma universidade moderna, voltada para a realidade goiana e brasileira, desvinculada do que se consideravam padrões clássicos de universidade, ou seja, com unidades isoladas, transmissoras de uma cultura considerada estanque e de puro gosto especulativo (RIBEIRO, 1989, p. 39).

Entretanto, após o Golpe Militar de 64, vários segmentos sociais e instituições educacionais sofreram intervenção agressiva dos Governos Militares que, por meio de Atos Institucionais[8] cercearam toda forma

[8] O Ato Institucional nº 1 (AI-1), assinado em abril de 1964, pelo Supremo Comando Revolucionário, se caracterizou por ter fortalecido o poder do Executivo e, em contrapartida, enfraqueceu o poder do Legislativo e manteve o poder Judiciário sob controle. Segundo Germano (1993: 56), ao Presidente da República foi dado o

de mobilização política de caráter contestatório ao bloco de poder hegemônico (Regime Militar).

A UFG também sofreu tais perseguições sendo inclusive identificada como "um foco comunista" o que segundo Dourado:

> O impacto político-ideológico do golpe militar ecoa em Goiás. Em relação ao ensino superior, várias medidas foram adotadas, entre as quais destaca-se a instalação de Comissão de Inquérito que resultou na aprovação de intervenção federal na Universidade Federal de Goiás [...].
> O resultado dos trabalhos dessa Comissão de Inquérito determinou a nomeação de Reitor *pro tempore* pelo CFE, suspendendo-se a autonomia da UFG, pela Portaria n. 31 de julho de 1964 [...] (DOURADO, 2001, p. 52).

A estruturação da UFG ocorreu durante a Ditadura Militar e sofreu a intervenção do Governo Federal conforme a política adotada pelo

---

poder de: introduzir emendas na Constituição; de legislar nas áreas financeira ou orçamentária; decretar Estado de Sítio. Ao fazer uso de sua legalidade extraconstitucional (AI-1), Castelo Branco (Sader, 1982: 154), num período de 60 dias, cassou o mandato de 378 políticos (55 deputados federais, 146 oficiais das Forças Armadas foram passados à reserva) e colocou sob intervenção sindicatos de operários, fechou as entidades estudantis, camponesas e de soldados. O poder dos militares foi ampliado com o AI-2 (assinado em outubro de 1965) que, além de incorporar as prerrogativas do Executivo (já contidas no AI-1), extingue todos os partidos políticos e reafirma que o Presidente e Vice - Presidente seriam não mais eleitos pelo voto popular, mas sim, por um Colégio Eleitoral, composto pelos membros do Congresso e em sessão pública com a declaração de voto dos congressistas (voto nominal). Depois de extintos todos partidos, duas outras leis foram fixadas (lei nº 4.740 de 15/06/65 e ato complementar nº 4 de 20/11/65) e dispõem sobre as normas de criação de partidos (bipartidarismo), no caso, foram criados os partidos: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Em fevereiro 1966 foi fixado o AI-3, ele estabelece que os governadores não mais seriam eleitos pelo sufrágio universal, mas sim, pela forma indireta, ou seja, pela maioria absoluta das respectivas Assembléias Legislativas. Também as eleições de prefeitos das capitais deixariam de existir e seriam transformados em cargo de confiança, então, nomeados pelos governadores. Devido o Poder Executivo sobrepor-se ao Legislativo por meios dos Atos Institucionais 1 e 2 e, especialmente, quando o Executivo resolve criar a Constituição de 1967 em substituição a de 1946, sem a participação efetiva do Congresso nacional, acirram-se o conflito entre parlamentares oposicionistas e o Executivo o que resultou em cassações de mandatos e no fechamento do Congresso Nacional. Depois de formulada a Constituição de 1967 o Executivo convoca o Legislativo para discuti-la e ratificá-la, pois tal procedimento assegurava sua legitimação tanto interna, quanto externa. Ao mesmo tempo em que a Constituição de 1967 institucionalizou o Estado de Segurança Nacional ela, segundo Germano, possibilitou espaços democráticos que resultaram na articulação e mobilização de grupos de oposição no período de 1967 – 1968 (movimento estudantil, movimento sindical de trabalhadores) e, conseqüentemente, em 13 de dezembro de 1968, foi outorgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5) como mecanismo de repressão do Estado Militar a qualquer espécie de movimento político contrário aos ditames da ditadura militar. O AI-5 foi a atadura que fez valer as prisões arbitrárias, torturas e assassinatos de presos políticos e, também, silenciou/censurou a imprensa, a educação e a cultura. Enfim, o Poder Executivo (Forças Armadas e Aparato Repressivo) usou de total autonomia para governar, sem que o Congresso Nacional e nem o Poder Judiciário pudessem interferir (GERMANO, 1993: 57-65).

Regime Militar que, em 1964 tropas militares também invadiram a UNB destituindo o então reitor Anísio Teixeira e efetuou prisões de professores e estudantes e, depois de um Inquérito Policial Militar, foram demitidos treze professores. A UNB sofreu mais duas invasões, em 1965 e em 1968. Tais ações militares (invasões, intervenções e demissões) também ocorreram na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e na Universidade de São Paulo (USP). Dessa feita:

> O que observamos, na lista dos punidos, é a inclusão de pessoas constantes de acusações anteriores e absolvidas na instância judicial e que agora, pela força incontestável do AI-5, eram excluídas, de uma vez por todas, da vida universitária brasileira. Isso provoca a chamada "evasão de cérebros" para universidades e centros de investigação localizados no exterior. Ao AI-5 segue-se o Decreto-lei 477/69 que reprimia duramente qualquer possibilidade de crítica política, no âmbito do sistema educacional, e o Ato Complementar nº 75 de 21-10-1969, assinado pela Junta Militar, que decretava o fim da carreira científica dos pesquisadores atingidos pelos Atos Institucionais, ao impedi-los de não somente trabalhar nas universidades, mas também de realizar pesquisas em instituições direta ou indiretamente subvencionadas pelo Estado, violando desse modo, um dos princípios fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem, o direito e a liberdade ao trabalho (GERMANO, 1993, p. 111).

Com efeito, muitos dos professores e pesquisadores que não foram para o exterior fundaram centros de estudos não vinculados as Universidades, por exemplo, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) que se apoiando em financiamentos externos foi uma grande contribuição a consolidação das ciências sociais no Brasil. Compreendemos que sob a hegemonia do Regime Militar as universidades brasileiras tiveram perdas no campo de sua produção acadêmica e científica visto que, além do estado de terror criado pelas invasões e intervenções militares, também houve a perda de inúmeros intelectuais e cientistas que, por sua vez, significou

prejuízo no campo da produção científica, ou seja, uma dispersão do capital científico[9].

1.4. Nasce a extensão na UFG

A Reforma Universitária - Lei nº 5.540/68 - instituiu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como modelo único das universidades brasileiras, significando, assim, que a produção universitária deve ser mediada por estas três áreas da produção acadêmico-científico. No campo da pesquisa, as universidades de tradição como UFRJ, USP, UFMG e outras, tiveram perdas irreparáveis em função das arbitrariedades do Regime Militar, quanto prejuízo, também não representou as universidades em processo de estruturação como a UFG, então criada em 1960. Entendemos que a produção da pesquisa em universidades depende de uma política de investimento econômico na organização da infraestrutura – desde prédios, diversos materiais e aparelhos tecnológicos, a formação e aquisição de capital humano científico. O modelo único (ensino, pesquisa e extensão), então reivindicado pela UNE (União Nacional dos Estudantes) e por inúmeros intelectuais e cientistas brasileiros foi contemplado pela Reforma Universitária, embora, paradoxalmente, a conjuntura política que realizou tal reforma, seja a mesma que prendeu e expulsou estudantes e professores/pesquisadores que lutavam não só pela reforma universitária, mas, especialmente, por uma instituição de ensino superior pública, gratuita, laica e, certamente, democrática e crítica.

A expansão das universidades também se desenvolveu pela extensão[10] universitária ao ter sido contemplada pela Lei nº 5.540/68[11]. Inicialmente a prática pedagógica

---

[9] O conceito de capital científico está intrinsecamente associado à autoridade científica, pois, no campo científico o processo de produção de capital científico passa por uma luta concorrencial em que os cientistas buscam entre os seus pares que, por sua vez, são também seus concorrentes, o reconhecimento científico, ou seja: "[...] "espécie particular de capital social: acumular capital é fazer um "nome", um nome próprio, um nome conhecido e reconhecido, marca que distingue imediatamente seu portador, arrancando-o como forma visível do fundo indiferenciado, despercebido, obscuro, no qual se perde o homem comum. (Bourdieu, 1983, p: 138).

[10] Para um maior aprofundamento ver: SOUZA, Ana Luiza L. A História da extensão universitária. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000 e também os estudos de SILVA, Maria das Graças Martins. A face social da universidade? Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000 e ainda os estudos da professora ALMEIDA, Zeneide Carneiro Magalhães de. A extensão universitária: uma terceira função. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1991.

da extensão universitária esteve associada ao Projeto Rondon[12], no sentido de se estabelecer uma integração entre universidade e sociedade sob a ideologia da segurança nacional, do desenvolvimento e interiorização, na qual, professores e estudantes estariam desenvolvendo cursos e serviços junto a comunidades do interior brasileiro, especialmente, de regiões carentes. Apesar de vinculado ao MINTER e não ao MEC, o Projeto Rondon atraiu os estudantes universitários, objetiv ando, assim, aproximá-los dos problemas nacionais numa perspectiva de desenvolver práticas de cooperação e não às disseminadas pelos movimentos estudantis de natureza crítica e subversiva. "O Projeto Rondon propõe a si próprio influenciar a Universidade para que tal sistema adeque-se às exigências do processo de desenvolvimento que se pretendia instaurar no país" (SOUZA, 2000, p. 62).

O poder legal e de caráter repressivo dos Atos e Decretos Institucionais garantiram a disseminação da ideologia assistencialista do Projeto Rondon, mas, na efetivação de suas atividades alguns problemas são apontados - a não continuidade regular das atividades, então prejudicadas pelo contínuo revezamento das equipes, bem como, a curta duração dos estágios, isto é, entre uma operação e outra, que aconteciam em períodos de férias, o espaço de tempo foi considerado relativamente longo. A fim de suprir tais deficiências as universidades criaram **Campi** Avançados, cuja estruturação esteve vinculada às atividades desenvolvidas pelo Projeto Rondon. Nesse sentido, os **Campi** Avançados são legalizados pelo Decreto-Lei nº 405 de 31 de dezembro de 1968, para então atuar em dois planos: 1. veiculo de integração nacional e, 2. campo de aplicação para as pesquisas e o conhecimento produzido na Universidade (ALMEIDA, 1991).

---

[11] Art. 20 – As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados de pesquisa que lhe serão inerentes.

[12] O Projeto Rondon teve como protagonista o professor Wilson Choeri e foi instituído pelo Decreto nº 62.927/68 – como Grupo de Trabalho Projeto Rondon. No ano de 1970 – Decreto nº 67.505, então denominado Projeto Rondon, esteve ligado como órgão autônomo, de administração Direta, ao Ministério do Interior. Em 1975, pela Lei nº 6.310, passou a Fundação Projeto Rondon. "A maioria dos dirigentes do Projeto, desde sua criação, quase sempre foram militares de orientação nacionalista" (Silva, 2000: 61). Coincidentemente, foi no I Seminário sobre Educação e Segurança Nacional, no Rio de Janeiro, em 1966, tendo a participação de professores, militares (instrutores da Escola do Comando e Estado-Maior das Forças Armadas) e representantes de docentes da Universidade do Estado da Guanabara (hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ) que se definiu a concepção base do Projeto Rondon. Sobre esse assunto ver: Almeida (1991); Silva (2000); Souza (2000).

De acordo com o MINTER, o Projeto Rondon, os **campi** avançados e os CRUTACs (Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária) representavam extensão da Universidade na medida que promoviam estágios supervisionados em regiões menos desenvolvidas no interior do País e, portanto, propiciavam "aos universitários brasileiros o aprendizado indireto, através da ação integrada, em contato com a realidade nacional em seus múltiplos aspectos" (ALMEIDA, 1991, p. 42).

Na UFG, tais atividades foram implementadas a partir da criação dos **campi** avançados, o primeiro em 1972 no Estado do Piauí – Campus Avançado de Picos[13], implantado mediante um convênio entre a Universidade, a Prefeitura local e o Projeto Rondon. A extensão universitária, na forma de estágios rurais (na área da saúde), teve inicio na cidade de Nerópolis. Com a implantação do CRUTAC em Firminópolis (1975), tais atividades também foram ali desenvolvidas e, em 1980 o CRUTAC passou a denominar-se Campus Avançado de Firminópolis atendendo também a outras localidades próximas (Proposta para o Programa de Interiorização dos Cursos da UFG, 1995, p. 06).

Foi em meio a esse cenário da UFG, que Catalão pleiteou pela primeira vez a criação de uma Instituição de ensino superior no município.

1.5. Catalanos "De Mangas Arregaçadas" pelo Ensino Superior

Nos anos de 1970, no município de Catalão, parlamentares do partido da situação (ARENA - Aliança Renovadora Nacional), iniciaram uma busca junto a Instituições de Ensino Superior objetivando a criação de uma faculdade em Catalão. A primeira solicitação trata-se de um Requerimento[14] do Deputado Ênio Paschoal encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (ALEG), em 1971, requerendo a criação de uma Faculdade de Filosofia em Catalão. O documento chama atenção para a [...] "posição geográfica e

[13] A partir de 1985, foi transferido para a Universidade Federal do Piauí (Proposta para o programa de interiorização dos cursos da UFG – Pró-Reitoria de Graduação, 1995).
[14] Requerimento do Deputado Ênio Paschoal encaminhado ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (ALEG) em 26 de novembro de 1971

crescimento demográfico" de Catalão e, por ser "uma vasta e rica região do Estado". Também aponta a importância de se ter uma faculdade de Filosofia [...] "que servirá para a formação de professores de nível superior" [...] (Requerimento[15] do Deputado Ênio Paschoal encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (ALEG), em 1971).

Em 1975, o então Deputado encaminhou ofício[16] a Associação Educativa Evangélica de Anápolis (AEEA), solicitando a criação de uma Faculdade de Filosofia em Catalão, segundo o qual estaria atendendo [...]

> "aos reclames da juventude estudiosa de Goiás, mais propriamente daquela plêiade de moços que vivem em Catalão e demais municípios que integram a região sudeste goiana [...] (Ofício nº 407/75 a Associação Educativa Evangélica de Anápolis-AEEA).

Fazendo uma análise desse processo fica claro que não havia um ideal de implantação de um ensino superior público em Catalão, nesse momento o que se pleiteava era o ensino superior, qualquer que fosse ele: privado, publico estadual ou público federal.

A defesa da interiorização e, conseqüentemente a implantação de cursos superiores no município era vista como uma necessidade cultural e fator de **status** e prestígio para Catalão, então considerada cidade pólo na região sudeste goiana. A respeito do processo de criação de cursos no interior goiano Baldino (1991) afirma:

> "Nota-se uma primeira tendência de expansão via interiorização, no entanto, se localizando em determinadas regiões/cidades que polarizam política e economicamente o desenvolvimento regional: Anápolis, Rio Verde, Porto Nacional, Ceres, Jataí e Goiás" (BALDINO, 1991, p. 90).

---

[15] Requerimento do Deputado Ênio Paschoal encaminhado ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (ALEG) em 26 de novembro de 1971

[16] Ofício nº 407/75 do Deputado Ênio Paschoal encaminhado ao Secretário Executivo da Associação Educativa Evangélica de Anápolis (AEEA) em 23 de junho de 1975.

Nesse sentido, a pretendida expansão do ensino superior não ocorreu de forma aleatória, mas se organizava em cidades que apresentassem perspectivas de desenvolvimento para o Estado.

As duas tentativas dos parlamentares do município de Catalão em criar uma Faculdade de Filosofia ocorreram durante os primeiros anos da década de 70, mas não lograram êxito, embora a década de 70 tenha sido promissora na interiorização de estabelecimentos de ensino superior no Brasil, principalmente privados, ou seja, entre os anos de 1968 a 1972, 479 novos cursos foram criados em cidades do interior do País e:

> Do total de cursos autorizados pelo CFE, no período 1962-1972, cerca de 66% estavam situados em cidades do interior, contra 34% nas capitais. Em alguns Estados, o percentual de interiorização foi bem mais elevado: 87% no Rio de Janeiro, 86% no Paraná e no Rio Grande do Sul, 74% em São Paulo, 72% em Minas Gerais. Só no interior de São Paulo foram autorizados pelo CFE, até 1972, um total de 393 novos cursos (44% do total de cursos autorizados no país, pelo CFE, até 1972). Já tivemos ocasião de comentar a respeito do elevado número de cursos autorizados em cidades que contavam com menos de 100.000 habitantes, no momento da autorização (37% do total); vimos também que mais de uma centena de novos cursos foram autorizados em cidades com menos de 40.000 habitantes. Todos estes dados levam-nos a afirmar que o ensino superior, principalmente no que se refere ao ensino particular, expandiu-se dentro de uma tendência predominantemente interiorizante. (BAÍA HORTA, 1975, p. 42).

Nos ofícios e requerimentos em que políticos solicitaram a criação de cursos superiores no município de Catalão, argumentaram que estaria assim possibilitando aos jovens não só de Catalão, como das cidades circunvizinhas (por exemplo: Ouvidor, Três Ranchos, Cumari e Goiandira) a terem acesso ao ensino superior. Também associavam a tal perspectiva o fato do município se constituir como "centro de polarização" econômica da região e, no campo educacional, justificavam que uma Faculdade de Filosofia na cidade de Catalão possibilitaria "ampliar a rede de professores de nível

superior" (Requerimento do Deputado Ênio Paschoal encaminhado ao Presidente da ALEG).

Tal discurso parece ir ao encontro de um pensamento predominante em nosso país, visto que Horta (1975) indica que uma nova clientela estivesse interessada em uma formação acadêmica, ou seja, era uma clientela já madura que integrava o mercado de trabalho e, portanto, o curso superior representava maiores chances de ascensão social.

A tendência foi de se criar faculdades isoladas no interior que, além de evitar a migração de jovens para os grandes centros, também obstaculizou a organização acadêmica universitária - então proposta pela própria Reforma Universitária – Lei nº 5.540/68, a qual, se fundamentou na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Sobre esse aspecto Germano assim avalia a Reforma Universitária:

> A política de expansão do ensino superior acabou por se transformar assim no inverso do que era estabelecido no Artigo 2° da Lei 5.540/68, pois os estabelecimentos isolados passaram a constituir a "regra" e a organização universitária, a exceção. Em 1983, o Brasil contava com 868 instituições de ensino superior, das quais somente 67 eram legalmente classificadas como universidades, sendo 47 públicas e 20 privadas [...]. Em 1988, de acordo com o Ipea, existiam 871 instituições de ensino superior, sendo que 82,77% correspondiam às escolas isoladas e apenas 9,52% diziam respeito às universidades. Além do mais, 73,24% das instituições citadas são de caráter privado (GERMANO, 1993, p. 151).

As políticas de expansão e interiorização da educação superior, então implementadas durante os Governos Militares, também se expressou pelo crescimento de faculdades isoladas privadas, onde, de acordo com Dourado (2001):

> Os defensores do ensino público e gratuito perderam espaço para a aliança dos que lutavam pela hegemonia da escola particular. Essa aliança encontrou, na política de contenção de verbas e na crescente necessidade de expansão de vagas, as condições para a crescente privatização do ensino, sobretudo do ensino superior. Vários artifícios foram usados pelos defensores do regime

> militar, na forma de dispositivos legais e medidas oficiais que legitimaram a expansão do ensino superior, referendando seu caráter privatista (DOURADO, 2001, p. 46).

O Conselho Federal de Educação aprovou, indiscriminadamente, a abertura de inúmeros estabelecimentos de ensino superior privados. O rumo privatista do ensino superior contrariou o ponto fundamental das reivindicações do movimento estudantil – ensino público e gratuito – visto que, entre o período de 1962 – 1973 o número de cursos em instituições superiores privadas[17] foi de 62,9%, contra 37,1% em instituições públicas e, desse total, o maior índice de criação de cursos esteve entre as faculdades isoladas, por exemplo: 53,3% dos cursos então criados pelas faculdades privadas, estavam nas entidades isoladas, enquanto 9,6%, em Universidades. Quanto aos estabelecimentos públicos assim demonstraram os números: 15,8% em instituições federais, 10,7% nas estaduais e 10,6% nas municipais (HORTA, 1975, p. 43).

Enfim, foram criados dispositivos legais com medidas de incentivos e subvenções às faculdades e universidades particulares - mediante a criação do crédito educativo, a isenção de impostos e concessão de bolsas. A participação do MEC (Ministério da Educação e Cultura) no orçamento da União sofreu uma progressiva redução, visto que: em 1965, era de 11,7% e dez anos depois (1975) foi reduzida para 5,40%. No final dos anos 70, os investimentos do Estado Militar no setor educacional chegaram ao mínimo de 4,17%, enfim, o Regime Militar adotou mecanismos de incentivo a criação de faculdades privadas e, em contrapartida, adotou a política de retração de investimentos públicos no sistema educacional de natureza pública (MARTINS, 1992, p. 65).

Embora, na década de 70, a conjuntura política nacional fosse favorável a expansão do ensino superior, especialmente, a criação de faculdades isoladas e privadas no

---

[17] Conferir dados em: HORTA, José Silvério Baia. Expansão do ensino superior no Brasil: Mecanismos e Tendências. In: Universidade: Aspectos, Definições e Tendências. Revista de cultura Vozes, nº 06, ano 69, 1975, Petrópolis.

interior, em Goiás[18] tal tendência foi menos ostensiva, considerando que até 1979 contávamos com duas Univer sidades (Universidade Federal de Goiás-UFG e Universidade Católica de Goiás-UCG) e nove estabelecimentos de ensino superior isoladas (sendo seis particulares e três estaduais) (BALDINO, 1991, p. 121).

E justamente na década de 1970, a UFG sinalizava para uma política de interiorização mediante a criação dos **campi** avançados em parceria com prefeituras locais. Conhecendo essa nova política da UFG, o então Deputado Ênio Paschoal, insiste na idéia de se implantar em Catalão o ensino superior, só que agora através da UFG.

Em 1979, Ênio Paschoal, estando Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (ALEG), por meio de Ofício[19], solicitou ao Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) a [...] "instalação da extensão universitária ou implantação de um curso de nível superior, em Catalão" [...] (Oficio do Deputado Ênio Paschoal dirigido ao Reitor da UFG nº 092/79).

A Reitoria da Universidade, depois de consultar a Pró-Reitoria de Extensão, respondeu, por meio de oficio[20], a solicitação do parlamentar nos seguintes termos:

> "Como parte dos programas extensionistas da UFG, esta Pró-Reitoria de Extensão, em cumprimento a determinação de Vossa Magnificência, está recolhendo dados para elaborar um "Plano de Interiorização da Universidade", a ser, previamente, submetido aos Conselhos Superiores da UFG. Este plano será fundamentado nos seguintes pontos:
> 1. a UFG procurará estender a 3 ou 4 municípios do interior goiano, dentro dos próximos 5 anos, alguns dos seus cursos de graduação;
> 2. não se trata de "criar ou de fundar faculdades no interior, mas de levar ao interior alguns cursos que não terão duração

[18] Sobre esse assunto ver: BALDINO, José Maria. Ensino Superior em Goiás em Tempos de Euforia – Da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80. Goiânia, 1991 (Dissertação de Mestrado em Educação Brasileira – FE/UFG).
DOURADO, Luiz Fernandes. A interiorização do Ensino Superior e a Privatização do Público. Goiânia, Editora UFG, 2001.

[19] Oficio nº 092/79 do Deputado Enio Paschoal encaminhado ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 18 de julho de 1979.

[20] OF/GAB/SOC/Nº 01527 Do Reitor da Universidade Federal de Goiás ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em 24 de setembro de 1979 – Assunto: sobre a implantação de um curso de nível superior, em Catalão.

> contínua, funcionando apenas o tempo suficiente para satisfazer às necessidades do mercado de trabalho que será evidenciado por levantamento e pesquisas prévios, levados a efeito pela própria Pró-Ex.;
> 3. o plano será aplicado a municípios em micro-regiões que apresentem consideráveis surto de progresso e que, em conseqüência, revelem necessidade de recursos humanos habilitados para o desenvolvimento das atividades profissionais requeridas pelo mercado de trabalho presente e futuro;
> 4. os municípios eleitos deverão revelar real interesse pelos cursos que serão programados, vindo a participar, juntamente com a UFG, com recursos físicos e financeiros, cedidos via de Convênios a serem celebrados com as Prefeituras Municipais, Instituições Federais e/ou Estaduais com representações no local e com empresas privadas e/ou associações existentes nas comunidades". (OF/GAB/SOC/Nº 01527, em 24 de setembro de 1979).

A interiorização de cursos proposta pela Universidade fundamenta-se no discurso do desenvolvimento e da democratização das oportunidades educacionais. Em tal perspectiva, os cursos oferecidos, em cidades pólos, teriam uma formação centrada na profissionalização, pois, seriam cursos para atender ao mercado de trabalho e, nesse caso, a UFG propõe oferecer cursos, mas em caráter temporário, ou seja, funcionariam dentro do espaço de tempo necessário a se formar profissionais conforme as demandas de desenvolvimento econômico do município e região.

1.6. O Movimento entre Extensão e Interiorização

A conjuntura dos últimos anos da década de 1970 dava sinais de que o uso das forças repressivas, então adotadas pelo Regime Militar, haviam se esgotado. A transição democrática era irreversível, pois, nesses termos, a imbricação subjetiva[21] entre segurança nacional e desenvolvimento cederam lugar à justaposição entre democracia e desenvolvimento. A década

[21] Conferir: Silva, Maria José da. As representações sociais da Ditadura Militar (1964 – 1979) Goiânia 2001 Texto Mimeo.

de 80 foi marcada por incessantes debates entre vários segmentos sociais – associações de bairro, sindicatos, movimentos estudantis e de professores (sindicatos e/ou associações), tendo em comum o esforço de se garantir a democratização da sociedade, das políticas públicas e das instituições sociais. Coelho (1996) faz a seguinte análise:

> Nesse contexto, intelectuais, cientistas e professores contestavam em congressos e seminários nas universidades e em reuniões das sociedades científicas – que ganharam uma conotação política bastante acentuada – a política do Estado para a educação, a ciência e a tecnologia, os baixos salários e as precárias condições de trabalho (COELHO, 1996, p. 47).

Doravante, os anos 80 constituíram um período fértil para as políticas de expansão e interiorização do ensino superior em Goiás, visto que:

> O processo de redefinição política em Goiás, na década de 80, acena com indicações de políticas educacionais que apontam para a expansão do Ensino Superior. Destaca-se, nesse período, a ênfase nos discursos do desenvolvimento regional e da necessidade de expansão entendida, nesse contexto, através do estabelecimento de políticas de interiorização do ensino. Avolumam-se, então, os atos de criação de faculdades estaduais, principalmente, nas cidades consideradas pólos econômicos (DOURADO, 1997, p. 8).

Em Goiás, além da expansão das IES estaduais, o poder público municipal adotou o sistema jurídico das fundações municipais, estabelecendo parcerias com o setor educacional privado e, com isso, predominando a não-gratuidade do ensino. Segundo Dourado esse sistema de celebração de contratos, convênios e prestação de serviços entre o poder público municipal e a iniciativa privada, têm servido como mecanismo de privatizar o público, visto que as entidades privadas se estruturaram sob a subvenção municipal (construção de espaço físico, aquisição de mobiliário e equipamentos, concessão de bolsas de estudo etc) e, também, funcionam mediante a cobrança de mensalidades escolares.

A crescente expansão do Ensino Superior tem como aporte legitimador o discurso de ampliação das oportunidades educacionais, que se desdobra no aumento de vagas e/ou na criação de escolas de ensino superior. Nesse caso, a interiorização aparece como conseqüência dessa política, visto que há uma descentralização da oferta de vagas e da criação de escolas no interior dos estados e regiões. A interiorização é vista, portanto, como mecanismo de ampliação de oportunidades e serviços, gerando assim as condições de desenvolvimento das cidades interioranas consideradas como pólos de irradiação de desenvolvimento sócio-econômico.

Nesse sentido, aos 28 de fevereiro de 1980, o Egrégio Conselho Universitário da UFG, sob a presidência do Magnífico Reitor profº José Cruciano de Araújo, dentre as matérias em pauta discutiu com o plenário "o Projeto de Resolução que provê sobre os Campi da UFG" (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG: 4). Segundo o Magnífico Reitor, o Srº Ministro da Educação entendia que as populações que compunham os chamados "bolsões de pobreza nas cidades do interior, muitas vezes intelectual e cultural" (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 4) deveriam ser socorridas pela universidade. Nesses termos:

> Foi feito, então, pela UFG, comunicação ao Senhor Ministro, SESu e Secretaria de Ensino de 1° e 2° graus, quando do Encontro de Reitores em Curitiba, o programa de atividades desta Universidade que visava outra coisa senão à formação de professores e leva-la ao interior do Estado para não se limitar apenas no âmbito da cidade de Goiânia. O Plano de Interiorização da UFG já se encontra pronto na CCEP e virá nesse Conselho para aprovação final, bem como os Convênios com as prefeituras de Porto Nacional, Jataí e Firminópolis (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 4).

Há indicativos de que no Plano de Interiorização da UFG os cursos seriam nas áreas de formação de professor, pois:

> Manifesta o Reitor à necessidade de que a UFG seja interiorizada, no sentido de que, tal como está preconizado para o III Plano Setorial de Educação as suas atividades redundam em uma política de habilitação e valorização do

> magistério e de integração da Universidade no processo de desenvolvimento da Região (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 4).

Após expor a proposta de interiorização da Universidade o Magnífico Reitor solicitou que os Conselheiros de forma "franca" se posicionassem a respeito. Ressaltou que havia urgência em levar "os resultados ao ministro" (Ata: 4.1) A primeira questão levantada por um dos conselheiros foi sobre os recursos humanos, ou seja, ele se colocou favorável, porém exemplificou que esse problema foi enfrentado pelo IMF quando "ministrava cursos em Anápolis e Brasília". Disse o Magnífico Reitor que tal questão também o preocupava,

> "mas adianta que a Universidade somente será levada ao interior desde que o projeto esteja bem estruturado, sem que caia o nível de ensino e sem esvaziar os seus recursos, contando sempre com a ajuda da comunidade local, Prefeitura, Estado e SUDECO" (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 4).

O Conselheiro Arédio Teixeira Duarte, que é de Catalão, oportunamente:

> "propõe a inclusão de mais um Campus, denominado Catalão, no artigo 3° do Projeto e, justificando expõe que o município de Catalão está se transformando no principal centro de exploração mineral do Estado de Goiás, senão num dos principais do País" (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 4).

O Conselheiro prossegue com a justificativa destacando os aspectos da produção econômica e, sobretudo, a existência de um pólo mínero-químico-industrial então estruturado a partir da instalação das empresas Fosfato de Goiás S.A., Mineração de Catalão S.A, Goiasfértil e METAGO. Com efeito:

> Diante dessa realidade, assumi que a Universidade Federal de Goiás, na sua política de interiorização, dinamizada pela atual Reitoria, não poderão passar desapercebidas essas transformações que se operam na região de Catalão, considerando-a como prioritária para a implantação de um Campus, nos moldes de Jataí e Porto Nacional, para atender às necessidades educacionais que, através de um levantamento criterioso, foram detectadas na região. Tendo em vista os problemas inerentes à área da educação nas regiões de rápido crescimento, um programa nessa área poderia ser implantado a curto prazo. Outras áreas poderiam ser implantadas na medida das condições da UFG e das necessidades regionais, estando entre estas as ligadas à Engenharia de Minas e Geologia, etc (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 5).

O conselheiro, na defesa da inclusão de Catalão no projeto usa vários argumentos: ressalta que a cidade de Catalão possui uma estrutura urbana com potencial para "abrigar as atividades que forem necessárias ao funcionamento de um campus universitário" (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 4). Outro aspecto apontado trata da localização geográfica ao explicar que a cidade, via BR-050, liga São Paulo a Brasília e, portanto, por ser uma cidade de trânsito recebe a influência dos grandes centros econômicos e políticos do País.

A partir da leitura das atas percebe-se claramente que o processo de interiorização em Catalão não se faria de forma consensual, pelo contrário, serviria aos interesses dos grupos políticos em disputa dentro da UFG e também a grupos políticos de Catalão.

Embora o Conselheiro Arédio Teixeira Duarte tivesse em seus argumentos situado a cidade de Catalão como um município em pleno desenvolvimento econômico, portanto, em condições de ser uma das sedes do Programa de Interiorização, alguns conselheiros posicionaram-se contra, exemplo disso é a intervenção de um conselheiro contra o processo que usou o seguinte argumento:

> "afirma que a interiorização vem para beneficiar as pessoas mais abastadas das cidades, transformando-se em pólos elitizantes no interior e indaga se isso não constituiria também em aumento de mão-de-obra em mercado inflacionário" (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 5).

Sobre tais questões a Conselheira Maria do Rosário Cassimiro, fazendo a defesa da interiorização argumentou "que tudo, antes é medido convenientemente e que vão se descobrindo as potencialidades do interior, notando que existem grandes recursos materiais e humanos, a exemplo de incalculáveis instalações ociosas existentes" (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 4). Segundo Cassimiro havia por parte da Universidade "deficiência" de planejamento e afirmou que cabia a instituição formar recursos humanos, "cumprindo com sua função, não se limitando a ficar em suas portas" (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 4). Esclareceu a Conselheira que a proposta não era de se criar faculdades no interior, "mas de ampliar as funções da Universidade no interior". Os cursos não seriam permanentes, pois seu tempo de existência seria o de satisfazer as necessidades locais e regionais. Depois de cumprir tal função seriam "desativados e transferidos para outros municípios" (Ata do Egrégio Conselho Universitário da UFG, p. 5).

Como explicitamos anteriormente, a Reitoria da UFG propôs que a interiorização da Universidade se efetivasse oferecendo cursos de formação de professores, os de licenciaturas. Respondendo a respeito dos recursos humanos e materiais que iriam efetivamente garantir o funcionamento de tal proposta a Conselheira ressaltou que a proposta não era de se criar faculdades no interior e, portanto, os cursos funcionariam até atender a demanda local e regional. Quanto à manutenção da instituição ficou claro na fala da referida Conselheira que se buscaria os recursos disponíveis dos municípios (instalações ociosas), isto posto, assim foi definido pelo Programa de Interiorização da UFG:

> [...] Para o desenvolvimento do Programa serão utilizados recursos humanos do próprio quadro de pessoal da UFG, recursos humanos de outros Órgãos da Administração do Estado e dos Municípios colocados a disposição do Programa.
> À conta do Programa será admitido pessoal em número e categoria profissional ou ocupacional, para apoiar e desenvolver os projetos/atividades a nível da administração central e local.
> Em relação aos recursos materiais serão utilizados os seguintes:
> - Prédios e instalações existentes nas comunidades (municípios selecionados), cedidos pelas Prefeituras Municipais e/ou Órgãos Públicos e Privados.
> - Esses prédios deverão ser ampliados e/ou adaptados às necessidades de alojamento, cozinha, refeitório, biblioteca e demais serviços, para equipes de professores e alunos estagiários.
> - Material permanente e equipamentos cedidos pelas comunidades, material permanente e equipamentos disponíveis na UFG e material permanente adquiridos à conta de recursos financeiros do Programa.
> Os recursos financeiros serão oriundos de Convênios celebrados entre a UFG/Prefeituras, UFG/outros Órgãos Públicos e Privados e recursos da própria Universidade.
> (Programa de Interiorização da Universidade Federal de Goiás – 2. Condições de Execução, 1980).

De acordo com o Programa de Interiorização os recursos humanos, materiais e financeiros seriam viabilizados não somente pela UFG, mas também por Órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Órgãos Privados que, por meio de Convênios, firmassem acordo mútuo com a Universidade. Nesse sentido, a UFG, através da Pró-Reitoria de Extensão, encampa uma política de interiorização tendo como eixo a celebração de Convênios com outros Órgãos, fossem eles públicos ou privados.

A professora Maria do Rosário Cassimiro, na ocasião Conselheira e Pró-Reitora de Extensão, em entrevista, fala sobre a relação entre política de extensão e interiorização:

> [...] o Programa de Interiorização da Universidade foi elaborado quando eu era Pró-Reitora de Extensão, nós começamos a trabalhar já no princípio quando eu entrei pra pró-reitoria em 1978. Começamos estudar, fazer o diagnóstico

> das cidades do interior de Goiás, aquelas cidades consideradas pólos de desenvolvimento para serem ali instalados Campi da Universidade para fazer a interiorização da Universidade, porque aquela época nós já estávamos convencidos, eu já estava convencida e tomei posse da Reitoria com esse lema que a Universidade não seria a Universidade Federal de Goiânia, mas a Universidade Federal de Goiás. Portanto ela não poderia contemplar só a demanda de Goiânia, ela tinha que se estender para o interior (Entrevista de Maria do Rosário Cassimiro, 2004).

A idéia de Universidade Federal de Goiás contrapondo a de Universidade de Goiânia vinculou-se à de Multi-Campi, ou seja, segundo Cassimiro, no Brasil a primeira experiência Multi-Campi surgiu na Paraíba, pois foram os primeiros a criar **Campi** no interior. A segunda a adotar tal denominação foi a UFG, inclusive, a expressão Multi-Campi aparece no antigo CCEP (Conselho de Coordenadores de Ensino e Pesquisa). A defesa da interiorização bem como da universidade multi-campi está presente até hoje na fala de Cassimiro, quando através da memória, reconstrói seu passado na UFG:

> Aí já estava essa expressão Multi-campi, porque eu tinha a convicção de que a Universidade não detém toda a sabedoria do mundo, ela detém parte da sabedoria. A outra parte da sabedoria está no povo, na comunidade. Então é preciso que a Universidade vá a comunidade para se complementar. Então as duas partes se juntam, mas a Universidade tem muito que respeitar a sabedoria popular. Então essa era uma convicção e não bastava a Universidade abrir as suas portas para receber as pessoas que vinham de fora, não bastava isso. Porque a Universidade até então era considerada a torre de marfim, colocada no pedestal. A Universidade tinha que descer desse pedestal e ir a comunidade, ao encontro dessa segunda parte da sabedoria. Então trazer essa sabedoria, pesquisar essa sabedoria e traze-la pra dentro da Universidade. Só assim nós seremos uma Universidade eminentemente brasileira e não cópias de Universidades européias ou americanas. É o único meio que eu via de sermos uma Universidade autenticamente brasileira. Era juntarmos as duas partes da laranja - a sabedoria da Universidade e a sabedoria que o povo tem. Então, o povo tem remédios que Universidade desconhece e se nós não pesquisarmos isso quem é que vai pesquisar? Então os Campi foram criados pra isso, pra que a Universidade com

> seus professores e seus alunos fossem lá e fizesse esse retorno, buscasse esse retorno, costumo dizer que a extensão é uma estrada de mão dupla – ir e vir – levava e trazia – quer dizer, a Universidade não ia para ensinar, para derramar sabedoria em cima da comunidade, ela ia pra fazer isso, mas também para buscar a sabedoria que tinha lá (Entrevista de Maria do Rosário Cassimiro, 2004).

A Pró-Reitoria de Extensão da UFG, a partir do Programa de Interiorização, acenava para uma política de descentralização da Universidade tendo como proposta ampliar as funções acadêmicas dos **Campi** Avançados, visto que, nos **Campi** de Jataí e de Catalão seriam ofertados os cursos de licenciaturas e com perspectivas de se oferecer cursos em outras áreas. É certo que a interiorização nos anos 80 tende a cumprir uma função social menos atrelada aos ideais do Regime Militar, posto que, desde o final dos anos 70, os ideais da redemocratização estavam norteando os movimentos sociais, assim como as práticas sociais das Instituições de Ensino Superior e demais entidades educacionais.

1.7. Programa de Interiorização - Projeto que deu origem ao CAC/UFG

Dessa feita, em 1981, o Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa, através da Resolução nº 156/81, regulamentou o Programa de Interiorização. Tal Programa justifica ser propósito da Universidade a descentralização das oportunidades educacionais ao nível superior, ou seja:

> "Em 1976, do total de alunos matriculados no ensino superior em Goiás, 96,7% encontravam-se na Grande Goiânia 3,3% no interior do Estado. Em 1980, esta distribuição apresentava-se da seguinte forma: 95,3% na Grande Goiânia e" 4,75% no interior, o que demonstra uma descentralização pouco significativa para criar condições de formação profissional aos jovens do interior, então impossibilitados de buscar uma formação na capital (Programa de Interiorização da UFG, 1980, p. 1).

Nesse sentido, documentos consultados mostram o interesse em reverter tal quadro que foi usado como argumento para o programa de interiorização da UFG:

> È mister, que se corrija essa situação, através do aprimoramento técnico e cultural dessa mão de obra, para fixa-la, condignamente, em sua própria comunidade e/ou região, utilizando-se dos vários meios e recursos da educação, seja através de cursos de graduação de nível superior, seja por intermédio de cursos de iniciação profissional e/ou reciclagem (idem: 02).

Dessa feita, o Programa de Interiorização propôs voltar-se "para a realização de cursos de extensão, e outros de 3° grau" e dentre seus pressupostos destacou-se a preocupação em oferecer uma formação aos professores da Educação Básica (antigo ensino de 1° e 2° graus) e assim justifica:

> Ressalta-se que esse posicionamento vem ao encontro das recomendações do Ministério da Educação e Cultura, enquanto coloca em realce a necessidade de as Instituições de Ensino Superior no Pais voltarem suas atenções ao esforço desencadeado no sentido de promover a melhoria do ensino ministrado no 1° e 2° graus, seja pela habilitação de professores obtida através da execução de cursos de 3° grau, do aprimoramento, capacitação ou reciclagem de pessoal que já esteja no exercício do magistério, bem como de estudos e pesquisas sobre currículos e métodos didáticos mais objetivos e ativos, tendo-se em conta os interesses e características das comunidades do interior, inclusive as rurais.
> Considerando que em Goiás estes graus de ensino contam com uma parcela mínima de professor habilitado em curso superior de licenciatura plena (8,7% em 1977), a UFG engaja-se ao esforço ora empreendido pelo MEC, numa tentativa de conferir aos cursos de Licenciaturas maior valorização e objetividade programáticas, a fim de diminuir um dos grandes entraves do sistema de ensino: a insuficiência de professores titulados, os baixos níveis de salários oferecidos ao magistério, que desviam boa parte dos pouco titulados para outras atividades; a inexistência de critérios seletivos, o que faz do ensino uma área de subemprego transitório.

> Contudo, esse posicionamento não exclui o atendimento de outras necessidades, tanto da economia como da cultura regional e nacional (idem: 03).

A ênfase dada à formação de professores indica que nos **Campi** da UFG, além das atividades de estágios e assistência social, seriam também oferecidos os cursos de licenciaturas a fim de atender uma demanda na Educação Básica.

Cabe aqui uma indagação: Por que Catalão?

De acordo com o Programa de Interiorização da UFG/1980, o MEC havia recomendado que as instituições de ensino superiores de nosso País promovessem cursos de 3° graus em habilitação, capacitação ou reciclagem de pessoal que estivesse atuando na educação a fim de melhorar o ensino de 1° e 2° graus, nesse sentido, tal Programa de Interiorização da UFG/1980 teve como escopo atender as recomendações do MEC, mas, em relação a criação do CAC, temos ainda dois vetores que impulsionaram sua criação: o primeiro é que houve vontade política dentro da UFG, pois a Pró-Reitora de Extensão naquela ocasião era de Catalão e o professor Arédio Teixeira Duarte, então Conselheiro do CONSUNI, é, também filho da terra, e também o fato de haver vontade política em Catalão.

Destarte, a trama sócio-cultural e política constitutiva e constituinte da interiorização da UFG no Município de Catalão entre o final dos anos 1970 e os primeiros meados dos anos 1980 se configuraram por atores sociais com raízes comuns em sua origem, pois a Pró-Reitora de Extensão que veio a ser Reitora da Universidade a partir de 1981, professora Drª Maria do Rosário Cassimiro, é natural de Catalão. O professor Dr. Arédio Teixeira Duarte, Conselheiro que apresentou a ementa de inclusão da cidade de Catalão no Programa de Interiorização da UFG/1980 na reunião do Egrégio Conselho Universitário aos 28 de fevereiro de 1980, também natural de Catalão.

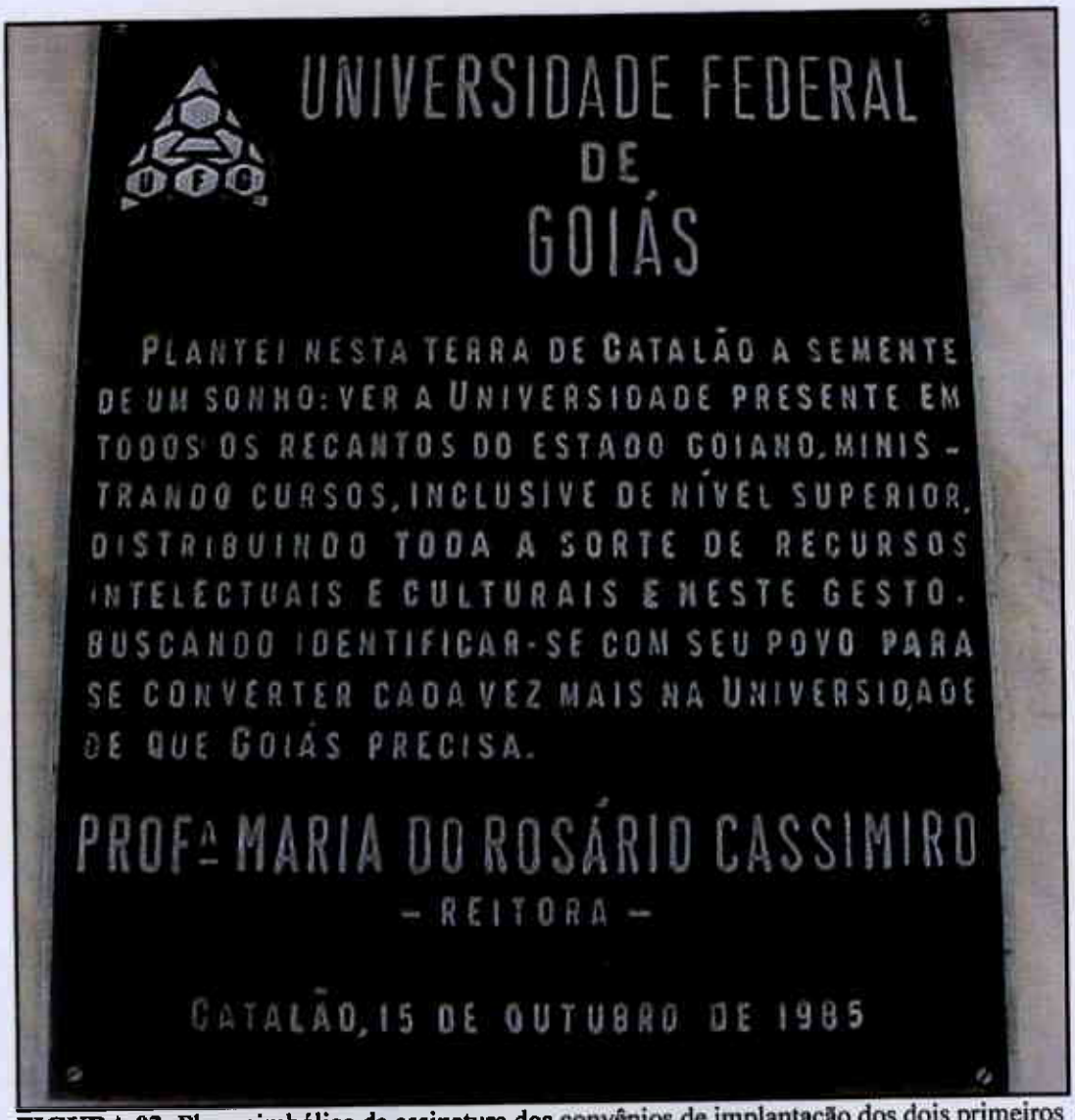


FIGURA 03: Placa simbólica da assinatura dos convênios de implantação dos dois primeiros cursos de Licenciatura Plena no CAC: Letras e Geografia. Autor: M. VENÂNCIO, 2005

Ambos Professores com representação política dentro da Universidade estiveram presentes e atuantes nesse momento histórico da implantação de um Campus Avançado em Catalão.

Cabe conhecermos o Professor Drº Arédio Teixeira Duarte, representa e interpreta seu passado, quando fala da política de interiorização encampada pela UFG. Reconstruído seu passado ele diz que:

> [...] a discussão sobre a interiorização da Universidade Federal de Goiás já vinha de antes de 1980, tanto que a Pró-Reitoria de Extensão da UFG já estava levando a efeito essa política e que foi muito, vamos dizer assim, intensificada pelo Reitor de então Professor José Cruciano de Araújo. Tanto que por instruções, naturalmente do Reitor, foi encaminhado então pela então Pró- Reitora de Extensão professora Maria do Rosário Cassimiro o projeto de implantação de Campi no interior, naturalmente que obedecendo já uma discussão longa que vinha ocorrendo no campo da Universidade sobre essa política de extensão, inclusive tivemos reuniões no interior em que se discutiu muito essa matéria. Eu me lembro numa reunião de Reitores de Belo Horizonte em que assessorei o Reitor José Cruciano e que foi muito discutida essa política de interiorização das Universidades. [...] Essa oficialização se deu depois de muitas discussões. Nessa ocasião de encaminhamento eu era suplente do professor Walmir da Universidade como representante dos mestres e doutores no Conselho Universitário e por ironia do destino, nessa reunião, o professor Walmir teve que se ausentar eu tive que assumir a sua representação e me deparei com a proposta da Pró-Reitoria de Extensão que me encaminharam para reunião. (Entrevista do Arédio Teixeira Duarte, 2004).

Através da voz do professor Arédio percebemos como foi decisiva sua atuação nesse processo na medida em que ele incluiu Catalão no processo de interiorização da UFG:

> E me deparei com essa proposta de interiorização e fiquei assustado quando nessa proposta de interiorização não constava a extensão de Catalão. Constava Porto Nacional, parece que Firminópolis e Jataí. Como Catalão estava um município em pleno desenvolvimento, inclusive, com expansão da área de mineração eu ponderei ao Reitor José Cruciano que Catalão não podia ficar fora desse programa de extensão. (Entrevista do Arédio Teixeira Duarte, 2004).

Reabrindo o dialogo entre passado e presente, através de sua memória, nos mostra como fez a interlocução entre interesses políticos de Catalão e da própria UFG:

> Disse então pra ele que na reunião eu iria apresentar uma emenda incluindo Catalão no programa de extensão porque eu já havia discutido detidamente com a área política de Catalão, a área administrativa, com Prefeito e com os vereadores. Havia naturalmente participado de reuniões na Câmara de vereadores em que estava a par dessa política de extensão da Universidade e que as autoridades políticas deveriam pleitear essa extensão. Eu já havia discutido com o Prefeito Divano Elias da Silva, com alguns vereadores. [...] O vereador Euripedes me convocou uma vez para uma reunião naquela Câmara, isso parece que em 1979, onde recebemos solicitações veemente dos vereadores para ajudar nesse trabalho. De forma que já havia uma discussão preliminar. (Entrevista do Arédio Teixeira Duarte, 2004).

O testemunho do professor Arédio nos permitiu perceber também as tensas relações políticas em Catalão, onde foi feito, naquela ocasião, um uso político da criação do CAC/UFG.

> [...] Naquele tempo Sílvio Paschoal era deputado, naturalmente eles estavam também fazendo um trabalho paralelo. Não estávamos no mesmo grupo. Eu lembro o Drº Silvio Paschoal era vereador naquele tempo e quando eu levei o questionamento a Câmara dos Vereadores de Catalão, a necessidade de fazer a reivindicação ele naturalmente reagiu e veementemente sobre a necessidade dessa. Naquele tempo a posição desse grupo político era, vamos dizer assim, não deixar que ninguém de fora interferisse na política local, eles dominavam a política local. Então sua reação, naturalmente, foi favorável, mas não que eu fosse portador dessa reivindicação. Mas eu continuei fazendo meu trabalho paralelo. Agora o trabalho que eu fiz realmente, concreto, efetivo pra essa implantação foi a apresentação da emenda no Conselho Universitário, que a Pró-Reitora de Extensão – Maria do Rosário Cassimiro – ela encaminhou o projeto, mas sem Catalão. Então, eu que, como membro do Conselho Universitário que apresentei a emenda justificando o crescimento econômico da cidade, a mineração e tentando justificar talvez a implantação de um curso na área de Geologia, Minas e Energia. Um curso de extensão da Universidade nessa área. E com ajuda naturalmente do Reitor José Cruciano de Araújo que muito se empenhou também nisso e a professora Maria do Rosário Cassimiro também apoio naturalmente a idéia, passou a apoiar a emenda. Foi criado então o Campus de Catalão oficialmente (Entrevista do Professor Drº Arédio Teixeira Duarte, 2004).

Através das memórias justapostas e tensionadas de Arédio Teixeira Duarte, do Sr° Ênio Paschoal, bem como da Professora Maria do Rosário Cassimiro, deparamos com indicadores de que o processo de implantação do Campus Avançado da UFG em Catalão se, por um lado, foi consoante ao movimento das políticas de interiorização da educação superior em nosso País, por outro lado, foi partícipe das disputas partidárias entre os interlocutores políticos da cidade que defendiam o projeto de se ter em Catalão uma faculdade ou um Campus da UFG que oferecesse curso superior. Como explicitamos anteriormente, políticos de outrora como Sílvio Paschoal e Ênio Paschoal, durante os anos 70, como representantes políticos do Poder Municipal e também do Legislativo Estadual, buscaram junto a Assembléia Legislativa do Estado (1971), a Associação Educativa Evangélica de Anápolis (1975) e junto a Universidade Federal de Goiás (1979), a instalação de uma instituição de ensino superior em Catalão.

Quanto ao professor Arédio Teixeira Duarte, também de origem catalana, esteve engajado em tal projeto, porém, segundo seu depoimento, participava de um outro grupo político, ou seja, os dois primeiros eram vinculados a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido esse da situação que a partir de 1980 passou a sigla PDS[22] (Partido Social Democrático), e o professor Arédio[23], embora sem representação parlamentar, estava vinculado ao partido de oposição – PMDB (Partido do Movimento Democrático do Brasil). Nesse sentido, as disputas entre os conterrâneos quanto a se implantar um Campus da UFG, ou mesmo uma Faculdade privada, passavam pelo que poderia significar, no âmbito da política-partidária, a concretização da educação superior no Município de Catalão.

---

[22] Sobre o processo que desencadeou o rompimento com o Regime Militar e, conseqüentemente, a retomada e construção das instituições democráticas brasileiras, por exemplo: o pluripartidarismo e eleições diretas, ver: Germano, José Willington. Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985). São Paulo: Cortez, 1993.

[23] Com as eleições de 1992 o então candidato do PMDB – Íris Rezende Machado – foi eleito e para compor a Secretaria de Administração do Estado foi convidado o professor Arédio Teixeira Duarte, portanto, ele veio a participar do Governo do Estado na gestão do PMDB.

Ou seja, o Sr° Ênio Paschoal em seu depoimento avalia que se o candidato do seu partido (PDS) estivesse vencido as eleições para Prefeito (1982) a história sobre o corpo docente do CAC não seria a mesma então instituída pela UFG e a Prefeitura, cujo Prefeito eleito foi do PMDB. Analisamos que entre esse grupo havia uma resistência no sentido de a Prefeitura estar assumindo o quadro docente que fosse atender aos cursos da UFG então implantados no CAC. Ao ser propositivo quanto a se ter uma posição contrária a que foi implementada entre a Universidade e o Poder Público Municipal ele acena que a institucionalização dessa modalidade empregatícia no processo de interiorização de cursos no CAC tendeu a ser indutora de problemas estruturais. Embora haja uma disputa política consubstanciando a análise critica do ex-parlamentar catalano é indiscutível a sua contribuição não somente pela participação ativa em tal processo, bem como ao apontar elementos para reflexões criticas dessa história.

Outrossim, o professor Arédio em sua entrevista menciona que o projeto do Programa de Interiorização da Universidade foi encaminhado ao Egrégio Conselho Universitário sem que o Município de Catalão estivesse incluído entre os que seriam implantados os **Campi** avançados.

A Pró-Reitoria de Extensão, já tinha em mãos uma diagnose sobre o Município de Catalão então desenvolvida por uma equipe[24] de professores e alunos do ICHL, no entanto, o Município de Catalão não constava em tal Programa de Interiorização até o dia de sua aprovação na reunião do Conselho Universitário da UFG. Sendo também de origem catalana, a Pró-Reitora de Extensão teve alguma dificuldade ou limitação para incluir Catalão como um dos municípios a se implantar um Campus da UFG?

Enfim, os caminhos dessa história nos evidencia que para além das políticas estruturais a trajetória de uma instituição é construída na mediação entre os caminhos do institucionalizado e as práticas sócio-culturais e políticas que os atores sociais engendram em

---

[24]Anexo I – Relatório final da pesquisa realizada em Catalão, visando à implantação de cursos superiores. Goiânia, 10 de julho de 1980.
Equipe: Heldo Vitor Mulatinho: Sociólogo, professor do Instituto de Ciências humanas e Letras; Marcolina Martins Garcia: Antropóloga e professora do Instituto de Ciências Humanas e Letras; Alunos (as): Dilamar Cândida Martins, Leila Miguel, Luciene Lima de Assis, Maria Aparecida – Curso de Ciências Sociais; Margareth Augusta Hochleitner e Clóvis Garcia de Souza Filho – Curso de Jornalismo.

tal processo. A Professora Maria do Rosário Cassimiro, então Pró-Reitora de Extensão, assim explicitou:

> "No inicio foram selecionadas cidades consideradas pólos de desenvolvimento, então o Campus deveria ter um caráter regional, o de Catalão deveria abranger aquela micro-região. O de Jataí poderia ter sido feito em Rio Verde, que é um pólo de desenvolvimento importantíssimo, mas Rio Verde já tinha um começo de ensino superior com a FESURV, por isso foi deslocado para Jataí que é um pólo de desenvolvimento. Essa é a razão porque foi feito em Jataí e não em Rio Verde. Porto Nacional era o pólo de desenvolvimento do meio norte goiano. Araguaína, um pólo de desenvolvimento do extremo norte goiano, onde nós chegamos a trabalhar bastante para fundar, instalar lá um Campus Avançado, chegamos a escolher terreno e elaborar minuta de convênio, mais Araguaína teve uma infelicidade com os prefeitos, logo em seguida venceu o mandato do Prefeito da época, veio o outro Prefeito, que não se interessou muito, depois esse Prefeito foi cassado por irregularidades, veio o Vice-Prefeito assumiu. O Vice-Prefeito também teve alguns problemas, acabou sendo assassinado. Saiu. Houve uma série de infelicidades no caso de Araguaína, ai venceu também meu mandato de Reitora e tudo ficou como Dantes no quartel de Abrantes. Mas, até então conseguimos criar, Jataí, Firminópolis, Porto Nacional e Catalão que foi o último dos quatro. Catalão foi o último, muito embora, em 78, nós já estávamos estudando, fazendo o diagnóstico do município de Catalão para ver qual era a vocação para a instalação dos cursos, qual era a maior necessidade, descobrimos que era língua portuguesa, tanto que lá começou com o Curso de Português, esse diagnóstico todo foi feito em 78 e o Campus de Catalão foi criado finalmente em 83, senão me falha a memória.(Entrevista da Professora Maria do Rosário Cassimiro, 2004).

Segundo a professora somente os **Campi** de Jataí e Catalão foram estruturados para desenvolverem as duas atividades, visto que havia, por parte da comunidade, interesse em cursos superiores, isto é:

> [...] começamos a pensar as duas coisas juntas, para Catalão e Jataí. Não Porto Nacional e Firminópolis aonde continuamos realizar atividades de extensão universitária. Mas, em Catalão e Jataí começamos, concomitantemente, a trabalhar na

> elaboração dos cursos fazendo esse diagnóstico e no diagnóstico buscando saber qual era a maior necessidade, que era nossa intenção e começou assim em Jataí.
> [...] A intenção era atender a necessidade da comunidade e mudar, tirar aquele curso e colocar outro. E aquele curso seria removido pra outro Campus. [...] Em Jataí nós começamos com os cursos de Ciências, que foram os mais solicitados. Como Jataí começou mais no princípio, bem no princípio do meu Reitorado, em Jataí nós fizemos dois ou três vestibulares e paramos, porque a comunidade foi atendida, não havia mais necessidade de professores na área das ciências, então entramos com a pedagogia, que havia muita falta de pedagogos [...] Depois da pedagogia, eu já tinha deixado os primeiros estudos iniciados na minha gestão para colocar enfermagem, aproveitando os laboratórios do Curso de Ciências para remontados, adequados, convenientemente, para o curso de enfermagem. A Faculdade de Enfermagem aqui em Goiânia, naquele tempo era Enfermagem e Nutrição, era uma Faculdade só, já estava sensibilizada para elaborar o programa de instalação, em Jataí, do Curso de Enfermagem, que muito necessário naquela região como em qualquer região do Brasil. A necessidade de enfermeiras formadas é muito grande, é um mercado enorme. Mais isso também venceu meu mandato e não teve continuidade. (Entrevista da Professora Maria do Rosário Cassimiro, 2004).

No período de 22 a 25 de junho de 1980 a Pró-Reitoria de Graduação realizou o I Seminário Sobre Licenciaturas na UFG, e no mesmo ano, a Pró-Reitoria de Extensão estruturava o Programa de Interiorização com a proposta de se levar aos *Campi* de Jataí e de Catalão cursos superiores, sobretudo os de licenciatura. No caderno nº 1 do Fórum de Licenciatura[25] não se faz referência sobre o Programa de Interiorização de 1980 e nem mesmo sobre a licenciatura na área de Ciências, então implantada no *Campus* Avançado de Jataí em 1980. Doravante, o referido Seminário sobre Licenciaturas foi organizado pela Pró-Reitoria de Graduação, enquanto que o Programa de Interiorização era uma proposta da Pró-Reitoria de Extensão. Qual seja, embora a perspectiva da Universidade, via Pró Reitoria de Extensão, fosse estar implantando cursos de licenciaturas no interior, a Pró-Reitoria de Graduação não desenvolveu tal discussão no referido Seminário,

[25] Fórum de Licenciatura, Caderno nº 1 – Pró-Reitoria de Graduação/UFG; 1993.

entretanto, a implantação de cursos nos *Campi* Avançados se deu pelo remanejamento de vagas dos cursos respectivos de Goiânia para os *Campi* do interior. Sobre tais cursos e vagas, o Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa assim definiu:

> [...] visando a implantação do Curso de pedagogia em Jataí e de outro, ainda a ser definido, em Catalão, (cuja proposta de inclusão no Edital, aprovada, foi a do Curso de Geografia). Passa-se a discussão sobre remanejamento de vagas (Ata da reunião ordinária do egrégio Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da UFG, aos 07/12 de 1980:91). [...] Após prolongado debate em torno da questão, ficam aprovados, por unanimidade de votos, as propostas de remanejamento de 10 vagas do Curso de Filosofia, 20 de Letras Modernas-Francês, 10 de Letras Modernas-Inglês, 10 de Letras Vernáculas, 20 de Artes Visuais, 30 de Licenciatura em Educação Artística [...], para atender à criação dos Cursos em Jataí e Catalão [...] (Ata da reunião ordinária do egrégio Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da UFG, aos 07/12 de 1980, p. 92).

A criação de Cursos e, conseqüentemente, a de vagas para os Campi de Jataí e de Catalão foram, segundo a Ata citada, discutidas e definidas, assim como foi, no ano de 1980, pelo Conselho Universitário analisada e aprovada a proposta do Programa de Interiorização da Universidade, dessa feita, inferimos que, em sua origem, o Programa de Interiorização da UFG tem uma política definida.

O diagnóstico sobre o município de Catalão revela os cursos potenciais para a região, são eles: na área de Metalurgia e Engenharia de Minas, de Educação e, de extensão, na área Agro-Pecuária. Vejamos um trecho do referido Diagnóstico:

> É sobejamente conhecida a Filosofia de Ação da Pró-Reitoria de Extensão. Não vem ao caso recorda-la. No encerramento do presente estudo, faz-se mister concluir qual será o tipo de ação mais recomendado para Catalão.
> Diante da realidade de ser um município dos demais por ter uma característica de "campo mineração", extremamente rico, portanto, um dos vários municípios em que se reside as

> esperanças de resgate econômico do Brasil, será tarefa primordial da UFG, ajudar aos cidadãos de Catalão a dominarem os conhecimentos para que realmente tomem posse das riquezas que a natureza colocou sob sua responsabilidade e tenham condições de transforma-las em instrumentos de sua redenção econômica. [...] Recomendável, pois, seria que os cursos a serem levados para Catalão estivessem diretamente ligados com a mineração. Poderiam ser, por exemplo, iniciados cursos de Geografia, para facilitar a presença de pessoas altamente conhecedoras da região, podendo inclusive entender bem sobre a Fisiografia, as características do solo e do subsolo. Outro curso possível seria o de Geologia, mais diretamente ligado com o conhecimento do subsolo. E um terceiro curso recomendado, seria sobre Engenharia de Minas. Cursos desta natureza estariam postos em ligação direta com o problema de instrumentalização de pessoal do local, para assumir responsabilidades sobre aquilo que o município tem de mais importante (Universidade Federal de Goiás/Pro-Reitoria de Extensão. Diagnose do Município de Catalão – 7. Conclusão: 03, 04. Goiânia, dezembro de 1980).

Segundo a diagnose a área de formação profissional premente seria os cursos que atenderiam a exploração Minero-químico do Município, tendo em vista que Catalão, assim como Ouvidor, têm reservas minerais de Fosfato, Nióbio, Titânio, Vermiculita e Terras Raras. Quanto ao crescimento econômico do município digamos que este veio ter uma nova arrancada desde os anos de 1976[26] com a implantação das Companhias Mineradoras, qual seja:

> A implantação dos complexos industriais e exploratórios da Mineração Catalão de Goiás, hoje com 400 empregados, da Fosfatos de Goiás S. A. – Fosfago -, com 480 empregados e a Goiás Fertilizantes S. A. – Goiasfértil -, em implantação, com 274 empregados, desestruturou a economia do Município, até então baseada na agro-pecuária. Considerando-se que atualmente, com uma industria – a Goiasfértil – ainda em fase de implantação, pelo menos 5.500 pessoas são beneficiárias diretas da nova estrutura de empregos; e ainda que o efeito multiplicador de empregos do setor industrial é uma realidade urbana, de um lado. E de outro, as precárias condições de vida do homem do campo, temos ai montado todo um quadro das

[26] Sobre mineração em Catalão ver: LIMA, Valdivino Borges. Os caminhos da Urbanização/Mineração em Goiás: o estudo de Catalão (1970-2000). Uberlândia: UFU, 2003 (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU).

> migrações da zona rural em direção a zona urbana [...] (Universidade Federal de Goiás/Pró-Reitoria de Extensão. Diagnose do Município de Catalão – Anexo I: 02. Goiânia, dezembro de 1980).

Outrossim, o crescimento urbano das sociedades capitalistas se realiza num movimento inverso ao que ocorre com as camadas sociais de nível médio e baixo, isto é, ele não promove a equidade social, pelo contrário, há uma tendência de proletarização e empobrecimento das camadas médias na medida que desorganiza determinadas formas de produção e trabalho frente às novas concorrências no mercado.

A política de interiorização do capital foi fundamental na demarcação regional das denominadas cidades pólos de desenvolvimento de nosso País, nesse sentido, a Universidade contemporaneamente engajada em tal conjuntura política e econômica procurou nortear sua política de extensão com a interiorização não somente de estágios e prestação de serviços a comunidades carentes, como outrora funcionou a extensão universitária, mas adotou a oferta de cursos nos Campi Avançados a fim de promover a formação profissional em cidades que apresentassem sinais de crescimento e desenvolvimento econômico.

Na nossa avaliação tal mudança de orientação acadêmica deu indicativos de ressignificação dos Campi Avançados, pois se durante os anos 70 a orientação do MEC era de que fossem instalados em cidades carentes do nosso País, nos anos 80 a UFG com o Programa de Interiorização opta por cidades que revelem potencial de crescimento e desenvolvimento econômico e cultural.

A diagnose então realizada sobre Catalão destacou que o Estado sustentava no município um Centro de Formação de Professores. Em tal instituição professores da rede estadual de ensino, em regime de internato, faziam os cursos de reciclagem durante 4 meses ou 720 horas. Segundo os dados dos 8 professores do Centro somente 2 tinham licenciatura plena e, em média, eram atendidas 30 cidades de todo País. Dessa feita, os estudos

apontam cursos na área de educação atenderia a demanda da cidade e região, pois:

> [...] já é chegado o momento de a Universidade assumir a dianteira na elevação do nível de ensino de 1° e 2° graus em nosso Estado. Vimos que o Centro de Formação de Professores de Catalão, que tem prestado um serviço inestimável até agora, atende professores vindos de pelo menos 30 cidades, mas com cursos de reciclagem. Por que não aproveitar tal estrutura e levantar em Catalão a bandeira da Licenciatura Plena, a partir de um Curso Universitário de nível pleno? Sendo pólo econômico-industrial, Catalão irradiará sua influência por toda a micro-região do Sudeste Goiano também em termos educacionais (idem: 05).

Dessa feita, como já havia a proposta de se implantar um Campus em Catalão a Pró-Reitora de Extensão da UFG visita a cidade, e claro, isso repercutiu politicamente na comunidade catalana, tanto que a impressa local noticiou a visita, vejamos no Jornal A Semana Catalana:

> Catalão firma convênio com a UFG nesta semana: vem aí a esperada faculdade...
> Estará em Catalão nesta sexta á tarde, a nossa conterrânea Profª Maria do Rosário Cassimiro, Pró-Reitora de Extensão da Universidade Federal de Goiás. Virá juntamente com uma equipe de três assessores para a escolha da área na qual se edificará o Câmpus Universitário de Catalão.
> Abaixo transcrevemos ofício da Pró-Reitora ao prefeito Divano Elias da Silva, comunicando o fato: "Sr. Prefeito: Dando andamento ao processo de implantação de um Campus Avançado da UFG nessa cidade, vimos comunicar a V. Sª que, no período de 31/07 a 1°/08 do corrente ano, acompanhada de uma equipe de três assessores, estarei visitando Catalão. Por ocasião dessa visita deveremos manter entendimentos visando a escolha da área na qual deverá ser edificado o futuro Campus Avançado, bem como os termos do Convênio que deverá ser firmado entre a UFG e essa Prefeitura Municipal [...]".
> Confirmada também a presença em nossa cidade, neste final de semana, do deputado Ênio Paschoal que, juntamente com Maria Cassimiro, prefeito Divano Elias e Assessores da UFG, concederão entrevista à Rádio Cultura, neste sábado (A

> Semana Catalana, Ano I, nº 11, Catalão, 31 de julho de 1981, p. 1).

Embora os estudos da diagnose revelassem os cursos em demanda para Catalão a implantação do Campus Avançado ocorreu sem que fossem ofertados cursos superiores, mas unicamente os estágios e prestação de serviços à comunidade e região. Vale destacar que havia, como já mostramos, a solicitação por parte da sociedade política e civil de Catalão, bem como, por parte do Programa de Interiorização tal era a proposta, tanto para o Campus de Jataí como para o de Catalão. Inclusive, conforme relatou a então Reitora Maria do Rosário Cassimiro, na festa de inauguração do CAC/UFG foi entregue as primeiras inscrições para o Concurso Vestibular. Qual seja:

> [...] numa festa enorme que teve lá e a Ministra da Educação Esther Figueiredo Ferraz. Eu levei a Ministra da Educação em Catalão. Tinha uma cerca viva enfrente a Avenida, as alunas enfeitaram aquela cerca viva todinha de flores para receber a ministra, ela ficou encantada com aquilo. Foi uma festa importante, foi feita no cinema, tem uma fotografia – foi assinada a resolução que criou o Campus Avançado de Catalão, parece que dezembro de 1983. Pois é, foi uma festa grande, inaugurado e ali foi no final do meu mandato de Reitora, ali eu já recebi as primeiras inscrições para o vestibular. Mas eu não tive glória de instalar a primeira turma, já tinha vencido o meu mandato. Já foi feito na gestão do professor Joel, do Reitor Joel (Entrevista da professora Maria do Rosário Cassimiro, 2004).

Ou seja, a vontade política em se ter cursos superiores no CAC só se concretizou em 1986, três anos após sua inauguração (1983), portanto o primeiro concurso vestibular foi no ano de 1986, quando, mediante assinatura de Convênios[27], foram implantados os dois primeiros cursos. A não oferta de cursos nos três primeiros anos de funcionamento do CAC pode ser compreendida por fatores como estes:

---

[27] Os Convênios com ofertas de vagas dos cursos de Licenciatura Plena em Letras (Convênio UFG/nº 34/85) e de Licenciatura Plena em Geografia (Convênio UFG/nº 35/85) foram celebrados aos 04 de outubro de 1985 para o Concurso Vestibular de 1986.

> [...]Na época que agente então, conseguiu trazer a interiorização, a extensão da Universidade Federal de Goiás para Catalão, quer dizer, o nosso propósito de participação, de ajuda, de presença nessa transferência, era o quê, na parte física, quer dizer, a Prefeitura ela teria, ela estaria realmente com a responsabilidade de participar de tudo aquilo que fosse a parte física para a instalação da UFG, enquanto que a parte do corpo docente da escola isso seria da UFG. Muito bem. Só que aconteceu o quê, nós perdemos a eleição. O Divâno que foi o Prefeito que assinou o Convênio, nós perdemos a eleição para a Prefeitura. Ai o que aconteceu, nós perdemos a eleição, nós perdemos também a autoridade para decidir pela Prefeitura. Quer dizer, aí as decisões da Prefeitura passaram para um partido de oposição a nós. No caso era o PMDB, quer dizer, como que nós íamos decidir pela Prefeitura? Nós não tínhamos condições de decidir pela Prefeitura. Eu te afirmo, como muita segurança, que se realmente nós não tivéssemos perdido a Prefeitura nós teríamos conseguido fazer com que a coisa acontecesse do jeito que eu falei. Quer dizer, a UFG, ela, realmente teria ficado com a responsabilidade dos professores. Os Concursos para professores teriam que ser com vagas federais. Jamais nós aceitaríamos, depois de ter inclusive a decisão de transferência pra cá, nós de maneira alguma aceitaríamos de que se não fosse da maneira, quer dizer se a Prefeitura assumisse a responsabilidade do corpo docente, que não haveria a extensão. Eu digo pra você que nós não aceitaríamos isso porque vou dizer uma coisa pra você, nós realmente tínhamos muito autoridade quando nós éramos políticos. Certo? Quando nós estávamos decidindo as coisas nós tínhamos muita autoridade. É que toda vida nós discutimos com as autoridades, agente sempre olhou nos olhos de cada um, sem aquela preocupação de ficar inferior, certo? Porque não é pelo fato de estar conversando com o Governador, estar conversando com o Ministro da Educação, estar conversando com o professor, com a Reitora que nós ficaríamos numa posição inferior. Então eu tenho certeza, absoluta, que nós teríamos conseguido sim que a Universidade assumisse a responsabilidade dos professores e não teria criado muitos problemas que criou [...] (Entrevista do ex-deputado Estadual Ênio Paschoal, 2004).

Dessa feita, a oferta de cursos nos Campi Avançados da UFG, nesse caso, no CAC, dependia dos compromissos firmados nos Convênios celebrados entre a Universidade e a Prefeitura de Catalão. Ao se tratar do Poder Público há que se considerar as relações de

poder e, substancialmente, entender que esse universo se configura por disputas hegemônicas entre os concorrentes políticos partidários. As instituições sociais e políticas são representações políticas de diversos segmentos sócio-culturais e políticos, nesse sentido, os sujeitos sociais constitutivos e constituintes de tais instituições ou entidades são eles também sujeitos políticos.

Portanto a criação dos cursos no CAC se fez em meio a conflitos e tensões. Os Departamentos de Letras e de Geografia questionavam quanto as reais condições físicas e didático-pedagógicas para se implantar cursos nos **Campi** Avançados e também apresentavam como dificuldade à não existência de um corpo docente que pudesse atender aos cursos do interior. Outrossim, nos primeiros meados da década de 80 a UFG se encontrava em processo de discussão e avaliação acerca da estrutura e organização do trabalho acadêmico na graduação e, segundo Rodrigues (2000), o eixo central perpassava pela reforma do regime de matrícula por disciplina e os currículos dos cursos de graduação:

> A necessidade e a disposição de repensar o regime acadêmico na Universidade tomaram corpo com as primeiras medidas para concretizar a idéia: instituiu-se uma comissão com objetivo de auscultar, de avaliar e de propor alternativas para o sistema vigente.
> [...] Como proposta, a Comissão apresentou um anteprojeto de resolução propondo a implantação do regime seriado semestral, matéria para reformulação do Estatuto e regulamentação no Regimento Geral.
> Outro componente da reestruturação da graduação era a reforma dos currículos por força da adoção do regime seriado, já que esse exige sistema rígido de matrícula. Adotaram então princípios e critérios para a reforma dos currículos: integração do ensino, pesquisa e extensão; definição do perfil profissional a ser formado; ênfase no núcleo central das disciplinas do curso; ênfase na estrutura básica de cada matéria e concisão e verticalidade do currículo (RODRIGUES, 2000, p. 92-93).

Enquanto nas Unidades Acadêmicas da UFG os professores discutiam a possibilidade de reestruturação regimental e estatutária da Universidade, bem como dos cursos de graduação, a Reitoria firmava acordo com a Prefeitura Municipal de Catalão no sentido de se implantar no CAC os cursos de licenciaturas plenas. Qual seja: em outubro de 1985 a UFG e

Prefeitura assinam os Termos de Convênios[28] materializando assim a proposta de implantação de cursos no Campus.

O contexto no qual ocorreu a celebração dos primeiros convênios de implantação de cursos no CAC foi conflituoso. A reitora da UFG no momento da celebração do primeiro convênio foi professora Maria do Rosário Cassimiro, que anteriormente foi a pró-reitora de extensão, Ela assumiu a reitoria em 1982 e saiu em 1986. Esse foi um período de lutas sociais pela redemocratização de nossas instituições. O movimento docente e os demais segmentos políticos das instituições de ensino superior se organizaram buscando romper com tudo que representasse herança da Ditadura Militar. Nesse caso, na UFG, quando no final do mandato de Reitor do professor José Cruciano de Araújo foi encaminhado ao MEC uma lista de nomes ao Cargo de Reitor da instituição e dentre os nomes constavam o da então Pró-Reitora de Extensão Maria do Rosário Casimiro, entretanto, numa lista de dez nomes o dela era o último. Convém ressaltarmos que a professora Maria do Rosário Casimiro esteve na Pró-Reitoria de Extensão (1978-1981) durante os últimos anos do Regime Militar e, nesse período professores, alunos e funcionários da Universidade estavam engajados em movimentos sociais em repulsa a tal Regime Político.

Quanto à escolha, o MEC nomeou aos 04 de dezembro de 1982 a professora Maria do Rosário Cassimiro ao Cargo de Reitora da Universidade. Dessa feita, aos engajados na luta pela redemocratização das instituições sociais significou um retrocesso dentro da Universidade, pois, permanecia na gestão o mesmo grupo dos anos de Ditadura Militar.

Com efeito, nos primeiros anos da década de 80 manter a proposta de implementar as políticas de interiorização tendia encontrar resistências dentro da Universidade em dois aspectos: Um refere-se à própria natureza autoritária e arbitrária desse modelo de Governo que agiu em duas frentes nas instituições universitárias, no âmbito da legislação (Reforma

---

[28] Convênio UFG/nº 34/85 Licenciatura Plena em Português;
Convênio UFG/nº 35/85 Licenciatura Plena em Geografia.

Universitária – Lei nº 5.540) e da força física quando o exército realizou invasões em Universidades brasileiras e Reitores foram depostos de seus Cargos sendo substituídos por interventores militares.

O outro aspecto, então associado ao primeiro, foi à inclusão da extensão universitária sob a ideologia da segurança nacional tendo como primeiras experiências o Projeto Rondon. Conforme analisamos em outro momento, durante o Regime Militar, através das Pró-Reitorias de Extensão, se implantou os **Campi** Avançados em regiões pobres do País onde professores e estudantes realizavam estágios e prestações de serviços junto a comunidade local e regional. Porém o cerne de tal política passa pelo campo ideológico na medida que veio somar-se às ações políticas autoritárias e arbitrárias de desmobilização político-sociais de estudantes e docentes.

Nesse sentido, como a então Reitora da Universidade, Maria do Rosário Cassimiro, esteve à frente da Pró-Reitoria de Extensão, compondo com o grupo da Ditadura Militar a tendência é de que o seu nome fosse rejeitado ao Cargo de Reitora em épocas que o movimento da comunidade acadêmica da UFG era de repulsa ao Regime Militar. Inferimos que envidar esforços para implementar nos anos 80 a política de interiorização de cursos em Campi Avançados não foi tarefa politicamente fácil haja vista que tal proposta acenava estar na contramão da história político-institucional.

Segundo o então Deputado Sílvio Paschoal a escolha do nome da professora Maria do Rosário Cassimiro a Reitoria da UFG foi decorrente da ação política[29] dos políticos de Catalão e tal proeza foi posta em evidência em um discurso proferido por ele na Assembléia Legislativa

> Com o surgimento de candidatos à Pró-Reitoria da UFG, já de mangas arregaçadas, todo o Sudeste Goiano, em uníssono, apoiou o nome de nossa conterrânea, Drª Maria do Rosário Cassimiro.

---

[29] Sobre esse assunto também consultar: ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães. A Extensão Universitária: Uma terceira função. Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação. 1991: 166. (Dissertação).

> Com a indicação desta nova Reitoria saímos vitoriosos e passamos a caminhar a passos largos rumo à implantação de cursos superiores em Catalão. A ação coordenadora da nova Reitoria, juntamente com nossos fiéis companheiros, proporcionou a assinatura do convênio necessário (Assembléia Legislativa – Estado de Goiás - Discurso proferido pelo Deputado Sílvio Paschoal sobre a implantação da Universidade em Catalão, na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 1983).

O discurso do então Deputado Silvio Paschoal foi posterior a assinatura do Convênio (N° UFG/029/82) que consolidou a parceria entre a UFG e PMC – instalando assim o Campus Avançado de Catalão (CAC), o qual foi inaugurado no ano de 1983. Em seu discurso ele faz um histórico sobre a participação das lideranças do PDS na luta pelo ensino superior em Catalão indicando assim que as lideranças políticas de Catalão então filiadas ao partido da situação - Partido Democrático Social (PDS) tiveram ações políticas junto ao Governo Federal que foram fundamentais na escolha do Reitor da Universidade (Maria do Rosário Cassimiro) para o mandato de 1982 a 1985 e também decisivas no processo que resultou no Convênio então assinado entre a Prefeitura local e a UFG no mandato do então Reitorado da professora Maria do Rosário Cassimiro.

Sobre a possível influência político-partidária no processo de sucessão da Reitoria da UFG e se isso tenha influenciado na escolha do Município de Catalão na instalação de um Campus da Universidade há controvérsias. Entretanto, consideramos que os sujeitos sociais de tal conjuntura eram o professor Arédio Teixeira Duarte, catalano, estando membro suplente do conselheiro Walmir Guedes Machado participou do Egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás em reunião extraordinária aos 28 de fevereiro de 1980, no qual propôs emenda[30] de inclusão do Município de Catalão ao Projeto de Resolução[31] apresentado pelo então Magnífico Reitor José Cruciano de Araújo que prevê sobre **Campi** da

[30] Ata da reunião do Egrégio Conselho Universitário da UFG, aos dias vinte o oito de fevereiro de 1980: 05.
[31] Ver Ata da reunião do Egrégio Conselho Universitário dos dias vinte e oito de fevereiro de 1980: 04.

UFG, ou seja, que no Município de Catalão também fosse instalado um Campus da UFG conforme o Programa de Interiorização referente ao Projeto de Resolução então vinculado a Pró-Reitoria de Extensão.

Prosseguindo com a trama social, a Pró-Reitoria de Extensão responsável pela implementação das políticas de extensão e interiorização nos Campi Avançados estava ocupada por Maria do Rosário Cassimiro que, coincidentemente, é também catalana. Nesse sentido, ambos da Universidade e ambos nascidos em Catalão/Go, assim como os irmãos então parlamentares Sílvio Paschoal e Ênio Paschoal são de origem catalana. Eles em comum eram naturais do Município, mas conforme explicamos anteriormente, na esfera político-partidária eram adversários, posto que os irmãos Enio Paschoal e Sílvio Paschoal estavam representando o PDS (Partido Democrático Social) que posteriormente veio a ser PFL (Partido da Frente Liberal) enquanto o professor Arédio Teixeira Duarte seu vinculo partidário é o MDB que veio a ser PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro).

Dessa feita, quando o CAC foi instalado estava Reitora[32] da UFG a professora Maria do Rosário e na inauguração (1983) estiveram presentes, dentre as autoridades da Universidade e do Município, o então Ministro da Educação Marco Maciel que, por sua vez, é filiado ao PFL. Percebemos que a instalação de um Campus da UFG no Município de Catalão veio atender não somente a uma política de formação de professores em função de uma demanda nos quadros da área da educação, mas também sobejamente aos da política partidária.

A conjuntura política nos primeiros meados dos anos 80 foi denominada de transição democrática e um marco desse período foram as eleições de 1982, a primeira desde o Golpe Militar de 64 que, segundo Germano "envolveriam um eleitorado de cerca de 55 milhões de pessoas e elegeriam vereadores, prefeitos (exceto os das capitais e das cidades consideradas de segurança nacional), deputados estaduais, deputados federais, senadores e governadores dos Estados" (GERMANO, 1993, p. 220). Conforme analisa Vieira (2000):

[32] A professora Maria do Rosário Cassimiro esteve Reitora da UFG no período de 1982 à1986.

> Nesse contexto de passagem de um momento político (autoritário) para outro (democrático) também a educação vive um período onde seus contornos não são claramente visíveis [...] A política educacional autoritária, concebida em tempos áureos da ditadura, não mais se sustenta. A política educacional, que vai responder aos desafios de uma sociedade democrática, contudo, ainda não tomou sua forma. Vive-se um tempo de busca, de ensaios e de grande efervescência na organização da sociedade [...]. de outra parte, essa transição, pressionada pela conjuntura internacional e nacional, contraditoriamente, vem marcada pelo questionamento do Estado como agente que assegura os direitos sociais, expressos no serviço público, inclusive no oferecimento da educação pública (VIEIRA, 2000, p. 20).

1.8. A Inauguração do Campus avançado de Catalão

Destarte, as eleições municipais em Catalão foram disputadas em 1982 entre seis partidos, porém, os dois majoritários foram o PDS (antiga ARENA) e o PMDB (antigo MDB). O PDS era o partido da situação e, nesse sentido, o Prefeito Divano Elias da Silva, assim como os Deputados Ênio Paschoal e Silvio Paschoal, representavam o Partido Governista, isto é, o Estado Militar. Em Catalão o candidato da oposição (PMDB) saiu vitorioso, tendência essa em nosso País considerando a história social, política e institucional da transição democrática, na qual, o PMDB foi um dos protagonistas na luta pelo fim do Regime Militar, porquanto Haley Margon Vaz, o candidato do PMDB, foi eleito Prefeito de Catalão. Nas palavras de Antonio Gramsci:

> E é preciso também definir a vontade coletiva e a vontade política em geral no sentido moderno, a vontade como consciência operosa da necessidade histórica, como protagonista de um drama histórico real e efetivo (GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a Política. Volume 3. R.J: Civilização Brasileira. 2000, p. 17).

Posto que, aos 20 de dezembro de 1982, o Prefeito Divano Elias da Silva ainda estando Prefeito de Catalão celebrou o primeiro Termo de Convênio com a UFG (Convênio nº UFG/029/82), entretanto, depois da posse do Srº Haley Margon Vaz esse primeiro Convênio foi cancelado (revogado) e aos 20 de agosto de 1983 a Prefeitura Municipal de Catalão e a UFG assinaram um outro Termo de Convênio[33].

Figura 04: Assinatura do Termo de Convênio de criação do CAC/UFG, entre UFG e Prefeitura Municipal de Catalão, aos 20 de Agosto de 1983. No centro, o então Prefeito Haley Margon Vaz, a sua esquerda o Prof. Arédio Teixeira Duarte e a sua direita a então Reitora da UFG, Maria do Rosário Cassimiro. Fonte: Arquivo do CAC/UFG.

[33] Não consta no Termo de Convênio o nº do documento.

Figura 05: Placa de inauguração do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás, aos dias 17 de Dezembro de 1983. Autor: M. VENÂNCIO, 2005.

Os dois grupos partidários que disputaram o Poder Público de Catalão tinham como consenso a instalação de um Campus da UFG no município, e também fomentaram uma política de incentivos a instalação de instituições privadas, por exemplo, o CESUC (Centro de Ensino Superior de Catalão)[34], todavia, referente ao Convênio com a UFG eles divergiam quanto a proposições de competências.

Ao analisarmos os dois Termos de Convênios verifica-se alterações significativas na Cláusula Quarta e Cláusula Quinta em que tratam da competência de cada convenente. No Convênio de 1982 assim dispõe:

[34] Instituição privada do grupo da Faculdade Anhanguera de Goiânia/Go, implantada no Município de Catalão em 1984.

> Cláusula Quarta – Da Competência da Universidade:
> I- responsabilizar-se pelo planejamento, coordenação e execução das atividades programadas para serem executadas através do Campus Avançado;
> II- acompanhar e avaliar, ao nível das competências técnicas e administrativas das Unidades de Ensino e da Pró-Reitoria de Extensão, os trabalhos desenvolvidos através do Campus Avançado, frente aos objetivos propostos;
> III- captar e alocar recursos financeiros, através da Pró-Reitoria de Extensão, para atender, em parte ou no todo, as despesas necessárias à instalação e pleno funcionamento do Campus Avançado;
> IV- realizar, através da Pró-Reitoria de Extensão, levantamentos, auditagens e avaliações, previstas em lei e que se tornem necessárias;
> V- atender às despesas de pessoal para a administração e serviços necessários ao regular funcionamento do Campus Avançado.

Quanto ao Convênio de 1983, na Cláusula Quarta – Da competência da Universidade no item III ao invés de manter que a Universidade deve "captar e alocar recursos financeiros, através da Pró-Reitoria de Extensão [...]" dispõe que a Universidade deve "responsabilizar-se por 50% das despesas de manutenção do Campus, no período de 1983 a 1987". O Convênio de 1983 estabeleceu o prazo de vigência em cinco anos[35] (Cláusula Décima – Do Prazo), porquanto, nos cinco anos de Convênio a UFG se responsabilizaria por 50% das despesas do CAC e, por sua vez, a Prefeitura de Catalão pelos outros 50% (Convênio de 1983, Cláusula Quinta – Da Competência da Prefeitura).

Outro elemento diferente no Convênio de 1983, na Cláusula IV – Da competência da Universidade, refere-se ao item "IV. Reformar e ampliar as instalações do Centro de Formação de Professores com vistas à implantação de cursos de 3° grau". Segue o item "V. Equipar paulatinamente as instalações do Campus, na medida da implantação das atividades programadas". Inferimos

[35] Esse prazo ainda é mantido entre as partes convenentes.

que durante a gestão do Prefeito Haley Margon Vaz foi feita à doação[36] do Centro de Formação de Professores a UFG já com perspectivas de se implantar os cursos superiores no CAC, nesse sentido, nos dois itens citados verificamos que a Universidade assume o compromisso em ampliar e reformar o Centro de Formação de Professores.

Em relação à área onde seria a sede do Campus Avançado da UFG, no Convênio de 1982, na Cláusula V – Da competência da Prefeitura, ficou assim disposto "III – doar à Universidade uma área urbana na cidade de Catalão correspondente a 10 (dez) alqueires goianos". Verificamos que até o final de 1982 ainda não se tinha decidido sobre o local onde funcionaria o CAC, não obastante, tal questão já vinha sendo discutida entre as lideranças políticas de Catalão desde 1979, visto que:

> A Câmara Municipal de Catalão, Estado de Goiás, decreta, e eu, Prefeito Municipal ,sanciono a presente lei:
>
> Art. 1° - Pela presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a doar à Universidade Federal de Goiás e à Entidade Mantenedora da Faculdade Anhanguera, as áreas necessárias à implantação de Campus Universitários em Catalão [...] (Lei n° 29 de 18 de setembro de 1979).

Conforme analisamos anteriormente a sociedade política de Catalão objetivava implantar no Município os cursos superiores e para tal, durante a década de 1970, buscaram tanto as instituições públicas quanto às privadas.

---

[36] Art. 1° - Fica o Serviço de Patrimônio da União autorizado a promover a cessão, sob forma de utilização gratuita, à Universidade Federal de Goiás, autarquia vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, do terreno, com área de 968.000,00m (novecentos e sessenta e oito mil metros quadrados), situado a fazenda Pé do Morro, Município de Catalão, Estado de Goiás, de acordo com os elementos constantes do processo protocolizado no Ministério da Fazenda, sob o n° 0180-02.947, de 1983.
Art. 2° - O terreno a que se refere o artigo 1° desta Portaria destina-se à implantação do "Campus" Avançado daquela Universidade, no prazo de (5) cinco anos, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, a lavrar-se em livro próprio do Serviço do Patrimônio da União (Portaria n° 402, de 30 de setembro de 1983; Diário Oficial da União aos 05 de outubro de 1983, p. 17049).

Quanto ao Centro de Formação de Professores Primários[37], então doado pelo MEC a UFG, há indícios de que já havia um certo namoro por parte da Universidade as suas instalações, pois, na diagnose realizada sobre o Município de Catalão ao tratar sobre cursos na área de educação o documento fala sobre a existência do Centro de Formação de Professores Primários e destacam quanto tem sido relevante os serviços prestados por essa entidade educacional nos cursos de reciclagem de professores. Nesse sentido, na diagnose colocaram a seguinte questão:

> Por que não aproveitar tal estrutura e levantar-se em Catalão a bandeira da Licenciatura Plena, a partir de um Curso Universitário de nível pleno? Sendo pólo econômico-industrial, Catalão irradiará sua influência por toda a micro-região do Sudeste Goiano também em termos educacionais." (Universidade Federal de Goiás/Pró-Reitoria de Extensão. Diagnose do Município de Catalão – Anexo 1, p. 05. Goiânia, dezembro de 1980).

Ainda que a bandeira levantada não tenha sido a dos Cursos de formação de professores - as licenciaturas, o Centro de Formação de Professores Primários, com suas instalações foram assim doadas a UFG.

Referente ao corpo docente que atenderia aos cursos do CAC, conforme o depoimento do Srº Ênio Paschoal, há indicativos de que esse foi um elemento paradoxal no processo de interiorização de cursos da UFG. Numa análise conjuntural Dourado faz as seguintes considerações:

> A década de 80, período em que a UFG implanta os *campi avançados*, foi um período difícil para a universidade, em virtude da redução de verbas, da proibição de contratação de professores, enfim, de um conjunto de fatores políticos, econômicos e institucionais que dificultaram o seu funcionamento (DOURADO, 2001, p. 157).

[37] Funcionou entre 1966-1983.

Embora o cenário nacional não fosse favorável a uma expansão da educação superior, visto que as políticas públicas mantinham uma agenda financeira para a educação um tanto irrisória frente às demandas na área, o movimento da UFG e das Prefeituras dos Municípios, então selecionados para instalação de Campi Avançados, se efetivava. Dessa feita um dos problemas enfrentados pela UFG e Prefeituras dos Municípios interessados nos cursos superiores era no sentido de como iria suprir o quadro de professores nos referidos Campi, isto é: a oferta de vagas dos cursos de Goiânia para o CAC implicava em aulas no interior com os professores da UFG/Goiânia. Porém, tal impasse não motivou o recuo de nenhuma das partes convenentes, e sim a busca de meios jurídicos e acadêmicos no sentido de estar resolvendo tal impasse.

E assim foi inaugurado no dia 17/12/1983 o Campus Avançado de Catalão (CAC). Esse foi o coroamento de uma luta política que tem dado excelentes frutos para a UFG e para toda a comunidade catalana. O CAC foi instalado no centro de Formação de Professores que foi reformado para funcionar como espaço acadêmico e como atividades de extensão.

CAPÍTULO 02

MOVIMENTOS POLÍTICOS: IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DOS CURSOS NO CAC

A maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho.

(Ecléa Bosi)

2.1 A Experiência de Extensão no CAC

Aos 17 de dezembro de 1983 o CAC foi inaugurado, o primeiro diretor foi o professor Paulo Olinto Macêdo, que permaneceu até 1988 na direção do CAC. Em seus dois primeiros anos (1984 e 1985) foram desenvolvidas atividades de estágios e prestação de serviços junto à comunidade, por exemplo: consta no Livro de Atas[1] que as alunas do Curso de Enfermagem da UFG iniciaram em 4 de janeiro de 1985 estágios no município de Catalão. Nesses dois anos (1984/1985)

> "cerca de 111 alunos realizaram atividades ligadas aos objetivos de sua área de formação com orientação de preceptores locais, ampliando sua participação em projetos de interesse social" (Exposição de Motivos para a assinatura de convênio entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a Universidade Federal de Goiás para desenvolvimento de Cursos de Licenciatura na área de educação, em Catalão, 03 de julho de 1989: 01).

De acordo com a professora Elza Maria Stacciarini em fevereiro de 1983 professores dos Cursos de Geografia e de Letras estiveram em Catalão oferecendo um Curso de Capacitação aos professores das Redes Estadual e Municipal de Ensino:

> [...] Eram cursos que a Pró-Reitoria de Extensão programava, se não me engano, em convênio com o Estado e as Prefeituras locais. Nós ficamos lá quinze dias. [...]. Nessa época que a gente foi dar esse curso, a professora Maria do Rosário Cassimiro era Pró-Reitora de Extensão, foi pedido pra gente fazer um levantamento com os professores do interesse de se montar cursos superior naquele município. E o interesse foi muito grande. A gente aplicou questionário não só com os professores que estavam fazendo o curso, mais com a comunidade. E nessa época mesmo a gente já foi conhecer as

[1] Para saber mais assunto saber esse assunto vide: Livro de Registro Diário nº 01 do Campus Avançado da UFG em Catalão – estagiárias do Curso de Enfermagem – Catalão 02 de janeiro de 1985.

> instalações do antigo Centro de Formação de Professores que tinha uma idéia de que o Campus seria instalado ali.
> [...] Desse questionário apareceu muito, a freqüência foi muito grande pedindo Geografia, Português e Biologia [...] (Entrevista da professora Elza Maria Stacciarini, 2004).

Ou seja, se por um lado houve uma mobilização por parte da sociedade política e civil de Catalão a fim de se implantar cursos no CAC, por outro, a Pró-Reitoria de Extensão buscou se certificar e até mesmo encontrar elementos que legitimasse o seu projeto de interiorização de cursos. Conforme citamos anteriormente, em 1980 essa Pró-Reitoria solicitou junto aos Professores do ICHL (Instituto de Ciências Humanas e Letras) uma diagnose do Município para atender aos propósitos do Programa de Interiorização da Universidade.

No primeiro ano de atividades de extensão no CAC foi organizado um encontro regional de professores então denominado de I° EREP (Encontro Regional de Escolas Públicas). O evento aconteceu nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 1984 e foi organizado pelo CAC e Faculdade de Educação. Contaram com o patrocínio da Pró-Reitoria de Extensão e co-patrocínio da Prefeitura Municipal de Catalão, bem como a colaboração do Setor Regional da Merenda Escolar e das Prefeituras Municipais das cidades de: Anhanguera, Davinópolis, Campo Alegre, Cumari, Goiandira, Nova Aurora, Ouvidor, Três Ranchos e Pires Belo (povoado). Desse I° EREP resultou um documento proposta então encaminhado em dezembro de 1984, à Pró-Reitoria de Extensão, acompanhado de um abaixo assinado de professores de Catalão, Goiandira, Cumari e demais cidades vizinhas. Em tal documento solicitavam cursos de complementação de Estudos em Licenciatura Plena, nas áreas de Português, Estudos Sociais e Matemática (O Pirapitinga – Boletim Informativo do Campus Avançado da UFG em Catalão – Número Experimental n° 00 - Ano I – abril/1985).

Ao mesmo tempo, que a UFG, uma instituição pública se instalava em Catalão, o ensino superior privado também chegava a

cidade.Segundo a professora Almeida antes da implantação de cursos no CAC o CESUC (Centro de Ensino Superior de Catalão), uma entidade de ensino superior privada, com o apoio da Prefeitura local e dos Prefeitos das cidades vizinhas se instalou em Catalão em dezembro de 1984 e, em janeiro de 1985 realizou o seu primeiro vestibular para os cursos de Direito, Administração de Empresas e Pedagogia. Seu primeiro ano de funcionamento foi no Colégio Estadual Polivalente, mas como a Prefeitura local havia doado o terreno e também as Prefeituras de Municípios vizinhos fizeram doações de materiais para construção, em 1985 a entidade iniciou a construção da sede própria (ALMEIDA, 1991, p. 83).

> [...] Então o CESUC com os cursos superiores começou um ano antes dos cursos da UFG, por conta de toda essa negociação e como havia uma promessa de muito tempo, acho que a Prefeitura se sentiu na obrigação de adiantar um pouco. Talvez até por uma questão política de pressionar a UFG – isso é uma coisa que a gente está só inferindo -, mas o certo é que os Prefeitos daquela região junto com o Prefeito de Catalão implantaram o CESUC antes e abriram os cursos. Cursos de uma Faculdade particular com bolsas das Prefeituras [...] (Entrevista da professora Maria Zeneide de Almeida, 2004).

Inferimos que a liderança política de Catalão dedicou-se em instalar no município uma instituição de ensino superior, fosse ela pública ou privada, com efeito, embora a UFG já estivesse instalado em Catalão um Campus Avançado foi uma instituição privada a pioneira no ensino superior na região.

Às ações da sociedade civil e política de Catalão junto a UFG, no sentido de se implantar Cursos no CAC, também se juntou o então Ministro da Educação Sr° Marco Maciel, depois de ser solicitado pelo preceptor[2] do Curso de Medicina, o médico Dr. Aguinaldo Gonçalves Mesquita. Relata o Dr.

[2] Geralmente eram os profissionais do Município costumavam os preceptores dos alunos dos Cursos de medicina, de Enfermagem, de Jornalismo, Agronomia, Veterinária etc.

Aguinaldo Gonçalves Mesquita que o Ministro esteve passando por Catalão e nessa sua vinda eles tiveram um rápido contato. Passado um tempo ele resolveu ligar para o Ministro Marco Maciel a fim de tratar sobre as dificuldades com a extensão universitária e sobre a implantação de Cursos no CAC/UFG. Em sua reconstrução do passado ele afirma:

> [...] qual que é a dificuldade Aguinaldo que você está tendo aí? Nós estamos num Campus Avançado e não está funcionando, tem muita coisa e contei as dificuldades. Estão lutando aqui pra trabalhar na implantação de Cursos. Ele falou assim: eu vou na sua terra. Se você quiser fale com os deputados da região que na época era o Deputado Wolney Siqueira e Dr. Sílvio Paschoal, que eu irei. Organize que eu irei. E eu também estou fazendo um partido político, quem sabe agente conversa sobre isso. Você participa de política? Falei, nunca participei. Não, mais quem sabe não é uma oportunidade. Na época a nossa Reitora era a professora Maria do Rosário Cassimiro e nós fizemos o contato e o Dr. Paulo era o Diretor do Campus [...] e ninguém acreditava que ele vinha. E ele veio. Se não me falha a memória dia 07 ou 08 de agosto estava o Ministro aqui em Catalão, visitando o Campus Avançado, fazendo reuniões políticas e esse dia ele praticamente oficializou o início dos Cursos universitários em Catalão. Essa passagem foi importante para a implantação do Campus. E curiosamente na saída dele ele fez um elogio ao meu trabalho e disse que eu poderia um dia ser Prefeito de Catalão. Eu falei se eu for eu preciso do Senhor. E realmente um ano depois eu saia candidato a Prefeito e ele veio no meu comício de encerramento e me ajudou a ganhar a eleição.
> [...] eu penso assim: se eu fui Prefeito é porque o Marco Maciel veio em Catalão pra ver o Campus Avançado. Então eu acho que aí agente começou a criar um entusiasmo pra outros cursos, quando nós assumimos. Nós não tivemos condições de estabelecer porque o prédio era pequeno, a prefeitura passou por momentos de cortes e recursos, agente não teve como assim, implantar. E não existia assim uma grande vontade por parte o Poder Central da Universidade porque a gente entende que à medida que você vai expandindo os Campi Avançados e criando cursos o Poder Central perde um pouco a sua força. Apesar que eles dificilmente eles soltaram essa força, eu acho que até hoje eles não liberam essa força, não tem uma autonomia para as Unidades. Então agente começou aí como Prefeito, já dava o grito da Universidade Sudeste, da Universidade da Estrada de Ferro [...] Daí trabalhamos pra

> trazer mais cursos [...] (Entrevista do Dr. Aguinaldo Gonçalves Mesquita, 2004).

Dessa feita, a instalação de um Campus Avançado da UFG no Município de Catalão - denominado CAC (Campus Avançado de Catalão), envolveu além da Reitoria e Pró-Reitoria de Extensão, também o Poder Público Municipal e as forças políticas do Município. Entendemos que a vinda do então Ministro da Educação (Marco Maciel) foi expressiva não somente para a efetivação dos rumos que se buscava para o CAC, referente à implantação de curso, como também aos rumos do PFL em Catalão, posto o seu candidato a Prefeito (Dr. Aguinaldo Gonçalves Mesquita) ter vencido as eleições de 1986.

Figura 06: Visita do então Ministro da Educação e Cultura Marco Maciel ao Campus Avançado de Catalão acompanhado a sua direita do médico e parlamentar Dr. Sílvio Paschoal, e a sua esquerda, da Reitora da UFG Maria do Rosário Cassemiro e do Diretor do CAC Paulo Marcelino. Fonte: Arquivo do CAC/UFG

Figura 07: O Ministro da Educação e Cultura, Marco Maciel, conhecendo as instalações do CAC/UFG, juntamente, à sua esquerda, com o médico Dr. Aguinaldo Gonçalves Mesquita, e a sua direita com o médico e parlamentar Dr. Sílvio Paschoal e a então Reitora Maria do Rosário Cassimiro. Fonte: Arquivo do CAC/UFG

Qual seja, os primeiros cursos quando foram implantados foi na gestão do Prefeito Haley Margon Vaz em 1985 com seu primeiro Concurso Vestibular em 1986. Durante seu mandato, em 1987, foram renovados os convênios dos cursos de Geografia e Letras, e nesse mesmo ano celebrados os convênios de implantação dos cursos de Pedagogia e Matemática. Depois dessa gestão quem assume a Prefeitura Municipal de Catalão é o Dr. Aguinaldo Gonçalves Mesquita e em 1989 ele renova os quatro convênios anteriores dando continuidade aos cursos já existentes e implanta o curso de Educação Física e, em 1990 celebra convênio de implantação do curso de História.

Em relação à entrevista do ex-prefeito de Catalão, Dr. Aguinaldo Gonçalves Mesquita, ele afirma que "o poder central da UFG" não agiu com empenho no sentido de expandir os cursos e, segundo ele, devido ao receio de perder sua força para os **Campi** avançados. No entanto, ele pondera

que dificilmente o denominado "poder central da UFG", cede em sua força impedindo assim que as "Unidades" tenham autonomia, nesse sentido, como prefeito começou a dar o grito da universidade do Sudeste, da Universidade da Estrada de Ferro – posto isso, afirma ele: trabalhamos para trazer mais cursos.

2.2. Implantação dos cursos

Os primeiros convênios de implantação de cursos: foram em 1985: Licenciatura Plena em Letras e Licenciatura Plena em Geografia, e em 1987: Licenciatura Plena em Pedagogia e Licenciatura Plena em Matemática.

Sobre o processo de implantação de cursos no CAC, quando questionada sobre a escolha dos primeiros cursos, a ex-Diretora do CAC e professora do curso de Geografia da UFG, professora Elza Maria Stacciarini diz o seguinte:

> A escolha de Geografia e de Letras eu não sei se foi da Reitoria, se foi da Prefeitura, se foram os dois em comum acordo. Eu sei que não foi do Departamento de Geografia, nem do departamento de Letras em si. Foi uma reivindicação da comunidade e que a Reitoria abraçou a causa. A Reitoria pediu que o Departamento estudasse a viabilidade da implantação de um curso lá. Foram várias reuniões, assim de março até setembro quando foi aprovado, foram sete meses praticamente de reuniões quase que semanalmente. Na verdade [...] não houve um ganho mesmo numa reunião da implantação do curso. Foi mais assim atendendo um pedido da Reitoria e não porque o Departamento de Geografia tivesse aprovado por consenso, por unanimidade ou por maioria absoluta não. A implantação ela se deu porque alguns professores se comprometeram a levar o curso [...] (Entrevista da professora Elza Maria Stacciarini, 2004).

Podemos assim dizer que a implantação dos primeiros cursos no CAC decorreu, sobretudo, da ação política da Reitora – na gestão da professora Maria do Rosário Cassimiro (processo iniciado quando a mesma esteve como Pró-Reitora de Extensão) e do Prefeito Haley Margon Vaz. Não

estamos desconsiderando a participação de outros segmentos da sociedade, nem mesmo a trajetória das lideranças políticas no processo de instalação de um Campus da UFG no Município, assim como pela criação de cursos superiores.

Reabrindo os arquivos de sua memória o professor do curso de Letras da UFG, Braz José Coelho, catalano e ex-diretor do CAC, afirma:

> [...] Em 85 o Haley fez um pedido de cursos pra cá [...] nós estávamos com um problema muito sério na Universidade nesta época, nós não tínhamos pessoal, era a época que agente chamava de o decretão. Era um decreto que durante mais ou menos cinco, oito anos não poderia contratar ninguém, não poderia ter concurso. A saída era aquela de professor colaborador, que encheu a universidades de professor colaborador porque não tinha concurso [...] (Entrevista do professor Braz José Coelho, 2003).

Portanto a criação dos cursos no CAC se fez em meio a conflitos e tensões. Os Departamentos de Letras e de Geografia questionavam quanto as reais condições físicas e didático-pedagógicas para se implantar cursos nos Campi Avançados e também apresentavam como dificuldade à não existência de um corpo docente que pudesse atender aos cursos do interior. Outrossim, em meados da década de 80 a UFG se encontrava em processo de discussão e avaliação acerca da estrutura e organização do trabalho acadêmico na graduação e, segundo Rodrigues (2000), o eixo central perpassava pela reforma do regime de matrícula por disciplina e os currículos dos cursos de graduação:

> A necessidade e a disposição de repensar o regime acadêmico na Universidade tomaram corpo com as primeiras medidas para concretizar a idéia: instituiu-se uma comissão com objetivo de auscultar, de avaliar e de propor alternativas para o sistema vigente.
> [...] Como proposta, a Comissão apresentou um anteprojeto de resolução propondo a implantação do regime seriado semestral, matéria para reformulação do Estatuto e regulamentação no Regimento Geral.

> Outro componente da reestruturação da graduação era a reforma dos currículos por força da adoção do regime seriado, já que esse exige sistema rígido de matrícula. Adotaram então princípios e critérios para a reforma dos currículos: integração do ensino, pesquisa e extensão; definição do perfil profissional a ser formado; ênfase no núcleo central das disciplinas do curso; ênfase na estrutura básica de cada matéria e concisão e verticalidade do currículo (RODRIGUES, 2000, p. 92-93).

Nesse sentido, paralelo ao processo de reestruturação dos cursos de graduação, no qual, em 1984, resultou na implantação do regime seriado anual na UFG, no CAC, em outubro de 1985, se conquistava a celebração de Convênios[3] entre a Prefeitura Municipal de Catalão e UFG materializando assim a proposta de implantação de cursos no Campus.

Nos respectivos Convênios Prefeitura Municipal de Catalão e Universidade Federal de Goiás se comprometem a "colaboração mútua para implantação" (Convênio nº 34/85 e Convênio nº 35/85) das licenciaturas plenas em Letras e em Geografia. Por exemplo, no Convênio nº 35/85 – implantação do Curso de Geografia – Licenciatura Plena, quanto às obrigações da Universidade:

> Cláusula Segunda – Das Obrigações da Universidade
> 1. Oferecer as instalações físicas do Campus Avançado de Catalão para funcionamento do Curso.
> 2. Destinar 50 (cinqüenta) vagas de seu Concurso Vestibular para o Curso em Catalão, a se iniciar em 1986.
> 3. Oferecer 2 (dois) vestibulares: um para o Curso a ser iniciado em 1986 e outro em 1987. Havendo demanda e interesse das partes convenentes e consultado o Departamento de Geografia, outros vestibulares poderão ser realizados.
> 4. Responsabilizar-se pelo planejamento e Coordenação didático-pedagógica do curso, através do Colegiado de Geociências e do Departamento de Geografia
> 5. Executar, através de sua Pró-Reitoria de Graduação, o acompanhamento da vida acadêmica do aluno.

[3] Convênio UFG/nº 34/85 Licenciatura Plena em Português;
Convênio UFG/nº 35/85 Licenciatura Plena em Geografia.

> 6. Responsabilizar-se, através do Departamento de Geografia, pela seleção de pessoal docente a ser contratado pela Prefeitura.
> 7. Capacitar os docentes selecionados, através de Cursos de reciclagem ou especialização na área de Geografia.
> 8. Responsabilizar-se pela oferta do Curso somente dentro do prazo estipulado no convênio. Desse modo, ao aluno que não acompanhar sua turma, será assegurada dentro do prazo máximo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, a continuação do curso em Goiânia, havendo vaga e razões justificadas do aluno. O candidato será devidamente informado dessa norma, ao proceder à sua inscrição no Concurso Vestibular.
> 9. Responsabilizar-se pelo transporte, alojamento e alimentação dos professores da Universidade e do Coordenador do Curso, quando em serviço.

Conforme foi mencionado (documentos escritos e orais) a proposta do Programa de Interiorização era de que os cursos dos **Campi** Avançados não fossem permanentes, mas que funcionassem o suficiente para atender a demanda local e/ou regional. Não obstante, o professor Braz José Coelho que veio para o CAC como Coordenador do Curso de Letras e a Professora Elza Maria Stacciarini como Coordenadora do Curso de Geografia, entenderam que,

> [...] não deveria ser do jeito que estava no regulamento, quer dizer, agente achava que tinha que formar de fato um pólo, mais um pólo permanente, quer dizer, um campus, mais um campus permanente, os cursos permanentes. Agente não aceitava a idéia de que formasse uma turma e estava muito bom. A idéia de universidade para nós era outra, não era só dá curso, a nossa idéia era de universidade. Era de se formar o local onde se trabalhasse em termos do ensino, mas também da pesquisa, também da extensão [...].A idéia nossa era o seguinte: criar titulações que não tinha jeito de voltar, então olhe só: a primeira coisa que nós fizemos vocês pode olhar isso no convenio ao invés de um vestibular nós conseguimos botar dois, certo? Então já tinha duas turmas, certo/? A idéia nossa é o seguinte, que se você trabalha durante um tempo, um ano, e depois trabalha o outro ano já com a outra turma, cria-se uma situação de expectativa de outro vestibular, certo? E com isso seria obrigado fazer outro vestibular. E, foi verdadeiro ora, antes de terminar o primeiro ano da 2ª turma já foi mudado o convenio pra mais dois vestibulares – o quarto

> vestibular, quatro turmas, pois é, esse foi uma das formas de ir envolvendo. E a outra forma era de ir trabalhando os outros departamentos pra criar novos cursos também, certo? A idéia de rotação está até hoje no papel. No Regimento dos campi até hoje, e é o regimento que vale até hoje, certo? só que ele não funciona, ele nunca funcionou, certo? [...] (Entrevista do professor Braz José Coelho, 2003).

Constatamos que nos Convênios de implantação das Licenciaturas Plenas em Geografia e em Letras prevê a realização de dois Concursos Vestibulares, nesse sentido, conforme explicou o professor Braz José Coelho, já no início a perspectiva assumida por ele (Coordenador do Curso de Letras) e pela professora Elza Maria Stacciarini (Coordenadora do Curso de Geografia) foi de se investir numa política que resultasse na efetivação dos cursos e de uma estrutura acadêmica universitária. Com essa perspectiva, os dois Coordenadores participaram da elaboração desses dois primeiros convênios (Letras e Geografia). Quanto a esse projeto que resultou em um outro percurso ao Programa de Interiorização da UFG vejamos como a professora Elza Maria Stacciarini, representa e interpreta aquele momento do qual participou ativamente:

> Na época que se idealizou esses cursos o que se falou foi o seguinte: que esses cursos seriam ministrados por um certo tempo e que depois eles cederiam lugar a outros cursos para não saturar. Seriam cursos temporários. E aí quando agente fez esse projeto de criar um quadro de lá foi exatamente pra não permitir isso. Então a Prefeitura já tem o quadro do pessoal da Geografia, já tem o quadro do pessoal de Letras, já tem o quadro do pessoal de Educação Física, de Matemática, de História – dos cursos que foram vindo posteriormente – então a intenção era consolidar o Campus. Porque se continuasse o professor daqui certamente o curso funcionaria uns dois anos e depois eles iria fechar. Até porque os Departamentos daqui não iriam permitir essa coisa de professor lá e cá. Tinha uma coordenação e mais um ou dois professores quando era necessário. Então a intenção sempre foi essa de consolidar o Campus e já desde aquela época agente falava de uma Universidade do Sudeste Goiano. A partir do momento que tivessem vários cursos consolidados e se pensou em sete, seria pelo menos sete. Um quadro de

> professores dali mesmo então isso seria o primeiro passo [...]. (Entrevista da professora Elza Maria Stacciarini, 2004).

2.3. O Corpo Docente

Com efeito, foi do entendimento dos coordenadores dos cursos de Letras e de Geografia, assim como da Reitoria e do Prefeito de Catalão que se fizesse concurso[4] público para se contratar professores para os cursos então implantados no CAC. Nos Convênios[5] de implantação de cursos tal proposta é comum e pode-se aferir entre todos eles que cabia aos Departamentos dos respectivos cursos realizar a seleção dos professores.

Quanto ao corpo docente prevê os Convênios que a Universidade faria a seleção pública de "pessoal docente" para atender aos respectivos cursos, porém os professores seriam contratados pela Prefeitura.

Com relação às obrigações da Prefeitura no Termo de Convênio Nº 35/85[6] - Licenciatura Plena em Geografia, assim ficou definido:

> 1. Destinar do seu orçamento todo o recurso financeiro necessário ao funcionamento do curso.
> 2. Contratar todos os professores necessários ao funcionamento do Curso, em regime de 40 horas, com salário correspondente aos proventos:
> a. de Professor Auxiliar, referência inicial, em regime de 40 horas na Universidade, quando graduados, e
> b. de Professor Assistente, referência inicial, mestres, colocando-os à disposição da Universidade, sem nenhum vínculo empregatício ou ônus para a instituição.
> 1. Responsabilizar-se pelo pagamento de gratificação aos professores da Universidade que lecionarem em Catalão. A gratificação será igual ao salário de 20 horas do professor Assistente, referência inicial, da Universidade. O pagamento será mediante encaminhamento da freqüência pelo Campus Avançado de Catalão.

---

[4] Ocorre que foi feita a seleção pública e não o concurso público.
[5] Os Convênios de implantação de Cursos referentes aos Cursos nas áreas de Licenciaturas Plenas foram todos isonômicos. Um único modelo de Convênio que rompeu com a isonomia ocorreu no ano de 1996 quando foi implantado o Curso de Ciência da Computação.
[6] Tais obrigações foram equivalentes ao Termo de Convênio Nº 34/85 – Licenciatura Plena em Letras.

2. Responsabilizar-se pelo pagamento de gratificação ao Coordenador de Curso, que corresponderá ao salário de 10 horas do Professor Assistente, referência inicial, da Universidade. O Coordenador receberá mensalmente, enquanto durar o Convênio, a partir da instalação da Coordenação do Curso.
3. Viabilizar as condições necessárias para que os professores contratados façam cursos de reciclagem ou de especialização na área de Geografia, a serem ministrados pelo Departamento de Geografia.
4. Promover ao meios necessários à realização do Concurso Seletivo para contratar os professores que a Coordenação do Curso julgar necessários.
5. Responsabiliza-se pela aquisição, até janeiro de 1986, de livros necessários para início do Curso de Licenciatura em Geografia, bem como dar-lhe continuidade, inclusive nos anos subseqüentes.
6. Assegurar a gratuidade do ensino.
7. Assegurar agora e no futuro a otimização do ensino público municipal de 1° e 2° graus e colaborar com a Universidade na realização dos eventos por ela programados para este fim.
8. Liberar os docentes rurais e urbanos para freqüentarem cursos de reciclagem e atualização a serem ministrados, conciliando os calendários da Universidade e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, criando assim condições para os docentes participarem destes cursos com aproveitamento efetivo.
9. Estabelecer uma política de pessoal no sentido de que, no preenchimento de cargos de magistério, sejam admitidos, preferencialmente, os portadores de diplomas de Cursos específicos de magistério, de acordo com as seguintes prioridades:
11.1 – Para o exercício do magistério nas séries iniciais:
a) Curso de Pedagogia – habilitação, magistério das séries iniciais do ensino de 1° grau;
b) Curso normal
11.2 – Para o exercício do magistério da 5ª a 8ª séries do 1° grau;
a) Cursos de licenciatura plena nas áreas específicas;
b) Cursos de Licenciatura Curta nas áreas específicas
(Termo de Convênio entre Prefeitura Municipal de Catalão e UFG N° 35/85 Licenciatura Plena em Geografia).

Referente ao corpo docente consta nos Convênios que a Universidade e Prefeitura Municipal de Catalão estariam desenvolvendo uma

política de qualificação[7] aos professores aprovados em seleção pública para os Cursos do CAC oferecendo, assim, cursos de reciclagem ou de especialização. Também ficou regulamentado que o planejamento e Coordenação didático-pedagógica dos respectivos cursos estavam sob a responsabilidade dos seus Departamentos de origem (UFG/Goiânia).

Com efeito, houve um mecanismo institucional que possibilitou implantar turmas dos Cursos da UFG no CAC sem que o corpo docente de tais cursos tivesse que estar assumindo atividades no Campus, pois um outro quadro de professores foi gradativamente sendo criado para estar assumindo a docência junto às turmas do CAC. Esse outro quadro docente embora com obrigações junto aos Departamentos e Coordenação da Universidade não é juridicamente vinculado ao quadro funcional da União, mas sim ao do Município.

Digamos que a Universidade Federal de Goiás e o Poder Público Municipal no processo de implantação de cursos deram origem a uma modalidade[8] jurídica de Convênios que tendeu a criação de um corpo docente efetivo para os Cursos dos **Campi** Avançados. Nesse sentido, a fim de se implantar o ensino superior as duas partes interessadas firmaram uma parceria na qual se criou uma especificidade na categoria docente dos Cursos da UFG, qual seja: um quadro de professores municipais que pudesse estar atendendo aos cursos dos **Campi**.

A partir dessa modalidade o Poder Público Municipal de Catalão para contratar tais professores criou a Lei nº 497/86 – "Dispõe sobre a criação de Cargos de Professor de Ensino Superior e dá outras providencias". Em consonância com o Convênio celebrado entre as duas partes essa Lei regulamentou sobre a Categoria Auxiliar, referência I, regime de 40 horas semanais; Categoria Assistente, referência I, regime de 40 horas semanais (Art. 1º). Regulamentou sobre o pagamento de gratificação mensal aos professores da UFG que lecionavam no CAC (Art. 2º) e, em seu Art. 3º, sobre o pagamento de gratificação aos Coordenadores de cada Curso. Segundo Weber, [...] *A burocracia rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com regulamentos, ou seja, por leis ou normas administrativas* (Weber, 1982: 229). A forma jurídica é a forma de organização

---

[7] Convênio Nº 35/85 e Convênio nº 34/85 – Cláusula Segunda – Das Obrigações da Universidade, item 6 e Das Obrigações da Prefeitura, item 5.

[8] Essa modalidade de Convênios foi adotada em todos os Campi Avançados da UFG onde cursos foram implantados, inclusive tal modelo foi iniciado no Campus Avançado de Jataí.

burocrática. Burocratizar é criar mecanismos que regulamentam as ações sociais. A burocracia é um mecanismo jurídico utilizado em instituições sociais no sentido de estabelecer regulamentos e normas no conjunto das relações sociais internas e externas das instituições.

Embora a seleção pública para professores estivesse regulamentada pelos Convênios e a contratação de professores também estivesse regulamentada pela Prefeitura não se mencionou nos Convênios qual perspectiva de direito jurídico aos professores efetivos dos Cursos do CAC caso houvesse ou haja um rompimento dos Convênios. Não obstante, caso haja rescisão do Convênio[9] (Cláusula Sétima – Da Rescisão) ao aluno foi e é assegurado o direito de conclusão de curso na sede/Goiânia.

Estar professor efetivo nos cursos dos **Campi** pode ser compreendido como paradoxal, pois, seu vínculo empregatício é com o dado Município, entretanto, sua existência real não decorreu diretamente de uma necessidade das políticas educacionais do dado Município mas foi resultado das políticas de interiorização implementadas entre UFG e Prefeituras Municipais.

Explicando melhor, a parceria entre a UFG e as Prefeituras Municipais de Jataí e de Catalão a partir da necessidade de um corpo docente para os Cursos dos **Campi** de Jataí e de Catalão desenvolveram políticas públicas voltadas para a formação de tal corpo docente. A seleção pública municipal que atendeu os primeiros cursos do CAC/UFG aos atuais foi para professor efetivo, exemplificando temos aqui o Edital Nº 01/85 para o Curso de Licenciatura Plena em Letras:

> O Prefeito Municipal de Catalão faz saber aos interessados que se encontram abertas as inscrições à Seleção Publica de Provas e Títulos, para Professor de Ensino Superior, [...]
>
> 3. DA CONTRATAÇÃO
> 3.1. Regime Jurídico – Contrato (Consolidação das Leis do Trabalho)
> 3.2. Remuneração mensal – Cr$ 2.840.236 (dois milhões, oitocentos e quarenta mil, duzentos e trinta e seis cruzeiros) equivalente à remuneração do Professor Auxiliar, Ref. Ida carreira do magistério das Instituições de Ensino Superior

[9] Tal cláusula é isonômica a todos convênios celebrados entre a UFG e Prefeituras locais referente aos cursos dos Campi Avançados.

> Federais Autárquicas, mais reajuste a ser cedido ao Funcionalismo Público Federal.
> 3.3. Os candidatos aprovados, com título de mestrado, serão remunerados de acordo com o salário do Professor Assistente, Ref. I no valor atual de Cr$ 3.852,950 (três milhões, oitocentos e cinqüenta e dois mil, novecentos e cinqüenta cruzeiros), mais reajuste a ser concedido ao Funcionalismo Público Federal.
> 3.4. Carga Horária semanal – 40 (quarenta) horas.
>
> 4. DO ENCAMINHAMENTO DOS PROCESSOS
> 4.1. Após a inscrição, o Departamento de Letras fará apreciação inicial da documentação dos candidatos.
> 4.2. O Conselho Departamental do ICHL apreciará as inscrições aceitas pelo Departamento de Letras, por meio do Conselho Departamental, indicará ao Reitor da UFG Comissões compostas de três membros cada, sendo pelo menos um, preferencialmente, Professor Titular (Edital N° 01/85 para o Curso de Licenciatura Plena em Letras):

Observa-se que, de acordo com os Convênios, no Edital de Seleção Pública ficou explícito que a organização e realização da seleção de professores municipais para os cursos do CAC/UFG eram da competência das instâncias acadêmicas da UFG. Também fixou que a política de carreira do professor municipal seria a das Instituições Federais de Ensino Superior. Outro aspecto tratado diz respeito a qualificação desse quadro docente, pois no item 12 – Da Homologação da Seleção e Tramitação Final em seu item 12.3 se firmou que: "Os professores a serem contratados deverão freqüentar, em Goiânia, curso de Especialização a ser ministrado pelo Departamento de Letras da UFG, estando o início previsto para março de 1986".

Com efeito, o Edital de Seleção Pública (acima citado), assim como os Convênios celebrados entre a UFG e Prefeitura Municipal de Catalão, indicam que a política de interiorização de cursos da UFG também foi indutora de uma política de qualificação docente dos professores selecionados para os cursos dos Campi Avançados. Temos como exemplo o CAJ (Campus Avançado de Jataí) que desde 1980 a UFG iniciou a política de interiorização

cursos[10] de formação de professores nas áreas de ciências físicas e biológicas (cursos de Matemática, Física e Química e Licenciatura em Ciências). Em 1985[11] a Faculdade de Educação, mediante Of. Circular 01/85 criou o Curso de Especialização em Educação nos seguintes termos:

> Para seu conhecimento e conseqüente ajustamento do funcionamento do Curso de Especialização em Educação – turma especial criada a partir do Convênio 28/84 celebrado entre a UFG e Fundação Educacional de Jataí presto as seguintes informações.
> 1– Foram admitidos os alunos em número e conforme os critérios abaixo:
> -06 alunos, professores da Fundação Educacional de Jataí e atualmente ministrando aulas no Curso de Pedagogia coordenado pela FE-UFG Campus Avançado de Jataí, com admissão automática por força de convênio;
> - 11 alunos, profissionais da área de Educação da Capital e do Interior, selecionados nos termos do Edital;
> - 04 alunos, profissionais da área de educação, aprovados e não classificados na Seleção do Curso de Especialização da FE.
> - 01 aluno profissional da área de Educação, aprovado e classificado para o Curso de Especialização da FE, que, por motivos particulares, solicitou transferência da turma;
> - 01 aluno especial admitido na disciplina Educação, Concepções e Problemas.
> 2. O presente Curso foi proposto pela FE por força do Convênio nº 28.85 de 10.10.84 celebrado entre a UFG, a Fundação Educacional de Jataí e a Prefeitura Municipal de Jataí com fins de estabelecer colaboração mútua para a implantação do Curso de Pedagogia em Jataí. Atende ao disposto na cláusula segunda – Das Obrigações I – Da Universidade, item 7 que reza "capacitar os docentes selecionados, através de um Curso de Especialização em

[10] Com o propósito de se formar quadros profissionais nas respectivas licenciaturas tais cursos foram implantados, mas apenas dois vestibulares foram realizados (1981 e 1982), posto o entendimento da Universidade ser de que não havia mais demanda (Diagnóstico de Cursos – Campus Avançado de Jataí – CAJ/UFG - 1º Semestre/1998: 01).

[11] A partir de 1985 um novo convênio é firmado entre a Prefeitura Municipal de Jataí e UFG, conquanto, mediado pela Fundação Educacional de Jataí, a qual, ficou responsável pela contratação e pagamento dos professores, "assim como pela captação de recursos para a manutenção do CAJ. Como resultado deste, e de novos convênios, foram implementados em 1985, o curso de Pedagogia; em 1990, o curso de Letras; em 1994, os cursos de Geografia e Educação Física; em 1996, matemática e Ciências Biológicas e, 1997, Agronomia e Medicina Veterinária" (idem: 01, 02). Ver: DOURADO, Luiz Fernandes. A interiorização do ensino superior e a privatização do público. Goiânia: UFG, 2001.

Educação" [...] (UFG/FE – Of. Circular 01/85 - Coordenação da Especialização em Educação. 03. 09. 85).

Embora a Faculdade de Educação tenha oferecido o curso de Especialização em Educação aos professores municipais do CAJ com o fim de capacitar os docentes e que tal proposta estivesse em concordância com o disposto nos convênios e editais de seleção pública para professores dos **Campi** Avançados tal exemplo não implica afirmar que todos os outros cursos implantados nos demais Campi Avançados tenham oferecido cursos de pós-graduação lato senso aos seus professores municipais. Outra observação é que em relação a outros cursos essa prática acadêmica também não foi unânime no CAJ e que não tendeu a permanecer nem mesmo pela Faculdade de Educação, seja em relação ao CAJ ou a outro Campus Avançado onde também se implantou o Curso de Pedagogia.

Outrossim, muitos dos professores aprovados na Seleção Pública Municipal já se encontravam matriculados em programas de pós-graduação **strito senso** ou estavam participando de processo seletivo para tal. Nesse sentido se havia uma demanda aos cursos de especialização ela não era majoritária quanto ao processo de qualificação do quadro docente municipal dos **Campi** Avançados.

Afinal a proposta do Programa de Interiorização, então aprovada pelo Conselho Universitário em 1980, assumiu outros contornos. Os cursos implantados no Campus Avançado de Jataí (CAJ) e no Campus Avançado de Catalão (CAC) assumiram um caráter permanente, pois em ambos os casos o movimento foi no sentido de se implementar a política de interiorização de cursos. Tal prática se constata na realização de Seleção Pública para se formar um quadro efetivo de professores para os cursos dos **Campi**, bem como, pela proposta de uma política de qualificação desse quadro.

Subjacente a esses dois fatores é o fato de nos Convênios está regulamentado que a Universidade seria a responsável pelo processo seletivo

desse novo quadro docente assim como em se garantir uma política de qualificação.

Os Termos de Convênios como mecanismo de acordo jurídico entre a UFG e Prefeituras locais tenderam a ocupar um lugar singular na política de interiorização de cursos, pois as diretrizes acadêmicas e administrativas em relação aos Campi e desses em relação as duas instituições são regulamentadas e fixadas nele. Nesse sentido, as novas diretrizes da política de interiorização passaram a se amparar nos convênios e não mais no Programa de interiorização. Explica-se tal fenômeno ao se entender que as deliberações sobre implantação de cursos nos Campi Avançados dependiam dos acordos firmados em convênio entre a Universidade e as Prefeituras Municipais e não substancialmente das instâncias acadêmicas dos referidos cursos.

2.4. Outros Cursos de licenciaturas: Outros Termos de Convênio

Dessa feita, em outubro de 1987 foram celebrados os Convênios de implantação do Curso de Pedagogia (UFG/nº 31/87) e de Matemática (UFG/nº 32/87), e a partir dos novos convênios[12] houve alterações em relação à qualificação do corpo docente. Foi mantida a Especialização, mas, consoante a área de cada curso foi acrescentado o Mestrado, qual seja:

> Viabilizar as condições necessárias para que os professores contratados, da área de Educação façam cursos de especialização ou mestrado nesta área a serem ministrados pela Faculdade de Educação (Convênio do Curso de Pedagogia – UFG/nº 31/87); Cláusula Segunda – Das Obrigações da Universidade – item 8).

As políticas acadêmicas então instituídas no CAC têm como substrato às políticas de formação de um corpo docente efetivo, bem como da

[12] Embora fosse celebrado para cada curso um convênio eles eram isonômicos.

carreira docente universitária. Para se efetivar a política de interiorização de cursos era imprescindível a formação de um corpo docente efetivo para os cursos do Campus, o qual, depois de instituído tende a sujeito constitutivo das políticas de interiorização de cursos do CAC/UFG.

No CAC, entre 1985 e 1990, foram implantados seis cursos de licenciatura plena e, em 1996, o de Ciência da Computação. Um agravante substancial é o fato de não haver uma dotação orçamentária própria para o Campus o que equivale dizer que sua manutenção se faz com os recursos do suprimento de fundos da Universidade. Essa questão parece ser ainda hoje o calcanhar de Aquiles da direção, coordenadores, professores, funcionários e alunos do Campus, pois tal situação regimental é responsável por inúmeros problemas.

A partir de 1988, com quatro cursos de Licenciaturas Plenas já implantados, a direção do CAC é assumida pela professora Natividade Rosa Guimarães, e o campus aos poucos foi se reconfigurando.

Questões infra-estruturais, administrativas e pedagógicas do CAC foram discutidas e deliberadas em reuniões realizadas no Campus, então denominadas de Congregação Docente, nas quais participavam o diretor do Campus, Coordenadores dos cursos, professores, representante da secretaria e representantes de alunos. A temática era ampla:

> [...] O professor Goyano[13] reclamou das condições precárias em que se encontram os equipamentos de datilografia e reprodução. Os professores Idelvone, Ovídio e Leila apresentaram reclamações relativas à demora de tramitação de processos, listas de alunos matriculados, calendário. Em seguida foram tratados assuntos relativos à biblioteca quando vários professores questionaram sobre empréstimo de livros ressaltando a necessidade de o professor retirar mais de um livro para a consulta. O professor Braz propôs a constituição de uma comissão para estudar o regulamento da Biblioteca. Em relação ao alojamento o prof° Braz afirmou que o alojamento precisa ser pensado de forma a abrigar melhor os

[13] Augusto Goyano é o nome de um professor do Campus.

> professores não excluindo o atendimento de pedido de empréstimo formulados pela comunidade, propõe em seguida, que fosse constituída uma comissão para elaboração de um regulamento interno para uso dos alojamentos existentes no Campus: as questões sobre limpeza e segurança foram enfatizadas por vários professores [...] (Livro de Ata da Congregação do CAC/UFG. 1988, p. 01 e 02).

Problemas acerca do alojamento de professores ao funcionamento da cozinha, dos serviços de limpeza, do funcionamento da secretaria, da atuação dos coordenadores de cursos, da atuação dos professores e da situação do aluno, eram discutidos e encaminhados a partir do que se deliberava em tais reuniões. Mas, afinal, qual realidade pedagógica revela as atas de reuniões? Por que informações sobre alojamento de professor e restaurante ou cozinha do CAC podem nos interessar? Será que há alguma relação entre os problemas desses setores e a estruturação pedagógica e administrativa dos cursos no CAC? Que tipo de relação pode haver? Em quais condições tais problemas eram discutidos e por que eram discutidos nas reuniões de congregação? O que representava a congregação para o CAC? O que representava a congregação do CAC para a UFG e PMC?

Entendemos que o Campus foi um espaço físico que não somente se realizavam as atividades curriculares referentes aos cursos ali implantados, mas foi também o espaço de abrigo (alojamento) aos professores que vinham da UFG/Goiânia e, onde, também, esses professores se reuniam para suas refeições (cozinha/restaurante). Quiçá, em outras épocas, década de 1970, tal espaço funcionou em sistema de internato como Centro de Formação de Professores e, depois de doado (1983) a UFG foi reformado para funcionar como espaço acadêmico com atividades de extensão universitária (1984/1985), no qual, recebia em seus dormitórios e refeitório professores e alunos. Havia nessa época a casa do Diretor então localizada entre a biblioteca os dormitórios e refeitório.

Os cursos foram sendo implantados, mas o modelo regimental do Campus não sofreu modificações, isto é, a estrutura física e administrativa

para funcionar com atividades de extensão foi mantida. O Regimento de 1985, no qual dispõe ser o CAC um Órgão Suplementar da Universidade, também dispõe que:

> Art. 3° - O Campus Avançado de Catalão terá em sua estrutura administrativa:
> A) Um Diretor
> B) Um Administrador
> C) Auxiliares administrativos e de serviços gerais
>
> Art. 4° - O Diretor será designado pelo Reitor, dentre os membros do corpo docente da UFG, indicados em lista tríplice pela Pró-Reitoria de Extensão.
> Parágrafo Único – o Diretor exercerá mandato de 02 anos, permitida a recondução por igual período.
> Art. 5° - O Administrador deverá ser um elemento com experiência em administração, indicado pelo Diretor e designado pelo Pró-Reitor de Extensão.
> Parágrafo Único – O administrador poderá ser substituído de acordo com a conveniência administrativa e da direção do Campus. (Regimento do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás/ Pró-Reitoria de Extensão. Capítulo II Da Estrutura. 1985).

Tal configuração administrativa foi pensada para um Campus com atividades de estágios[14] para estudantes e não para um Campus com cursos regulares de graduação[15].

Quanto aos cursos de graduação:

> Art. 8° - Os cursos ministrados em Catalão ficaram subordinados aos Departamentos e Colegiados competente,

[14] Os estágios tinham um duplo caráter: de formação acadêmica e político-social, pois os alunos acompanhados de preceptores locais desenvolviam atividades de formação e, simultaneamente, a Universidade, mediante prestação de serviços à comunidade local e regional atendia ao espírito da política de extensão universitária.

[15] Conforme explicamos no capítulo anterior a Pró-Reitoria de Extensão em 1980 inclui em seu Programa de Interiorização o Município de Catalão, nesse sentido, estava previsto que no CAC seria implantado cursos de graduação, inclusive pela diagnose (citada anteriormente) foram indicados quais cursos estaria atendendo o município e região. Dentre os cursos estavam: Cursos de Licenciaturas, Engenharia de Minas, Geologia, Agronomia e outros. Entretanto, também estava previsto que os cursos então implantados nos Campi Avançados não seriam permanentes e sim de caráter temporário.

> cabendo ao Diretor fazer cumprir o Regimento e o código disciplinar vigentes na universidade.
> Art. 9° - Os cursos serão oferecidos em caráter temporário, sendo substituídos por outros na medida da necessidade do mercado de trabalho, das possibilidades dos Departamentos e interesse da comunidade.
> Art. 10° - A Universidade promoverá condições para que a comunidade assuma, gradativamente, o funcionamento dos cursos (Regimento do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás/ Pró-Reitoria de Extensão. Capítulo IV Dos Cursos de Graduação. 1985).

Nesse sentido, quando o regimento foi elaborado e aprovado pela Universidade ainda não havia implantado nenhum curso e prevalecia a proposta de se oferecer cursos em "caráter temporário". Entretanto, o Art. 10° do Capítulo IV indica uma contradição na proposta da UFG ao afirmar que a Universidade irá promover condições para que a comunidade assuma o funcionamento dos cursos. Ora, tal assertiva nos induz inferir que a própria Universidade acreditava que a interiorização de cursos não seria em caráter temporário, mas sim, uma porta para o caminho da interiorização plena e efetiva de seus cursos.

Outrossim, a Universidade não se comprometendo diretamente com a interiorização de cursos ela também não assume uma política de financiamento de tal projeto, pelo contrário, sua política é de transferir esse compromisso para a comunidade quando assim dispõe no referido Art. 10° do Capítulo IV: "A Universidade promoverá condições para que a comunidade assuma, gradativamente, o funcionamento dos cursos".

Com efeito, os compromissos de estruturação dos cursos foram estabelecidos nos convênios, ou seja, nesta modalidade de interiorização as condições de funcionamento dos cursos geralmente são negociadas entre a UFG e o Poder Público Municipal de Catalão.

Na verdade, a UFG não teve como manter um controle sobre o processo já desencadeado, haja vista que outros atores sociais entraram no cenário, e daí outras variáveis interferiram de forma decisiva para a mudança no processo. Dentre esses fatores uma demanda continua pela oferta de cursos,

que veio da própria sociedade catalana e municípios circunvizinhos. Como mostraremos na tabela a seguir a demanda sempre superou as vagas oferecidas pela UFG:

QUADRO 01: Demanda pelos cursos Oferecidos pelo CAC 1986/1989

Curso	1986			1987			1988			1989		
	Vagas	Ins Critos	Aprovados	vagas	Ins Critos	Aprovados	Vagas	Ins critos	Aprovados	vagas	Ins critos	Aprovados
Letras	50	262	15	50	124	20	40	51	23	40	59	19
Geografia	50	249	17	50	146	26	40	89	28	40	69	17
Pedagogia							40	163	40	40	80	14
Matemática							40	136	17	40	62	12
TOTAL	100	511	32	100	270	46	120	439	108	120	265	62

Fonte: Exposição de Motivos para a Assinatura de Convênio entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a Universidade Federal de Goiás para Desenvolvimento de Cursos de Licenciatura na Área de Educação

Com efeito, revelando interesse em atender as demandas por cursos na área de formação de professores o então Prefeito Municipal de Catalão, em 1989, encaminhou uma "Exposição de Motivos" a Reitoria da UFG solicitando a implantação do Curso de Educação Física e de História, nesse sentido, entre a Prefeitura local e UFG foram iniciadas as discussões a respeito de tal proposta.

Enquanto isso, o Poder Público Municipal devido seu compromisso em estar contratando e remunerando os coordenadores e professores da UFG para os cursos do CAC/UFG, em 1988, mediante a Lei nº 725/88 "Dá nova redação aos artigos 2º e 3º da Lei nº 430[16], de 09/05/86 e dá outras providencias":

> Art. 1º - Os artigos 2º e 3º da Lei Municipal nº 430, de 09 de maio de 1986, passa a ter a seguinte redação:
> Art. 2º - fica ainda o Poder Executivo autorizado a efetuar o pagamento de gratificação mensal equivalente ao salário de 20 (vinte) horas do Professor Adjunto, referência 4, graduado na

[16] Referente ao Autógrafo de Lei nº 497/86 (Poder Legislativo - Câmara Municipal de Catalão – Estado de Goiás).

> Universidade, a cada um dos professores da Universidade Federal de Goiás, em Catalão.
> Art. 3° - Fica também autorizado, o Poder Executivo, efetuar o pagamento mensal de gratificação, ao Coordenador do Curso, equivalente ao salário de 10 (dez) horas do Professor Adjunto, referência 4, graduado na Universidade.
> Art. 2° - Os professores e Coordenadores de Cursos, mencionados nos artigos 2° e 3° da Lei n° 430/86, não terão vínculo empregatício com o Município.
> Art. 3° - Cabe ao responsável pelo Departamento do Pessoal da Prefeitura, zelar pelo cumprimento desta lei, no que se refere aos valores das gratificações fixadas, quando da confecção das folhas de pagamento.
> Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1° de novembro de 1988.
> Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário. Sala das Sessões da Câmara Municipal, 23 de dezembro de 1988. (Poder Legislativo – Câmara Municipal de Catalão – Estado de Goiás – Lei n° 725/88).

Para, de fato, compreendermos tal situação é fundamental acompanharmos as mudanças dos novos convênios assim como o movimento interno da comunidade acadêmica do CAC que, por sua vez, tem significativa relevância em toda esta trajetória institucional. Pois, substantivo à estruturação dos cursos, progressivamente, aumentava o número de alunos, bem como de professores contratados pela Prefeitura a se tornarem do quadro efetivo dos cursos do CAC/UFG.

Referente ao quadro docente municipal da Educação Superior no CAC/UFG, a vocação da parceria entre a Prefeitura Municipal de Catalão e Universidade Federal de Goiás foi de implementar um modelo original de carreira docente para a Educação Superior que, por sua vez, resultou em um espaço funcional de natureza municipal em uma Universidade, no caso, a UFG. Destarte, tal vocação tem sua origem nas políticas de interiorização do Programa de Interiorização implantado e implementado pela UFG em parceria com o Poder Público Municipal local, cuja primeira experiência foi no CAJ (Campus Avançado de Jataí), Município de Jataí, a partir de 1980.

Entendemos que as mudanças administrativas, pedagógicas e de produção e carreira docente foram oriundas de um movimento interno na

medida que haviam ações no sentido de estar estruturando os cursos e as condições de trabalho e produção no CAC/UFG. Como dissemos anteriormente, direção, coordenação, professores, funcionários e alunos mantiveram como prática política e pedagógica a realização das Congregações, as quais, foram fundamentais no processo de construção da vida acadêmica do CAC/UFG.

A Congregação dos Docentes como instância deliberativa no CAC foi uma invenção política do próprio CAC sem nenhuma identificação com o que dispõe o Estatuto da UFG de 1985 que assim confere: a Congregação era composta por todos os professores integrantes da carreira do magistério, da representação estudantil e da Direção da Unidade, nesse sentido, a Congregação então regulamentada pelo Estatuto da Universidade não tinha o mesmo caráter e configuração que a Congregação do CAC.

Na medida que os cursos tenderam a se consolidar e outros cursos eram implantados – Curso de Educação Física (Convênio nº 27/89) - também se ampliava o quadro docente contratado pela Prefeitura - vagas municipais para o ensino superior – mas, em tal trajetória institucional, a carreira docente dos professores municipais se diferenciava da dos professores do quadro federal. A Dedicação Exclusiva (D.E.) só foi incluída nos Convênios a partir de 1989, contudo não foi concedida a todo quadro docente municipal:

> [...] Definição de critérios para dedicação exclusiva para o exercício de 1990. Começou pela Diretora que apresentou a existência de uma relação de professores que se mostravam interessados em ocupar a dedicação exclusiva, assumiu a palavra a professor Braz José Coelho, ressaltando a obrigatoriedade da dedicação exclusiva [...]. Tomou a palavra a professora Leila Gonzaga de Fátima dizendo que o mestrado não é critério e sim projetos e que o critério acima mencionados fossem aplicados no tocante a distribuição de vagas entre os cursos, para que o curso de Pedagogia não ficasse prejudicado. Outra vez toma a palavra o professor Braz, adotando o princípio de que Prefeitura autorize a absorção de quatro professores para a dedicação exclusiva,

> distribuindo um professor para cada curso. A professora Leila estabelece critérios de projetos de trabalhos independentes das aulas. Braz sugere que esses projetos sejam aprovados pela Congregação [...] (Livro de Ata do CAC/UFG – 1988, p. 4, 4.1).

Dessa feita, ao CAC, a Prefeitura local concedia a D.E. a um determinado número de docentes:

> [...] 2 – Contratar todos os professores necessários ao funcionamento do Curso, em regime de 20 horas, quando ministrarem um mínimo de 4 (quatro) até um máximo de 10 (dez) horas-aula semanais; e em regime de 40 (quarenta) horas ou Dedicação Exclusiva (observados os critérios definidos em conjunto pelas partes Convenentes), quando ministrarem um número superior a 10 (dez) até um máximo de 16 (dezesseis) horas-aula semanais, colocando-os a disposição da Universidade, sem nenhum vínculo empregatício ou ônus para esta instituição (Convênio UFG nº 29/89 – Cláusula Segunda – Das Obrigações II – Da Prefeitura; p. 4).

Paradoxalmente, embora a interiorização do ensino superior ampliasse as oportunidades educacionais, no contexto da estrutura acadêmica da UFG, ela gerou uma modalidade diferenciadora, tendo em vista que os cursos são implantados a partir da parceria entre a UFG e Prefeituras Municipais de cidades onde **Campi** Avançados foram instalados. A implantação e funcionamento de tais cursos obedecem às diretrizes estabelecidas em Convênios, então celebrados entre a Universidade e o Poder Público Municipal, nesse sentido, os cursos não são estruturados nas mesmas condições infraestruturais, pedagógicas e administrativas dos cursos de Goiânia.

Para efeito de compreensão vamos ao relato da professora do CAC Heliany Pereira dos Santos que foi aluna da primeira turma de Educação Física do CAC:

> [...] quando entrei no curso me deparei com vários problemas, não sei se problemas assim com minhas expectativas ou se eram problemas reais do próprio curso. Dentre esses problemas agente pode citar problemas a nível de estrutura e também de conteúdo. A nível de conteúdo eu esperava malhar e então eu esperava muitas disciplinas voltadas para práticas esportivas e ocorreu um empecilho muito grande que nós não tínhamos nenhum professor da região ou da cidade no curso de Educação Física, pois todos professores eram de fora e eles vinham aqui dois dias davam aula e depois iam embora. Então acho que ao nível de conteúdo isso atrapalhava muito. A nível estrutural porque nós não tínhamos e não temos ainda até hoje um local adequado pra nossas práticas. Como não temos local não temos também material adequado – nós trabalhamos muito com sucata. [...] pra pesos nós usamos madeira que foi feito na própria oficina da Prefeitura pelos próprios funcionários – nós tínhamos nessa disciplina a utilização de banco sulco que é um banco feito para ensinar os meninos a cambalhota, esse banco também foi feito na oficina da Prefeitura[...] (Entrevista da professora Heliany Pereira dos Santos).

A comunidade acadêmica do CAC tendia a se engajar e assumir compromissos no sentido de se criar condições físicas, didático-pedagógicas e políticas que possibilitasse não somente a existência dos cursos como sua condição real de funcionamento. Não há como refutar que tal realidade é paradoxal - professores que não eram do quadro federal[17] da Universidade discutiam e deliberavam sobre construção de políticas acadêmicas e administrativas para o CAC/UFG.

Quanto à função social da Universidade seu eixo na produção científica e cultural perpassa por duas funções básicas - a de ensino e de pesquisa. Saviani (1985) assim explicita a relação entre as duas:

> [...], a saber: o ensino (universitário) se destina à formação de profissionais de nível superior e, como tal, se encontra basicamente na transmissão do saber; já a pesquisa se destina basicamente à produção de novos conhecimentos, à ampliação da esfera do saber humano (SAVIANI, 1985, p. 48).

---

[17] Como já explicamos, os Departamentos e Unidades dos cursos da UFG, então implantados no CAC, realizaram, entre 1986 a 2000, mediante Seleção Pública, os concursos dos professores para o CAC, mas, a contratação cabia a Prefeitura Municipal de Catalão.

No campo da produção universitária, a instituição cumpre seu papel político-social na medida que consegue articular o ensino, a pesquisa e a extensão – esta última também compreendida como atividade subjacente à produção acadêmica e, por meio dela, se articula a relação política entre universidade e sociedade, pois:

> [...] de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos e aquilo que ela difunde através do ensino não ficasse restrito apenas àqueles elementos que conseguem ser aprovados no vestibular e que integram determinado curso objetivando formar numa determinada profissão. Ao contrário, cabe a universidade socializar seus conhecimentos, difundido-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade (idem: 48).

Pois bem, no contexto regimental da UFG o CAC fora criado para ser um Campus Avançado então vinculado a Pró-Reitoria de Extensão e os cursos ali implantados não seriam permanentes, mas temporários. Não obstante, a vocação acadêmica do Campus ampliou a política de extensão da Universidade mediante a oferta de turmas dos cursos de licenciatura plena, ou seja, no CAC a UFG implantou e efetivou a extensão[18] do ensino.

Afinal, quais eram os objetivos da comunidade acadêmica do CAC quando discutiam e deliberavam acerca da construção do espaço acadêmico no Campus? Por exemplo, quando "O professor José Henrique disse que o número de alunos aumentou tanto que já se faz necessário um novo Diretor que auxilie a Diretora em suas funções"? (Livro de Atas da Congregação; 1988, p. 08, 09). Tal proposição foi colocada frente aos inúmeros problemas de ordem administrativa e pedagógica que precisavam ser resolvidos e encaminhados pela Direção do Campus ou, quando era da competência, pelas coordenações de cursos, os quais, muitas vezes não transcorria no tempo e forma devida.

---

[18] Tal modalidade de expansão ocorreu nos demais Campi Avançados onde a UFG, a partir da década de 80, implantou cursos.

Embora o contexto seja paradoxal, Direção, Coordenadores de cursos, professores, funcionários e estudantes, foram constitutivos e constituintes da política de interiorização de cursos da UFG no CAC. Era a UFG em Catalão que não se assemelhava a UFG de Goiânia, e havia vozes no Campus que estavam impregnadas do espírito de universidade,

> O professor Braz sugere que o assunto a ser discutido a partir desse momento seja sobre a questão de qual é o futuro do Campus, como transforma-lo, futuramente, em uma Universidade Federal de Catalão, independente de Goiânia [...] toma a palavra o professor Luiz, propondo a definição da perspectiva de Catalão na idéia de transformar este C. A. em Universidade. Propõe ainda que se desenvolva pesquisa entre alunos, professores e órgãos da comunidade, divulgando os trabalhos desenvolvidos e lutar para que se consiga outros cursos para serem implantados aqui. [...] Há a necessidade de se criar um espaço que favoreça uma ambiência acadêmica em todos os níveis (Livro de Ata da Congregação do CAC; 1988, p. 3, 3.1).

As condições reais não eram favoráveis a implantação de cursos tendo em vista que no CAC não existiam recursos infraestruturais e tudo a ser construído no âmbito da superestrutura. Contudo, tal realidade gerou em alguns a fé de que o curso dessa história poderia desdobrar-se na construção de uma Universidade Federal de Catalão. Entendemos que o espírito de construção do novo estava presente no CAC assim como nas instituições universitárias e em vários outros segmentos da sociedade brasileira. Vivíamos o pleno processo de transição democrática e, portanto, entre os anos de 1984 a 1989, as IFES se movimentaram em suas várias instâncias acadêmicas e políticas no afã de construir o reverso do que foi a proposta de educação superior a partir da Reforma Universitária do Regime Militar (1964-1984) - Lei nº 5.540/68.

Em tal contexto histórico estava em curso discussões referentes à configuração estrutural das instituições universitárias tendo como aparato jurídico a Constituição Federal de 1988, Art. 207: "as universidades

gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Quanto a efetivação do artigo 207, assim avalia Machado e Silveira (1998):

> [...] "até a aprovação da nova LDB em dezembro de 1996, faltava inclusive mecanismos legais e políticos que orientassem a operacionalização dessa tão esperada autonomia [...].
> É importante entender que as universidades possuem objetivos complexos, empregam tecnologias complexas e, conseqüentemente adotam uma multiplicidade de critérios de estruturação, como forma de viabilizar o seu funcionamento e o atingimento de seus objetivos estratégicos (MACHADO e SILVEIRA, 1998, p. 58).

Na UFG estava em processo de discussão a Estatuinte[19], com efeito, a comunidade acadêmica do CAC trabalhou na elaboração de um documento a ser encaminhado a comissão da Estatuinte. Nas discussões internas do CAC foi esclarecido que [...] a Prefeitura municipal já elaborou um documento explicando suas poucas condições para manter o Campus e que este possa ser de Unidade Pedagógica que use a formação de professores, uma Unidade da Universidade Federal de Goiás, com verbas também de outras entidades [...] (Livro de Ata da Congregação do CAC/UFG, 1988, p. 10)

Enquanto em Goiânia a UFG estava engajada em sua reestruturação, no CAC, Direção, Coordenações, professores, discentes e funcionários engajavam-se pela sua inserção no âmbito das instâncias acadêmico-cientificas e políticas da Universidade. Avaliavam ser necessário mudanças pedagógicas e administrativas no Campus e tal momento poderia ser favorável considerando que a UFG, desde 1988, em Assembléia Constituinte

[19] Referente ao assunto Estatuinte ver em RODRIGUES, Zilda de Araújo. Universidade Federal de Goiás: modernização e racionalização da estrutura e da organização do trabalho acadêmico (1984-1997). Goiânia. 2000. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da FE/UFG).

Interna, trabalhava na reformulação de sua configuração estrutural mediante a elaboração de um novo Estatuto e Regimento Geral [20].

Nesses termos ponderava a comunidade acadêmica do CAC:

> [...] O professor Braz expõe que a Estatuinte se prolonga desde o ano passado e que prevê a redução de Departamentos e Colegiados, melhor, a extinção, permanecendo apenas como estrutura básica a Unidade. O professor Luiz disse que apresentou a idéia do Campus a professora Nazira e ela sugeriu que procurassem estruturar o Campus como Unidade, pois assim passaria entrar no orçamento da Universidade e os professores passariam a fazer parte da UFG. A Estatuinte discutira as propostas apresentadas [...] (Livro de Ata nº 01 de 10 de abril de 1990, p. 07).

No CAC, dentre as propostas ao documento que estava sendo elaborado para a Assembléia Constituinte Interna, mediante votação em Congregação, indicou-se a criação do Colégio de Aplicação, de um Núcleo de Pós-Graduação e de uma Secretaria Geral e duas Sub-Secretarias (Livro de Ata 01 de 10 de abril de 1990: 07, 08, 09). Ora, no CAC foram implantados cinco cursos de licenciatura plena e estava em andamento a implantação da licenciatura em história e, no entanto, o Regimento a disciplinar a organização e estrutura acadêmica do Campus permanecia a de quando ele cumpria com as atividades de estágios e prestação de serviços à comunidade local e regional.

A UFG manteve a política de interiorização de cursos no CAC, assim como em outros Campi, sem que tal prática fosse avaliada e, portanto, revista pela Universidade em períodos que estava em decurso a Assembléia Constituinte Interna. É curioso que a proposta inicial do Programa de interiorização sofreu alterações num aspecto fundamental, qual seja: os cursos então implantados nos Campi tenderam a ser permanentes e não temporários como previa o referido Programa. Essa alteração foi substancial na organização de uma outra proposta acadêmica nos Campi Avançados na

[20] Assim, em 15 de dezembro de 1986, foi aprovada a Resolução ECU/CCEP/CC/Nº003, (UFG. Conselho Pleno, 1986) que estabelecia as normas de funcionamento da Assembléia Estatuinte ou Constituição Interna da UFG (RODRIGUES, Zilda de Araújo. Idem: 97).

medida que se rompeu com o modelo das políticas de extensão universitária, cujo vínculo era com a Pró-Reitoria de Extensão, a adoção do ensino então vinculado a Pró-Reitoria de Graduação.

Essa mudança na trajetória acadêmica do CAC decorreu das práticas sócio-políticas envidadas no bojo da relação UFG, CAC e Poder Público local, não obstante, a consolidação da interiorização de cursos nos Campi Avançados sem que a Universidade e suas representações acadêmicas houvesse traçado projetos e planejamento na assunção dos cursos nos Campi redundou em uma política diferenciadora, seja no campo da produção científica perpassando pela relação ensino e pesquisa, seja no plano de sua configuração administrativa e infraestrutural como em relação ao financiamento, dessa feita, as propostas do CAC a Estatuinte indicam que se buscava para o Campus uma outra configuração tanto no campo da produção acadêmica/científica como da administração e de seu financiamento.

Com efeito, os embates em torno dos problemas e a situação conflituosa quanto a esse modelo de interiorização de cursos da UFG, não foi inibidora no processo de ampliação de cursos no CAC, pois, em julho de 1989, por meio de uma Exposição de Motivos, o então Prefeito Municipal de Catalão solicitou da Universidade a instalação dos cursos de licenciaturas em História e Educação Física, nos seguintes termos:

> [...] Acompanhando o trabalho do Campus, podemos afirmar que de simples base física para a realização de estágios, o Campus é hoje um espaço onde a reflexão sobre questões ligadas ao ensino tem o seu lugar preponderante. Isto posto, a administração municipal está propiciando com muito acerto, as condições necessárias ao bom funcionamento do Campus, pois acredita que a valorização da docência, neste País, passa pela qualificação do professor, pelo salário digno e pela liberdade de criação e expressão.
> Essas conquistas tornam-se mais acessíveis na medida em que a sociedade brasileira tenha mais clareza sobre as opções políticas que revertam o processo de deterioração da qualidade do ensino.

> Por essa razão, a nossa administração insistirá em aplicar os recursos orçamentários alocados para a educação, como uma forma de assegurar a melhoria do ensino em nossa região.
> Em reuniões recentes realizadas no Campus com a participação do corpo docente, da direção e dos .alunos, juntamente com a equipe de assessores municipais, vimos ser necessário e possível continuar investindo nos cursos até completarem toda área de educação.
> Assim sendo, é nosso propósito apoiar a instalação dos cursos de Licenciatura em História e Educação Física, seguindo uma aspiração dos educadores e dos jovens em geral.
> Para tanto, solicitamos que a Pró-Reitoria de Graduação promova programa de estudos e debates com a participação das Unidades de Ensino e Departamentos específicos da UFG, com a finalidade de realizar o levantamento de necessidade e a definição dos critérios para a assinatura do novo Convênio (Exposição de Motivos para a assinatura de Convênio entre a Prefeitura Municipal de Catalão e a Universidade Federal de Goiás para o desenvolvimento de cursos de licenciatura na área de educação, aos 03 de julho de 1989 – Prefeito Municipal – Dr. Aguinaldo Gonçalves Mesquita).

Conforme já explicitamos em outubro de 1989 foi celebrado o convênio de implantação da Licenciatura Plena em Educação Física com vagas no Concurso Vestibular de 1990 e, no ano seguinte, aos 24 de setembro UFG e Prefeitura Municipal de Catalão celebraram o Termo de Convênio nº 03/90 implantado a Licenciatura Plena em História, com vagas no Concurso Vestibular de 1991. O documento explicita que tal solicitação resultou de reuniões entre a comunidade acadêmica do Campus e representantes do Poder Público de Catalão, no escopo de se obter junto a UFG outras licenciaturas a compor os cursos de formação de professores no CAC.

Obsta que, a comunidade acadêmica ao participar dessas reuniões reivindicava do Poder Público local a solução dos problemas que afetavam o funcionamento diário dos cursos e da carreira docente, por exemplo: acervo da biblioteca, material para os laboratórios, Dedicação Exclusiva para os professores, licença remunerada para qualificação, ajuda de custos aos professores que fossem participar de Congressos científicos, outros.

A formação de um corpo docente específico para atender aos cursos do CAC foi relevante no processo de estruturação dos cursos de graduação nas áreas de Licenciaturas, bem como, na organização universitária da instituição. Conforme temos analisado com a participação dos professores nas discussões da Congregação possibilitou não somente resolver os problemas emergenciais como também tratar das questões da Universidade como um todo, haja vista, entre os anos de 1988 a 1996 a UFG esteve em processo de avaliação e revisão de seu Estatuto e Regimento.

No ano de 1990, o professor Braz José Coelho, assumiu a direção do CAC. Nesse momento os professores do CAC manifestaram sua frustração quanto ao tipo de vínculo profissional que mantinham tanto com a UFG quanto com a Prefeitura local, nesse sentido, entendendo que foram selecionados por bancas de concursos então organizadas pela própria UFG em suas respectivas Unidades, buscaram o caminho jurídico numa tentativa de serem encampados ao quadro docente da Universidade, contudo, não alcançaram junto a Justiça resultado favorável.

Em reuniões esses professores expressavam indignação em relação ao tipo de vinculo institucional e mantinha expectativas quanto à solução de tal problema, pois segundo o professor Eguimar Felício Chaveiro:

> Diante da situação de perda da causa jurídica, é preferível não se manter a ingenuidade de crer que seremos vitoriosos noutra instância. Está claro que a UFG não deseja a encampação. Existe uma outra possibilidade de luta via política – via Haley Margon Vaz. Criar uma comissão para que seja feito o contato (Ata de reunião dos professores do Campus Avançado de Catalão, aos 21 de Novembro de 1990).

Constatamos que a situação trabalhista dos professores foi fator de descontentamento em relação a UFG, com efeito, passam a questionar sobre qual seria a posição da Universidade quanto a sua política de extensão, posto segundo o professor Pedro Humberto Campos:

> Criar um mecanismo de pressão sobre a UFG sobre a definição de uma política para a extensão. Ela incentivou a expansão do Campus irresponsavelmente, já que a Prefeitura assume todo o ônus (Ata de reunião dos professores do Campus Avançado do Campus Avançado de Catalão, aos 21 de Novembro de 1990).

Conforme vimos analisando a partir de 1990 a luta dos professores do CAC se realizou em duas frentes: na Congregação dos Docentes do Campus e na Associação dos professores. No início a Congregação representava o espaço de discussão de todas as questões, fossem elas referentes aos interesses da instituição, ou, questões trabalhistas cujo interesse direto era dos professores.

2.5 - Nasce a ADCAC

Desde 1990 que os professores discutiam e avaliavam a respeito do vinculo empregatício e acadêmico que mantinham com as partes convenentes (UFG e PMC), nesse sentido, aos 12 de junho de 1991, em Assembléia[21] se discutiu a respeito da estruturação da ADCAC (Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão).

> [...] A reunião iniciou-se com informes gerais apresentados pelo diretor do Campus. Em seguida, Idelvone assumiu a presidência da mesa e observou o desinteresse da maioria dos colegas de trabalho que não atenderam a convocação para a reunião. Diante do número reduzido de docentes, Wolney sugeriu adiar a discussão para a reunião de Congregação no dia 26 de junho, na citada reunião, se possa eleger a Diretoria da ADCAC [...] (Livro de Atas nº 01 da Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás. 1991, p. 01. 12 de Junho de 1991).

[21] Livro de Atas da ADCAC. 12 de junho de 1991.

Na ata da ADCAC constatamos que no início de sua configuração, não houve por parte dos professores uma adesão expressiva, inclusive, foi sugerido que adiasse a discussão para a reunião de Congregação. Quão paradoxal foi a prática política da direção e corpo docente, pois, os professores em assembléia do sindicato tinham a presença do Diretor do Campus, o qual, iniciou a reunião dando os informes gerais. Dois temas eram a centralidade da referida assembléia: Um, a eleição da Diretoria da ADCAC e, dois, a aprovação do seu Estatuto. A proposta de Estatuto então apresentada para discussão se esbarrou com algumas questões, por exemplo: contribuição sindical, não obstante, os professores inferiram que essa e outras questões fossem discutidas numa próxima reunião de Congregação.

Destarte, as reuniões de Congregação ocorriam a partir da convocação do Diretor do Campus, nesse sentido, eram reuniões oficiais para tratar dos interesses correspondentes ao funcionamento da instituição, portanto, sua natureza se diferencia das assembléias dos professores do Campus.

Embora o processo fosse confuso os professores têm uma primeira chapa[22] a concorrer a Diretoria da ADCAC, então apresentada pelo professor Wolney Honório Filho a assembléia do dia oito de abril de mil novecentos e noventa e um.Vejamos:

> Wolney apresentou as propostas da chapa: envidar esforços para a ampliação do quadro de professores com DE; estabelecer Convênios que garantam uma boa assistência médico-dentária aos associados, citando a possibilidade de um convenio com a UNIMED, neste momento Ovídio lembrou a proposta feita pela ASUFEGO para a vinculação em um plano de saúde unificado. Alugar uma máquina de reprodução-fotocopiadora para ser instalada no Campus de Catalão e fazer concorrência com a já existente e angariar fundos para a ADCAC; formular uma proposta educacional para o Campus de Catalão delineando uma política educacional sobre quaisquer transformações que venham a ocorrer no nível de decisões da UFG,

[22] Chapa eleita a primeira Diretoria da ADCAC: Diretor, professor Idelvone Mendes Ferreira; Vice-Diretor, Tânia Maia Barcelos; Secretária Geral, Margareth Nunes; Primeira Secretária, Marta Helena Rocha; Primeiro Tesoureiro, Donald; Terceiro Tesoureiro, Marcelo Rodrigues Mendonça (Livro de Ata nº 01 da Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás. 1991: 02).

> **especialmente em relação ao processo de incorporação[23] que encontra-se em mãos do Juiz do Trabalho[24]**; desencadear um processo de discussão sobre estas questões que culmine com a elaboração de um projeto de pesquisa sobre ensino superior no Brasil em que o Campus se inserisse; encaminhar propostas visando a vinculação da ADCAC à ANDES; arrecadar verbas, se necessário, para o envio de delegados ao CONAD (Livro de Atas nº 01da Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás. 1991, p. 03).

A criação da ADCAC revela a assunção de uma política docente voltada a consolidação do quadro dos professores do Campus e, também, a sua inserção ao movimento sindical das Instituições de Ensino Superior. Ou seja, o movimento docente do CAC esteve à frente da luta por questões trabalhistas locais, bem como pela estruturação do CAC no que tange sua relação com a UFG, mas, também, buscou sua atuação no ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior) que, por sua vez, implica se engajar nas lutas por políticas públicas no sentido de garantir o financiamento das instituições públicas de ensino superior, isonomia na carreira docente, autonomia, democratização, outras.

Com efeito, a ADCAC em dezembro de 1992 participou do XXV CONAD em Piracicaba [25], mas como ainda não se constituía em sessão-sindical do ANDES sua delegação foi como ouvinte, entretanto com a perspectiva de se transformar em sessão sindical do ANDES.

Cabe ressaltarmos que ao se discutir e estabelecer lutas por questões da carreira docente, os professores também reivindicavam junto a UFG uma outra configuração estrutural para o CAC – Projeto de Unidade, posto entender a necessidade de se construir um outro valor acadêmico para o Campus, seja em sua relação com a Universidade, quanto com as demais instituições de ensino superior.

2.6. Criação do Regimento Interno do CAC – 1992

[23] Trata-se do processo de incorporação dos professores ao quadro de professores da UFG, ou seja do MEC.
[24] Grifo nosso
[25] Jornal Sindicato Nacional - INFORM/ANDES – filiado a CUT. Novembro/Dezembro/92. Página 05.

Desde 1988 que a comunidade acadêmica do CAC, em especial os professores, avaliavam a estrutura pedagógica e administrativa do Campus e afirmavam ser premente uma nova configuração estrutural a fim de atender as demandas dos seis cursos ali implantados, pois o Regimento[26] da Universidade não correspondia às demandas internas da instituição. Essas avaliações e propostas aconteciam nas reuniões de Congregação e, no bojo das discussões, as propostas de Convênios também eram analisadas em tais reuniões, vejamos um exemplo:

> [...] O Diretor iniciou a leitura na íntegra do convênio, dando prosseguimento aos trabalhos realizados na reunião do dia vinte e seis de junho de mil novecentos e noventa e um. [...] o professor Braz esclareceu sobre os regimes de trabalho, dizendo que estão vinculados também as atividades de pesquisa dos docentes. Discutiu-se também sobre a expressão "vinculo empregatício ou ônus". Em seguida, colocou-se em votação o item dois, retirando de seu texto "sem nenhum vinculo empregatício ou ônus para esta instituição" [...] (Livro de Atas nº 01 das reuniões da Congregação dos professores. 1990, p. 27 – aos três de julho de 1991).

Dessa feita, todos os pontos do Convênio foram analisados, visto o Convênio ser o suporte jurídico que dispõe sobre as competências da UFG e PMC referente ao funcionamento didático-pedagógico, administrativo e político dos cursos, da carreira docente e administração do Campus em sua totalidade. Nesse sentido, o Termo de Convênio tendeu ser do interesse de toda comunidade acadêmica do CAC e não de exclusivo interesse das partes convenentes (UFG e PMC).

Conforme explicamos, a Congregação de Docentes, Órgão Colegiado deliberativo criado no interior do próprio CAC, desde 1988, então constituído pelo Diretor do Campus, pelos Coordenadores de Cursos, pelos professores dos respectivos cursos, por um representante dos funcionários e com representação estudantil, foi espaço político que possibilitou a

[26] Regimento do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás. 1985.

democratização das relações internas do Campus e também a socialização das dificuldades e limites na condução funcional das atividades acadêmicas.

Vejamos as atribuições referentes à Congregação de Docentes:

> Art. 19°
> a) iscutir e aprovar documentos que normatizem sobre o funcionamento do Campus de Catalão no que diz respeito ao ensino de graduação e pós-graduação, bem como às atividades de pesquisa e extensão;
> b) discutir e aprovar as matérias gerais do Plano Diretor;
> c) discutir e aprovar as matérias não resolvidas pelo Conselho Pleno;
> d) normatizar sobre matérias omissas no Regimento do Campus de Catalão (Regimento Interno do CAC de 1992. Capitulo III – Das Atribuições, Art. 19°).

As reuniões com seu caráter democrático tiveram um papel fundamental no sentido de estar trazendo a comunidade acadêmica ao compromisso de superar as dificuldades cotidianas do Campus. Outra face no âmago desse processo democrático passa pela construção da força política, haja vista, que em congregação, na perspectiva do intelectual orgânico, os atores sociais do Campus, são constitutivos e constituintes de tal processo.

Nesses termos, comissões foram formadas a fim de que uma proposta de solução dos problemas do Campus fosse sistematizada e, segundo a avaliação do documento[27] da Comissão de Redação:

> Questões como regime de trabalho do pessoal docente, critérios de progressão horizontal, regulamentação da carreira do magistério superior, critérios para licença remunerada para pós-graduação, critérios para obtenção de regime de dedicação exclusiva, obrigatoriedade do plano de trabalho, normatização de projetos de pesquisa e extensão, além de competência para apreciação e aprovação dos projetos e dos relatórios finais dos trabalhos nada disso os convênios contemplavam nem normatizavam. Na verdade, tudo isto era uma realidade a que o

[27] O respectivo documento foi produzido no dia 30 de outubro de 1992 resultante do trabalho de uma Comissão de Redação então constituída a fim de "redigir documento avaliatório do Seminário e relatório-síntese das conclusões retiradas na plenária, e que servirá de base para as discussões no Seminário de novembro" (Circular n° 03/92. Em 4 de outubro de 1992: 04).

> regimento do Campus e os convênios não faziam referência por desconhece-la (Avaliação, Perspectiva e Propostas do Campus de Catalão. Catalão, 30 de outubro de 1992, p. 2).

Todas os pontos relacionados no documento eram debatidos em congregação em meio a confrontos epistemológicos e ideológicos, mas havia em comum a insatisfação com a realidade acadêmica do CAC que, conforme foi explicitado, o Regimento do CAC, então criado em 1985, assim como os convênios[28] não respondiam as demandas colocadas no interior do Campus considerando que o CAC havia passado por uma reconfiguração. Os debates eram de indignação e de denúncias frente ao desconforto cotidianos na realização da produção acadêmica em um Campus da UFG que, segundo entendimento da comunidade acadêmica poderia ser solucionado se essa fosse a vontade política da Universidade em suas respectivas instâncias deliberativas.

As controvérsias eram uma constante ao se debater a realidade administrativa e acadêmica do Campus, haja vista que, ao se discutir tal realidade acadêmica implicava pensar sobre o papel das instituições universitárias em nossa sociedade, sobre as políticas públicas para o ensino superior e as reais perspectivas de sua expansão através de tais políticas públicas indutoras da interiorização. Ou seja, quando se debatia acerca dos problemas inerentes a realidade acadêmica do Campus o que se colocava em discussão era o tipo de realidade acadêmica que estava em processo no interior da própria UFG referente à política de interiorização de cursos então implementada desde os anos de 1980.

Embora os problemas do CAC não estejam dissociados do conjunto de problemas enfrentados pelas instituições federais de ensino superior e a UFG também seja integrante de tal contexto brasileiro, o CAC convive com uma realidade acadêmica ainda mais precária e problemática do que as demais Unidades Acadêmicas da Universidade. Munidos de tal

[28] Trata-se dos Convênios de implantação de Cursos então celebrados entre 1986 a 1990.

constatação a comunidade acadêmica entendeu a necessidade de se buscar uma alternativa regimental que desse suporte ao funcionamento do Campus, nesses termos, uma proposta de Regimento Interno foi elaborada para o CAC. Esse Regimento foi trabalhado por várias comissões, as quais, a partir das discussões da Congregação procurou sistematizar uma proposta de estrutura acadêmica e administrativa para o CAC. Posto isto, depois de analisada foi aprovada[29] em Congregação aos 10 de janeiro de 1992.

O professor Wolney Honório Filho faz suas inferências a respeito do Regimento Interno – Símbolo de Autonomia do CAC. Vejamos seu depoimento:

> [...] Aquilo que era discutido em termos de alojamento, restaurante, reestruturação do espaço físico, reivindicações de dedicação exclusiva para a Prefeitura, renovação de convênios, tudo isso e outras coisas, era pauta de discussão nas reuniões de Congregação, era pauta de discussão entre nós, tudo era discutido entre nós todos. A distribuição do espaço físico entre os cursos – tudo isso era motivo de debate. Eu me lembro quando eu fui trabalhar em 1989, a sala de professor de Pedagogia era onde foi o alojamento feminino e depois se transformou onde é hoje o curso de Educação Física e o Laboratório de Ciência da Computação/Informática que a atual Reitora Milca, no primeiro mandato dela criou no Campus. Então essa movimentação do espaço físico, as discussões que houve em função da reforma das salas de aula, me parece que é um dessa época em diante – 1990/1991 – o que eu acho que é importante ressaltar de tudo isso é o quanto os professores, grande parte deles, estiveram envolvidos na discussão desses itens. Dedicação Exclusiva, espaço físico, restaurante, alojamento, enfim, toda organização, física acadêmica do Campus ela passava por discussões. Me parece então que o Regimento Interno ele apontava para a organização desse debate – ele foi na verdade uma espécie de conclusão parcial desse debate – ele foi esse momento de colocar no papel as regras necessárias para que o Campus funcionasse enquanto uma Unidade e aí uma Unidade da Universidade – uma Unidade efetiva, não legal, uma Unidade na prática. O Campus me parece que desde o tempo em que eu fui contratado (1989) ele vinha funcionando assim e com o crescimento - o Curso de Educação Física, o Curso de História

[29] Livro de Atas nº 01 Congregação dos professores do Campus Avançado de Catalão da UFG. 1990: 37. aos 10 de janeiro de 1992.

> – o crescimento do número de professores, não só de Educação Física. Quando eu entrei no curso de Pedagogia, em 1989, o Curso de Pedagogia estava no seu segundo ano e foram contratados mais professores, para um terceiro, um quarto ano, professores substitutos, enfim foi todo um processo de contratação. Ao longo de [...] até 1994/95, talvez 1996, os cursos como um todo houve muita movimentação, muito rodízio de professores. Professores que entravam e saiam. Fazia novos concursos, enfim, todo esse processo também serviu, por esse momento, me parece também que a própria fixação no departamento/curso já era também um outro elemento que dava sinal dessa cristalização do Campus enquanto Unidade da Universidade, enquanto coisa autônoma da Universidade. E eu acredito que depois que as coordenações passaram a ser do próprio Campus, dos professores da Prefeitura isso se sedimentou muito mais rápido do que até então. Então o Regimento Interno ele é esse símbolo dessa organização toda que tinha por meta, por objetivo formar uma Universidade. Uma Universidade que seja através de uma Unidade ou que seja até construir os elementos básicos se ter uma Universidade Federal. Eu mesmo fui algumas vezes a Brasília com a secretária de Educação, Prefeitos, reuniões com Ministros. Todo movimento que houve no Campus para buscar, seja convalidação, seja a transformação do Campus numa Universidade, enfim, no que diz respeito ao Regimento Interno eu acredito muito que ele é o símbolo de autonomia do Campus. (Entrevista Wolney Honório Filho, 2003).

Parafraseando o professor Wolney ao afirmar que o Regimento Interno é o símbolo da autonomia, inferimos que ele simboliza a sublevação institucional da comunidade do CAC em relação a UFG. Ou seja, a proposta de um Regimento Interno foi posta como uma possível saída aos problemas administrativos do Campus, mas, ela representou mais que uma tentativa de organização burocrática das atividades pedagógicas na medida que o Regimento Interno suplantou o Regimento de 1985 então aprovado pelo Conselho Universitário da UFG[30] em vigência. Nesse sentido, a comunidade acadêmica do CAC ao apresentar o Regimento Interno no Seminário sobre Interiorização da UFG, realizado no CAC nos dias 10 e 11 de novembro de

[30] Trata-se do Regimento do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás, aprovado pelo Egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás, em reunião realizada a 30 de agosto de 1985.

1992, com a participação da Reitoria, das Pró-Reitorias, Diretores de Unidades e dos Institutos, além dos Diretores, Coordenadores, professores e alunos dos Campi de Jataí, Rialma e Goiás, demarcou sua configuração como força política no âmbito de sua relação com a UFG e Prefeitura local.

No que tange ao Regimento Interno do CAC a Resolução nº 001/92, assim dispõe:

> A Congregação de Docentes do Campus de Catalão – UFG, reunida em sessão plenária realizada no dia 10 de janeiro de 1992, tendo em vista a aprovação de proposta apresentada a esta Congregação por uma comissão de docentes.
>
> Resolve:
> Art. 1º - Fica aprovado o regimento Interno do Campus de Catalão – UFG, nos termos dispostos no anexo a esta resolução.
> Art. 2º Para efeito de procedimentos internos no Campus de Catalão visando o bom andamento de suas atividades acadêmicas, pedagógicas e administrativas, esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação pela Congregação de Docentes do Campus de Catalão, enquanto aguarda discussão e aprovação da proposta de regimento do Campus de Catalão pelo Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da universidade Federal de Goiás, a fim de que possam ter seus efeitos legais.

Verificamos que a Congregação de Docentes do Campus aprovou o seu Regimento Interno, mas aguardava a aprovação do Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa da UFG, Dessa feita, mediante Circular nº 03/92 aos 04 de outubro de 1992, a Direção do CAC convidou professores, funcionários e alunos do Campus a participar nos dias 10 e 11 de novembro de 1992 do "Seminário sobre Interiorização da UFG – Campus de Catalão", no qual o CAC a partir de uma avaliação apresentou sua proposta de Regimento Interno, bem como seu interesse em ser transformado em uma Unidade da UFG:

> [...]Como solução para a manutenção e crescimento do campus de Catalão a transformação do CAC em Unidade da UFG, propõe sua transformação em Unidade da UFG, vinculada diretamente às Pró-Reitorias, constituindo-se em Centros que agrupem cursos de formação profissional da mesma área, levando-se em conta os cursos já existentes.
> A idéia de organização em Centros objetiva a congregação de cursos, de acordo com a área profissional (educação,saúde, tecnologia etc), propiciando uma prática efetiva e cotidiana de multidisciplinaridade, e uma unidade mais estreita na criação de outros cursos que ainda não existem no Campus (Avaliação, Perspectiva e Propostas do Campus de Catalão. Catalão, 30 de outubro de 1992, p. 5).

Percebemos que a comunidade acadêmica do CAC em Congregação de Docentes teve como vetor organizar no Campus uma estrutura administrativa e pedagógica que servisse de alicerce ao seu objetivo de ser transformado em Unidade da UFG e, posteriormente, conforme proposta de muitos, sua emancipação em vir a ser Universidade Federal de Catalão, dessa feita, no Regimento Interno o modelo de estrutura administrativa[31] foi o seguinte: a. Direção, b. Vice-Direção, c. Secretaria Executiva, d. Secretaria de Graduação, e. Secretaria de Pós-Graduação Pesquisa e Extensão, f. Biblioteca, g. Serviços Administrativos e Gerais, h. Serviços Gráficos.

Quanto à estrutura pedagógica[32]: a) Congregação de Docentes; b) Conselho Pleno; c) Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; f) Coordenação de Graduação. O Conselho Pleno foi definido como órgão representativo e constituído com as seguintes representações: a) Diretor do Campus; b) Um representante dos Coordenadores dos Cursos; c) Coordenador de Graduação; d) Coordenador de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; e) dois representantes do corpo docente e, d) um representante do corpo discente.

Outra instância organizativa de singular importância no interior do CAC foi o Conselho Pleno[33], órgão representativo, com a seguinte

---

[31] Regimento Interno do CAC de 1992. Capítulo II – Da Estrutura - Art. 3°.
[32] Regimento Interno do CAC de 1992 – Capítulo II – Da Estrutura – Art. 8.
[33] Regimento Interno do CAC?UFG de 1992. Capítulo III – Das Atribuições, Art. 10°

composição: a) Diretor do Campus; b) Coordenador de Graduação; c) um representante dos coordenadores de cursos; d) coordenador de pós-graduação, pesquisa e extensão; e) dois representantes do corpo docente e,f) um representante do corpo discente.

Ao Conselho Pleno foram delegadas competências[34] tais como: espaço de discussão, aprovação e otimização das atividades acadêmicas/pedagógicas então apresentadas pelas Coordenações de Cursos, Coordenações de Graduação e de Pós-Graduação, tais como: estágios, seminários, encontros, outros. Discutia-se e aprovava sobre ampliação do quadro docente, política de qualificação do quadro docente e administrativo, bem como, sobre permanência ou não de coordenadores de cursos e de docentes e de funcionários que não estivessem em conformidade com as normas regimentais do Campus. Era responsável pela análise de currículo de professor convidado e substituto então apresentados pela Coordenação de Graduação, assim como na promoção de seleção interna de títulos e provas e deliberava sobre sua contratação.

Destarte, a iniciativa por parte da comunidade acadêmica do Campus em instituir uma estrutura administrativa e pedagógica própria indica algumas variáveis a considerar. Uma delas foi a necessidade de respostas na superação dos problemas, isto posto, assim avaliaram e analisaram:

> Ultrapassando o nível da simples constatação das precariedades em que se encontrava o Campus de Catalão, em 5 de dezembro de 1990, formou-se um grupo de trabalho com finalidade de apresentar proposta de solução prática, de que resultou na criação da Comissão Permanente de Planejamento e Avaliação , cujo objetivo era auxiliar a direção (na época composta por apenas um diretor) nas questões relativas a administração a fim de que esta pudesse ser otimizada. Questões como funcionamento de secretaria, da biblioteca, da limpeza, da cozinha, dos alojamentos, de utilização do espaço físico, de manutenção das instalações físicas, de organização interna de trabalho desenvolvido no Campus, da permanência dos professores e funcionários, do cumprimento de horário de serviço, entre outras, foram objeto de estudo e discussão da

[34] Regimento Interno do CAC/UFG de 1992. Capítulo III – Das Atribuições, Art. 20°.

> comissão (Avaliação, Perspectiva e Propostas do Campus de Catalão – Comissão de Redação. Catalão, 30 de outubro de 1992, p. 02).

Conforme explicitamos o Campus a partir da implantação das licenciaturas, totalizando seis cursos até 1995, passou a um quadro acadêmico e administrativo composto por Direção, Coordenadores dos cursos (seis) e professores efetivos então contratados pela Prefeitura Local, atendendo assim aos respectivos cursos. Esse quadro funcional lidava com as adversidades estruturais da política de interiorização de cursos implementada pela UFG e no bojo das adversidades os professores contratados pelo Município tenderam configurar-se no Campus como categoria social organizada, ou seja, não somente constitutivos de um dado contexto institucional, mas também constituintes de tal contexto, posto, segundo o conceito de intelectual orgânico em Gramsci, suas práticas sociais e políticas cumprirem a *função organizativa*.

Em Gramsci[35] o conceito de intelectual "orgânico" é um conceito ampliado na medida que não é restrito a elite acadêmico-científica, mas inclui pessoas com nenhuma ou pouca instrução formal/oficial. A definição de intelectual passa pela capacidade de organizar os homens e o contexto no qual está inserido, seja o militante político, o sindicalista, o líder camponês ou o padre, o estudante, o professor etc.

Posto isso, a conjuntura política do CAC nos primeiros anos de 1992 foi reveladora do esgotamento e estagnação de sua realidade acadêmica, mas, sobretudo, foi também reveladora da capacidade de organização política da comunidade acadêmica do CAC. Tal capacidade se confirmou no Seminário sobre Interiorização da UFG em novembro de 1992 quando além desse Seminário ter sido uma promoção do CAC juntamente com a Pró-Reitoria de Graduação, nele o Campus apresentou, como vimos, sua proposta de

---

[35] Gramsci, Antonio. Os Intelectuais. O princípio educativo. In. Gramsci, Antônio. Cadernos do Cárcere, volume 2. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; Co-edição, Luiz/Sérgio Henrique e Marco A. Nogueira. R. J.: Civilização Brasileira, 2000.

Regimento Interno, reivindicou o seu reconhecimento jurídico e, também, que o CAC fosse transformado em Unidade da UFG.

As reuniões de Congregação[36] dos Docentes, as de Cursos e as da Associação dos professores se constituíram em espaços de debates e perspectivas no interior do Campus e, com efeito, foram fomentadoras de estratégias políticas então materializadas no ano de 1992. Mas, a organização e participação dos professores num movimento estratégico como o Seminário estando de posse de um Regimento extra-oficial ainda não perpassava por uma luta de classes no sentido de explicitar a relação de exploração posta pela UFG e Prefeitura local ao se manter com a categoria a relação ambígua de vínculo empregatício e acadêmico.

As práticas políticas do corpo docente do Campus até meados dos anos 1990 estiveram vinculadas as da Direção do Campus juntamente com as Coordenações de cursos e, portanto, evidenciamos que as duas categorias (Direção e Coordenações de Cursos) eram até 1992 constituídas somente por professores da UFG. Segundo o Regimento do CAC/UFG (1985) e os Convênios, os cursos deveriam ser coordenados por professores dos cursos de Goiânia, isto é, por professores dos quadros da UFG.

Destarte, o cargo de Diretor e os de Coordenação de cursos eram ocupados por professores da Universidade e quanto aos professores contratados pelo Município cumpria-lhes apenas as atividades da docência que, por sua vez, suas possibilidades reais eram no campo do ensino e extensão. Entretanto, para discutir os problemas cotidianos do Campus os professores não federais eram convocados tendo em vista a necessidade premente em se obter mecanismos que viabilizasse o funcionamento dos cursos.

Mas, a inserção dos professores na instituição foi como categoria social que imbuída dos valores da academia construiu uma prática social de caráter político ao engajar-se num compromisso do fazer pedagógico

[36] Reuniões estas que começaram ocorrer em 1988; Conferir Livro de Atas de Registro da Congregação do CAC/UFG. 1988.

e do fazer político. Ora, o processo de discussões que resultou no Regimento Interno tendeu a posição política entre a comunidade acadêmica do CAC de que as Coordenações de cursos deveriam ser assumidas pelos professores efetivos[37] dos cursos do Campus, tendo em vista as dificuldades que os professores da UFG tinham em estar coordenando no interior.

Tal proposição se confirma no Of. Nº 060/93, aos 05 de abril de 1993, da então Diretora da Faculdade de Educação ao Diretor do CAC quando ela expõe:

> [...] 1) a despeito de preenchimento de muitas das vagas decorrentes das aposentadorias, ocorridas a partir de 1991, ainda lidamos, no início do presente ano letivo, com dificuldades em distribuir todos os encargos didáticos com o atual corpo docente da FE, de modo a evitar prejuízo dos alunos em todos os níveis de ensino;
> [...] 3) a impossibilidade de, na presente situação, o De poder liberar parcialmente um de seus professores para assumir a coordenação do Curso de Pedagogia no CAC motivou aprovação, pelo Conselho Departamental da FE, em sua reunião de 15 de março último, de proposta apresentada pelo Sr. Chefe do referido Departamento no sentido, de que seja prorrogado o mandato da atual coordenadora do Curso de Pedagogia no CAC. Solicitamos V. S. o encaminhamento, junto à Prefeitura Municipal de Catalão da prorrogação do mandato da profª Marta Helena Rocha até que, providas as mudanças na reestruturação da FE, nos seja possível buscar solução que atenda, na íntegra, os Termos do Convênio UFG e Prefeitura Municipal de Catalão.

Segundo esse ofício quem estava na Coordenação do Curso de Pedagogia era uma professora do CAC que, por sua vez, não pertencia ao quadro federal, todavia, como a Faculdade de Educação estava com dificuldades em disponibilizar um professor de seu quadro a assumir a referida Coordenação no CAC, providências foram tomadas no sentido de que a professora do quadro efetivo do curso do Campus permanecesse coordenando. Confirma-se que desde então o Curso de Pedagogia esteve sob a

[37] Nesse caso, eram os professores então aprovados em concursos realizados pela UFG e contratados pela Prefeitura Municipal de Catalão a fim de serem professores efetivos dos cursos do CAC.

Coordenação de um professor do quadro efetivo do CAC, mas essa era uma reivindicação posta pelos demais cursos e evidenciada em propostas administrativas a UFG:

> [...] IV – Os coordenadores de curso deverão ser eleitos dentre o corpo docente de Catalão e subordinados à Coordenação de Graduação e Direção do Campus. Para isso, faz-se necessário rever o item regimental em que se trata do assunto (Avaliação, Perspectivas e Propostas do Campus de Catalão – 2. Estrutura Administrativa – Modelo atual e almejado – 1.1. medidas Administrativas. Catalão, 30 de Outubro de 1992, p. 06).

Nesses termos, os professores ao propor no Regimento Interno a Secretaria de Graduação, bem como, a Secretaria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, estavam de fato ocupando um espaço acadêmico que abarcava o cargo de coordenação de atividades acadêmicas da Universidade e, referente aos cursos do CAC, estariam todos sob a coordenação de professores efetivos do Campus e tais coordenações sob a coordenação da Secretaria de Graduação.

Temos analisado que a relação que os professores do CAC estabelece com o próprio Campus é paradoxal tendo em vista eles não pertencerem ao quadro funcional da UFG enquanto o CAC é um espaço institucional da instituição. Não obstante, consideramos dois aspectos explícitos nesse processo: um passa pela necessidade de estruturação dos cursos do CAC e, no bojo, a luta pela estruturação do próprio Campus como campo de produção acadêmico-científica que, segundo Bourdieu (1983):

> O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrência. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e social, ou seja, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente [...] (BOURDIEU, 1983, p. 122).

Ou seja, lutar pela organização institucional do Campus significa pretender um espaço onde as atividades do ensino e da pesquisa sejam efetivamente realizadas possibilitando, assim, estar participando das lutas concorrênciais características do espaço universitário, pois:

> A luta pela autoridade científica, espécie particular de capital social que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo e que pode ser convertido em outras espécies de capital, deve o essencial de suas características ao fato de que os produtores tendem, quanto maior for a autonomia do campo, a só ter como possíveis clientes seus próprios concorrentes. Isto significa que, num campo científico fortemente autônomo, um produtor particular só pode esperar o reconhecimento do valor de seus produtores ("reputação", "prestígio", "autoridade", "competência" etc) dos outros produtores que, sendo também seus concorrentes, são menos inclinados a reconhece-los sem discussão ou exame. (BOURDIEU, 1983, p. 127).

Estar professor no CAC ao que tange as possibilidades de produção no campo da pesquisa significava conviver com as exíguas oportunidades de se desenvolver a pesquisa e para o corpo docente tal fato incidia em lidar com limites na construção da autoridade científica em relação ao universo das instituições científicas específicas. Para a UFG o Campus dava resposta no âmbito da extensão e do ensino e tal fato foi evidenciado quando aos 22 de março de 1993, na Universidade Federal do Paraná foi realizado o Seminário Nacional sobre o Ensino Noturno[38] e lá estiveram participando como representantes do CAC/UFG dois professores do Campus. A proposta partiu da UFG a fim de que a instituição estivesse ali representada com a experiência de ensino noturno com cursos de licenciaturas plenas em Campi Avançados, no caso, o CAC, cujo texto de apresentação foi denominado de Projeto de Extensão da UFG no Município de Catalão.

---

[38] Ministério da Educação – Universidade Federal do Paraná/Pró-Reitoria de Graduação – Seminário Nacional sobre Ensino Noturno. Caderno – Atividades de Intercâmbio – Ensino Noturno. 1993.

Outro aspecto a considerar é que no cerne desse movimento interno do Campus no sentido de ele se configurar como um campo acadêmico-científico evidencia a existência das disputas hegemônicas no âmbito das relações CAC e UFG. As denominadas lutas concorrênciais que, segundo Bourdieu são lutas nas quais professores/cientistas buscam entre os seus pares o reconhecimento da autoridade científica, são lutas também mediadas pelo campo das disputas hegemônicas no interior das instituições educacionais e científicas.

A implementação dessa nova estrutura regimental no CAC comprova que as práticas sociais e políticas da comunidade acadêmica do Campus tenderam demarcar junto a UFG uma relação entremeada pelas disputas hegemônicas.

Posto isso, as Secretarias[39] , assim como o Cargo[40] de Vice-Diretor, até o ano 2002,[41] mediante sufrágio universal interno, eram constituídos por professores efetivos do Campus. Quanto ao Diretor, esse seria escolhido também por eleições, mas teria que ser um professor do quadro da UFG, haja vista, que segundo o Estatuto da Universidade, os **Campi** e demais Unidades, Institutos, Faculdades e Escolas da instituição não poderem ser dirigidas por pessoal não juridicamente vinculados a ela.

As lutas empreendidas nas esferas institucionais na defesa de uma estrutura pedagógica e administrativa no CAC também foram encampadas pelo sindicato (ADCAC) e, segundo um manifesto[42] da ADCAC era mister um posicionamento do sindicato frente a UFG a respeito de um projeto de universidade e, também, de protesto no tocante a condição ambígua e diferenciadora do corpo docente do CAC:

---

[39] De acordo com o Regimento Interno do CAC de 1992: Secretaria de Graduação e Secretaria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão.

[40] O Cargo de Vice-Diretor também foi criado a partir do Regimento Interno do CAC – 1992.

[41] A partir de 2002 foram criadas as vagas federais e, portanto, no CAC passou existir o quadro permanente/efetivo municipal e federal.

[42] Universidade Federal de Goiás – Campus Avançado de Catalão. "Posicionamento da ADCAC Frente A Alguns Pontos De Luta". Mês de junho de 1993.

> [...] E a atual estrutura estrangula a possibilidade de realizar este projeto ou quaisquer outros que requeiram um mínimo de profissionalismo e condições materiais para a realização dos trabalhos docentes, de pesquisa ou extensão.
> A Carreira dos Docentes contratados pelo Sistema de Convênio Universidade-Prefeitura não oferece as mesmas garantias e atrativos que oferece o plano de carreira das I.E.S.F. e, por esta razão, o Campus de Catalão está continuamente perdendo professores (especialistas e mestres) que vão para as I.E.S.F. sempre que há Concurso Público Federal do qual possam participar, criando no Campus de Catalão um quadro docente rotativo, que muito dificulta a vida acadêmica e a execução de um projeto pedagógico continuado, prejudicando sobremaneira o compromisso que a Universidade tem com a qualidade do Ensino (Universidade Federal de Goiás – Campus de Catalão. "Posicionamento da ADCAC frente a Alguns Pontos de Luta". Mês de junho de 1993).

O movimento docente já não se limitava a participar apenas das instâncias tidas como oficiais, mas buscou estruturar suas ações também no movimento sindical por visualizar que sua luta trabalhista frente a UFG e PMC deveria ser tratada no plano das relações de classes. Temos analisado que o engajamento político dos docentes do CAC no processo de construção de um modelo superestrutural na instituição acenou para um sentido dúbio, pois: Por um lado afrontou juridicamente o Regimento e Estatuto da UFG, mas, por outro lado, embora tal superestrutura fosse oficiosa ela contribuiu substancialmente no processo de organização e consolidação dos cursos no CAC, nesses termos ela contribuiu com a efetivação da política de interiorização de cursos da Universidade.

Outrossim, é também integrante desse contexto a Prefeitura Municipal de Catalão haja vista que a configuração institucional do CAC foi oriunda de uma parceria entre a Universidade e Prefeitura local. Nesse sentido, muitas das reivindicações dos professores foram encaminhadas a

Prefeitura local posto no Convênio[43] dispor que determinadas obrigações são da UFG e determinadas da Prefeitura.

Para o funcionamento acadêmico dos cursos no CAC as partes convenentes (UFG e PMC) decidiram ser da Prefeitura local a responsabilidade pela "aquisição de livros para o acervo da biblioteca, bem como equipamentos e material didático para o funcionamento dos cursos (Convênio celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão, aos 02 de fevereiro de 1992: 07). Essa cláusula esteve em todos os demais convênios, qual seja, as Prefeituras locais assumiram o compromisso com a organização da estrutura pedagógica dos **Campi** Avançados da UFG onde cursos foram implantados.

Outras obrigações da Prefeitura referem-se às políticas de qualificação docente, tais como: conceder licença remunerada aos professores para qualificação (mestrado, doutorado); conceder ajuda de custo ao docente que estiver cursando mestrado ou doutorado no valor de 25% de seus proventos; conceder as progressões horizontal e vertical aos professores quando solicitada pelo Diretor do Campus.

Conforme já explicamos a contratação e remuneração dos professores dos cursos do CAC é obrigação da Prefeitura local, nesses termos:

> 3 - A remuneração dos professores [...] corresponderá no mínimo aos proventos percebidos pelo Professor Auxiliar, referência inicial na Universidade, quando graduados, pelo Professor Assistente, referência inicial na Universidade, quando Mestres, e pelo Professor Adjunto, referência inicial na Universidade, quando Doutor. Cada um desses níveis, possui referência I, II, III e IV. A progressão horizontal dar-se-á em conformidade aos critérios utilizados pela Universidade (Convênio celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Cláusula Segunda Das Obrigações – Da Prefeitura. Catalão aos 02 de fevereiro de 1992, p. 4-5).

[43] Termo de Convênio celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão aos 02 de fevereiro de 1992. Esse Convênio não foi de implantação de Cursos, mas isonômico dando continuidade a todos os cursos então implantados no CAC/UFG.

Ora, a UFG ao se comprometer em realizar a seleção pública dos professores do CAC e ao acordar com a Prefeitura que a carreira dos docentes fosse equivalente aos da universidade ela assegurou que os cursos do CAC tivessem um corpo docente qualificado, pois, a ascensão na carreira estaria condicionada ao modelo das instituições federais de ensino superior. Nesse sentido, os professores embora contratados pela Prefeitura local não se vinculam a uma carreira docente municipal, mas, de acordo com os Convênios[44] celebrados, a carreira docente desses professores é equivalente aos da UFG.

Outrossim, como desdobramento do Regimento Interno do CAC, pretendendo regulamentar as atividades acadêmicas dos professores, foi aprovado na Congregação dos Docentes do Campus aos 11 de março de 1992 a Resolução nº 002/92 – CD - Dispõe sobre as normas e critérios de progressão horizontal dos professores do Campus de Catalão – UFG. Consoante a Resolução nº 002/92 foram aprovadas as seguintes Resoluções: Resolução nº 003/92 – CD - Regulamenta os Regimes de Trabalho do Pessoal Docente do Campus de Catalão – UFG, e a Resolução nº 004/92 – CD – Regulamenta a Carreira do Magistério Superior e a licença para Pós-Graduação de corpo Docente do Campus de Catalão – UFG.

Posto isso, o corpo docente do CAC constatou a necessidade de discutir os problemas da produção acadêmica, da carreira docente e de natureza trabalhistas não somente no sindicato local, mas com o ANDES cuja abrangência pelas questões do ensino superior, em especial as instituições públicas, é de âmbito nacional, nesse sentido: aos dois de junho de 1993 a ADCAC, estando em assembléia[45] com um representante do ANDES, professor Vicente Faleiros, aprovou o seu Regimento e passou a seção sindical do ANDES.

---

[44] Em todos os convênios de implantação de cursos bem como de continuidade de tais cursos esta foi a política de carreira adotada pela UFG aos professores dos cursos de seus **Campi** Avançados.
[45] Livro de Atas nº 01 da Associação dos Docentes do CAC/UFG.

Nesse período os professores das Instituições Federais de Ensino Superior estavam em greve numa luta pela política salarial, também pela isonomia na carreira, pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e outras questões pertinentes à categoria. A adesão à greve foi discutida e a avaliação é de que uma questão antecede, qual seja, o tipo de vínculo empregatício dos professores do CAC. Pois o patrão direto dessa categoria é a Prefeitura local e não o Governo Federal. Entretanto, as possibilidades de reajuste salarial para os professores do CAC estão condicionadas a política salarial e de carreira dos docentes das instituições federais de ensino superior.

Engajar-se na greve nacional dos docentes das instituições federais pelas questões econômicas foi compreendido como algo politicamente legítimo, mas, os professores do Campus estavam diante da seguinte ponderação:

> [...] No que se refere à greve motivada por reivindicações de natureza salarial, podemos ser bem diretos: os professores de Catalão estariam LOGICAMENTE IMPEDIDOS de promove-la. É muito claro: os nossos salários, de acordo com o Convênio Prefeitura-UFG, são definidos pela exata reprodução da tabela dos salários dos professores da UFG, em todos os seus detalhes de progressão horizontal e vertical. Por causa disso, não há FUNDAMENTO LÓGICO em acompanharmos uma movimentação paredista dos professores das federais que reivindiquem melhorias salariais; com esse calcanhar de Aquiles **quase insuperável**, não teríamos argumentos substantivos para marcar uma audiência com o Prefeito e apresentar as reivindicações do movimento nacional. Mas, em que "situações muito bem circunstanciadas" poderíamos romper com as amarras do Convênio, superando o nosso Calcanhar de Aquiles?(Arrisque o Fosque! Ou Greve no Campus de Catalão – texto – contribuição de José Marques para ser discutido em assembléia da ADCAC, em 28.04.93).

Segundo o professor José Marques a denominada "*situações muito bem circunstanciadas*" passava pelo fato de a categoria exigir que a Prefeitura desse um aumento salarial numa tentativa de resolver o problema

salarial então considerados defasados. Não obstante, pondera que a categoria na busca de uma solução econômica estaria criando uma situação política adversa, qual seja: a de "exigir do poder municipal a atitude de desconsiderar a normatização do Convênio" (Arrisque o Fosque! Ou Greve no Campus de Catalão – Texto – contribuição de José Marques, em 28.04.93: 02).

Porquanto decidir por participar ativamente da greve dos docentes das instituições federais de ensino superior significou, naquele momento, deparar-se com todos o verso e reverso da relação dúbia entre estar professor em uma instituição federal de ensino superior, mas não pertencer ao quadro efetivo do MEC e sim do Município. Outro aspecto é a delicadeza em lidar com o Convênio, haja vista ele por força jurídica ser a referência das garantias trabalhistas e de carreira no âmbito da relação entre os professores do CAC com a UFG e PMC. Enfim, a assunção de uma posição política não poderia reverter-se em perdas jurídicas e políticas para os professores do Campus.

CAPÍTULO 3

A RECONFIGURAÇÃO DO CAC

...mas se você achar que eu to derrotado, saiba que ainda estou rolando os dados...porque o tempo...o tempo não para...

(Cazuza)

3.1. A Reconfiguração da ADCAC

O ano letivo de 1994 foi um marco para o CAC, pois ocorreu a primeira eleição para diretor do CAC. O professor do Curso de Matemática, Ailton José Freire, foi candidato único a Direção do Campus, porém havia entre a comunidade acadêmica um certo consenso em apoio ao professor que foi eleito e tomou posse logo no primeiro semestre de 1994. Mas, identificamos no Campus as falas mais contundentes que evidenciam a existência das divergências políticas, nesse sentido, o professor Davi Maciel em um artigo fez a seguinte análise do processo eleitoral:

> O atual processo de sucessão para o cargo de diretor do Campus Avançado de Catalão constitui-se numa vitória para aqueles que o compõem. Vitória porque pela primeira vez a escolha do diretor será produto de um processo eleitoral que tem o aval e será respeitado pela reitoria da UFG na indicação do diretor. Isto porque o diretor é formalmente nomeado e não eleito, pois ainda não nos constituímos como unidade da UFG. Porém, apesar da limitação quanto a só podermos escolher alguém que seja integrante dos quadros da universidade, penso que a atual eleição constitui-se numa conquista e numa vitória.
> Penso desta maneira porque avalio que pela primeira vez abre-se a possibilidade de criação de um amplo processo de discussão sobre o projeto político e pedagógico do Campus, que envolva amplamente os seus vários segmentos. Extrapolando práticas "cupulistas" e setorizadas de articulação política (Jornal da ADCAC – Ano 1, nº 02 – Artigo: As Eleições Para Diretor, A Democracia E O Projeto do Campus/Davi Maciel. Março/Abril – 1994, p. 04).

O professor afirma que a eleição representou uma vitória no âmbito das intra-relações do Campus e do mesmo em relação a UFG. Entretanto, esse processo eleitoral representou não somente uma conquista conjuntural, pois, o contexto fomentador dessa eleição foi o mesmo que criou no Campus o Regimento Interno do CAC de 1992. Ou seja, no Regimento Interno do CAC, então em vigor desde sua aprovação aos 10 de janeiro de

1992, no Capítulo II – Da Estrutura em seu Art. 4° dispôs que o Diretor do CAC seria eleito pela comunidade acadêmica do Campus e:

> Parágrafo 1° - As normas eleitorais serão estabelecidas pelo Conselho Pleno;
> Parágrafo 2° - Será apto a candidatar-se à Direção do Campus de Catalão o professor do quadro da UFG que nos últimos 5 (cinco) anos tenha desenvolvido, no mínimo durante 2 (dois) anos, atividades de docência ou coordenação ligadas ao referido Campus (Regimento Interno do CAC de 12992 – Capitulo II – Da Estrutura).

Nesse sentido, entre a comunidade acadêmica do CAC havia uma expectativa histórica quanto à sucessão do professor Braz José Coelho (1989 – 1993), haja vista que esse seria o momento de conferir se no que tange a Direção do Campus a Reitoria iria respeitar o Regimento Interno do CAC. Doravante, o então candidato a Direção do Campus, Professor José Ailton Freire, foi entrevistado pelo Jornal da ADCAC e sobre o que ele pensava a respeito das eleições assim respondeu:

> [...] constituiu num fato importante que, embora não esteja amparado em dispositivos legais, está se legalizando pelo uso. Hoje é inaceitável, desde a escolha do reitor até o diretor de unidade, que a ocupação de qualquer cargo se dê pela indicação de autoridades superiores [...] (Jornal da ADCAC – Ano 1; N° 02. Sinforme Noticias – Mestre apresenta suas propostas para a Direção Março/Abri – 1994, p. 06).

Qual seja, o processo eleitoral foi uma conquista histórica e politicamente construída no CAC, mas a conjuntura interna do Campus nos anos 1994 lhe conferiu uma identidade institucional e política mais agressiva e menos esperançosa:

> Para iniciar este novo não podemos ter uma máquina de datilografia manual para mais de 80 professores; não podemos contar apenas com uma TV e um Vídeo cassete; não podem faltar carteiras nas salas de aula, não podem ter goteiras; não

> podem faltar mesas e cadeiras para os professores; não podem faltar materiais e ou demais equipamentos necessários ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; assim como não podem faltar verbas para pesquisas e extensão [...] Mas não podemos continuar assim, está errado, não estamos sendo bons profissionais. Como podemos trabalhar sem ferramentas? Como produzir sem matéria prima? Até quando vamos alimentar o nosso sonho de uma universidade melhor? [...] (Jornal da ADCAC – Ano 1, nº 02 – Artigo Direção do Campus – Um papo sério/ Sem autor. Março/Abril – 1994, p. 05)

Nesses termos, se o momento foi de conquistas políticas e institucionais foi, também, de denúncias frente às precárias condições infraestruturais e administrativas na produção acadêmica, assim como, de dúvidas quanto à superação desses problemas estruturais e, com efeito, da realização do projeto Universidade.

3.2. A ADCAC frente à "delicadeza" indelicada de uma política universitária paradoxal

A tendência do movimento docente no CAC, a partir dos anos de 1993 com a ADCAC filiada ao ANDES, foi no sentido de se colocar como categoria social organizada no conjunto das relações mediadas pelo CAC, UFG e PMC. No dia 05 de maio de 1994, os professores do CAC, em mais uma Assembléia, avaliavam a greve nacional dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e dos funcionários públicos federais, e, no bojo das discussões analisavam se aderiam ou não a essa greve:

> No atual momento é preciso ficar claro como o sindicato irá fazer mediação entre Prefeitura de Catalão e UFG. Em relação à situação jurídica dos docentes com menos de dois anos de trabalho no Campus, período probatório, eles estão mais sujeitos a sofrer um processo administrativo. No entanto se a Prefeitura demitir docentes diante da greve, a acessória do ANDES-SN estará à disposição da ADCAC (Livro de Atas nº 1 da Associação dos docentes do Campus Avançado de Catalão.

> Catalão (Go), 12 de junho de 1991. Assembléia do dia 05 de maio de 1994, p. 21).

Constatamos que a transformação da ADCAC em seção sindical do ANDES conferiu aos professores uma maior legitimidade e autonomia, pois, desde então, se consolidaram como categoria social nos quadros das Instituições de Ensino Superior (IES). A inserção dos professores no movimento sindical docente significou socializar o paradoxo que é a sua configuração institucional como professor do ensino superior na UFG.

Ainda que exista uma compreensão de que o CAC é constitutivo da UFG e, por sua vez, a UFG integra os quadros das IFES, nesse sentido, a totalidade das políticas educacionais para o ensino superior brasileiro, os professores do CAC buscam nesta macro-realidade tratar de suas questões específicas, haja vista conviverem com uma identidade que é, mas, não é.

Não obstante, as discussões se acirraram depois do seguinte informe:

> O Projeto de Ensino Noturno não tem perspectivas de ser aprovado este ano. Existe uma resistência da Secretaria da Administração Pública em colocar tal projeto em votação no Congresso. Ocorreu reunião com os reitores com o objetivo de pressionar o MEC para a aprovação do Projeto. [...](Livro de atas nº 1 da Associação dos Professores do Campus Avançado de Catalão. Catalão (Go), 12 de junho de 1991. Assembléia, aos 05 de maio de 1994, p. 21).

Esse informe trata de um tema que teve origem no Seminário sobre o Ensino Noturno que ocorreu no mês de março de 1993 em Curitiba e representando a UFG em sua experiência com a extensão do ensino noturno no CAC, estiveram participando dois professores do Campus. Nesse sentido, identifica-se que em uma assembléia do dia vinte e nove de setembro de 1993

o tema Projeto Unidade e Projeto Ensino Noturno fora discutido entre os professores do CAC nos seguintes pontos:

> [...] que no Projeto Unidade, que havia sido enviado ao MEC. acoplado ao Projeto Ensino Noturno da UFG, há uma questão a ser observada, pois o Conselho Universitário que anexou o Projeto Unidade ao outro, definiu um número de vagas para Catalão inferior ao necessário. Solicitam 63 (sessenta e três) vagas, mas o Campus de Catalão possui hoje 74 (setenta e quatro) professores contratados (Livro de atas nº 1 da associação dos Docentes do Ensino Superior do Campus Avançado de Catalão. 12 de junho de 1991. Assembléia do dia vinte e nove de setembro de 1993, p. 09).

Posto Isso, entendemos que a expectativa maior dos professores do CAC é em relação ao denominado Projeto Unidade e, acoplado a esse projeto um determinado número de vagas do MEC para o CAC o que, na assembléia do dia 05 de maio de 1994, demonstraram frustração ao informe de que o Projeto Ensino Noturno da UFG não tinha perspectiva de ser aprovado na esfera do Poder Federal/MEC e, conseqüentemente, também o Projeto Unidade do CAC já que estava acoplado ao primeiro.

Doravante, o impasse quanto aderir ou não a greve nacional dos docentes das IFES foi o eixo de toda discussão da assembléia do dia 05 de maio de 1994, pois entre os professores havia duas linhas predominantes: uma defendia a greve a outra era contra a greve. Vejamos um pouco desses posicionamentos:

> [...] o professor Davi expressou sua felicidade pela situação atual de constituição de um movimento pelas demandas do Campus e é por isso que a situação de greve se coloca nesse momento. Para ele a greve tem dois níveis: um global, movimento nacional, instrumento de luta para consolidação de um projeto mais amplo e outro local, movimento específico. A greve não consiste em uma questão de obrigação, pois ela está voltada para nós. A greve tem importância por fazer ligação das lutas gerais com a operacionalização de um processo de interlocução política com a Prefeitura e a Reitoria. Afirmou ainda que vivemos uma fase pré-política de que os problemas com a Prefeitura se dão pela falta de interlocução [...]

> É preciso transformar a ADCAC em interlocutora com a Prefeitura. Afirma ainda que é pré-político acreditar que uma greve colocará o Campus em uma situação pior. Com esta posição de não enfrentamento estamos alimentando o clientelismo. Quais mecanismos temos para nos tornarmos interlocutores? A partir da avaliação feita hoje é possível aprovar um indicativo de greve apresentando pauta à Prefeitura. (Livro de Atas nº 01 da Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão, 12 de junho de 1991: 23 - 05 de maio de 1994).
>
> [...] o professor Plínio afirmou que a greve dificulta o processo de transformação em Unidade. Existem diferentes formas de pressionar a Prefeitura. Greve só traz prejuízos, consiste num erro tácito [...] (Livro de Atas da Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão. 12 de junho de 1991: 23 - 05 de maio de 1994).
>
> [...]Professor José Henrique alerta para a necessidade de se discutir as condições materiais para manter a greve e os argumentos contrários da Prefeitura diante de uma greve, demissão dos professores iniciantes e corte de ponto [...] Livro de atas nº 01 da Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão. 12 de junho de 1991: 23 - 05 de maio de 1994).

Qual seja, identificamos que embora todos professores estivessem descontentes com a UFG e PMC havia professores que temiam a deflagração da greve por entender que ao estabelecer um confronto com a Prefeitura poderia dificultar uma possível aglutinação de forças pelo Projeto Unidade do Campus e, também, argumentaram que a Prefeitura poderia adotar medidas punitivas. No entanto, os argumentos em defesa da greve eram no sentido de que o sindicato precisava se constituir em interlocutor político dos interesses dos professores. E, mais, na fala do professor Davi Maciel fica explícito o conflito político quando ele afirma que no CAC se vivia uma fase "pré-política" e foi contundente em avaliar que as posições de não greve indicavam a assunção de uma postura clientelística frente às forças hegemônicas (PMC e UFG).

Nesse contexto balizado por controvérsias aos 15 de agosto de 1994 os professores do Campus deflagraram a greve numa atitude de denúncia

frente ao descaso da UFG para com as condições de funcionamento do Campus que, sob o impacto das lembranças o professor Marcelo Rodrigues Mendonça assim descreve o cenário de discussões:

> 1994 [...] a greve de denúncia - espera aí -, essa Universidade funciona como? Funciona pela boa vontade dos professores, funciona como? Funciona sem biblioteca ou com biblioteca muito precária, funciona sem bolsa, sem pesquisa [...] (Entrevista do professor Marcelo Rodrigues Mendonça, aos 03 de fevereiro de 2004).

Posto isso, reivindicaram da UFG o desenvolvimento de uma política acadêmica na qual os **Campi** fossem também contemplados. Reformas no CAC e ampliação das instalações físicas, tais como: salas de aula, laboratórios, construção da biblioteca, anfiteatro etc. Avaliavam que a UFG deveria assumir o compromisso de estar mediando as relações do CAC com a Prefeitura local a fim de se garantir o cumprimento das cláusulas do Convênio.

Em relação à Prefeitura local, algumas reivindicações estavam postas, tais como: a concessão de um número maior de DEs.; Direito a Progressão horizontal e vertical e, sobre a última, que, mediante a apresentação da Ata de Conclusão do Mestrado ou Doutorado fosse imediatamente concedida; O cumprimento do Convênio em relação à aquisição de livros para a biblioteca, outras.

Enfim, várias entidades sindicais manifestaram apoio à greve dos professores:

> Entidades Sindicais de todo País Apóiam a Greve Sindicatos e associações de trabalhadores de todo o país apóiam e se solidarizam com o movimento dos docentes do Campus, entendendo que esta é uma luta de toda a sociedade que clama pela valorização da educação (SINFORME – pág. 06) (Jornal da ADCAC, Ano 1, nº 03, Ago/Set – 1994).

Professores da UFG em Greve

Os professores do Campus entraram em greve no dia 15 de agosto reivindicando a assinatura do convênio entre UFG e Prefeitura para o biênio 94/95 e a inclusão no convênio de algumas cláusulas que implicarão em melhoria das condições de trabalho e na qualidade do ensino (Sinforme – pág. 03) (Jornal da ADCAC, Ano 1, nº 03, Ago/Set – 1994)

A greve: Construção de um projeto político

O professor David Maciel faz uma análise do movimento docente, destacando a importância da greve como um reflexo do processo de formação do projeto político-pedagógico do Campus (Debates – pág. 05) (Jornal da ADCAC, ano 1, nº 03, Ago/Set – 1994).

A greve dos docentes do CAC no ano de 1994 foi a primeira greve da categoria e teve como vetor tratar os problemas do CAC, que eram também problemas da categoria, na perspectiva das lutas sociais indicando assim, a diferença da prática docente em anos anteriores (entre 1988 a 1993) quando a instância principal de discussão era o espaço institucional – a Congregação e não o sindicato.

Dessa feita, aos 06 de setembro de 1994 o Primeiro Termo Aditivo de Convênio (referentes ao convênio de 1992) foi celebrado entre a UFG e PMC e, analisando-o, verificamos o significado político da greve, haja vista que a Prefeitura assumiu novos compromissos para com a comunidade acadêmica do CAC:

19 – A concessão de DE para os anos de 1994 e 1995 dar-se-á da seguinte forma:
Três (03) DEs. Em setembro de 1994.
Sete (07) DEs. Em 1995 sendo: três (03) no primeiro semestre e (uma a cada dois meses); quatro (04) no 2° semestre (duas em agosto e as outras duas em outubro).
A partir de janeiro de 1996 a concessão dar-se-á mediante as necessidades do Campus de Catação.
20 – Responsabilizar-se pela aquisição mensal de livros para o acervo da biblioteca, bem como equipamentos e material didático para o funcionamento dos cursos com o valor

> equivalente a remuneração de um (01) professor titular. Dr. com D.E.
> 21.- Conceder seis licenças remuneradas ao ano, para que os professores contratados façam cursos de Mestrado ou Doutorado.
> 22 – A licença para o Curso de Mestrado ou Doutorado dar-se-á de acordo com as normas vigentes na UFG e com a necessidade de qualificação do corpo docente, mediante solicitação do Campus de Catalão.
> 23 – A liberação para Mestrado ou Doutorado não implicará na contratação de professores nos casos em que for possível a redistribuição de carga horária entre os docentes do curso, salvo disciplinas específicas relativas a cada área que requerer profissional especializado (Primeiro Termo aditivo de Convênio celebrado entre Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão, aos 06 de setembro de 1994 – Cláusula segunda – Das Obrigações da Prefeitura).

Inferimos que os professores conseguiram incluir parte de suas reivindicações nesse Primeiro Termo Aditivo de Convênio, com efeito, a greve dos professores foi indutora de novas políticas pedagógicas e de carreira docente. Confirmamos tal feito ao compararmos esse Termo Aditivo de Convênio aos convênios que foram celebrados nos anos anteriores[46], os quais, não descrevem tais pontos. Por exemplo: sobre a aquisição de livros para a biblioteca e aquisição de equipamentos e material didático para os cursos foi estabelecido que deveria ser mensal e com um valor econômico equivalente ao salário de um professor adjunto com DE.

Sobre a concessão de dedicação exclusiva foi feita uma distribuição no sentido de contemplar o segundo semestre de 1994, adentrando 1995 e com uma política já definida para a partir de 1996. Referente a licença dos professores para pós-graduação **stritu sensu** se considerou os pontos e contrapontos que envolvem a liberação dos docentes e, sobretudo, especificou seis licenças por ano, indicando assim que cada curso teria direito a uma licença.

Temos analisado que a relevância histórico-social dessa primeira greve dos docentes do CAC (1994) foi ter demarcado um diferencial

[46] Em outro momento desse trabalho foi feita a análise desses convênios anteriores.

político-ideológico no âmbito da relação entre corpo docente do CAC com Direção do CAC, UFG e PMC. O professor Marcelo Rodrigues Mendonça faz a seguinte análise conjuntural do movimento docente entre os anos 1991 e 1994:

> [...] Em 1991 começa a se organizar o movimento docente, os professores começam a se organizar, começam a haver reuniões, isso se consolida em 1992. A primeira gestão provisória (do sindicato – ADCAC) foi composta pelo Ideovone, pela Marta, Margaret, eu – Marcelo, acho que o Ged [...] embora o Marcelo Soares, Luiz Dourado, como é que é, eram os pensadores da educação – aspas a esse termo – mas eles tinham uma interlocução política muito interessante. Eles estavam muito mais voltados para pensar a política da interiorização. Tanto que o Seminário de Interiorização é uma proposta do Marcelo Soares e do Luiz, isso surgiu numa reunião de professores, pra discutir o processo de interiorização com o intuito, enfim, de ver as perspectivas que estavam colocadas pra o Campus. Incluía pensar a interiorização junto com a Universidade que tinha criado esse monstro, digamos assim, e não sabia o que fazer e não fomentava absolutamente nada para mudar as condições de trabalho etc, etc. Então é um momento muito rico – de 1992 até a grande greve – a primeira grande greve do Campus de Catalão, em 1994. Época que eu estava na Presidência, você estava na Vice-Presidência. Foi um grande momento, nós não tínhamos nem a clareza da importância histórica do que significava aquele movimento. Não era uma greve por salários, pois nosso salário estava em dia. Era uma greve para melhorar as condições de trabalho, para ter a reforma etc, etc. Era uma greve de denúncias! Você imagina que importância teve aquilo. O cenário de interiorização faz um diagnóstico do processo, mas não consegue colocar isso para além muros da Universidade, quer dizer, o relatório chega as mãos da Universidade em Goiânia, da Reitoria e lá fica. Deve ter sido enviado uma cópia para a Prefeitura. Enfim, não se toma nenhuma providência, naquela angustia que estava já permeando todas as pessoas que aqui estavam trabalhando. A partir desse momento, entre 1992 e 1994, - a greve de 1994 colocou em cheque isso e ai há um refluxo na discussão sobre novos cursos. A greve de 1994 mostra para nós que era preciso dá uma melhorada naquilo que já existia, que nós precisaríamos pensar sobre antes de apontar novos cursos. (Entrevista do professor Marcelo Rodrigues Mendonça aos 03 de fevereiro de 2004).

Nesse sentido, desde os anos de 1994 a ADCAC consolidou sua inserção no sindicato nacional e esteve efetivamente participando dos encontros e congressos organizados, como CONAD, Congresso do ANDES, no Fórum pela Nova LDBEN e outros. No espaço interno do CAC a política foi no sentido de a ADCAC consolidar-se como interlocutora dos professores junto a Direção do CAC, a Reitoria da UFG e Poder Público Municipal. Ou seja, as demandas do Campus que estavam diretamente associadas as dos professores passaram a ser tratadas pela mediação do sindicato, isso se confirma na assembléia no dia 04 de outubro de 1995, vejamos um trecho da ata:

> A professora Eliane informou também que a Diretoria do Sindicato encaminhará ofício à Direção do Campus, solicitando uma reunião para tratar de assuntos de interesses dos professores e que também será enviado solicitação de audiência ao Reitor da UFG, prof° Ary Monteiro, para tratar de questões como: Termo Aditivo do Convênio, alojamento, cumprimento do convênio e outros (Livro de Atas n° 02 da Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão (ADCAC) da Universidade Federal de Goiás. Catalão (Go), 08 de março de 1995: 12 – 04 de outubro de 1995).

Embora o sindicato local estivesse mediando os interesses da categoria, no decorrer dos anos de 1995, havia uma preocupação quanto à diferença das ações políticas da ADCAC e da Direção do Campus, isso fica claro nos documentos, vejamos:

> Profª Eliane explica sobre a diferença que há entre a direção do Campus e a direção do sindicato e que a questão trabalhista não é meramente trabalhista e sim também política. Falou sobre o convênio, sobre o termo aditivo que foi elaborado pelos professores e pela direção e que este não foi aceito pela Prefeitura. Falou sobre a questão dos alojamentos, onde é uma questão política e o sindicato tem que ter autonomia (Livro de Atas n° 02 da Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás. Catalão (Go), 08 de março de 1995, p. 15 –29 de novembro de 1995).

A respeito do Primeiro Termo Aditivo, o fato é que os professores regimentalmente (Regimento Interno de 1992) participavam do então Conselho Pleno, órgão esse que avaliava e fazia sugestões sobre a proposta de Convênio então encaminhada ao Campus pelas partes convenentes (UFG e PMC) e, num outro momento, na Congregação dos Docentes outra análise, porém, com deliberação de sugestões que, finalmente eram pela Direção do CAC encaminhadas a Universidade e Prefeitura local. Qual seja, nas instâncias oficiais do CAC, embora não oficiais na UFG, a comunidade acadêmica do Campus participava do processo de elaboração e aprovação dos Convênios e/ou dos Termos Aditivos de Convênios.

Mas, o fato da ADCAC, então entidade representativa de classe, se posicionar favorável a uma dada proposta institucional não induz afirmar que estivesse tratando no mesmo plano político os pontos que eram do interesse da instituição e os de interesses da categoria. Entendemos que conquistas significativas para a carreira docente passam pela organização da própria instituição, entretanto, a categoria mantém-se atenta ao fato de que no processo de estruturação acadêmica e administrativa da instituição não resulte em prejuízos aos docentes do CAC. Essa preocupação é atestada quando na assembléia do dia 29 de novembro de 1995 a professora Eliane Freitas faz referencia aos alojamentos dos professores. Esses alojamentos foram organizados no interior do Campus desde a criação do CAC (1983) quando ali foram desenvolvidas entre os anos de 1984 a 1985 as atividades de extensão.

Qual seja, a partir da implantação (1986) dos cursos de graduação quando professores da UFG vinham para o Campus desenvolver atividades de ensino eles ficavam hospedados nesses alojamentos e, conseqüentemente, logo que foram realizados os primeiros concursos para professores efetivos do Campus os então aprovados passaram a assumir suas atividades acadêmicas no CAC, estes, geralmente de Goiânia ou Uberlândia, interior de São Paulo, dos Estados do nordeste como Paraíba e Pernambuco, etc, também passaram a se instalar nos respectivos alojamentos. Nesse

sentido, os alojamentos se constituíram parte da estrutura física e administrativa do CAC.

Além dos alojamentos existia no Campus um restaurante/ refeitório. Nesse restaurante os professores faziam diariamente as suas refeições. Ele era coordenado por equipes de professores que se revezavam mensalmente. A cozinheira era uma funcionária cedida pela Prefeitura. Quanto aos mantimentos, esses eram comprados pelos próprios professores. Entendemos que o Campus teve suas instalações organizadas para atender as atividades acadêmicas, mas, também, assegurou espaços físicos com alojamentos e restaurante no sentido de atender aos professores que ali foram trabalhar.

Conferimos que na assembléia da ADCAC do dia 29 de novembro de 1995[47] os professores agendaram com a Reitoria discutir politicamente os alojamentos, fato esse devido a Reitoria, mediada pela Direção do CAC, acenar para a extinção desses alojamentos, bem como, daquela estrutura interna de restaurante. Consoante a tal posição os professores se sentiam desrespeitados em seus direitos, pois, a Universidade, indiferente às demandas desses professores estava assumindo uma prática que iria afetar o quadro de professores que ainda usava as dependências do Campus para se instalar.

Vir de uma outra cidade e se instalar nas dependências do CAC era algo que já havia se institucionalizado no interior do Campus, inclusive, o Regimento Interno do CAC de 1992, por meio da Resolução nº 005/92 – "Aprova Regulamento para o funcionamento do Restaurante do Campus de Catalão, aos 08 de julho de 1992". Há que se considerar que nos meados dos anos 1980 quando vieram os primeiros professores a trabalhar no CAC as mediações do Campus eram pouco habitadas e praticamente sem um restaurante próximo. A partir dos anos 1990 houve um crescimento urbano

[47] Citada no 4º parágrafo acima.

nessa região e muitos professores preferiram os restaurantes próximos a permanecerem usando as dependências do restaurante do Campus.

Percebemos que consubstanciado as ações da Universidade em desativar os alojamentos e o restaurante há o interesse em dar uma outra conformação ao CAC. Conformação no sentido de ampliar o espírito institucional iniciado pelo próprio Campus quando por meio do Regimento Interno de 1992 criou uma configuração estrutural no Campus garantindo, assim, uma organização institucional de suas atividades acadêmicas e administrativas. Período cujo marco era a estruturação dos seis cursos de licenciaturas plenas, formação de um corpo docente efetivo para os respectivos cursos, e, professores esses que se qualificavam, portanto, reivindicavam políticas no campo da pós-graduação, qual seja, o entendimento era de que o Campus precisava de uma estrutura que possibilitasse a organização e o desenvolvimento da produção acadêmico-científica.

> [...] se uma representação social é uma "preparação para a ação", ela não o é somente na medida em que guia o comportamento, mas, sobretudo na medida que remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar. Ela consegue incutir um sentido ao comportamento, integra-lo numa rede de relações em que está vinculado ao seu objeto, fornecendo ao mesmo tempo as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes (MOSCOVICI, 1978, p. 49).

Nesse sentido, os professores do CAC imersos pela vontade política de construir o campo acadêmico-científico no CAC de parte instituída tende a força política instituinte. Como força política lida com as contradições da chamada política de interiorização de cursos e no embate busca construir o seu reconhecimento científico frente às instituições de ensino superior.

> [...] as representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu status é o de uma produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente, de uma ação que modifica aqueles e

> estas, e não de uma reprodução desses comportamentos ou dessas relações, de uma reação a um dado estímulo exterior (MOSCOVICI. 1978, p. 50).

Parafraseando Bourdieu, os docentes das instituições de ensino superior constroem seu reconhecimento social entre os seus pares, posto isto, foi necessário envidar esforços no escopo de se construir academicamente a instituição CAC. Infere-se que a luta dos professores seja nos espaços tido oficiais como no espaço sindical (ADCAC) sempre é fazendo a mediação entre a construção e organização da instituição e a busca do reconhecimento do valor acadêmico dos docentes, bem como, em se garantir os direitos da categoria em sua relação com o Campus, a UFG e a Prefeitura local.

Dessa feita, no ano de 1995 permanecia a atmosfera de dúvidas quanto a conquistas concretas acerca de uma outra estrutura acadêmica para o Campus e um outro vínculo empregatício do corpo docente em sua relação acadêmica com a UFG. Segundo Documento[48], no CAC, entre os anos de 1992 a junho de 1995, houve uma tendência crescente na rotatividade de professores vejamos a tabela abaixo:

QUADRO 02: ROTATIVIDDE DOS PROFESSORES DO CAC 1992-1995

Ano	Total	Demissão	Índice	Ampliação do quadro nº	Indice %
1992	52	06	11,5		
1993	70	06	8,3	18	25
1994	76	11	14,5	06	8
1995	79	17	21,5	03	4

Fonte:DOCUMENTO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DO CAC/CAMPUS AVANÇADO DE CATALÃO/ COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO/1995.

Os números revelam uma ampliação do quadro de professores entre os anos de 1992 a 1993, com um índice de 25%, e entre os anos de 1993 e 1994 o índice caiu para 8%. Analisamos que entre 1986 e 1991 seis cursos

[48] Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão – Coordenação de Graduação. Documento de Avaliação dos cursos de licenciatura do CAC – 1995.

de licenciaturas plenas foram implantados, com efeito, a tendência é de que a partir de 1992 houvesse um acréscimo no número de professores no CAC, entretanto, é marcante a rotatividade de professores, pois o total de professores em 1992 é de 52 e o índice de rotatividade é de 11,5%. Em 1993 o número de professores chega a 70 indicando que houve uma ampliação de 25% do quadro, e o índice de rotatividade caiu para 8,3%. Quanto as exonerações, o número em 1992 e 1993 foram os mesmos - seis, no entanto, a diferença ela é proporcional ao número de professores entre o ano de 1992 – 52 e o ano de 1993 – 70. Tal fator explica que, embora nos anos de 1992 e 1993 o total de exonerações fosse o mesmo, o índice de rotatividade em no ano de 1992 (11,5) foi maior que no ano de 1993 (8,3).

No ano de 1994 o número de professores foi de 76 com 11 exonerações. A ampliação do quadro foi de 8% o que resultou em uma rotatividade de 14,5%. Até junho de 1995 o total de professores foi de 79, com 17 exonerações e em 4% a ampliação do Quadro o que, por sua vez, chegou ao maior índice de rotatividade, 21,5%. Os números evidenciam um alto índice de rotatividade de professores no CAC entre os anos 1992 e 1995.

Outro aspecto indicador da insatisfação do quadro docente do CAC era o baixo número de Dedicação Exclusiva concedido aos professores, haja vista que dos 79 professores somente 10 deles tinham a Dedicação Exclusiva. Os docentes do Campus por meio das instâncias oficiais do CAC e da UFG, assim como, das práticas políticas do sindicato, conseguiram que fosse incluído nos convênios o direito a Dedicação Exclusiva, no entanto, nas cláusulas respectivas tende a certos condicionantes, por exemplo: [...]"e aceito pelo Prefeito [...][49]". Nesses termos, a consumação da conquista dependia da decisão do Poder Executivo local o que criava uma situação de desânimo entre os professores tendo em vista a dificuldade em estar esclarecendo o Poder Público Municipal a relação entre a produção acadêmica (ensino, pesquisa e extensão) e Dedicação Exclusiva.

[49] Segundo Termo Aditivo de Convênio celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão – Cláusula Segunda – Das Obrigações Da Prefeitura.

A produção acadêmica nas Instituições Federais de Ensino Superior desde a Reforma Universitária com a Lei nº 5.540/68, prima pela indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, nesse sentido, a Dedicação Exclusiva é uma política de carreira docente que possibilita ao professor uma produção que perpasse por estes três campos do conhecimento. Não obstante, duas variáveis podem ter interferido no reconhecimento positivo e favorável do Poder Público Municipal em conceder a Dedicação Exclusiva aos professores do CAC, quais sejam: o entendimento acerca do que é a produção acadêmica dos docentes do CAC, e uma vontade política em reconhecer que a produção do ensino não pode se desvincular da pesquisa e, por sua vez, ambas se configuram em produção histórico-social. Nesse sentido, o reconhecimento do valor social da produção acadêmico-científico equivale reconhecer o docente posto ele ser um dos sujeitos sociais do contexto acadêmico universitário.

Segundo consta no Relatório do CAC/UFG 95/97:

> Até 1994. o Campus ocupava espaços físicos precários, faltava segurança e estrutura física deteriorada, com riscos nas instalações hidrossanitárias e elétricas. Em 1995 a UFG com recursos do próprio orçamento, inicia as reformas, concluindo as mesmas em novembro de mesmo ano [...] (Relatório do CAC/UFG 95/97. Dezembro de 1997, p. 04).

Figura 08: Solenidade de entrega da Reforma feita nas instalações do CAC/UFG em novembro de 1995. No centro o então Reitor da UFG, Dr. Ary Monteiro do Espírito Santo, a sua esquerda o então Prefeito de Catalão Dr. José de Fátimo Moreira, a sua direita a então Pró-Reitora de Graduação Profª Eliana França e a então Diretora do CAC, Profª Elza Maria Stacciarini. Fonte: Arquivo do CAC/UFG.

Figura 09: Solenidade de entrega da Livraria da UFG/CAC e da reforma das instalações do CAC/UFG em Novembro de 1995. Presentes: iniciando pela esquerda, o Sr. Haley Margon Vaz, o então Deputado Estadual, sujeito não identificado, o então Deputado Estadual Dr. Adib Elias Júnior, o então Prefeito Dr. José de Fátimo Moreira, o Sr. Prof. Arédio Teixeira e a então Diretora do CAC/UFG, Profª Elza Maria Stacciarini. Fonte: Arquivo do CAC/UFG.

A conclusão da reforma do Campus culminou com a assinatura do Segundo Termo Aditivo entre a UFG e PMC aos 11 de novembro de 1995. Nesse Segundo Termo aditivo de Convênio foi feito acréscimo na Cláusula Segunda – Das Obrigações da Prefeitura:

> 1. Responsabilizar-se pelo Pagamento de gratificação ao coordenador de cada curso que corresponderá, quando o Coordenador for professor da UFG, o vencimento de professor adjunto, referência II Especialista, em 20 (vinte horas), da tabela da Universidade e à gratificação de Presidente de colegiado da UFG quando o Coordenador for membro do corpo docente de Catalão. Cada coordenador receberá mensalmente, enquanto durar o convênio, a partir da instalação da coordenação do respectivo curso;
> 2. Responsabilizar-se pelo pagamento mensal de uma diária, conforme tabela utilizada pela UFG, e de uma passagem rodoviária Catalão/Goiânia/Catalão para cada Coordenador de curso, para resolução de problemas administrativos-pedagógicos do curso, conforme solicitação do Diretor do Campus;
> 3. Conceder ao docente que estiver cursando Mestrado ou Doutorado, sem prejuízo de seus encargos didáticos junto ao Campus de Catalão, a ajuda de custo no valor de 25% de seu vencimento, a partir da data de solicitação;
> 4. Após o término do benefício, o docente, nas condições previstas no item anterior, ficará obrigado a prestar serviços ao Campus de Catalão, pelo prazo de tempo de duração de seu benefício, sob pena de recolher aos cofres da Prefeitura o valor efetivamente recebido e reajustado de acordo com os índices oficiais;
> 5. Conceder regime de trabalho de Dedicação Exclusiva (DE) aos docentes via solicitação da Direção do Campus, e aceito pelo Prefeito, mediante comprovação da necessidade através de apresentação de plano de trabalho dos Departamentos envolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão, e da disponibilidade de tempo do professor de poder vincular-se efetivamente ao Campus com jornada de trabalho de 8 horas diárias de segunda a sexta-feira, e aprovação do Conselho Pleno do CAC;
> [...] (Segundo Termo Aditivo de Convênio entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão, celebrados aos 11 de novembro de 1995).

Nesse Segundo Termo de Convênio verificamos no item 1 (hum) mudanças político-pedagógicas ao constar gratificação ao Coordenador de curso quando este for membro do corpo docente de Catalão, ou seja, comprova que os professores do Campus já estavam assumindo as Coordenações dos seus respectivos cursos. Como desdobramento desse item 1 (hum) o item 2 (dois) fala a respeito de passagens e diárias aos Coordenadores quando fossem a Goiânia resolver problemas da instituição, não obstante, tal item (2) veio a constar no Regimento depois que os professores do CAC tenderam a assumir as Coordenações de cursos.

As novas obrigações então postas a Prefeitura local demonstram que foi assegurado, sob critérios, um compromisso com a qualificação do docente, bem como, na concessão de DEs.. Tal compromisso é mútuo, isto é, tanto a Prefeitura local quanto os docentes do CAC estavam sujeitos ao que normatiza o referido Segundo Termo Aditivo de Convênio.

Embora a Prefeitura Municipal e a UFG não cumprissem na íntegra o convênio, constatamos que o eixo da política pedagógica então adotada pela comunidade acadêmica do CAC, pautou-se em estar construindo a sua autonomia em relação aos cursos da UFG, e um fator que fez diferença foi à assunção gradativa das Coordenações de cursos por professores do Campus.

Outrossim, se nos anos 1995, às vésperas dos dez anos de implantação de cursos, a comunidade acadêmica do CAC ainda lutava pela concretização de uma base mínima de estrutura acadêmica e administrativa, a UFG estivera às voltas com a última reformulação estatutária (1994-1995). Destarte, em um outro momento de nossa análise, verificamos que ao se formar a Assembléia Constituinte Interna (1988-1990) da UFG a comunidade acadêmica do Campus encaminhou propostas objetivando que nesse processo de avaliações e elaboração do novo Estatuto a UFG contemplasse o CAC transformando-o em uma Unidade Acadêmica. Entretanto, em 1996 o Estatuto e Regimento da Universidade foram instituídos sem que o CAC deixasse de

ser Campi Avançado e sim Unidade Acadêmica, ou seja, permaneceu como Campi Avançado da UFG.

3.3. A conta gotas a história continua...

Sumariando vimos que entre os anos de 1992 a 1995 a comunidade acadêmica do CAC viveu períodos diferenciados em sua luta institucional, vejamos: o ano de 1992 o marco foi a aprovação e implantação do seu Regimento Interno (1992) e o Seminário sobre a Interiorização da UFG então realizado no próprio Campus. No ano de 1993, em março, dois professores do CAC representaram a UFG em um Seminário sobre o Ensino Noturno em Curitiba/Pr. A partir desse Seminário foi acoplado ao Projeto Ensino Noturno da UFG o Projeto Unidade Acadêmica do CAC, ambos foram encaminhados ao MEC, cuja expectativa era de que o MEC disponibilizasse vagas para atender ao corpo docente do Campus e convalidação dos concursos dos professores, bem como a transformação do CAC em Unidade da UFG.

Também em 1993 a ADCAC foi transformada em seção sindical do ANDES e, com efeito, ratificou sua inserção no movimento sindical das Instituições de Ensino Superior. No ano de 1994 as relações entre corpo docente e a instituição tendem ao conflito interno quanto à definição do espaço oficial de discussões e deliberações e o espaço sindical dos docentes, no caso, da ADCAC. Nesse mesmo ano, no segundo semestre, foi deflagrada a primeira greve dos docentes do CAC, na qual se demarcou a luta pelas questões políticas e trabalhistas no âmbito da relação com o CAC, a UFG e PMC.

No ano de 1995 a comunidade acadêmica do CAC esteve sob os efeitos da greve de 1994, ou seja, foi uma fase de avaliações e reavaliações acerca das possibilidades acadêmicas e políticas do Campus. De acordo com a tabela anteriormente, então analisada, no ano de 1995, até o mês de junho, houve no CAC o maior índice de rotatividade de docentes atingindo 21,5%. Embora tivesse havido conquistas junto a UFG e a Prefeitura local, tais

conquistas não foram substanciais considerando que a solução dos problemas do Campus depende de a Universidade institucionalmente desenvolver ações políticas no intento de mudar no seu Estatuto e Regimento o tipo de vínculo institucional do Campus.

A direção nesse momento é outra, pois o então professor Ailton José Freire, eleito em março de 1994, nesse mesmo ano, por motivos pessoais (doença em família) encaminhou a Reitoria da UFG um pedido de afastamento do Cargo. Dessa feita, assumiu o Cargo a Vice-Diretora Maria Imaculada Cavalcante, no entanto, também por razões particulares se afastou da Direção. Ocorreu que o ano letivo de 1994 foi encerrado sob a direção de funcionários com assistência de professores do Campus. Nesse sentido, em 1995, a professora Elza Maria Stacciarini, a convite da Reitoria da UFG chegou ao Campus, então acompanhada da Pró-Reitora de Graduação, professora Eliana França Carneiro, para assumir a Direção do CAC.

Com efeito, a Pró-Reitora de Graduação convidou a comunidade acadêmica do CAC para uma reunião a fim de expor sobre a decisão do Reitor Ary Monteiro do Espírito Santo em nomear a professora Elza Maria Stacciarini a Direção do CAC para, conforme o Regimento da UFG, cumprir o mandato de quatro anos (abril de 1995 a abril de 1998).

Essa decisão da Reitoria não foi aceita por uma grande maioria de docentes, pois avaliaram que a Reitoria estava atropelando as decisões internas do Campus que desde 1994 havia instituído eleições para os Cargos de Direção, Vice-Direção, Coordenação de Graduação e Coordenação de Pós-Graduação, pesquisa e extensão, ou seja, era essa a perspectiva no escopo de se implementar o Regimento Interno do CAC/1992 e, sobretudo, de se garantir no Campus efetivas relações democráticas.

Em meio à conta gotas e a contra-gosto a história continua... em junho de 1995 a rotatividade de docentes atingiu os 21,5%, e nesse mesmo mês a Direção do CAC encaminhou ao Departamento de Estatística e

Informática o Ofício nº 126/95[50] solicitando que fosse socializado com os professores daquele Departamento [...] "a intenção do Campus Avançado de Catalão, de iniciar, em 1996, um curso de Ciências da Computação nos mesmos moldes do já existente em Goiânia".

Paralelo a iniciativa institucional segmentos da denominada classe média da sociedade catalana se mobiliza reivindicando junto a Reitoria da UFG a implantação do Curso de Ciência da Computação, vejamos a guisa de exemplo o seguinte documento:

> A Loja Maçônica "Paz e Amor III". vem mui respeitosamente à digna presença de V. Exa. Manifestar o seu amplo e irrestrito apoio à criação e implantação do Curso Superior da Ciência da Computação, no Campus Avançado da UFG, instalado nesta cidade.
> Tal iniciativa é de grande importância para nossa região, evitando assim o êxodo estudantil para outras cidades e regiões longínquas, o que não deixa de causar transtornos nas famílias, vendo seus filhos se ausentarem de seus lares, para conquistarem os seus ideais com grandes sacrifícios até mesmo financeiros. [...] (Loja Maçônica Paz e Amor III – nº 0923. Of. nº 001-95/97. Catalão, 05 de junho de 1995).

A relação institucional do CAC com a UFG não dava sinais de mudanças o que indicava que os problemas estruturais permaneciam no interior do Campus. No entanto, a Direção, um grupo de professores e algumas representações do movimento estudantil do CAC, juntamente com determinados segmentos da sociedade catalana mais o Poder Público local, envidaram esforços junto a Reitoria e ao Departamento de Estatística e Informática da UFG para que o Curso de Ciência da Computação fosse implantado no Campus.

Com efeito, o Departamento de Estatística e Informática da UFG, mediante o Ofício nº 103/95/DEI/IMF/UFG respondeu ao Ofício (nº 126/95) da Direção do CAC, considerando que, certamente o curso de Ciência

[50] Universidade Federal de Goiás/ Pró-reitoria de Graduação/Campus Avançado de Catalão. Of. nº 126/95. Catalão, 02 de junho de 1995.

da Computação contribuiria no processo de interiorização da UFG, no entanto, existem alguns aspectos não favoráveis: 2. consideraram que na região já existe uma oferta razoável de Cursos nessa área, tais como: Uberlândia, Brasília, Anápolis, Goiânia (UFG, UCG e Faculdade Objetivo) e, portanto,

> "entregam ao Mercado mais de 200 profissionais por ano"; 3. se o CAC pretende oferecer um Curso equivalente ao da UFG/Goiânia "é necessário uma estrutura mínima em termos de laboratório (Hardware e Software), Biblioteca e Recursos Humanos, para dar início ao curso pretendido" Ofício nº 103/95/DEI/IMF/UFG

No item 4, ponderaram sobre a dificuldade em se ter profissionais no mercado interessados no ensino, ainda que seja no ensino superior, pois a tendência maior é para o comércio, industria, enfim, no mercado competitivo.

> "O DEI tem tido dificuldades em encontrar no mercado, docentes com qualificação específica em algumas áreas que compõem a grade curricular do curso. Imaginamos que para Catalão essas dificuldades seriam ainda maiores" Ofício nº 103/95/DEI/IMF/UFG;

No item 5. O DEI pondera sobre a necessidade de recursos financeiros no sentido de estar renovando os equipamentos, softwares e material bibliográfico, haja vista que de forma rápida se tornam obsoletos.

Depois dessas ponderações concluíram:

> Apesar de todos os questionamentos apresentados, estaremos abertos à discussão, desde que **a Prefeitura de Catalão assuma o compromisso de investir continuadamente no Curso**, e forneça a estrutura mínima necessária para o seu funcionamento [...] (Universidade Federal de Goiás/Instituto de Matemática e Física/Departamento de Estatística e Informática. Of. 103/95/DEI/IMF/UFG. Goiania, 28 de junho de 1995, p. 02).

Nesse mesmo ofício foi discriminado o material em relação a laboratório, formação da bibliografia e constituição do corpo docente. O parecer indica que da parte do DEI havia concordância em instalar o curso no CAC, desde que a Prefeitura local assumisse o compromisso em atender as exigências colocadas por ele, mas, o decorrer desse processo houve um certo tumulto entre a Pró-Reitoria de Graduação, Direção do CAC e DEI, haja vista que:

> [...] Lamentamos a falta de comunicação por parte do Campus de Catalão e a má interpretação por parte da Pró-Reitoria. Enquanto aguardávamos manifestação da Diretora do Campus de Catalão para abertura de discussão, conforme ofício nº 103/95 do DEI "Apesar de todos os questionamentos apresentados, estaremos abertos à discussão, desde que a Prefeitura de Catalão assuma o compromisso de investir continuamente no Curso, e forneça a estrutura mínima necessária para seu funcionamento..." a mesma juntamente com o Sr. Prefeito, tenham ido se entender diretamente com a Reitoria, o que gerou um impasse diante do despacho da Pró-Reitoria em Exercício.
> Após longa discussão, o Departamento de Estatística e Informática aprovou a criação do Curso de Ciência da Computação, em Catalão, vinculado a este Departamento, uma vez observadas as condições que foram aprovadas pelo Departamento e que constam da Ata da 311ª reunião do DEI.
> Esclarecemos que foi uma decisão bastante difícil para o Departamento, em função do pequeno número de docentes que dispomos e que nossas metas prioritárias são as qualificação de docentes necessária a melhoria de ensino e a formação de grupos de pesquisa (Serviço Público Federal. Processo 23070.006295/95-80. Folha nº 10. Interessado: Campus Avançado de Catalão; Assunto: Instalação do Curso de Ciências de Computação. Chefe de Depto. de Estatística e Informática. Em 21/08/95).

Destarte, aos dias 25 de outubro de 1996 foi celebrado o Convênio (nº 18/96) de implantação do Curso de Ciência da Computação no CAC, todavia, o processo foi entremeado por polêmicas tanto no âmbito das relações internas do Campus, quanto nas instâncias de decisão da UFG, em particular no Departamento de Estatística e Informática. Segundo as ponderações elencadas nos Ofícios nº 103 e 126/9 (citados anteriormente), o

Departamento de Estatística e Informática da UFG criou resistência à implantação do curso no CAC, dessa feita, no respectivo Convênio, na cláusula quinta que trata do prazo de vigência foram acrescentados duas alíneas de natureza condicional, vejamos:

> Cláusula Quinta – Do Prazo de Vigência
>
> O presente Convênio vigorará pelo prazo de 04 (quatro) anos, retroativos a outubro de 1995, devendo ser observados os seguintes itens:
> a) na hipótese da Prefeitura não atender as condições estabelecidas no presente Convênio para funcionamento do Curso, este será transferido para o DEI/UFG, a partir de 1997. O candidato será devidamente informado desta cláusula no proceder sua inscrição no Concurso Vestibular.
> b) Até setembro de 1996 deverá ser feita uma avaliação do cumprimento das exigências contidas no presente convênio referentes ao atendimento das condições de funcionamento previsto no item 2 da Cláusula Segunda, alíneas b, j, k, m, n e p. A realização do segundo Concurso Vestibular para o ano letivo de 1997, ficará condicionada ao resultado da avaliação (Convênio nº 18/96 – Curso de Bacharelado em Ciência da Computação).

O então item 2 da Cláusula Segunda refere-se as obrigações da Prefeitura quanto: a contratar professores e técnicos necessários ao funcionamento do curso; a assegurar que disciplinas de suporte fossem oferecidas (Cálculo I, Geometria Analítica e Álgebra Linear, Calculo II, Calculo Numérico, Probabilidade e Estatística, Física e Letras); a responsabilizar-se pelo pagamento de gratificação do Coordenador de Curso; a responsabilizar-se pela construção das instalações físicas e pelo equipamento do laboratório de informática. De acordo com o DEI a construção e instalação do laboratório deveria obedecer a um Termo de Compromisso em anexo ao Convênio que veio a fazer parte do mesmo; a aquisição de uma bibliografia de 100 livros e assinatura de periódicos de acordo com lista do DEI. Essa bibliografia inicial deveria ser especifica da área de Ciência da Computação; e pagar professores substitutos caso fosse necessário.

Com efeito, a implantação do Curso Ciência da computação ocorreu na medida que tais condições foram estabelecidas no Termo de Convênio e, ainda em anexo, um Termo de Compromisso. Em relação a tais condições, no convênio, alínea b, previu que até o mês de setembro de 1996 o curso estava sob avaliação referente ao cumprimento das exigências, então estabelecidas pelo DEI. Nesse sentido, por meio do Processo nº 23070. 003022/96-91, aos dias 19 de agosto de 1996, a Coordenadora do Curso de Ciências da Computação do CAC encaminhou a Pró-Reitoria de Graduação uma comunicação a respeito da Situação Atual do Curso de Ciências da Computação do CAC. Conforme o documento a Prefeitura não estava cumprindo com as determinações do Convênio e, dessa feita, buscou-se junto Pró-Reitoria de Graduação uma intermediação:

> Gostaria de vos fazer um apelo no sentido de envidar esforços junto ao Prefeito de Catalão no sentido de viabilizar o aproveitamento da disciplina **"Introdução à Ciência da Computação"**, que deveria ter tido sua parte prática iniciada no mês de abril, o que até hoje não foi possível devido aos reincidentes atrasos na entrega do laboratório (Universidade Federal de Goiás/Pró-Reitoria de Graduação. Processo 23070.003022/96-91).

Segundo documentos anexados nesse Processo (23070.003022/96-91) existiam outras demandas e isso implicava na não possibilidade de o curso permanecer no CAC. Frente tal possibilidade os alunos do curso fizeram uma carta ao Departamento de Estatística e Informática da UFG esclarecendo que o laboratório estava sendo concluído e, portanto:

> [...] Contamos com o apoio deste departamento para garantir o futuro de nosso curso, promovendo assim a reincidência do vestibular para o curso de Ciências da Computação no Campus de Catalão [...] (Carta dos alunos da primeira turma do Curso de Ciências da Computação do CAC – Ao Departamento de

Estatística e Informática da UFG. Catalão, 24 de setembro de 1996).

Enfim, embora com dificuldade em relação a Prefeitura estar cumprindo com o convênio o Curso de Ciências da Computação foi consolidado no CAC.

Circunscrito ao CAC havia entre o corpo docente um grupo que apoiou efetivamente a implantação do referido Curso, mas, um outro grupo de professores criticou veementemente a forma como esse último curso fora implantado. Primeiro, os convênios de implantação de cursos no CAC sempre foram isonômicos, e quando foi para se implantar o Curso d Ciência da Computação foi criado um convênio (Convênio nº 18/96) à parte e nele suas cláusulas denuncia um tratamento diferenciado em relação aos seis outros cursos do CAC.

Soma-se a isso o fato de que os demais cursos permaneciam funcionando com parcos recursos pedagógicos, carência de laboratórios, carência de salas de aulas etc, e nesse contexto, um curso recém implantado iniciava suas atividades em instalações novas e com maiores perspectivas pedagógicas. No bojo dessa polêmica um outro ponto para reflexões: Devido o Curso de Ciência da Computação ser um curso que se identifica mais aos interesses do capital que as licenciaturas houve um maior interesse do Poder Público Municipal em investir?

O contexto político do CAC a partir da segunda metade da década de 1990 teve como divisor de águas a explicitação de duas linhas políticas predominantes entre o corpo docente: uma firmando-se na idéia de que o Campus deveria manter uma política de ampliação do número de cursos, cujo entendimento é de que essa seria uma forma de construir a consolidação do CAC e, em especial, contribuiria na mudança do seu tipo de vínculo institucional com a UFG.

A outra linha política refuta tal proposição e defende a idéia de que o contexto institucional do Campus requer uma política de estruturação

acadêmica e administrativa no sentido de garantir uma organização qualitativa dos cursos já existentes, e também se criar uma política de carreira docente assegurando, assim, que aos docentes do Campus fossem estendidos os direitos institucionais do professor da UFG.

Dessa feita, as discussões entre as duas tendências foram conflituosas tanto na Congregação Docente, quanto nas Assembléias da ADCAC. Nesse cenário a relação com a Direção também foi se norteando pela afinidade de idéias de um grupo que apoiava a direção, ou seja, a partir de 1995 a posição da Direção foi no sentido de ampliar o número de cursos no CAC, posto isso, o grupo de professores que defendiam tal idéia assumiram junto com a Direção a luta pela implantação do Curso de Ciência da Computação.

Constatamos que entre os anos 1995 e 1998 quando internamente estavam postas tais divergências políticas foi praticamente suspensa a Congregação Docente. Sobre isso avalia o professor Cláudio Lopes Maia:

> [...] ela teve seu fim, e eu considero que seu fim foi tramado politicamente, tanto pelo Diretor de plantão, que estava naquele momento porque via nessa Congregação o momento, a impossibilidade de realizar seus projetos pessoais dentro do Campus e foi tramado pela Reitoria de plantão, eu me lembro que a Diretora era a Elza [...]. Considero que foi um ato intencional porque, primeiro: o que representa uma Unidade Acadêmica em Goiânia?

O professor Cláudio, através de sua memória reconstrói o passado no campus, representado e interpretando a partir de sua ótica de professor que naquele momento foi contra a política da direção:

> [...] O que eu estou dizendo é que aquele quadro especial de funcionamento da Congregação lhe dava poderes e lhe dava organizações que ela mesmo não queria ter, que era de ser um espaço de reivindicação. [...] uma realidade especifica que define a natureza do que podemos chamar de um ente jurídico,

o que significa que os espaços institucionais eles não são construídos pela ordem jurídica que o instala, mas pela dinâmica histórica do processo de construção dos indivíduos dentro desse espaço e pela própria característica desse espaço no seu momento histórico. É claro se amanhã surgir uma outra Congregação, ou amanhã retomar ela não vai ser a mesma que foi nesse período porque esse período tem o seu caráter especial que dá esse caráter especial a Congregação. Então volto a questão, considero então que foi um ato deliberativo por isso, porque ele não tem uma argumentação institucional que o sustente. Por que? Porque o que é a Congregação? O que é o nosso Conselho Diretor hoje? Um Mini-Consuni. Só que o Campus não é uma Universidade autônoma para ter um Consuni, ele é uma Unidade Acadêmica, então ele tem que ter uma Congregação. Na forma que está no Estatuto está errado o argumento. E olha, considero, que na época nós nem nos atentamos pra isso. Considero também que alguns grupos internos da Instituição adoraram o fim da Congregação porque era o momento de poder realizar projetos pessoais e direcionar projetos que tinham para esse Campus e achavam que eram os melhores e não os projetos que a Congregação caminhava. Porque como a Congregação era uma reunião de professores onde todos estavam obrigados a ir e onde todos debatiam e eram obrigados posicionar, muitas vezes esses grupos internos não tinham opção de poder construir a forma que queriam o Campus. Como eles se achavam donos do Campus e achavam nós é que aqui estamos desde sempre e aqui sabemos que é melhor para a Instituição, nós que moramos nessa cidade é que sabemos o que é melhor para a Instituição – eles achavam que precisava de um espaço onde essa política, onde esse debate político não fosse feito e aonde eles pudessem direcionar o futuro do Campus da maneira como queriam, e reunir com quem quisesse e poder debater com quem quisesse sem precisar de levar pra uma Congregação e discutir com uma Congregação, se posicionar politicamente e passar por votação e se expor e poder falar - Não conversar com o Prefeito, não vamos fazer uma greve –, não vamos fazer uma greve, a Congregação se posicionava, aí o cara saia frustrado com aquilo tudo. Quando a Reitoria vem e fala aquilo tudo: gente vai acabar com a Congregação, e a Diretora. até a Elza também vem vamos acabar com isso. Ela veio no sentido de dá um basta político a uma situação e de criar uma nova situação no Campus onde esses grupos pudessem mandar sem ter que depender desse tipo de Instituição. Isso tanto é verdade que você veja, o Conselho começou a existir sem uma função muito própria, sem um entendimento muito próprio, sem uma organização muito própria. O Conselho Pleno ele era uma entidade menor porque naquela questão a Congregação era uma entidade maior e ele era uma entidade menor. Ele ficava com uma função mais executiva do que a Congregação mesmo

> definia porque ele não existia politicamente quanto tal. Na verdade ele foi fortalecido artificialmente, você fortalece artificialmente de que forma? Acabando com o que era mais forte do que ele e quando você acabou com a Congregação você acabou com uma coisa que era mais forte do que o Conselho, pra dá existência ao Conselho, pra que ele existisse quanto tal. Se assim não fosse, porque então não se manteve as duas? [...] não existe mais o espaço que congregue todos os professores, existe o espaço de representação – e esse é o Conselho Diretor. [...] o Conselho Diretor não veio substituir a Congregação, ele veio esvaziar a Congregação, ele veio esvaziar o debate político do Campus [...] (Entrevista do Professor Cláudio Lopes Maia, 2003).

Um grande trunfo para quem escreve o passado, através das memórias, é explorar a riqueza das tensões contidas nas narrativas e perceber que os sujeitos representam e interpretam seu passado, tendo como mediador não só o presente, mas principalmente como atuaram nesse passado e como justificam o mesmo. Assim vejamos a memória da professora Elza, que naquele momento foi diretora do campus, e que tem outra leitura daquela realidade. Nesse período (1995) a professora Elza Staciarini procurou reestruturar no Regimento Interno do Campus que, segundo a professora:

> [...] foi extinto o Conselho Pleno e foi criado o Conselho Diretor. [...] Esse Conselho Diretor ele passou a ter uma função que, apesar de que agente ainda fazia reunião de Congregação, mas ela não eram tão freqüentes mais, eu não sei qual era a freqüência com que se fazia anteriormente, mas elas não eram freqüentes. E uma coisa que eu tentei fazer ai foi separar realmente a Instituição do Sindicato, não bater de frente, não é isso, mas separar, o papel do sindicato é um, o papel da Instituição é outro. E o que eu percebia muito era uma confusão de competências, isso eu percebia muito. Quer dizer, quando se fazia uma reunião de Congregação, ela acabava virando uma reunião do sindicato. Quando se fazia uma reunião do sindicato os professores acabavam deliberando coisas que eram institucionais. Então o que agente procurou fazer no Regimento foi exatamente isso: representante de todo segmento, e esse Conselho Diretor tinha o poder de deliberação. E foi ai que realmente o Campus começou os processos, eles andavam, eles eram distribuídos, as pessoas tinham tempo para dar parecer, chegava no Conselho, então ele tinha um tramite que todo deve ter, seja processo de aluno

> e de professor [...]. Uma outra coisa que nessa época – 1995/1996 - agente conseguiu Dedicação Exclusiva pra quem quis no Campus, praticamente pra todos professores, a Prefeitura foi cedendo por etapas, mas praticamente conseguiu pra todos professores que quiseram e que estavam dentro dos critérios estabelecidos. Esses critérios foram também estabelecidos por comissões, apesar de ter o Conselho Diretor se fazia comissões pra estabelecer critérios de pesquisa, de Dedicação Exclusiva, de projeto de extensão. Então a reunião de Congregação acabou que não tinha muito mais o efeito de três, quatro ou dez anos atrás. E quando havia um assunto mais importante ou que precisasse da anuência de todos ai sim, se convocava a Congregação.

A gestão da professora Elza foi marcada por grandes mudanças na estrutura física. As mudanças nas instalações físicas foram desde a desativação dos alojamentos, reorganização da cozinha no atendimento a funcionários do Campus como aos de Goiânia. Eram funcionários da UFG que trabalhavam na reforma do CAC, conforme já explicitamos, foi concluída em novembro do mesmo ano. A partir daí não foi mais ativado.

> [...] 1995 quando eu fui pra lá. E aí já também com problemas porque a intenção da Universidade assim de algum tempo era ir desativando o alojamento e na época quando agente conversou e lutou pra isso, para os professores ficarem era exatamente nesse sentido, que aos poucos as pessoas iam se organizando na cidade,tudo, tanto que na época, quando eu mais o Braz lutamos na Pró-Reitoria, na Reitoria pra que os professores ficassem, eles deram um prazo: o professor poderia ficar lá dois meses até se organizar na cidade, depois ia cedendo, porque se o quadro vai aumentando demais e todo mundo fica no Campus, realmente não tem condição. Então em 1995 foi desativado o dormitório. Infelizmente fui eu que lutei por ele que tive a missão de acabar com ele. A cozinha ela não foi desativada pela Universidade não. A cozinha me parece, pelo que eu pude perceber, me parece que foram os próprios professores que foram desarticulando, e começou abrir **self-serve-se** ali perto, tudo, isso começou talvez facilitar a vida de cada um, me parece que foi isso. A questão da cozinha não teve, pelo menos assim, enquanto eu estava lá não teve assim uma imposição da Universidade, um pedido por parte da Reitoria, da Pró-Reitoria pra desativar não. Me parece que quando eu fui ela já estava assim já desativada. E ai na época

> eu até reativei a cozinha, mas para os operários da reforma lá e tudo, eles comiam lá, eles eram da Universidade, ficavam lá.

A respeito dos dormitórios/alojamentos dos professores, indagamos se em 1995, quando o mesmo foi desativado, havia muitos professores utilizando-se dessa forma de moradia no Campus e como eles reagiram a "imposição" da Reitoria da UFG e da Direção do Campus:

> Não tinha muitos não, [...] eu penso que tinha ainda uns doze professores e estava assim já inviável, pelo tanto que o Campus cresceu e precisando de sala de professor, precisando de local pra desenvolver as atividades acadêmicas, mesmo de administração, estava inviável mesmo a questão da moradia dos professores no Campus. [...] Como todo mundo que perde um beneficio, eles não reagiram bem não. Primeiro eles ficaram indignados, é claro que eles não foram retirados de uma hora pra outra, eles foram avisados, eles tiveram tempo pra procurar local e tudo. [...] Na época eles ficaram assim, alguns revoltados, indignados, me chamaram para uma conversa eu fui pra conversa, expus. Eles não conheciam a história, inclusive na reunião a professora falou assim pra mim, bom, historicamente isso aqui é o dormitório dos professores! Eu falei, não, historicamente isso aqui é a casa do Diretor. Ela foi construída pra isso. Então a questão do dormitório foi uma concessão, uma contingência que depois foi ficando. Se tivesse talvez feito como agente tinha combinado com a Universidade, quem vier, os novatos vão ficando aqui dois meses, três meses, e depois vão saindo, talvez não tivesse criado isso.

A partir das falas do professor Cláudio e da professora Elza Maria Stacciarini certificamos uma tensão e insatisfação no interior do Campus, pois as ações da Direção eram compreendidas, por alguns como politicamente desfavoráveis aos interesses e demandas do corpo docente, por exemplo, a desativação dos alojamentos. A respeito já citamos um trecho de Atas da ADCAC no qual os professores se colocaram em luta numa tentativa de reverter o processo, entretanto, a Reitoria, mediada pela Direção do CAC, desativou os alojamentos.

O professor Cláudio indica que as ações administrativas da, então Diretora do CAC professora Elza Maria Stacciarini (1995-1997), teve como eixo político esvaziar e extinguir a Congregação dos Docentes, haja vista que a mesma se constituía num espaço de amplas discussões acadêmicas e políticas no interior do Campus. Ele concluiu que essa política adotada pela Direção se, por um lado contrariou alguns professores, por outro, respondeu positivamente ao grupo de professores que apoiou tais medidas administrativas.

Quanto à professora Elza avaliou que a conjuntura do CAC a partir dos anos 1995 exigia mudanças políticas, administrativas e infraestruturais. Segundo ela, foi preciso se estabelecer o divisor de águas entre o que era o espaço político de foro institucional e o de foro sindical.

Nesse contexto acadêmico permeado por controvérsias no campo epistemológico e no campo político-ideológico tem se construído uma história universitária que, entre 1986 e 1996 foram dez anos de assentamento de tijolos num processo incessante de produção acadêmica. Entre os pares se debatia sobre qual o melhor projeto de universidade, numa luta comum pela construção de uma instituição universitária que seja pública e federal.

Posto isto, as estatísticas[51] revelam que no vestibular para o CAC de 1995 para 1996 houve um aumento de 59% de inscritos e de 37,98% de 1996 para 1997. Segundo análise do Relatório:

> [...]Tal fato é atribuído, principalmente, à instalação do Curso de Ciência da Computação e à ampla divulgação realizadas no âmbito das escolas de 2° grau, sobre o concurso vestibular. Já em 1997 o número de inscrições ao vestibular de 1998 registra uma pequena queda de 3,7%, que pode ser atribuída às dificuldades enfrentadas na renovação do Convênio com a Prefeitura (Universidade Federal de Goiás/Pró-Reitoria de Graduação/ Campus Avançado de Catalão – Relatório CAC/UFG 95/97. dezembro/1997, p. 07).

[51] Universidade Federal de Goiás/Pró-Reitoria de Graduação/ Campus Avançado de Catalão – Relatório CAC/UFG 95/97. Dezembro/1997.

Analisamos anteriormente que o processo de implantação do Curso Ciência da Computação envolveu a sociedade civil catalana, nesse sentido, as discussões se estenderam aos espaços escolares além da Maçonaria, Rotary Club, programas de rádio etc o que pode ter influenciado no grau de expectativa dos jovens da cidade e dos municípios vizinhos.

Não obstante o ano de 1997 foi marcado por dificuldade políticas no âmbito da relação CAC e Prefeitura local. O motivo: em 1997 iniciou o mandato na Prefeitura o Sr. Euripedes Pereira e se colocou reticente em assinar o Convênio com a UFG o que sinalizou para o fim da parceria UFG e PMC, ou seja, a proposta dele foi no sentido de acabar com o Convênio. Essa posição do então Prefeito Euripedes Pereira atingiu a comunidade acadêmica do Campus, a UFG e as famílias dos alunos do CAC, pois, naquele período o CAC estava com uma média de mil alunos matriculados.

Nesse período no CAC foi organizado pela ADCAC um Fórum em defesa do CAC com a participação dos docentes, alunos e funcionários e com representações civis tais como: Representante da Direção do CAC, Representante do Diretório Acadêmico, Promotor Público do Município, de um Deputado Estadual natural de Catalão (Adib Elias[52]) e do Presidente da Câmara Municipal de Catalão. Uma das questões em pauta era a Nova LDBEN que estava em 1997 em processo de implementação e dos pontos polêmicos:

> [...] É que a lei prevê o aumento dos encargos do município com o ensino fundamental e pode trazer dificuldades futuras para que a Prefeitura continue mantendo a atual estrutura da instituição e renove o convênio entre município e universidade (O Popular – 10 de julho de 1997).

Embora a comunidade acadêmica do CAC reconheça que dos sete cursos do Campus seis são da área de formação de professores e, nesse sentido, o Campus cumpre uma função social relevante na formação e qualificação dos profissionais da Educação Básica, naquele período, propôs

[52] Eleito a Prefeito do Município de Catalão para o mandato de 2000 a 2004 e, nas eleições municipais de 2004 foi reeleito para o mandato de 2005 a 2008.

discutir os prós e contras desse convênio por entender o valor político e sócio-educacional dessa temática, e também, em função do Poder Público Municipal insistir com a idéia de que o CAC representa ônus e não investimento para a Prefeitura.

Mas, um outro ponto em pauta é suscitador de esperança e de convergências políticas, qual seja, a federalização do CAC. O fórum tem repercussão inclusive na imprensa:

> A principal finalidade do fórum será envolver a comunidade e representantes políticos da região na criação de vagas para professores de ensino superior junto ao MEC destinadas ao Campus, que abririam caminho para sua federalização [...] (Jornal O Popular – 10 de julho de 1997).

No entanto, a criação do Fórum e as possibilidades em torno da denominada federalização do CAC não sensibilizaram politicamente o Prefeito que manteve a proposta em não dar continuidade à parceria UFG e PMC, ou seja, optava pelo fechamento do CAC.

Outro problema inusitado na administração do Prefeito Eurípedes Pereira foi o atraso no pagamento dos funcionários municipais, inclusive dos professores do CAC. Desde a assinatura do primeiro convênio até aquele momento o pagamento nunca havia atrasado. Esse foi um problema até então desconhecido pelos professores do CAC que ficaram 4 meses sem receber seus salários, e agora teriam que usar a greve como instrumento de luta para enfrentar a Prefeitura de Catalão e não a UFG ou o governo federal.

Frente a essa nova realidade os docentes do CAC iniciaram uma mobilização no mês de julho de 1997. Vejamos Num trecho do manifesto da ADCAC, algumas reivindicações dos professores nesse movimento:

> Dia 08 de Julho: Paralisação no Campus de Catalão
>
> A existência do Campus está ameaçada.

> Desde o final de 1996 a biblioteca não recebe livros. Os professores não têm pedidos de Dedicação Exclusiva (D.E.) atendidos. Ao contrário, aqueles que se encontram em licença para pós-graduação tiveram suas D.E.'s retiradas arbitrariamente pela Prefeitura no mês de março.
> Os alunos sem professores até o mês de abril, correndo o risco de reprovação, situação que foi paliativamente solucionada com contratação de professores substitutos. Além disso, faltam carteiras, salas de aula, anfiteatro e laboratórios.
> O Campus "morre" de inanição e a Prefeitura aumenta o número de bolas para o CESUC, incentivando o ensino pago em detrimento do ensino público e gratuito.
> Como se não bastassem todas essas arbitrariedades e descasos da Prefeitura, os funcionários do município não estão recebendo seus salários no inicio do mês. São famílias passando necessidades, pelo atraso dos salários, só porque a Prefeitura usa o dinheiro público, para pagar primeiro as empreiteiras e comprar máquinas.
> Assembléia dos Professores do Campus de Catalão, frente a essa situação, aprovou um dia de paralisação, já que a Prefeitura se nega a discutir esta realidade. O momento pede uma atitude mais contundente (Manifesto da ADCAC, julho de 1997).

Problemas como: não contratação de professores, a não compra de livros para a biblioteca, não concessão de D.E's aos professores, os atrasos nos pagamentos etc, foram motivos prementes a realização de uma reunião da ADCAC com o Prefeito no dia 02 de abril de 1997 e, por volta de um mês, aos 16 de junho de 1997 por meio do Oficio nº 021/97, o sindicato (ADCAC) encaminhou a Prefeitura uma pauta de reivindicação. Todavia, como a Prefeitura não respondeu ao convite para negociações, o sindicato novamente encaminha aos 07 de agosto de 1997 o Oficio nº 0038/97 indicando a possibilidade de greve e com a seguinte pauta de reivindicações:

> - Assinatura imediata da minuta de convênio elaborada pelos professores do Campus de Catalão;
> - Repasse das verbas para compra de livros para a biblioteca, inclusive as verbas em atraso;
> - Instalação imediata do laboratório de computação;
> - Concessão de Dedicação Exclusiva para professores interessados e atendimento imediato aos 21 (vinte e um) processos de pedidos já encaminhados;

> - Concurso público para as vagas existentes, no quadro docente, até outubro de 1997;
> - Reformulação do regimento do IPASC;
> - Reformulação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Catalão;
> - Pagamento imediato dos salários atrasados e cumprimento da Lei Orgânica do Município (art. 126), que estabelece o pagamento dos funcionários municipais até o 05 (cinco) de cada mês.
>
> Na oportunidade solicitamos a V. Ex. uma audiência em caráter de urgência para negociação da pauta acima.
>
> Por fim, comunicamos que não havendo negociação imediata, deflagraremos greve a partir do dia 13 (treze) do corrente mês (ADCAC/Of. nº 0038/97 – Catalão, 07 de agosto de 1997).

Dessa feita, os docentes do CAC ficaram na expectativa de um entendimento entre a PMC e a Reitoria da UFG em relação à assinatura do convênio, mas o resultado dessa reunião não foi promissor, haja vista, que a proposta da Prefeitura era de renovar o convênio somente até dezembro de 1997 e realizar apenas mais um vestibular para os cursos oferecidos no CAC. Interessante a contradição de tal impasse, pois se realmente a proposta era de o convênio ser renovado apenas até encerrar o ano letivo de 1997 – até dezembro, por que então a proposta da Prefeitura de se realizar mais um concurso vestibular para os cursos do Campus?

3.4. A Greve de 1997 – um marco na luta institucional

Nesse cenário tem-se o inicio da greve de 1997. Vejamos para ilustrar um trecho do documento a seguir:

> Greve por tempo indeterminado a partir de hoje. A decisão foi tomada ontem em assembléia geral dos professores da Adcac-Ssind do Campus de Catalão da \universidade Federal de Goiás, diante da possibilidade de extinção daquela Instituição Pública de Ensino Superior, pela não renovação do Convênio entre a Prefeitura Municipal e a UFG – que garante a manutenção do Campus Avançado. Nesta tarde, cerca de mil professores e estudantes (que também decidiram pela greve)

> fizeram uma passeata em Catalão pedindo apoio da população ao movimento.
> [...] **Inchaço da máquina** – A manutenção do campus avançado de Catalão custa aos cofres municipais R$ 100 mil reais mensais, informou a 2ª vice-presidente Regional Planalto, Eliane Martins de Freitas. A arrecadação do município, segundo levantamento dos dois vereadores da oposição (do PT e PC-do B), foi de 7,2 milhões no período de janeiro a maio de 1997.
> Deve à contratação em massa dos cabos eleitorais de Euripedes Pereira.
> Os parlamentares destacam, contudo que o número de cargos comissionados não efetivos saltou de 75 – até dezembro de 1996 – para 295, entre janeiro e maio de 1997. O valor do custo excedente mensal da atual administração em relação à anterior é, ainda de acordo com o levantamento, de R$ 144.130,72. Os opositores ao prefeito afirmam que isso se deve à contratação em massa dos cabos eleitorais de Euripedes Pereira (Agencia de Noticias/ ANDES – quarta feira, 13 de maio de 1997).

Essa greve foi deflagrada porque o Prefeito Euripedes Pereira logo no início de seu mandato se mostrou avesso a manter o convênio entre UFG e PMC e, também, adotou em sua administração o atraso de pagamentos ao funcionalismo público municipal. Em relação ao CAC o argumento dessa administração era de que o município não tinha arrecadação suficiente para mante-lo, não obstante, os dois parlamentares[53] da Câmara Municipal de Catalão demonstraram que os gastos que oneravam a Prefeitura não eram a folha de pagamento dos professores do CAC, mas dos cargos comissionados então contratados pelo Prefeito Eurípedes Pereira Ferreira.

[53] Um dos parlamentares é o Professor Marcelo Rodrigues Mendonça, então professor do Curso de Geografia do CAC, eleito vereador pelo PC do B nas eleições municipais de 1996.

Figura 10: Passeata da greve dos professores e estudantes do CAC/UFG com apoio dos Estudantes Secundaristas, no ano de 1997. Fonte: Arquivo Profº Marcelo Rodrigues Mendonça.

Porquanto, direção, professores, funcionários e alunos do CAC, assim como as famílias dos respectivos estudantes, enfim, a sociedade catalana, conheceu uma administração que não só deu mostras de que poderia de fato romper com uma trajetória de ensino superior público federal, como também colocou a Prefeitura de Catalão num caos até então desconhecido na história pública do Município.

O professor do Curso do Curso de História da UFG/Goiânia, também filho de família tradicional do Município de Catalão, Dr. Nasr Fayad Chaul, atento aos fatos políticos e educacionais de sua cidade se colocou indignado com os rumos que a administração do Sr. Euripedes Pereira estava tomando, haja vista que, segundo ele:

> [...] Hoje temos uma prefeitura totalmente insensível para com a educação de terceiro grau, que se recusa a assinar a

> continuidade do convênio que mantêm com a UFG, com base no argumento de que a prefeitura gasta 11% de seu orçamento com pessoal no pagamento dos professores e que a mesma prefeitura não intercede em nada na escolha e seleção destes professores. Esse argumento advém do mesmo prefeito que, quando deputado, acompanhando a comitiva da sociedade catalana, solicitava ao reitor da UFG a criação de um curso de Ciência da Computação no Campus de Catalão, alegando que, "se preciso fosse, retiraria do próprio bolso cerca de R$ 20 mil para pagar os professores". Puro proselitismo político. Não precisou desembolsar um centavo. O curso foi implantado e hoje padece nas contas do ex-deputado e agora prefeito (Jornal O Popular. Goiânia sábado, 16 de agosto de 1997. Artigo: O Campus sagrado de Catalão).

De fato o Prefeito Euripedes Pereira Ferreira escancarou uma prática política muitas vezes dissimulada em outras gestões, qual seja, que em fase de discussão até se decidir pela implantação de um dado curso o Prefeito e parlamentares sempre se colocaram dispostos a cumprirem com as exigências feitas pelos Departamentos dos respectivos cursos, entretanto, passado essa fase e já em processo de funcionamento do curso no Campus, o diálogo com tais representações políticas, seja com o Poder Executivo ou com o Legislativo, têm outra conotação – tendem criar dificuldades no cumprimento das cláusulas do convênio, inclusive em pontos básicos para o funcionamento de um curso como a compra de livros para a biblioteca.

Outrossim, o historiador Nasr Fayad Chaul chamou atenção para um outro aspecto dessa administração, vejamos:

> O que quer de fato a administração do Sr. Euripedes Pereira, alcunhado de Euripedes Três Ranchos, dirigente de uma cidade? Por que razões educacionais a prefeitura quer participar da escolha dos professores de terceiro grau, já que a idoneidade da UFG para isso nunca foi questionada? A tentativa pode nos levar a pensar que injunções políticas se arvoram na sanha tradicional dos currais eleitorais tão desejados políticos arcaicos. Não faz parte dos preceitos básicos de cidadania e educação do povo catalano tal permissividade. Se não for assim, qual a razão Financeira? Ora, o que um campus representa para uma região, o significado que tem até mesmo na escolha de um local para

> receber uma fábrica de automóveis, quando se leva em conta a perspectiva de ascensão das bases educacionais do lugar? As vantagens que um Campus traz são infinitas vezes maiores do que o gasto com a educação – que não é de fato gasto, mas investimento [...] (Jornal O Popular. Goiânia sábado, 16 de agosto de 1997. Artigo: O Campus sagrado de Catalão).

Posto isto, esteve em debate a parceria entre a Prefeitura local e a UFG sob a qual se estruturou no Município uma Instituição Federal de Ensino Superior – CAC/UFG, outrossim, se discutiu a natureza social, organizativa e burocrática da Instituição e, também, no que tange ao desenvolvimento urbano industrial do Município, o valor sócio-educacional e político-econômico que o CAC/UFG representa para a cidade.

Em resposta a greve o Prefeito afirmou que dos 1.010 alunos matriculados no Campus menos de 300 eram da cidade, nesse sentido, a Prefeitura estava arcando com despesas do Campus, mas, a maior parte dos estudantes era de outros municípios e não de Catalão. Disse ele que para os estudantes de Catalão ele pagaria seus estudos no CESUC (Centro de Ensino Superior de Catalão), ou seja, manteria esses alunos em uma instituição privada. Certamente essa é uma questão polêmica, haja vista que seria a Prefeitura a realizar investimentos públicos em instituições privadas, práticas já adotadas por outras prefeituras[54].

Mas, segundo a professora Eliane Martins Freitas o referido Prefeito parecia não conhecer de fato o número de alunos do CAC residentes na cidade, nesses termos avaliou:

> Parece que o Prefeito desconhece que, dos 1010 alunos hoje matriculados nos sete cursos de graduação oferecidos no Campus, 767, ou, seja 76% do total, residem em Catalão. Se fosse pagar para todos esses alunos estudarem no CESUC, gastaria mais de 100 mil reais por mês. Isto é mais do que é gasto no campus com a folha de pagamento e outros encargos. (Jornal O popular. Goiânia, 18 agosto de 1997).

---

[54] Sobre esse assunto conferir em: DOURADO, Luiz Fernandes. A interiorização do ensino superior e a privatização do público. Goiânia: UFG, 2001.

Essa é uma variável interessante se considerarmos que a consolidação do CAC pode estar influenciando na organização urbana do Município, ou seja, os jovens de outras cidades então matriculados nos cursos do Campus tem optado por morar em Catalão? Com certeza que existem alunos naturais de Catalão e os de outras cidades que passaram a fixar residência no Município, ainda que seja temporária. Sem querer alongar mais nessa questão e bom destacar que atender aos outros municípios sempre fez parte do Programa de Interiorização da UFG e, portanto do CAC, como vimos no primeiro capítulo.

Por fim, aos 28 de agosto de 1997 a greve dos professores do CAC chegou ao fim. Embora os salários ainda dependessem de obedecer a um cronograma até ser atualizado, os professores avaliaram que houve conquistas e uma delas foi ter renovado a assinatura do convênio aos 26 de agosto do mesmo ano.

Também os professores conseguiram uma audiência com o Ministro da Educação e do Desporto Paulo Renato de Souza no intento de se conseguir a criação de vagas para o CAC e "A UFG comprometeu-se, no convênio, a solicitar a criação das 150 vagas reivindicadas pelos docentes" (Agencia de Noticias – ANDES. Sexta feira, 29 de agosto de 1997).

Nesse sentido, o desfecho da greve passou pela discussão de criação de vagas para o CAC/UFG e, sobretudo, o sindicato dos professores do Campus – ADCAC – se consolidou como entidade representativa dos professores frente à Universidade Federal de Goiás, Poder Público Municipal de Catalão e sociedade civil de Catalão.

Dessa feita, aos 15 de outubro de 1997, por meio do Of/Gab/N° 1149/97, foi encaminhado pelo Reitor da Universidade Federal de Goiás, prof. Ary Monteiro do Espírito Santo, ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, prof. Paulo Renato de Souza, o Projeto de Consolidação dos **Campi** da UFG. O respectivo projeto faz um histórico acerca da criação, expansão e organização da UFG no âmbito de sua produção no ensino, pesquisa e extensão. O mesmo histórico foi feito em relação aos seus **Campi** (CAC, CAJ,

Campus da Cidade de Goiás, Campus da Cidade de Rialma, e os **Campi** Avançados de Firminópolis e Porto Nacional).

Com esse projeto a Reitoria da UFG e a comunidade acadêmica dos **Campi** assim pontuaram:

> [...] Assim, entendendo que este processo de interiorização já realizado, não pode ser desmantelado, o que se impõe de imediato para consolidação desses *Campi* é a **criação de novas vagas** tanto para docentes quanto para servidores técnico administrativos para a UFG "absorver" o quantitativo de pessoal ora em atuação nos *Campi* (Universidade Federal de Goiás – Projeto de consolidação do Campi da UFG – outubro/ 1997, p. 27).

A UFG a partir de então passou a buscar junto ao MEC vagas no intuito de consolidar nos cursos dos *Campi* Avançados (Jataí, Catalão, Rialma e Goiás) um quadro de professores federais. Com tal perspectiva em maio de 1998 a Reitora da UFG, profª Drª Milca Severino Pereira, encaminhou ao Secretário de Ensino Superior do MEC (SESu/MEC), prof. Abílio Afonso Baeta Neves, o Of. nº 304/GAB/UFG no qual expôs que as atividades acadêmicas dos **Campi** Avançados da UFG são exercidas por professores pertencentes as Prefeituras correspondentes e não ao quadro federal. E que os respectivos Prefeitos têm reivindicado que a UFG assuma o quadro de professores, posto isso, a Reitoria então solicita:

> [...] 4. Consoante modelo de alocação de vagas. esta Universidade deverá receber 188 vagas, das quais 51 já foram liberadas. No momento, possuímos 149 professores substitutos em Goiânia, 80 professores contratados pela Prefeitura de Jataí, 98 pela de Catalão, 7 pela de Rialma e, aproximadamente, 10 pela de Goiás. Esse quadro, então, demonstra uma necessidade de 344 vagas e, somente para substituírem os contratos realizados pelas prefeituras municipais, 195.
> 5. Entretanto, as vagas liberadas pelo modelo apenas se destinam às necessidades da Universidade Federal de Goiás em Goiânia. Assim sendo, solicitamos estudos no sentido do MEC assumir o quadro de professores dos *Campi* Avançados,

> mediante a liberação de vagas especificas para esses *Campi*. Enaltecemos, também, que essa situação, no contexto das Instituições Federais de Ensino Superior, é singular, merecendo atenção especial na análise da questão (Oficio N° 304/GAB/UFG. Goiânia, 11 de maio de 1998).

Aos 31 julho de 1998 a Reitoria também, nesses mesmos termos, encaminhou o Oficio n° 501/GAB/UFG ao professor Dr. José Ivonildo do Rego, então Presidente da ANDIFES, e, também, aos 31 de agosto de 1998 Ofício N° 593/GAB/UFG ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, Prof° Dr. Paulo Renato Souza e o Oficio N° 630/GAB/UFG ao Senador Marco Antônio de Oliveira Maciel.

Nesse sentido, a Reitoria da UFG assumiu a demanda de vagas federais para os cursos dos Campi Avançados entendendo que essa seria a forma premente "para a solução desse crônico problema que, certamente passará pela liberação das vagas de reserva do MEC, para os Campi Avançados" ((Ofício N° 501/GAB/UFG. Goiânia, 27 de julho de 1998).

Nesse mesmo período, primeiro semestre de 1998, os professores do CAC estavam em de greve, pois, seus salários ainda estavam atrasados. No ano anterior, quando sindicato dos professores do CAC (ADCAC) e Prefeitura local negociaram o fim da greve (28 de agosto de 1997) foi acordado que a Prefeitura estaria colocando em dia a folha de pagamento de todo funcionalismo público municipal, no entanto, em 1998 o ano letivo já havia começado e tal acordo não estava sendo cumprido, nesse sentido:

> [...] Soube-se então, que não foi por falta de dinheiro que a Prefeitura deixou de pagar os professores e o restante do funcionalismo público municipal, pois ela havia recebido cerca de R$600.000,00 referentes a uma parcela do empréstimos feito no mês de março. Tal quantia, ao que parece, destinou-se apenas ao pagamento dos fornecedores e à quitação da última parcela do empréstimo contraído ainda no ano passado.
> Diante desse quadro, os professores concluíram que a Prefeitura só paga suas dívidas sob pressão e aprovaram ESTADO DE GREVE, com indicativo para o 08 de abril. O

> movimento é por tempo indeterminado, até que a Prefeitura atenda as reivindicações já protocoladas no dia 02 de abril, pela manhã. Por ofício, a ADCAC solicitou audiência com o Executivo Municipal para discutir a situação (Boletim Informativo – ADCAC – Ano i – N° 02 – Abril – 1998, p. 01).

Com efeito, no primeiro semestre de 1998 os professores do CAC estiveram em greve, sendo que em junho, depois de um acordo firmado com o Poder Executivo Municipal, a greve foi encerrada. Um acidente fatal que foi o assassinato do então Prefeito Euripedes Pereira fez com que a Prefeitura passasse ao comando de sua Vice a Srª Maria Ângela Borges Mesquita, então esposa do ex-Prefeito de Catalão Dr. Aguinaldo Mesquita.

Posto isto, logo ao assumir o Cargo a então Prefeita Maria Ângela Borges Mesquita se reuniu com os representantes da ADCAC e dentre os pontos discutidos trataram sobre[55]: pagamentos atrasados, pagamento da GED, Dedicação Exclusiva, concursos de professores, e sobre as vagas federais.

A Prefeitura estava endividada e, nesses termos, avaliou a então Prefeita Maria Ângela Borges Mesquita:

> [...] assumimos com muita coragem, muita determinação, muita fé em Deus, sabendo que íamos enfrentar um período difícil, como realmente enfrentamos – para toda comunidade catalana, não foi só para o Campus de Catalão, não foi só para a UFG, foi para toda comunidade. Nós contávamos ai na época uma defasagem grande no nosso ICMS, onde no inicio do nosso mandato o nosso percentual era muito alto e já nessa época já havia caído bastante; contávamos também com uma dívida enorme com o nosso funcionário municipal e com nossos fornecedores, enfim, uma situação extremamente delicada, onde nos passamos messes só acertando, só tentando colocar a Prefeitura Municipal de Catalão nos trilhos. [...] Isso a partir do momento que eu assumi, nós contávamos com quatro folhas do nosso funcionário em atraso. E tivemos a felicidade de contar na época – o Governador Marconi Perilo era candidato ao Governo e na primeira vinda dele a Catalão, nós, passando pela UFG eu fiz um pedido a ele: que tinha

[55] Livro de Atas de reunião da ADCAC – 24 de junho de 1998. Reunião realizada aos 18 de agosto de 1998.

> certeza que ele seria eleito e que queria que ele nos ajudasse, não só na administração de Catalão que passava por um momento difícil quanto também no Campus. E ele fez essa promessa e cumpriu – porque foi o único período que a Prefeitura de Catalão teve a participação do Estado de Goiás com a doação de 100 (cem) mil reais mensais que ajudava na folha de pagamento do funcionário. E esse dinheiro até hoje ele existe na UFG porque ele foi transformado em obras onde o Governador priorizou duas grandes obras que é a construção do anfiteatro e da biblioteca (Entrevista da ex-Prefeita de Catalão, Srª Maria Ângela Borges Mesquita).

Ainda que o candidato ao Governo do Estado estivesse sinalizado positivamente com apoio financeiro tal apoio só seria possível depois de ele estar Governo do Estado. Dessa feita, por meio do of. nº 06/99 aos 22 de abril de 1999, os docentes do CAC reivindicaram da Prefeitura o cumprimento do Convênio e do acordo firmado no ano anterior (05 de junho de 1998) e, nesse sentido, estiveram em Estado de Greve e com indicativo de greve para 26 de abril de 1999. Enfim, a luta dos docentes do CAC no intuito de colocar o pagamento em dia, receber DE's, concessão de novas DE's etc, foi uma constante no ano de 1999.

A Reitoria, também pressionada pelos professores do CAC quanto há um maior compromisso em relação às demandas da instituição e de seu corpo docente, em 25 de janeiro de 1999 mediante o Oficio nº 0115/GAB/UFG solicitou ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto vagas para os **Campi** avançados e, também, ao SESu/MEC – Ofício nº 0116/GAB/UFG - fez a mesma solicitação. Todavia, até aquele período a UFG e **Campi** Avançados não tiveram resposta a respeito.

Não obstante, as questões circunscritas à relação CAC e Prefeitura Municipal de Catalão, então correspondentes às demandas da carreira docente e, conseqüentemente, a organização pedagógica e administrativa do CAC, houve conquistas, pois, a Prefeitura atualizou a lei que dispõe sobre cargos e salários de professores de ensino superior – Lei nº 1.701, de 30 de junho de 1998 – Autógrafo de Lei nº 1.759, de 19 de junho de 1999. A Lei regulamenta sobre a carreira docente nas categorias auxiliar,

assistente e adjunto, também regulamenta sobre a progressão vertical, o regime de dedicação exclusiva, sobre o ingresso na carreira do magistério superior, sobre licença remunerada aos professores que estiverem matriculados em programas de mestrado ou doutorado, sobre ajuda de custo de 25% ao professor que estiver matriculado em programa de mestrado ou doutorado, mas sem prejuízo de suas atividades didáticas junto ao CAC.

Na referida Lei há dois dispositivos que atenderam aos cargos então criados pelo Regimento Interno[56] do CAC:

> Art. 4° - Fica também autorizado, ao Poder Executivo, a efetuar o pagamento mensal de Gratificação aos Coordenadores de Cursos, Vice-Diretor, Coordenador de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Coordenador de Graduação, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) dos vencimentos salariais/proventos relativos a Categoria Adjunto 40 (quarenta) horas, nível IV, conforme inciso III, parágrafo 1° do artigo desta Lei.
> Art. 5° - Fica também autorizado, ao Chefe do Poder Executivo, a efetuar o pagamento de diárias para acudir despesas, bem como passagem rodoviária, com viagem de Catalão-Goiânia-Catalão dos Coordenadores de Cursos, Vice-Diretor, Coordenadores de Graduação e Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, em número de 7 (sete) mensais, no valor unitário de R$ 30.00 (trinta reais), disponíveis e cumulativas, mediante solicitação da direção do Campus.

Com efeito, o Regimento Interno do CAC regulamenta sobre as atividades administrativas e acadêmicas no Campus, no entanto, o pagamento de gratificação aos professores que ocupam os Cargos de Vice-Diretor, de Coordenação de Graduação e Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, só foi assumido pelo Poder Público Municipal a partir de junho de 1998. Mas um outro agravante é o fato de a UFG ainda não ter encontrado um dispositivo legal que possa fazer valer o reconhecimento jurídico do

[56] Nesse período, conforme o modelo de estrutura de Unidade Acadêmica do Estatuto da UFG, uma comissão foi constituída no Campus para trabalhar na reestruturação do Regimento Interno do CAC de 1992. Aos 19 de fevereiro de 1999, o então Egrégio Conselho Diretor do Campus de Catalão, conforme o parecer e Resolução CD n° 001/99, aprovou o Regimento Interno do CAC. Desde então o Regimento Interno do CAC foi encaminhado para a UFG aguardando Parecer do Conselho Universitário.

Regimento Interno do CAC em suas instâncias deliberativas, por exemplo, em sua Instância máxima que é o Conselho Universitário.

De acordo com o Regimento Interno do CAC, então reformulado desde 1999, o CAC já tem uma configuração acadêmica e administrativa equivalente a proposta de Unidade Acadêmica do Estatuto[57] da UFG. Obsta que a aprovação do Regimento Interno do CAC não depende unicamente em se ter uma proposta ou modelo a ser avaliado pelo Egrégio Conselho Universitário da UFG, mas, antecede a isso, uma vontade política por parte da Reitoria em encampar a proposta de o CAC deixar de ser juridicamente apenas um Campus do Interior que, segundo o Estatuto da UFG:

> Capítulo IV- Dos Órgãos Suplementares e dos Campi do Interior
>
> Art. 49. Os Órgãos Suplementares com atribuições técnicas, culturais, desportivas, recreativas, assistenciais e outras, fornecerão apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade.
> Art. 50. Os Campi do Interior desenvolverão atividades de ensino, pesquisa e extensão, no sentido de democratizar o acesso à Universidade i interiorizar a sua atuação.
> Art. 51. Os Órgãos suplementares e os Campi do Interior serão geridos por seus Diretores, que responderão administrativamente pelos mesmos.
> Parágrafo Único. Os Diretores serão designados pelo Reitor.
> Art. 52. Os Órgãos Suplementares e os Campi do Interior possuirão Conselhos Deliberativos ou Consultivos, na forma definida nos seus regimentos internos.
> Art. 53. A relação dos Órgãos Suplementares e dos Campi do Interior serão estabelecidos por resolução do Conselho Universitário (Universidade Federal de Goiás – Estatuto aprovado pelo Ministério da Educação e do Desporto, conforme Portaria nº 1.150, de 07 de novembro de 1996, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 1996).

[57] Universidade Federal de Goiás – Estatuto – Aprovado pelo Egrégio Conselho Nacional de Educação, em sessão realizadas no dia 08 de outubro de 1996, conforme Parecer CNE 86/96.
Aprovado pelo Ministério da Educação e do Desporto, conforme Portaria nº 1.150, 07 de novembro de 1996, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 1996.

E, mais, segundo o Regimento da UFG:

> Seção VI – Dos Campi do Interior
>
> Art. 54. Os Campi do Interior desenvolverão atividades de ensino, pesquisa e extensão, no sentido de democratizar o acesso à Universidade e interiorizar a sua atuação.
> Parágrafo Único. A estrutura e atribuições especificas de cada Campus do Interior serão definidas em Resolução do CONSUNI e em Regimento próprio (Universidade Federal de Goiás – Regimento – Aprovada pelos três Conselhos da UFG – 1996). v

De acordo com o Estatuto e Regimento da UFG a função social dos **Campi** do Interior é no sentido de possibilitar "democratizar o acesso a Universidade" e nos Campi do interior que ela possa "interiorizar a sua atuação". Mas, segundo temos analisado a comunidade acadêmica do CAC tem construído uma política acadêmica no sentido de o Campus vir a se configurar como Unidade Acadêmica da UFG ou se emancipar em relação a UFG e, nesse sentido, conseguir junto ao MEC se constituir em uma Instituição Federal de Ensino Superior em Catalão.

Considerando a proposta de o CAC passar de Campus do Interior a Unidade Acadêmica da UFG, tal perspectiva se esbarra com as cláusulas do Estatuto da UFG, pois assim dispõe:

> Capítulo III – Das Unidades Acadêmicas
>
> Art. 30. Para desenvolver as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão a Universidade se estruturará em Unidades Acadêmicas.
>
> Art. 31. A criação de uma Unidade Acadêmica exigirá a existência de pelo menos uma das exigências abaixo:
> a) um curso de graduação e um número mínimo de 20 (vinte) professores a ele vinculados diretamente;
> b) um curso de graduação e um programa de pós-graduação, stricto sensu, na mesma área de conhecimento;
> c) um programa de pós-graduação, stricto sensu, e um número de 20 (vinte) professores a ele vinculados diretamente;

> (Estatuto da UFG, aprovado pelo Ministério da Educação e do Desporto, conforme Portaria nº 1.150, de 07 de novembro de 1996, publicada no Diário Oficial da União de 08 de novembro de 1996: 17 - Capítulo III – Das Unidades Acadêmicas).
>
> Art. 34. Constituirão a unidade acadêmica:
> a) o Conselho Diretor;
> b) a Diretoria;
> c) a Coordenadoria dos Cursos de Graduação;
> d) a Coordenadoria dos Programas de pós-Graduaçaõ *stricto sensu;*
> e) os departamentos, quando houver a subdivisão permitida no artigo 32 e seus parágrafos.

Posto isso, dentre as três exigências do Art. 31 - alínea a, na íntegra, o CAC não tem em nenhum dos seus sete cursos um número mínimo de 20 professores federais. As alíneas b e a c referente a cursos de pós-graduação **stricto sensu** não há nenhum curso dessa natureza implantado no Campus, com efeito, como resolver esse impasse jurídico para que o CAC se constitua em Unidade Acadêmica da UFG?

Conforme já explicamos a política de interiorização da UFG em seu processo de implantação de cursos nos **Campi** Avançados criou em sua estrutura um quadro de professores municipais e não federais, dessa feita, vejamos o demonstrativo do quadro funcional do CAC entre os anos de 1998 e 2001:

QUADRO 03: QUADRO FUNCIONAL DO CAC – 1998 A 2001

Atividades	1998	1999	2000	2001
Docentes	90	93	98	98
Funcionários	21	21	22	21
Prestadores de serviços	10	10	13	13
Total	121	124	133	133

Fonte: Relatório de Gestão do CAC 1998/2003

Até o ano de 2001 todos os docentes do CAC pertenciam às chamadas vagas municipais, as quais são assim denominadas no sentido de diferenciar os docentes das denominadas vagas federais que veio, também,

constituir o corpo docente do CAC a partir do ano 2002. Posto isso, depois da existência de vagas federais em 2002, o quadro docente do CAC passou a se constituir com professores de vagas municipais e de vagas federais, vejamos o quadro abaixo:

QUADRO 04: COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA DO CAC 2002

Categorias	UFG	Prefeitura	Outros	Total
Docentes	25	84	-	109
Funcionários	08	12	15	35
Alunos	1.281	-	-	1.281
Total	1314	96	15	1425

Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão - Relatório de Gestão 1998/2003.

Mas, anterior a existência de um quadro docente federal, a comunidade acadêmica do CAC reivindicava da Reitoria que o mesmo fosse transformado em Unidade Acadêmica obsta que o Campus não tem uma estrutura acadêmica e administrativa correspondente ao que prevê o Estatuto da UFG. E, nesse contexto, ainda predomina nos sete cursos do CAC um corpo docente municipal e não federal, nesses termos, se a UFG não rever sua configuração estatutária dificilmente o CAC terá um outro espaço institucional que não seja **Campi** do Interior da UFG e, nesse sentido, permanece sob o poder direto da Reitoria.

Concernente ao Art. 34 que dispõe sobre a constituição das Unidades acadêmicas da UFG se comparado ao que prevê o Regimento Interno do CAC no titulo II - Da Estrutura Acadêmica e Administrativa do CAC, verifica-se que tem alguma proximidade com o que regulamenta o Estatuto da UFG para as Unidades Acadêmicas: Vejamos o que prevê o Regimento Interno do CAC:

> Art. 8. O Campus de Catalão se estrutura da seguinte forma:
>
> a) Assembléia Universitária
> b) Conselho Diretor

c) Diretoria (Diretor e Vice-Diretor)
d) Coordenadoria de Graduação
e) Coordenadoria de Pós-Graduação e Pesquisa
f) Coordenadoria de Extensão e Cultura
g) Coordenadoria de Cursos (uma para cada curso do CAC)
h) Câmara de Graduação
i) Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa
j) Câmara de Extensão e Cultura
l) Órgão Complementares

Mas, de acordo com o Estatuto da UFG, o que prevê esse art. 8 também se aproxima do Titulo II – Da Estrutura acadêmica e administrativa da UFG. Nesses termos, perguntamos: qual é de fato a perspectiva do CAC? Se constituir em Unidade Acadêmica da UFG ou se constituir em uma Universidade? Pois o seu Regimento tende tanto para a primeira possibilidade quanto para a segunda.

Quanto à possibilidade de o CAC ser uma Unidade Acadêmica da UFG e, nesse caso estruturar em suas dependências cursos de Pós-Graduação **stricto senso**, conferindo a tabela abaixo, as titulações do corpo docente do Campus em 1995 era o seguinte:

QUADRO 05: TITULAÇÃO DOS DOCENTES DO CAC EM 1995

Cursos	Doutores	Mestres	Especialistas	Graduados	Total
Ciência da Computação					
Educação Física			06	06	12
Geografia		03	03	10	16
História		04		05	09
Letras		03	04	04	11
Matemática		03	01	07	11
Pedagogia		02	06	12	20
Total		15	11	44	79

Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão – Relatório de Gestão 1995-1997

Verifica-se que em 1995 ainda não há no CAC nenhum professor com titulação em doutorado, mas, segundo dados do respectivo Relatório[58], nesse mesmo ano estavam 09 professores cursando Doutorado, 23 cursando Mestrado e 05 cursando Especialização e, dentre estes, 10 (dez) tinham bolsa do PICDT (Mestrado/Doutorado).

Dessa feita, o quadro abaixo referente ao ano de 1997 já apresenta mudanças significativas em relação à titulação, vamos conferir:

QUADRO 06: TITULAÇÃO DOS DOCENTES DO CAC EM 1997

Cursos	Doutores	Mestres	Especialistas	Graduados	Total
Ciência da Computação		02	02	01	05
Educação Física		01	07	05	13
Geografia		03	06	06	15
História		05	01	03	09
Letras		05	03	05	13
Matemática	01	06	02	03	12
Pedagogia		03	06	09	18
Total	01	25	27	31	84

Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão – Relatório de Gestão do CAC 1995-1997.

O que se constata é que o número de professores mestres quase duplicou em relação a 1995, e os de professores especialistas superou o dobro do existente em 1995. Permaneceu quase inexistente o número de professor doutor, mas 01 do Curso de Matemática fez a diferença quando o CAC completava dez anos de implantação do Curso de Matemática.

Nesses dados não estamos considerando a existência da rotatividade, embora a partir de 1996 houve uma tendência em diminuir o fluxo dos professores, todavia não trabalhamos com o número de professores que possam ter se exonerado do Campus e nem o número de professores que foram admitidos a partir de 1996, 1997 e os anos subseqüentes.

[58] Relatório do CAC/UFG 1995/1997.

Conseqüentemente, na medida que os docentes do CAC se qualificavam a produção no campo da pesquisa tendeu a crescer no Campus, pois verificamos que aos poucos a pesquisa se consolidava no CAC, vejamos os dados a seguir:

QUADRO 07: PROJETOS DE PESQUISAS DO CAC 1995-1997

Cursos	Doutores	Mestres	Especialistas	Graduados	Total
Ciência da Computação		02	02	01	05
Educação Física		01	07	05	13
Geografia		03	06	06	15
História		05	01	03	09
Letras		05	03	05	13
Matemática	01	06	02	03	12
Pedagogia		03	06	09	18
Total	01	25	27	31	84

Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão – Relatório de Gestão do CAC 1995-1997

Constatamos, assim, que em 1996 e 1997 houve uma quantidade maior de projetos de pesquisas então cadastrados na Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do CAC. Lembramos que o Curso de Ciência da Computação iniciou sua primeira turma em 1996, portanto, até 1997 ainda não há registros de atividades no campo da pesquisa.

QUADRO 08: DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTIFICA NAS ÁREAS DE HUMANAS E EXATAS DA UFG-CAC - 1995-1997

Ano	Inscrições	Bolsas Concedidas	Humanas	Exatas
1995	21	04	04	-
1996	25	06	04	02
1997	40	04	02	02

Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão – Relatório de Gestão do CAC 1995-1997

O programa de iniciação cientifica é financiado pelo CNPq e nele, em projetos desenvolvidos por professores orientadores, os alunos da graduação têm sua iniciação na pesquisa. Mas, entre 1995 e 1997 foram

poucos os projetos aprovados para atender aos professores e alunos do CAC, pois, as inscrições em 1995 foram de 21 projetos, em 1996, 25 projetos e, em 1997, 40 projetos, enquanto que a média de bolsas concedidas pelo programa foi de 04 distribuídas entre cinco cursos da área de humanas e um da área de exatas. Esses dados indicam que os alunos e corpo docente dos respectivos cursos do CAC tinham uma participação ínfima na distribuição das bolsas em relação ao conjunto dos docentes e alunos da UFG.

Doravante, corpo docente e discente do CAC também esteve atuante em outros programas da produção acadêmica[59] , tais como: CNPq/PIBIC, 04 bolsas; PROLICEN, 03 bolsas; Monitoria, 13; Bolsa de trabalho, 02; CAPES/Aperfeiçoamento, 19; e CAPES/Especialização, 05.

A tendência no CAC é de efetivar um corpo docente qualificado que, além de uma produção no campo da pesquisa também tem desenvolvido projetos de extensão. Nesse sentido, a tabela abaixo nos oferece um demonstrativo acerca dos projetos de extensão desenvolvidos no CAC entre 1995-1997:

QUADRO 09: PROJETOS DE EXTENSÃO DO CAC 1995-1997

Curso	1995	1996	1997
Ciência da Computação	-	-	03
Educação Física	08	15	07
Geografia	06	05	06
História	01	12	05
Letras	06	08	03
Matemática	02	-	03
Pedagogia	02	09	07
Total	25	49	34

Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão – Relatório do CAC/UFG 1995-1997

A inserção acadêmico-científica do CAC nos respectivos espaços da UFG é vista pela comunidade acadêmica do CAC/UFG de forma

[59] Esses dados foram fornecidos pelo Relatório do CAC/UFG 1995/1997.

controversa, pois: a concessão de bolsas PICDT aos professores em qualificação, assim como, a concessão de bolsas ao PROLICEN, aos projetos de iniciação cientifica, etc, se, por um lado, é compreendido como uma conquista, por outro, se avalia que tais concessões são irrisórias, haja vista que a UFG não faz investimentos no sentido de o CAC funcionar nas mesmas condições de suas Unidades, Faculdades, Institutos e Escolas.

A essa questão soma-se o fato de o Campus representar ganhos para a UFG na medida que todos projetos de pesquisa e de extensão, então desenvolvidos no CAC, são cadastrados na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pró-Reitoria de Extensão da UFG. Dessa feita, todas as atividades do CAC representam para a UFG saldo positivo junto ao MEC e aos Programas de Fomento a projetos de pesquisa e de extensão, tais como: CNPq, PIBIC, CAPES, PROLICEN, outros.

Posto isso, o então Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, no final de junho de 1999, anunciou na mídia que estaria adotando novos critérios para a distribuição dos recursos às Universidades, qual seja:

> [...] A nova matriz, como é chamada a fórmula que determina o valor dos repasses para cada instituição, leva em conta o número de alunos, o custo diferenciado dos cursos oferecidos e as atividades de pesquisa. São beneficiadas também as instituições que mantém cursos noturnos, funcionam em mais de um Campus ou estão localizadas na Amazônia Legal (Jornal O Popular. Goiânia, quinta-feira, 1° de julho de 1999).

Inferimos que a consolidação dos cursos no CAC perpassando pelo ensino, pesquisa e extensão, redunda em mais recursos do MEC para a UFG.

Mas, a história continua... a busca pela qualificação docente continuou e em 2002 o quadro já é outro e o CAC tem um quadro de professores proporcionalmente muito melhor qualificado do que muitas IES do Estado.

Vejamos o quadro a seguir:

QUADRO 10: TITULAÇÃO DOS DOCENTES DO CAC EM 2002

CURSOS	Doutores	Mestres	Especialistas	Graduados	Total
Ciência da Computação	01	03	03	01	08
Educação Física	-	10	01	02	13
Geografia	04	12	-	01	17
História	02	06	-	03	11
Letras	04	12	05	-	21
Matemática	02	11	01	01	15
Pedagogia	02	11	04	03	20
Total	14	61	19	11	105

Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão Campus de Catalão – Relatório de Gestão do CAC 1998/ 2003.

Constatamos que no ano 2002 houve uma inversão em relação ao número de professores graduados, especialistas, mestres e doutores, pois se em 1997 o grupo de professores graduados era o maior com 31, em 2002 são apenas 11 professores e o número de especialistas também caiu de 27 para 19. Os professores mestres que era de 25 em 1997, passou a 61 em 2002, e o de doutores que era apenas 01 em 1997, chegou ao patamar de 14 em 2002.

Segundo dados do Relatório de Gestão do CAC - 1998-2003, no Campus, em 2002, dentre os docentes graduados, especialistas e mestres muitos estavam matriculados em programas de mestrado e de doutorado. Observemos tabela abaixo:

QUADRO 11: DOCENTES DO CAC EM QUALIFICAÇÃO 2002

Curso	Especialização	Mestrado	Doutorado
Ciência da Computação	-	05	02
Educação Física	-	02	-
Geografia	-	01	09
História	-	04	04
Letras	-	03	05
Matemática	-	02	08
Pedagogia	-	05	06
Total	-	22	34

Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão – Campus de Catalão - Relatório de Gestão do CAC 1998-2003

Dessa feita, em 2002 os docentes do CAC estavam vinculados aos programas de Mestrado e Doutorado e não há referência de algum cursando pós-graduação *lato senso*. Conseqüentemente, considerando a trajetória de luta desses professores pela carreira docente universitária, estando com seus respectivos títulos, ensejam se engajar em projetos de pós-graduação *stricto senso*, nesse sentido, organizar no *CAC* a Pós-Graduação *stricto senso*.

Outrossim, uma outra tabela do relatório[60] revela que entre o período de 1998 a 2002 houve uma oscilação quantitativa para menos em relação aos projetos de pesquisas cadastrados na Coordenação de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do CAC, e que esse número teve uma redução significativa em 2002, qual seja: em 1998, 33 projetos; em 1999, 28 projetos; em 2000, 28 projetos, em 2001, 34 projetos; e em 2002, 19 projetos.

Inclusive, em relação aos projetos de extensão também se verifica uma tendência decrescente quanto ao número de projetos cadastrados no CAC, vejamos tabela abaixo:

[60] Campus de Catalão – Relatório de Gestão 1998-2003.

QUADRO 12: PROJETOS DE EXTENSÃO DO CAC – 1998-2002

CURSOS	1998	1999	2000	2001	2002
Ciência da Computação	04	12	17	-	-
Educação Física	12	09	24	05	-
Geografia	05	04	10	04	05
História	09	10	07	07	-
Letras	03	03	04	04	01
Matemática	09	12	14	08	01
Pedagogia	07	15	06	07	01
Total	49	65	82	35	08

Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão Campus de Catalão – Relatório de Gestão do CAC 1998/ 2003.

Os dados indicam que entre 1998 e 2000 o número de projetos de extensão cadastrados foi crescente e que a partir de 2001 houve uma redução superior a 50% e, no ano 2002 se resumiu a 08 projetos cadastrados no CAC.

Ora, de acordo com a tabela - Docentes do CAC em Qualificação 2002 -, um fator que pode ter interferido na diminuição dos projetos de extensão e de pesquisa é que muitos dos professores do CAC estavam matriculados[61] em programas de Mestrado e Doutorado. Outra variável a considerar é que em 2002 o corpo docente do CAC esteve sob a expectativa dos concursos das vagas federais[62].

Verificamos que entre 1995 e 2002 o número de alunos matriculados nos Cursos do CAC tendeu a crescer, vejamos a tabela abaixo:

[61] Tabela acima: Docentes do CAC em qualificação – 2002.
[62] Não somente os docentes do CAC como dos demais **Campi** do Interior da UFG onde existem os cursos de graduação.

QUADRO 13: NUMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO CAC DE 1995 ATÉ 2002

CURSO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO	-	19	39	51	68	81	76	80
EDUCAÇÃO FÍSICA	140	145	149	147	151	142	143	139
GEOGRAFIA LICENCIATURA	170	175	169	152	163	171	184	175
GEOGRAFIA BACHARELADO				08	10	15	18	29
HISTÓRIA	80	108	118	121	173	143	143	153
LETRAS	147	158	162	159	181	193	200	218
MATEMÁTICA	139	151	160	164	150	172	155	140
PEDAGOGIA	172	182	180	178	186	210	178	175
ESPECIALIZAÇÃO HISTÓRIA						42	28	32
ESPECIALIZAÇÃO ALFABETIZAÇÃO					40	93	40	80
ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO INFANTIL								25
ESPECIALIZAÇÃO GEOGRAFIA							18	12
ESPECIALIZAÇÃO MATEMÁTICA				06		20	21	21
TOTAL GERAL	848	938	977	986	1.122	1.282	1.204	1.279

Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão – Relatório de Gestão 1995/1997 e Relatório de Gestão do CAC 1998/ 2003.

Portanto, o que se confirma é o aumento do número de alunos, pois, em 1995 foram 848 alunos matriculados e, em 2002 esse número foi para 1279. Diante desses números podemos aludir que no Município de Catalão e Municípios circunvizinhos há uma demanda por cursos superiores, e até o ano 2002 não houve sinais de saturação de demanda pelos cursos oferecidos no CAC.

Na verdade, constatamos que a partir de 1998 os Cursos de Graduação do CAC passaram oferecer Cursos de Especializações em suas respectivas áreas - Matemática, Pedagogia, História e Geografia -, nesse sentido, o seu raio de produção foi se ampliando para Pós-Graduação lato-senso.

Temos ainda um demonstrativo do número de profissionais formados pelo CAC de 1989 a 2001:

QUADRO 14: PROFISSIONAIS FORMADOS PELO CAC -1989 ATÉ 2001

CURSO	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	TOTAL
CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO											06	13	10	29
EDUCAÇÃO FÍSICA					07	14	26	30	16	20	35	20	34	201
GEOGRAFIA LICENCIATURA	12	21	22	16	09	14	31	24	25	13	17	17	42	263
GEOGRAFIA BACHARELADO	-	06	08	04	02	-	-	09	-	02	02	01	05	39
HISTÓRIA							10	18	15	11	32	24	21	131
LETRAS	18	17	14	17	17	31	20	31	31	28	41	45	30	341
MATEMÁTICA	-	-	05	07	07	25	17	13	17	13	14	26	26	170
PEDAGOGIA	-	-	60	14	11	37	31	37	40	25	36	46	43	380
ESPECIALIZAÇÃO ALFABETIZAÇÃO												25	28	53
ESPECIALIZAÇÃO HISTÓRIA											18	21	29	68
ESPECIALIZAÇÃO MATEMÁTICA											06	03	03	12
TOTAL GERAL	30	44	109	58	53	122	135	162	144	111	207	241	271	1687

Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão – Relatório de Gestão do CAC - Abril de 1998 a Março de 2003.

Primeiramente temos que considerar que os cursos citados na tabela acima não foram implantados no mesmo período, portanto se verifica que em 1989 e 1990 apenas dois cursos com formatura: Licenciatura em Geografia e Licenciatura em Letras. A partir de 1990 também se formou a primeira turma do Bacharelado em Geografia. Esses dois cursos tiveram o seu primeiro concurso vestibular em 1986 e, portanto, foram os primeiros a ter turmas concluindo.

No ano de 1991 além dos Cursos de Geografia e de Letras, os Cursos de Pedagogia e de Matemática tiveram turmas se formando, portanto, esses dois últimos cursos já iniciaram no concurso vestibular de 1988. Em 1993 o Curso de Educação Física passa a integrar o quadro dos formandos, essa turma iniciou em 1990.

O Curso de História formou sua primeira turma em 1995 e, quanto ao Curso de Ciência da Computação sua primeira turma foi no concurso vestibular de 1996.

De acordo com a tabela acima, os primeiros cursos (Geografia, Letras, Pedagogia e Matemática) entre 1994 e 2001, assim como os demais tiveram uma tendência crescente em relação ao número de formandos. Não vamos aqui fazer uma comparação quanto ao número de alunos inscritos e aprovados no concurso vestibular da UFG para os cursos do CAC, e verificar dentre os aprovados o número dos matriculados para, assim, concluir quantos desse processo seletivo concluíram o curso respectivo.

Desse número de alunos que o CAC formou 40, em 2002, estão professores dos cursos do CAC, confira tabela abaixo:

QUADRO 15: PROFESSORES POR CURSO EX-ALUNOS DO CAC 2002

Cursos	Doutores	Mestres	Especialistas	Graduados	Total
Ciência da Computação				1	1
Educação Física			4	1	5
Geografia		8			8
História		1		2	3
Letras		6	2		8
Matemática		8	1	1	10
Pedagogia		2	3		5
Total		25	10	5	40

Fonte: Universidade Federal de Goiás/Campus Avançado de Catalão – Relatório de Gestão 1998/ 2003.

Com efeito, esses dados confirmam que o Campus é uma instituição social de ensino superior que além de responder ao mercado de trabalho no campo da formação também se configurou em espaço de profissionalização da carreira docente superior.

Os dados mostram que o CAC se consolidou na medida em que os cursos foram efetivamente implantados e gradativamente atendeu ao município de Catalão e cidades circunvizinhas, vejamos os dados a seguir:

QUADRO 16: CIDADES DE ORIGEM DOS ALUNOS DO CAC 1997

Cidade	Nº de alunos	Percentual(%)
CATALÃO	745	74,65
GOIANDIRA	50	50,1
IPAMERI	77	7,72
NOVA AURORA	10	1,00
OUVIDOR	16	1,60
TRÊS RANCHOS	11	1,10
CUMARI	22	2,20
CORUMBAÍBA	12	1,20
DAVINÓPLIS	06	0,60
CAMPO ALEGRE	14	1,40
PIRES DO RIO	11	1,10
ORIZONA	03	0,30
URUTAÍ	07	0,70
PIRES BELO	01	0,10
OUTROS MUNICIPIOS	13	1,30
TOTAL	998	100,00

Fonte: Relatório de Gestão CAC/UFG 1995/1997

Nos últimos anos tem se confirmado que a procura pelos cursos é crescente, inclusive com a solicitação de implantação de novos cursos, tais como: Biologia, Izootecnia ou Agronomia e Veterinária, Jornalismo, outros. Inclusive, alunos do próprio Campus enviam aos jornais cartas nos seguintes termos:

> CURSOS PARA O INTERIOR
>
> Estudante de Matemática, venho solicitar novos cursos para a UFG/Catalão. Há seis anos, estamos na expectativa da chegada dos cursos de Biologia e Zootecnia, mas o esforço das autoridades e dos professores não está sendo suficiente. Esses novos cursos além de oferecer novas oportunidades para os jovens, também vão garantir o desenvolvimento para a nossa região geoeconômica. Catalão tem aproximadamente 65 mil habitantes. A cidade continua crescendo e atende a cerca de 20 cidades vizinhas. O projeto está no papel há muito tempo. Por que será que ainda não foi concretizado? – Fabiana Tristão de Santana. Goiandira – Go. (Jornal O Popular. Goiânia, domingo, 27 de maio de 2001).

Figura 11: Faixa do Movimento Estudantil do CAC – Diretório Acadêmico dos Cursos de Catalão (DACC). Fonte: Arquivo: Prof. J. H. R. STACCIARINI, 2001

Nesse sentido, há indícios que na cidade de Catalão, assim como nas demais cidades da região sudeste, há um interesse explicito favorável à expansão do ensino superior. Qual seja, a política de interiorização de cursos da UFG e do CESUC em Catalão, da Universidade Católica de Goiás em Ipameri, da Universidade Estadual de Goiás em Ipameri e Pires do Rio, tenderam forjar nas famílias e jovens da região a expectativa de se cursar o ensino superior.

3.5. Um *Mix*: Poderes público: municipal, federal e estadual?

Temos analisado a trajetória institucional do CAC e o nosso entendimento é de que simultâneo a implantação de cursos esteve em processo

a organização acadêmica e administrativa do Campus. Com efeito, a comunidade acadêmica do Campus tendeu a construir uma luta política no sentido de o CAC se consolidar como espaço acadêmico e cientifico, mas também como força política no âmbito de sua relação com a Prefeitura Municipal e Universidade Federal de Goiás.

Não obstante, no ano 2000 a comunidade acadêmica do CAC esteve diante de uma outra situação política quando a Prefeitura Municipal de Catalão no mês de março de 2000 firmou o Convênio nº 017/2000 com o Estado de Goiás – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, mediantes as seguintes cláusulas:

> **Cláusula Primeira – DO OBJETO** – O presente Convênio tem por objeto a concessão de um auxilio financeiro ao **MUNICÍPIO,** destinado ao pagamento de professores do Campus Avançado de Catalão, vinculado à Prefeitura Municipal, conforme Plano de Trabalho e demais documentos constantes dos autos.
> Cláusula Segunda – **DOS RECURSOS E SUA DESTINAÇÃO** – Para efeito do disposto na cláusula anterior, o valor deste Convênio, perfaz-se-a em **R$ 1.320.000,00** (um milhão trezentos e vinte mil reais), sendo que o **ESTADO** concede ao **MUNICÍPIO**, um auxílio financeiro de R$ 1.2000,00 (um milhão e duzentos mil reais), sua contrapartida será de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) que serão aplicados de acordo com Plano de Trabalho e demais documentos constantes dos autos (Convênio nº 017/2000 – então celebrado entre Estado de Goiás – Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento).

Conforme já explicamos a então Prefeita do Município de Catalão, Srª Maria Ângela Borges Mesquita, no ano de 1998, época de campanha eleitoral aos Cargos Executivo e Legislativo de Estado, firmou um compromisso com o então candidato ao Governo do Estado pelo PSDB em que estando ele eleito estaria ajudando financeiramente aquela administração. Dessa feita, em março de 2000, o Srº Governador Marconi Ferreira Perillo Júnior celebrou o referido Convênio com a previsão de "até 31 de abril de

2001, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo" (Termo de Convenio nº 017/2000: 02).

A partir dessa parceria entre o Estado de Goiás e Prefeitura local tomou forma às conversações entre Governo de Estado e Reitoria da UFG no intuito de se conseguir junto ao MEC a alocação de vagas para a UFG, em especial alocação de vagas para os **Campi** avançados. Entre a Reitoria e o Governo estava em discussão a proposta de se implantar no Município de Palmeiras um Campus Avançado, inclusive, o Governador é natural desse Município.

Dessa feita, nesse período o Senhor Governador fez gestões[63] junto ao Senhor Presidente da República, na época do mesmo partido do então Governador Marconi Ferreira Perillo Júnior, para que o MEC considerasse as demandas da UFG ao disponibilizar a quantidade de vagas então requerida pela Reitoria daquela instituição. Posto isso, aos 27 de julho de 2000, o MEC por meio do Aviso nº 212/MEC/GM, fez suas considerações não promissoras e, mediante o Ofício nº 6.867/2000-GAB.SP, o Sr. Governador encaminhou tal documentação a Reitora da UFG para que ela ficasse ciente quanto à posição do MEC.

Enquanto o Governo do Estado estreitava relações com a Reitoria da UFG em prol das vagas federais, no mês de maio de 2000, a Diretora do CAC, mediante o Ofício nº 189/00 solicitou ao Governador apoio financeiro para a construção da Biblioteca do Campus.

Nesse mesmo ano uma outra frente de ação por parte da Reitoria da UFG, qual seja, Oficio nº 0020/GAB/UFG, foi encaminhado aos Deputados Federais e Senadores do Estado de Goiás solicitando apoio em:

> [...] projetos propostos pelo MEC no interesse das IFES; projeto da modernização das IFES quanto à compra de equipamentos, em trâmite junto ao MEC; e, segundo parâmetros traçados na última reunião com o Ministro da

[63] Governo do Estado de Goiás – Gabinete do Governador. Exposição de Motivos. Orientação dada ao governador para gestões junto ao Presidente da república – 21/06/ 2000.

> Educação, que com a presença de V.Exª, a consecução das vagas de professores para a realização de concurso público nos Campi [...] (Catalão, Goiás, Jataí e Rialma) (Oficio nº 0020/GAB/UFG. Goiânia, 10 de janeiro de 2000).

A essas ações políticas da Reitora da UFG em que se buscou na sociedade política gestões junto ao MEC para se obter vagas federais para os Campi Avançados, o professor do Campus Cláudio Lopes Maia assim avaliou:

> [...] A Universidade Federal de Goiás não se preocupa com o Campus, ela não discute a política de expansão do interior, por que? Porque ela construiu uma forma de se expandir sem que precise discutir internamente isso. E essa forma é Convênio com a Prefeitura – foi a grande sacada desse primeiro Reitor que fez, e os outros vieram fazendo igual. E a Milca agora quando pede vagas, por exemplo, ela faz o mesmo processo, ou seja, ao invés de discutir vagas internamente, ao invés de colocar o MEC no debate, não. Ela vai pede as vagas de forma política, passa por fora das estruturas internas da Universidade e distribui as vagas ao seu sabor político e ao seu sabor pessoal. Definindo quanto um curso recebe e quanto o outro recebe. [...] eu acho que a expansão foi realizada sem uma discussão institucional e de qualidade, não foi um processo construído no interior da Universidade [...] (Entrevista do professor Cláudio Lopes Maia).

Nesse sentido, o que está em questão é a adoção de uma prática política clientelística, haja vista que ao se buscar gestões de políticos junto ao Governo Federal para se conseguir alocar vagas para os Campi Avançados evita-se de abrir e enfrentar o debate no interior da UFG e, também, no interior dos próprios Campi e desses com a Universidade. O não enfrentamento institucional da existência acadêmica dos Campi Avançados mantém uma linha política de interiorização que segundo o professor:

> [...] dizem até que a primeira Reitora que criou aqui era de Catalão e que criou porque tinha uma relação própria com a cidade. Então, esse mito da origem vamos dizer, ele marcou a história desse Campus. Porque o Campus foi isso, ele foi

> projeto pessoal, ele continua sendo projeto pessoal. Ele não é um projeto institucional. Eu nunca vi um debate interno na Universidade sobre os **Campi** no interior [...] (Entrevista do professor Cláudio Lopes Maia).

Coincidentemente, no final de abril de 2001 encerrou o Convênio firmado entre o Governo Estadual e a Prefeitura Municipal de Catalão e, nesse período quem já estava à frente da Prefeitura de Catalão era o Dr. Adib Elias. Obsta que ele filiado ao PMDB fez oposição acirrada ao Governo do Estado, então do PSDB. No bojo desse embate está o CAC, pois, segundo explicamos, mediante esse convênio, a partir do ano 2000, a Prefeitura passou a receber uma ajuda financeira do Estado para estar cumprindo com a folha de pagamento dos professores do Campus.

Todavia, com a vitória de um candidato da aposição na Prefeitura local às questões das disputas eleitorais tenderam interferir sobre tais recursos financeiros. As polêmicas político-partidária se acirraram e foram acompanhadas pela mídia:

> O Prefeito Adib Elias (PMDB) afirma que "por perseguição política", o governador Marconi Perillo (PSDB) não que renovar convênio com Catalão para o funcionamento do Campus da Universidade Federal de Goiás (UFG). [...] O assessor de imprensa do Palácio das Esmeraldas, Lisandro Nogueira, disse ontem à noite que o Prefeito "falta com a verdade" ao criticar o governador e que a ajuda do governo ao campus será feita, agora, diretamente à própria universidade. [...] o repasse será destinado "a construção de biblioteca e espaço cultural e o que mais a universidade necessitar [...] (Jornal O Popular. Goiânia, quinta feira, 17 de maio de 2001)

Na medida que se ampliou a participação de políticos no financiamento do CAC, seja contribuindo com a folha de pagamento de professores ou com recursos financeiros para construção de prédios como a biblioteca, o anfiteatro, salas de aulas e outros, também, no interior do CAC se acirraram o debate em torno das questões que perpassam pelo jogo do poder. Se entre o corpo docente do CAC existe professores que defendem

parcerias políticas no escopo da construção do CAC como instituição universitária, também, nesse contexto, há as vozes contrárias a tal parceria política.

Com efeito, nesse cenário político duas vozes ecoavam constantemente em relação ao destino dos cem mil reais repassados pelo Estado a Prefeitura de Catalão: Uma era a do Prefeito Drº Adib Elias e a outra do Deputado Estadual Drº Jardel Sebba, ambos naturais de Catalão e ainda primos. Porém, embora com vínculos, inclusive de parentesco, são adversários políticos, haja vista que o Drº Jardel Sebba é filiado ao PSDB, portanto, interlocutor local e regional do Governador. Nesses termos divulgava a mídia:

> [...] Jardel explica que o aval para as obras foi obtido por ele junto ao governador. "A comunidade acadêmica anseia pela construção do anfiteatro e da biblioteca". Jardel adianta que o governador deve ir a Catalão no próximo mês assinar convênio com a UFG (Jornal O Popular. Goiânia, quarta feira, 23 de maio de 2001).

Para além das disputas partidária local e regional o que percebemos é a história de construção de uma instituição universitária pública e federal não pode ficar refém de lideranças políticas, a não ser que a história das Universidades também passe por esse viés político. Posto isso, ocorre que o movimento docente do CAC também já incorporou em sua prática relacionar demandas do Campus e da carreira docente as gestões municipais e, por vez, do Estado, vejamos: "A sobrevivência do Campus está num impasse: nem a Prefeitura nem o Estado vêm cumprindo com o que anunciaram em campanha política" (Nota Pública – em defesa da Universidade Federal de Goiás em Catalão – Catalão, 09 de maio de 2002).

Por fim, em 2002 para o CAC foram alocadas 26 vagas federais e dessas, 12 foram preenchidas por professores do próprio Campus, então aprovados nos concursos das vagas federais. E, o Governo Estadual firmou convênio com a UFG no qual repassou verba para construção da

biblioteca e anfiteatro, então inaugurados em 2004 - período das eleições municipais para gestão a partir de 2005.

Outrossim, em 2002, com as vagas federais, o vetor das discussões entre os docentes do CAC passou a ser concurso público e garantia do emprego. Dessa feita, a ADCAC encaminhou, via Ofício nº 14/2002, uma pauta de reivindicação a Reitoria da UFG, e nos mesmos termos a Prefeitura Municipal de Catalão. A pauta de reivindicação pontuou os seguintes princípios:

> Princípios para federalização do Campus
>
> 1) O CAC-UFG, a partir da realização dos concursos para vagas federais, passaria a funcionar com dois quadros profissionais de docentes: um vinculado à Prefeitura Municipal de Catalão e outro à Universidade Federal de Goiás.
> 2) Garantia de manutenção do emprego dos professores do Campus Avançado de Catalão, vinculados à Prefeitura Municipal de Catalão.
> 3) Um professor do Campus Avançado de catalão, do quadro da Prefeitura municipal de Catalão, só será substituído por uma vaga federal, quando:
> a) o mesmo for aprovado no concurso, para uma vaga federal, realizado para o Campus Avançado de Catalão, e fizer opção por ocupar essa vaga;
> b) Quando o mesmo solicitar sua demissão;
> c) Quando aposentar.
>
> 1) Os concursos federais serão realizados a partir das demandas apresentadas pelos cursos obedecendo os seguintes critérios:
> a) As demandas efetivas de cada curso;
> b) O projeto de expansão dos cursos em funcionamento no Campus;
> c) A criação de novos cursos.
> 1) Toda vaga do quadro de professores do Campus Avançado de Catalão, vinculada à Prefeitura, que se tornar disponível pelos motivos apontados no item 3 desse documento será preenchida por professor contratado pela federal, em vaga efetiva quando essa existir ou por substituto em caso excepcional, e que a Prefeitura Municipal de Catalão cumpra as cláusulas do convênio no que diz respeito à sua responsabilidade nas questões trabalhistas [...].

> 2) Os concursos federais para o Campus Avançado de Catalão serão realizados respeitando o Regime Jurídico Único (ADCAC/fício nº 14/2002, Catalão, 04 de abril de 2002)

Nesse sentido, os professores do CAC mediados pela ADCAC fizeram saber a Reitoria da UFG e Prefeitura Municipal de Catalão que o processo de federalização do quadro docente do CAC não se realizará unicamente em função dos interesses institucionais da Universidade e Prefeitura local, haja vista que na trajetória do CAC foram eles instituídos e instituintes da construção acadêmica dessa instituição federal de ensino superior. Posto isso, foram elencadas as seguintes demandas:

> - Alteração do estatuto e regimento da UFG dando status de unidade para o Campus Avançado de Catalão.
> - Inclusão do Campus no modelo de alocação de verbas da UFG, com as mesmas prerrogativas de Unidade da UFG.
> - Discussão e aprovação do regimento do Campus nos Conselhos competentes, conforme determinação do Art. 52 do Estatuto da UFG e parágrafo único do art. 54 do Regimento que prevêem a existência do mesmo.
> - Garantia e Convocação imediata de eleições para Diretor do Campus, com direito de candidatura tanto para os professores do campus vinculados à Prefeitura quanto vinculados a UFG, e que o processo eleitoral seja dirigido pelo conselho diretor do Campus.
> - Lista única de distribuição de bolsas de pós-graduação, para professores do Campus e Ufg, com os mesmos critérios de classificação e distribuição de bolsas.
> - Participação do campus nos órgãos deliberativos da UFG, com direito a voz e voto.
> - Criação de secretarias administrativas para os cursos do Campus Avançado de Catalão.
> - Que seja publicizada a data de renovação dos convênios da Universidade e Prefeitura bem como garantida a participação efetiva de toda comunidade acadêmica do Campus na discussão e fechamento dos referidos acordos (ADCAC/Ofício nº 14/2002).

Enfim, as vagas federais representam a possibilidade de o quadro docente do Campus se configurar em federal, inclusive, a partir da existência desse quadro docente federal o Cargo de Diretor do CAC passou a

ser ocupado por professores[64] do próprio CAC. Dessa feita, em 2002 houve eleição[65] para o Cargo de Diretor do CAC tendo o professor José Vieira Neto como candidato único então eleito pela comunidade acadêmica do Campus para o mandato de quatro anos (2003-2005).

Obsta que a consolidação do CAC passa pela luta de sua comunidade acadêmica, seja na instância oficial como na sindical, em se conquistar, junto a UFG e demais instituições universitárias, o espaço acadêmico-científico e político.

3.6. O que chamamos de consolidação?

A comunidade acadêmica do CAC ao longo desses quase 20 anos de implantação dos cursos permanece discutindo sobre a perspectiva acadêmica do CAC. Recentemente em reunião do Curso de Pedagogia do CAC, os professores do Curso e, conseqüentemente do CAC, teciam comentários a respeito de uma Assembléia Universitária que ocorreu no Campus, ou seja, praticamente a uma semana antes dessa reunião e de encerrar o primeiro semestre desse ano. Em tal assembléia o ponto central de discussão foi a respeito de qual projeto se tem para o CAC e dentre as possibilidades levantadas, duas predominaram: Uma, a de o CAC se emancipar da UFG e, nesse sentido, se constituir como uma Universidade Federal de Catalão ou do Sudeste Goiano.

A outra, que o CAC deve lutar para ser reconhecido pela UFG como Unidade Acadêmica. Mas, o curso de Pedagogia, em sua reunião de curso, apontou para uma outra possibilidade, qual seja, o CAC se constituir em Campus III, então organizado em sete unidades de acordo com os sete cursos correspondentes. Em documento socializado assim argumentou:

---

[64] Os professores federais.

[65] Em outros mandatos, seja com indicação da Reitoria ou mediante processo eleitoral no próprio CAC, somente era permitido a ocupar tal Cargo quem fosse professor da UFG, posto isso, os professores do CAC cujo vínculo empregatício é com a Prefeitura local não podiam e ainda não podem ocupar tal Cargo.

> Não é demais que essa deve ser nossa bandeira de luta se quisermos avançar no sentido de fortalecer o CAC e continuar sendo uma universidade. Nesse sentido cabe registrar o que a lei define, no capítulo II, seção II: DA UNIVERSIDADE – Art. 18. As instituições de educação superior **poderão ser classificadas como universidade por atenderem**, no mínimo, aos seguintes requisitos: I – estrutura pluridisciplinar, com oferta regular, em diferentes campos do saber, de pelo menos **doze cursos de graduação**, todos reconhecidos e com avaliação positiva pelas instâncias competentes; II – **programas de pós-graduação, com três cursos de mestrado e um curso de doutorado,** todos credenciados pelas instâncias federais competentes; III – **Programas institucionais de extensão** nos campos do saber abrangidos pela instituição; IV – um terço do corpo docente em regime de tempo integral ou dedicação exclusiva, majoritariamente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; V – metade do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado, sendo pelo menos metade destes doutores; VI – **produção intelectual institucionalizada, e VII** – indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão" (Documento – Texto: Sobre o que somos).

Dessa feita, a questão é: Caso o CAC consiga sua emancipação e, portanto, se desvincule da UFG, sua atual estrutura acadêmica não corresponde ao que está previsto pelo MEC em se conseguir o status de Universidade. Pois ainda não possui a quantidade de cursos de graduação e nem cursos de pós-graduação stricto senso, e outro aspecto refere-se ao corpo docente que ainda é majoritariamente das vagas municipais e não federais, embora com sua maioria já mestres e doutores.

Tal reflexão incide sobre outra que é o fato de a UFG assumir o CAC, posto até então não sinalizar para mudanças significativas e, referente a isso o documento assim pontua:

> [...] vale reforçar o que a legislação aponta sobre a possibilidade de termos as mesmas prerrogativas das unidades da sede: "Parágrafo único: O Campus fora da sede, devidamente autorizado, que, isoladamente considerado, atender às exigências previstas nos incisos III, IV, V, VI e VII

> do art. 18, gozará das prerrogativas da sua sede". P que nos falta para gozarmos dessas prerrogativas? Pouco! E é nisso que nós devemos nos fixar no momento, ou seja, lutar pela expansão da graduação e da pós-graduação stricto senso agregada a defesa de melhoria da infra-estrutura. (Documento – Texto: Sobre o que somos).

Entendemos assim que o CAC precisa manter uma luta frente a UFG na conquista de um status acadêmico-científico para além das possibilidades então vigentes no âmbito de sua relação institucional com a essa instituição.

Quanto a Parceria da UFG com a Prefeitura Municipal de Catalão, por vezes questionada até mesmo por segmentos do Poder Público local, também se fez a seguinte ponderação:

> Um dado interessante na segunda versão do anteprojeto, que nos interessa de perto, diz respeito às instituições estaduais. O MEC acrescentou nesse documento a possibilidade de a União participar do financiamento das mesmas por meio de convênios ou consórcios públicos. Pensemos então: se a manutenção do Convênio com a Prefeitura Municipal significa defesa do emprego, esta se vê legitimada por meio desse mecanismo. Definindo melhor, o anteprojeto traz a seguinte redação: "Art. 69 – O item 4.3 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, aos 09 de janeiro de 2001, passa a vigorar acrescido dos subitens 2 e 24, com a seguinte redação: [...] Ampliar a oferta de ensino público mediante expansão do sistema público federal e cooperação entre os sistemas públicos federal e estaduais de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a quarenta por cento do total das vagas, prevendo inclusive a parceria ou o consórcio público da União com os Estados e os municípios na criação de novos estabelecimentos de educação superior". Já sabíamos que esse mecanismo não era inconstitucional como muitos queriam fazer crer, não é mesmo? E, se se aprova o texto da reforma como está, de modo claro, os convênios/consórcios passarão a fazer parte da legislação da educação superior brasileira (Documento – Texto: Sobre o que somos).

No entanto, a comunidade acadêmica do CAC em comum tem não somente o sonho em se construir uma Universidade em Catalão, mas,

sobretudo um compromisso político com a produção do saber e da cultura que uma instituição universitária se propõe desenvolver. O engajamento interno na organização de uma estrutura mínima para se garantir o funcionamento dos cursos no Campus, também o engajamento político no movimento sindical na luta por um ensino superior de qualidade, gratuito e democrático dão mostras de que sua inserção no movimento não é meramente corporativista, mas sim por acreditar numa educação superior pública, gratuita e democrática alicerçada na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para efeito de conclusão a história do CAC passa pelo movimento de vários segmentos da sociedade que deram sua contribuição nesse processo. As políticas de interiorização da Universidade brasileira então implementadas desde a Reforma Universitária com a Lei 5.540/68 durante o Regime Militar, foram indutoras da criação de Campi Avançados no interior de nosso País.

Qual seja, durante os anos 1970, a universidade ancorada a ideologia do Projeto Rondon, passou a instalar **Campi** em regiões carentes para, por meio de atividades denominadas de extensão, oferecer assistência às populações carentes. Consubstanciada a tal ideologia predominava uma outra a da Segurança Nacional em que o Regime militar procurou legitimar os anos de autoritarismo e atrocidades aos que não comungavam com suas idéias e eram, portanto acusados de subversivos e traidores da pátria.

Nesse contexto surgiu a denominada extensão universitária então vinculada a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade. Com efeito, os **Campi** Avançados ofereciam aos alunos um espaço no qual eles no interior poderiam realizar estágios e também ter experiências de prestação de serviços a comunidade local e regional. Na realização dessas atividades geralmente contavam com apoio de seus professores e preceptores, estes últimos eram profissionais das cidades com formação nas respectivas áreas e acompanhavam os alunos da universidade durante o período de suas atividades na cidade e região.

Também, mediante uma política pública de parcos investimentos na educação e, conseqüentemente nas instituições públicas federais de ensino superior, o Governo, em contrapartida ofereceu subsídios a expansão do setor privado. Com efeito, o número de faculdades privadas cresceu e se expandiu em direção ao interior do País.

Com efeito, expansão do ensino superior nos anos 70 despertou nos políticos do Município de Catalão - interior de Goiás, da região sudeste, divisa com o triangulo Mineiro - o interesse em se criar em Catalão uma faculdade. Movidos por esse ideal resolveram em 1971 solicitar junto a Assembléia Legislativa do Estado de Goiás a criação em Catalão de uma Faculdade de Filosofia para formação de professores em cursos de nível superior, mas, até 1975 a resposta não foi favorável. Sendo assim, recorreram a uma entidade de ensino superior confessional, a Associação Educativa Evangélica de Anápolis, porém, não foram bem sucedidos.

Posteriormente, em 1979, esses mesmos políticos resolveram fazer tal solicitação a UFG. A UFG respondeu que a decisão passaria pelo Programa de Interiorização da Universidade, o qual, segundo a Pró-Reitoria de Extensão, estava em elaboração.

No final dos anos 70, precisamente entre 1978/79, o País convivia com os primeiros movimentos sociais em que se contestava o Regime Militar e todas as instituições então criadas no sentido de dar legitimidade as ações políticas dos governos militares. Dessa feita, a partir de 1980 como os **Campi** Avançados já estavam constituídos a tendência da UFG, através da Pró-Reitoria de Extensão, foi de, simultâneo a política pedagógica e social da extensão universitária, implantar a extensão do ensino pelo viés da interiorização de cursos.

Qual seja, a proposta de interiorização da UFG, a partir de 1980, era de estar realizando a extensão de turmas dos cursos da UFG/Goiânia em Campi Avançados. Nesse sentido, em dezembro de 1980, no município de Jataí o CAJ (Campus avançado de Jataí) foi inaugurado e, em 1981 começaram os cursos nas áreas de Ciências Físicas e Biológicas que, segundo o Programa de interiorizando eram áreas que, naquele momento, se apresentavam como demanda para o Município e região sudoeste. Nesse mesmo ano foi criado o Campus de Porto Nacional, mas suas atividades sempre foram para o desenvolvimento de estágios e programas de ação comunitária na área da saúde, ou seja, não são oferecidos cursos de graduação.

Posto isso, em 1980 o que estava em curso era o Programa de Interiorização da UFG que naquele mesmo ano foi aprovado pelo Egrégio Conselho Universitário da Universidade. Outrossim, a inclusão do município de Catalão nesse Programa de Interiorização partiu de uma proposta de emenda do então Conselheiro Suplente professor Arédio Teixeira Duarte que justificou ser o município potencialmente preparado para receber um Campus Avançado da UFG, qual seja, se enquadrava ao quesito pólo de desenvolvimento econômico da região. Curioso que tanto o professor Arédio Teixeira Duarte, quanto a Pró-Reitora de Extensão – Maria do Rosário Casimiro – são naturais do município de Catalão. E, em 1979 quando os políticos desse município fizeram solicitações requerendo um Campus da UFG em Catalão a então professora Maria do Rosário Casimiro já estava Pró-Reitora da UFG.

Esse é um particular considerável na história do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás (CAC/UFG), e a esse aspecto adiciona-se um outro: os políticos Ênio Paschoal e Sílvio Paschoal que nos anos 70 tentaram criar uma Faculdade de Filosofia em Catalão e também fizeram a tal solicitação junto a Reitoria da UFG eram governo, isto é, estavam no poder pelo partido da situação – ARENA, enquanto que o professor Arédio Teixeira Duarte já era oposição pelo MDB. Ambos partidos a partir dos anos 80 mudaram suas siglas (PDS e PMDB).

Nesse sentido, o processo de interiorização da UFG que passa pela parceria com as Prefeituras locais tende, ainda que não diretamente, sofrer influências das disputas partidárias locais e estaduais. Conforme analisamos, o CAC, então inaugurado em 1983, em sua origem teve a participação de atores sociais vinculados a representações de órgãos da Universidade e de partidos políticos.

Em tal contexto se definiram políticas que redirecionaram a proposta original do Programa de Interiorização da UFG, cuja previsão para os cursos então implantados no CAC era de existência temporária, portanto, os cursos não seriam permanentes. Obsta que para os políticos de Catalão,

independente da sigla partidária, sempre foi a de se implantar no município o ensino superir. Haja vista que o Sr. Haley Margon Vaz ao assumir a Prefeitura em 1983, depois das eleições municipais de 1982, mantém negociações com a Reitoria da UFG no sentido de se implantar cursos no CAC.

Entretanto, em 1985, estando as lideranças políticas de catalão e de cidades vizinhas decididas em implantar o ensino superior na cidade resolveram, a partir de doação de terreno pelo Poder Público de Catalão e de materiais de construção das Prefeituras vizinhas, incentivar a criação do CESUC. Isto é, enquanto em uma instituição pública não se criava cursos, no caso, a UFG, se partiu para a iniciativa privada – O CESUC.

Não vamos afirmar que os investimentos do Poder Público de Catalão e das Prefeituras vizinhas interferiram na decisão da Reitoria e dos Departamentos dos cursos de Licenciatura Plena em Geografia e Letras, mas, em outubro de 1985, a UFG e PMC assinaram termos de convênios de implantação dos respectivos cursos.

No início desse processo os atores sociais definidores dessa política de interiorização de cursos foram o Reitor mais Pró-Reitora de Extensão e o Prefeito Municipal de Catalão. Num segundo momento, soma-se aos primeiros os Departamentos dos cursos de Letras e de Geografia e, a partir do que foi pontuado entre eles se estabeleceu nos convênios as diretrizes e normas do funcionamento dos cursos no CAC.

Na medida que se formaram as primeiras turmas no CAC, em 1986, novos atores sociais entraram em cena: Coordenadores de cursos, professores e alunos. Com efeito, o CAC passou de espaço acadêmico de onde partiam estudantes que vinham da UFG/Goiânia para ali desenvolver atividades de estágios e as de serviços comunitários para ser o espaço acadêmico dos jovens e adultos da cidade e região, então aprovados no Concurso Vestibular da UFG para os cursos do CAC. Sucessivamente novos cursos foram implantados no CAC e, conseqüentemente, se ampliou o número de alunos, professores e Coordenadores.

Uma nova configuração acadêmica para o CAC, haja vista, entrava em cena novos atores sociais, o que tendeu a escrever um outro percurso histórico para a política de interiorização de cursos da UFG, especialmente, para o CAC. Escrevemos nossa história cotidianamente por isso somos os autores dos projetos, mas, numa relação paradoxal, também somos seus negadores. Parafraseando Juarez Dayrell, uma instituição escolar se organiza numa dupla dimensão, quais sejam: "Institucionalmente por um conjunto de normas e regras" que unificam e delimitam a ação dos seus sujeitos e, a outra dimensão passa pelo campo das inter-relações onde se "inclui alianças e conflitos, imposição de normas e estratégias individuais, ou coletivas, de transgressão e de acordos" (1996:137).

Posto isso, o CAC ao longo desses 20 anos em meio a diversidades e adversidades construiu sua história institucional e, no âmbito de suas especificidades que perpassam pelas intra-relações e destas com a UFG e PMC, ele se consolidou como um espaço acadêmico-científico. A luta da comunidade acadêmica do CAC não é substancialmente ser igual e nem diferente da UFG até porque a maioria de seus atores sociais nem tem proximidade com a UFG para desejar tal semelhança ou repudiar tal perspectiva, mas, luta-se pela implementação de seu projeto acadêmico universitário, projeto esse que está em construção.

RÊFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA. Zeneide Carneiro Magalhães de. **A extensão universitária: uma terceira função.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1991.

AMADO Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos e abusos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BALDINO, José Maria. **Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia – Da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80.** Goiânia/Go. 1991. Faculdade de Educação – UFG. Mestrado em Educação Brasileira (Dissertação – Mimeo).

BOBIO, Noberto. **O conceito de sociedade civil.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BORGES, Barsanufo Gomides. **O despertar dos dormentes.** Goiânia: Cegraf. 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUCI Gluckmann, Christine. **Gramsci e o Estado.** Rio de Janeiro: Paz e Terrra, 1980.

CAMPOS, M. ª das Dores. ***Catalão: estudo histórico e geográfico.*** Goiânia: Bandeirantes, 1979.

CAMPOS, M. ª das Dores. ***Gente Nossa.*** Goiânia: CERNE,1985.

CASSIMIRO, Maria do Rosário & GONÇALVES, Oliveira Leite. **Rumos da universidade brasileira.** Goiânia: Editora da UFG, 1986.

COÊLHO, Ildeu Moreira. **Realidade e utopia na construção da universidade – memorial.** Goiânia: Editora da UFG, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio&GÓES, Moacyr de. **O golpe na Educação.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

_____.(org) **Escola pública, escola particular e a democratização do ensino.** São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **A universidade temporã: Da Colônia à Era Vargas.** 2ª Edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1986.

_____. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

_____. **A universidade reformada: o golpe de 64 e a modernização do ensino superior.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **Ensino superior no Brasil. In: 500 anos de educação no Brasil.** P.151-204. 2000.

CURY, Carlos Jamil. **Legislação educacional brasileira.** Rio de Janeiro: DPA, 2000.

DAYRELL, Juarez (org). **Múltiplos olhares – sobre educação e cultura.** Belo horizonte: Editora da UFMG, 1996.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do Ensino Superior e a Privatização do Público.** Goiânia, Editora UFG, 2001.

_____& CATANI, A. M. (orgs). **Universidade pública: políticas e identidade institucional.** Campinas-SP: Autores Associados; Goiania: Editora da UFG, 1999.

_____ & OLIVEIRA, João F. **A educação superior em Goiás: regulamentação, políticas e perspectivas na reconstituição do campo universitáqrio.** Revista Universidade e Sociedade. Brasília, n. 1, p.87-91, jan./abr. 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Da universidade modernizada à universidade disciplinada: Atcon e Meira Mattos.** São Paulo: Cortes/Autores Associados, 1991.

_____. **Universidade & Poder. Análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1980 (Série Universidade, Educação,8).

_____. **Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço.** In: MOROSINI, Marília Costa (org). Universidade no Mercosul. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **A UNE em tempos de autoritarismo.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: PROEDES/ufrj. 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** In: FAZENDA, Ivani (org). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1991.

FREITAS, Marcos Cezar de (org). **Memória intelectual da educação brasileira.** Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco/EDUSF, 1999.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985).** São Paulo: Cortez, 1993.

GOMEZ, Luis Palacin & outros. **História política de Catalão.** Goiânia: Editora da UFG, 1994.

_____. **Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás.** Goiânia: Oriente, 1976.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 1. Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere, volume 3. Maquiavel - Notas sobre Estado e a política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990 (Biblioteca Vértice. Sociologia e política).

HORTA, José Silvério Baia. Expansão do ensino superior no Brasil: Mecanismos e Tendências. In: ***Universidade: Aspectos, Definições e Tendências.*** Revista de cultura Vozes, nº 06, ano 69, 1975, Petrópolis.

IANNI. Octávio. **O ciclo da revolução burguesa.** Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____. **Dialética e ciências sociais. Epistemologia das ciências sociais.** São Paulo: Série Cadernos da Pontifícia Universidade Católica (PUC), 1986.

KHOURY, Yara Maria. **Oralidade e História Oral.** Miemo PUC/SP, 1996.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. **Consciência/alienação: A ideologia no nível individual**. In: CORO, Wanderley (org). Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LIMA, Valdivino Borges. **Os caminhos da Urbanização/Mineração em Goiás: o estudo de Catalão (1970-2000)**. Uberlândia: UFU, 2003 (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFU).

MACHADO, Nelson Santos & SILVEIRA, Amélia. **Configurações estruturais em organizações universitárias**. Florianópolis: Insular, 1998.

MARTINS, Carlos Benedito (org). **Ensino superior brasileiro: transformações e perspectivas**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da Psicanálise.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Àtica, 1983, n. 39 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

OLIVEIRA, Romualdo Portela (org). **Política educacional: impasses e alternativas**. S. P: Cortez, 1995.

PENTEADO, Sílvia Teixeira. **Identidade e poder na universidade**. São Paulo: Cortez; Santos, SP: Unisanta Editora, 1998.

RAMOS, Cornélio. **Curiosos Fragmentos históricos de Catalão**. In: Revista do Instituto Histórico-Geográfico de Goiás, nº 11, 1986.

RAMOS, Cornélio. **História e Confissões. Goiânia**, O Popular, 1987.

RODRIGUES, Zilda de Araújo. **Universidade Federal de Goiás: modernização e racionalização da estrutura e da organização do trabalho acadêmico (1984-1997).** Goiânia. 2000. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da FE/UFG).

SADER, Eder. **Um rumor de botas – ensaios sobre a militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Polis, 1982 (Coleção Teoria e História I).

SGUISSARDI, Waldemar (org). **Avaliação universitária em questão: reformas do Estado e da educação superior**. Campinas: Autores Associados, 1997 (Coleção educação contemporânea).

_____& JÚNIOR, João dos Reis Silva (orgs). **Políticas públicas para educação superior**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1997.

_____. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma Do Estado e mudança na produção**. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1985.

_____. **A nova lei da educação: LDB – trajetória, limites e perspectivas**. Campinas-SP: Autores Associados, 1997 (Coleção Educação Contemporânea).

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Ana Luiza L. **A História da extensão universitária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

SILVA, Maria das Graças Martins. **A face social da universidade?** Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000.

SILVA, Maria José da. **As representações sociais da Ditadura Militar (1964 – 1979)**. Goiânia, 2001. Texto Mimeo.

_____. **Refletindo a formação docente nos cursos de licenciatura**. Goiânia, 2003. Texto Mimeo.

SOUZA, João Oliveira. **Criação e estruturação da Universidade Católica de Goiás: embate entre o público e o privado – 1940 – 1960**. Goiânia. 1999. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação da FE/UFG).

THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de transição (1985-1995)**. Brasília: Plano, 2000.

PERIÓDICOS

Jornal Sindicato Nacional - INFORM/ANDES – filiado a CUT.
Jornal A SEMANA CATALANA, Ano I, nº 11, Catalão, 31 de julho de 1981, p: 01
Jornal O PIRAPITINGA – Boletim Informativo do Campus Avançado de Catalão, Ano I, nº 00, Catalão, Abril/1985.
Jornal O Popular. Goiânia.
Folhetim da ADCAC

FONTES ESCRITAS

Requerimento do Deputado Ênio Paschoal encaminhado ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás (ALEG) em 26 de novembro de 1971.

(Avaliação, Perspectiva e Propostas do Campus de Catalão. Catalão, 30 de outubro de 1992: 2. Comissão de Redação: Karla Adriana Martins Bessa/Maria Imaculada Cavalcante/Marta Helena Rocha).

Ata do Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de mil novecentos e oitenta.

Ofício nº 407/75 do Deputado Ênio Paschoal encaminhado ao Secretário Executivo da Associação Educativa Evangélica de Anápolis (AEEA) em 23 de junho de 1975.

Universidade Federal de Goiás – Faculdade e Educação. Ofício Circular 01/85 – Coordenação da Especialização em Educação. 03 de março de 1985. (Programa de Curso de Especialização em Educação no Campus Avançado de Jataí).

Ofício nº 092/79 do Deputado Enio Paschoal encaminhado ao Magnífico Reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 18 de julho de 1979.

OF/GAB/SOC/Nº 01527 Do Reitor da Universidade Federal de Goiás ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, em 24 de setembro de 1979 – Assunto: sobre a implantação de um curso de nível superior, em Catalão.

OF. nº 0020/GAB/UFG/2000
OF. Nº 189/00/GAB/UFG/CAC
Of. Nº 6.867/2000-GAB.SP
Carta/GAB/Gov/Goiás/2000
AVISO nº 212/MEC/GM
Of. nº 603/GAB/UFG/2000
Of. nº 604/GA/UFG/2000
Exposição de Motivos/GAB/Gov/Goiás
Of. nº 0336/GAB/UFG/1999
Of nº 0409/GAB/UFG/1999
Of. Nº 06/99/ADCAC/1999
Of. Nº 0116/GAB/UFG/1999
Of. Nº 0115/GAB/UFG/1999
Of. Nº 501/GAB/UFG/1998
Of. Nº 304/GAB/UFG/1998
Of. Nº 593/GAB/UFG/1998
Of. Nº 630/GAG/UFG/1998
Of. Nº 14/2002/ADCAC
Convênio nº 017/2000
Processo nº 18162509
Boletins da ANDES
Boletins da ADCAC
Jornal O popular
Poder Legislativo/Câmara Municipal de Catalão – Lei nº 1.762 de 1º de junho de 1999.
República Federativa/Estado de Goiás/Câmara Municipal de Catalão – Lei nº 1.701, de 30 de junho de 1998 - Autógrafo de Lei nº 1.759. de 19 de junho de 1998.
Of. nº 0038/97/ADCAC
Of. nº 002/97/CG/ADCAC

Ministério da Educação e Cultura – Universidade Federal de Goiás/Pró-Reitoria de Extensão - Programa de Interiorização da Universidade Federal de Goiás. 1978.

Relatório final da pesquisa realizada em **Catalão**, visando à implantação de cursos superiores Goiânia, 10 de julho de 1980.sob a coordenação de Heldo Vitor Mulatinho e Marcolina Martins Garcia:[1] Fórum de Licenciatura, Caderno nº 1 – Pró-Reitoria de Graduação/UFG; 1993.

Portaria nº 402, de 30 de setembro de 1983; Diário Oficial da União aos 05 de outubro de 1983, p. 17049).

Dossiê da ADCAC.

Texto: Sobre o que somos, por Ana Maria Gonçalves, 2005.

Livro de Atas nº 01 da Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás. 1991:01. 12 junho de 1991.

Livro de Atas nº 01 da Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás. 1991: 21 – 05 de maio de 1994.

Livro de Atas nº 01 da Congregação dos Professores do Campus Avançado de Catalão - 10 de abril de 1990: 07, 08, 09).

Livro de Registro Diário nº 01 do Campus Avançado da UFG em Catalão, para estagiários do Curso de Enfermagem. Catalão 02 de janeiro de 1985.

Ofício n. 092/79/ALEG do deputado Ênio Paschoal encaminhado ao Reitor da Universidade Federal de Goiás solicitando a instalação da extensão universitária ou implementação de curso superior em catalão.

Documento de Avaliação dos Cursos de Licenciatura do CAC/Campus Avançado / Coordenação de Graduação.1995

Termo de Convênio nº UFG/029/82 celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão – instalação e funcionamento do Campus Avançado de Catalão – aos 20 de dezembro de 1982.

Termo de Convênio (**sem número**) celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão – instalação e funcionamento do Campus Avançado de Catalão – aos 20 de agosto de 1983.

Termo de Convênio UFG/nº 35/85 celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão – implantação do Curso de Geografia – Licenciatura Plena – aos 04 de outubro de 1985.

Termo de Convênio UFG/nº 34/85 – celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão – implantação do Curso de Licenciatura Plena em Português - aos 04 de outubro de 1985.

Termo de Convênio UFG/nº 033/87 - celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão – continuidade do Curso de Licenciatura Plena em Português – aos 14 de outubro de 1987.

Termo de Convênio UFG/nº 30/87 celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão – continuidade do Curso de Licenciatura Plena em Geografia – aos 14 de outubro de 1987.

Termo de Convênio UFG/nº 32/87 celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão – implantação do Curso de Matemática/Licenciatura Plena – aos 14 de outubro de 1987.

Termo de Convênio Ufg/nº 31/87 celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão – implantação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia – aos 14 de outubro de 1987.

Termo de Convênio UFG nº 29/89 celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão – continuidade do Curso Licenciatura Plena em Pedagogia e implantação do Curso de Especialização em Educação – aos 11 de outubro de 1989.

Termo de Convênio UFG nº 27/89 celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão – implantação do Curso de Educação Física/ Licenciatura Plena – aos 11 de outubro de 1989.

Termo de Convênio nº 24/99 celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão 25/10/1999.

Termo de Convênio (**sem número**) celebrado entre a Universidade Federal de Goiás e Prefeitura Municipal de Catalão – implantação do Curso de História/Licenciatura Plena – aos 24 de setembro de 1990

Regimento do Campus Avançado de Catalão aprovado pelo Egrégio Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás, em reunião realizada a 30 de agosto de 1985.

Estado de Goiás – Poder Legislativo – Câmara Municipal de Catalão. Autógrafo de Lei nº 497/86 – Dispõe sobre a criação de Cargos de Professores e dá outras providências. (Lei nº 430 de 09/05/86). Sala de Sessões da Câmara Municipal, 08 de maio de 1986.

Estado de Goiás – Poder Legislativo – Câmara Municipal de Catalão. Lei nº 725/88 – Dá nova redação aos artigos 2º e 3º da Lei nº 430, de 09/05/86 e dá outras providencias. Sala de Sessões da Câmara Municipal, 23 de dezembro de 1988.

Estado de Goiás – Poder Legislativo – Câmara Municipal de Catalão. Lei nº 749/89 – Autoriza pagar despesas de Curso de Pós-Graduação, e dá outras providencias. Sala de Sessões da Câmara Municipal, 10 de abril de 1989.

Estado de Goiás – Poder Legislativo – Câmara Municipal de Catalão. Lei nº 1.181/92 – Dispõe sobre a criação de cargos de Professores de Ensino Superior e dá outras providências. Sala de Sessões da Câmara Municipal, 23 de julho de 1992.

República Federativa do Brasil – Estado de Goiás – Câmara Municipal de Catalão. Lei nº 1.701, de 30 de junho de 1998 – Autógrafo de Lei nº 1.759, de 19 de junho de 1998 – Dispõe sobre a criação de cargos de Professores de Ensino Superior, que menciona. Secretaria da Câmara Municipal de Catalão, Estado de Goiás, aos 19 dias do mês de junho de 1998.

Estado de Goiás – Poder Legislativo – Câmara Municipal de Catalão. Lei nº 1.762, de 1º de junho de 1999. Autógrafo de Lei nº 1808/999, de 26 de abril de 1999 – Altera o número de vagas para o cargo de Professor de Ensino Superior - Categoria Auxiliar e distribui os quantitativos de vagas deste e da Categoria Assistente e Adjunto entre os níveis existentes.. Secretaria da Câmara Municipal de Catalão, Estado de Goiás, aos 26 de abril de 1999.

Prefeitura Municipal de Catalão – Concurso para Professores de Ensino Superior - Edital nº 01/85.

Ministério da Educação e Cultura – Universidade Federal de Goiás – Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa – Resolução nº 189 – Cria o Campus Avançado de Catalão e dá outras providencias, aos 07 de dezembro de 1983.
Circular nº 03/9 – Professores, Funcionários e Alunos do Campus Avançado de Catalão – UFG. Em 4 de outubro de 1992.
República Federativa do Brasil – Estado de Goiás – Prefeitura Municipal de Catalão. Exposição de motivos para a assinatura de Convênio entre a Prefeitura Municipal e a Universidade Federal de Goiás para desenvolvimento de cursos de licenciatura na área de educação. Catalão, 03 de julho de 1989.
Projeto de Consolidação dos Campi da UFG/Outubro/1997. Of/GAB/Nº 1149/97.
Relatório de Gestão do CAC/UFG 1995/1997
Relatório de Gestão do CAC/UFG 1998/2003
Regimento Interno do CAC/1992.
Regimento Interno do CAC/1999.
Circular nº 03/92/UFG/CAC – em 04 de outubro de 1992
Resolução/CAC/nº 002/92
Resolução/CAC/nº 003/92
Resolução/CAC/nº 004/92
Resolução/CAC/nº 005/92

FONTES ORAIS (RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS)

AGUINALDO GONÇALVES MESQUITA - Entrevista realizada em Catalão no dia 05 do mês Fevereiro de 2004. Médico Ex-prefeito de Catalão Diretor da Macro-Regional de Saúde da Estrada de Ferro/Região Sudeste.
ARÉDIO TEIXEIRA DUARTE - entrevista realizada em Goiânia no dia 13 do mês Abril de 2004. Professor Titular aponsentado da UFG, foi Deputado Estadual , é de Catalano.

APARECIDA MARIA ALMEIDA BARROS - Entrevista realizada em Catalão no dia 03 do mês de Fevereiro de2004. Professora Assistente do Curso de Pedagogia do Campus Avançado de Catalão.

BRAZ JOSÉ COELHO - Entrevista realizada em Catalão no dia do mês de 12 de Maio de 2003. Ex- Diretor do Campus de Catalão. Professor Assistente aponsentado do curso de Letras da UFG. Ex-coordenador do Curso de Letras do campus de Catalão

CLAUDIO MAIA LOPES - Entrevista realizada em Catalão no dia 27 do mês de Junho de 2003. Professor Assistente do Curso de História do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás.

WOLNEY HONÓRIO FILHO – Entrevista realizada em Catalão no dia 07 de novembro de 2003. Porfessor Adjunto do Curso de Pedagogia do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás.

ELZA MARIA STACCIARINI - Entrevista realizada em Goiânia no dia 20 do mês de Julho de 2004.Professora Assistente aposentada do curso de Geografia da UFG. Ex-coordenadora do curso de Geografia do CAC e ex-diretora do CAC.

ENIO PASCHOAL - Entrevista realizada em Catalão no dia 30 do mês de Julho de 2004. Ex-Deputado Estadual, Dentista e Catalano.

HARLEY MARGON VAZ. Entrevista realizada em Catalão no dia 12 do mês de Maio de 2003. Ex-prefeito de Catalão. Ex-Secretário de Governo do Estado de Goiás.

HELIANE PEREIRA DOS SANTOS - Entrevista realizada em Catalão no dia 05 do mês de Fevereiro de 2004. Professora Assistente do curso de Educação Física do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás.

IDELVONE MENDES FERREIRA - Entrevista realizada em Catalão no dia 25 do mês de Junho de 2003. Professor Adjunto do Curso de Geografia do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás.

JARDEL SEBBA – Entrevista realizada em Catalão no dia 22 de março de 2004. Médico Deputado Estadual da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás.

JOSÉ DE FÁTIMO MOREIRA - Entrevista realizada em Catalão no dia 04 do mês de Fevereiro de 2004. Médico Ex-prefeito de Catalão.

JOSÉ HENRIQUE STACIARINI - Entrevista realizada em Catalão no dia 28 de Julho de 2004. Professor Adjunto do curso de Geografia do CAC.

JOSÉ MADSON FARIA - Entrevista realizada em Catalão no dia 27 do mês de Julho de 2004. Professor Assistente do Curso de Matemática do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás.

JOSÉ VIEIRA NETO. Entrevista realizada em Catalão no dia 27 de janeiro de 2004. Professor Adjunto do Curso de Geografia e atual Diretor do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás.

MANOEL RODRIGUES CHAVES - Entrevista realizada em Catalão no dia 11 do mês de Junho de 2003. Professor Adjunto do curso de Geografia. Ex-coordenador do curso de Geografia.

MARCELO RODRIGUES MENDONÇA – Entrevista realizada em Catalão no dia 03 de fevereiro de 2004. Professor Adjunto do Curso de Geografia. Atual Coordenador da Coordenação de Extensão e Cultura do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás.

MARIA ANGELA BORGES MESQUITA- Entrevista realizada no dia 05 do mês de Fevereiro de 2004. Ex-prefeita de Catalão.Ex-primeira dama do Município de Catalão (esposa do ex-prefeito Agnaldo.Gonçalves de Mesquita). Ex-prefeita de Catalão.

MARIA IMACULADA CAVALCANTE – Entrevista realizada em 12 de Julho de 2003. Professora Adjunto do Curso de Letras do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás.

MARIA NATIVIDADE DE ROSA BARBOSA - Entrevista realizada em Catalão no dia 03 do mês fevereiro de 2004. Ex-Secretaria Municipal de Educação do Município de Catalão. Professora do curso de Pedagogia de Catalão. É Catalana.

MARIA DO ROSÁRIO CASSIMIRO - entrevista realizada em Goiânia no 21 do mês de Julho do ano de 2004. Ex-reitora da UFG, Catalana, professora Titular aposentada do curso de Pedagogia da UFG.

MARIA ZENEIDE ALMEIDA- Entrevista realizada em Goiânia no dia 12 do mês de Junho do ano de 2004. Professora Assistente aposentada do curso de Pedagogia da UFG. EX-Coordenadora do curso de Pedagogia do CAC.

ROSEANE PATRICIA DE SOUSA E SILVA – Entrevista realizada em Catalão no dia 03 de fevereiro de 2004. Professora Assistente do Curso de Educação Física e Coordenadora da Coordenação de Graduação do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás.

RODRIGO G. FRATI – Entrevista realizada em Catalão no dia 08 de abril de 2004. Professor Assistente do Curso de Educação Física e Presidente da Associação dos Docentes do Campus Avançado de Catalão (ADCAC).